

# SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

2

DENISE PEREIRA  
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO  
(ORGANIZADORAS)

Atena  
Editora  
Ano 2020

# SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS



DENISE PEREIRA  
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO  
(ORGANIZADORAS)

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas  
ciências humanas

2

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadoras:** Denise Pereira  
Janaína de Paula do Espírito Santo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S115 Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas  
ciências humanas 2 [recurso eletrônico] /  
Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do  
Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5706-312-5  
DOI 10.22533/at.ed.125202008

1. Antropologia. 2. Ciências humanas. 3. Etnologia. I.  
Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Uma tradição, normalmente, pode ser definido como aquilo que se faz por hábito, um legado passado de uma geração para outra. Embora o historiador Hobsbawm tenha chamado atenção em uma obra bastante reconhecida entre historiadores de que as tradições, de maneira geral consistem em retomar “passado histórico apropriado”, em que o senso de continuidade ocupa um valor e uma necessidade centrais, e que, para isso, muitas vezes os diferentes grupos se constituem em torno de falsas noções de continuidade, ou seja, as tradições, podem, muitas vezes serem inventadas, a expressão saberes tradicionais traz consigo um elemento mais amplo do que a noção de continuidade a que nos referíamos acima.

Usualmente, a ideia de saber tradicional é usada para marcar um conjunto de noções e práticas que permeiam as sociedades e grupos e são ligadas, por exemplo, ao reconhecimento de propriedades de plantas, consensos e práticas sociais comuns, valores norteadores que parecem pertencer a uma realidade atemporal, ou seja, estiveram sempre presentes e são reconhecidas por um grande número de pessoas sem ter passado pelo espaço de “validação científica”, que nesse caso, significaria o crivo do método usado pela ciência para chegar em suas conclusões. Isso não significa, que, nos dias atuais não se possa falar de uma espécie de «terreno comum» em que se estabelece um diálogo, uma espécie de entendimento entre as esferas do conhecimento tradicional e do conhecimento contemporâneo, técnico e científico.

Essa troca existe, e é bastante presente, ainda que, nem sempre, essas esferas sejam consideradas de maneira equivalente, uma vez que a “ciência” acaba prevalecendo. Em ciências humanas, nos últimos anos, esse debate se fez cada vez mais presente, dado que o registro, o resgate e o entendimento desses saberes tradicionais sempre esteve na pauta, de uma maneira ou de outra, de seu campo de pesquisa. Nesse caso, o sentido de incompatibilidade não se faz tão presente como em outras tradições científicas. Ainda assim, tem se construído cada vez mais o entendimento de que esse resgate e a ideia de que os saberes tradicionais devam ser pesquisados e referidos, junto com eles chama-se a atenção para que os valores de justiça social, participação popular e sustentabilidade estejam sempre presentes e cada vez mais na pauta do processo de construção dos saberes. Assim, para além de base e fonte, se entende, nas ciências humanas, que há que se dar voz ao saber tradicional, e que o diálogo deste com o conhecimento científico constitui-se enquanto riqueza e multidimensionalidade do mesmo.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Janaína de Paula do E. Santo

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE BANCO DE DADOS DIGITAIS: O CASO DA FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO	
Gabriel Luiz dos Santos Maria Celina Pedroso Alves Yuri de Lira Lucas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1252020081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
A REPRESENTAÇÃO DA VIDA RURAL POR MEIO DA MÚSICA SERTANEJA RAIZ E SUAS TRANSFORMAÇÕES – NAS VOZES DE TIÃO CARREIRO E PARDINHO	
Bruno de Caldas Martins Alessandro Henrique Cavichia Dias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1252020082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>28</b>
ALTERIDADE, IDENTIDADE E PROTAGONISMO INDÍGENA NO BRASIL E A DISPUTA PELAS TERRAS TRADICIONAIS	
Valéria Nogueira Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1252020083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
AS MULHERES NAS “POESIAS BÍBLICAS” DE DANIEL FARIA	
Marcus Mareano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1252020084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
CIBERCULTURA E AS NOVAS NUANCES EM SER NERD	
Adrielle Cristina Rodrigues Lucia Helena Vendrusculo Possari	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1252020085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
CIDADES SUSTENTÁVEIS: ESTUDO DOS INDICADORES DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB	
Juliana Moraes da Silva Souza Erbenia Lourenço de Oliveira Heverton Felinto Pedrosa de Melo	

Marucelle de Alcântara Bonifácio

**DOI 10.22533/at.ed.1252020086**

**CAPÍTULO 7.....74**

**CIRCULARIDADE, FOGO DOMÉSTICO E CRIANÇA KAIOWÁ: O CAMINHAR DAS CRIANÇAS PELA ALDEIA LARANJEIRA ÑANDERU**

Jéssica Maciel de Souza

Tania Milene Nugoli Moraes

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

**DOI 10.22533/at.ed.1252020087**

**CAPÍTULO 8.....85**

**COOPERATIVISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: A COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE VINHO DE JUNDIAÍ (AVA) NO ÂMBITO DO PROJETO MICROBACIAS II**

Tamires Regina Rocha

Alan da Silva Vinhaes

**DOI 10.22533/at.ed.1252020088**

**CAPÍTULO 9.....97**

**DO IMPRESSO AO DIGITAL: O USO DE NOVAS MÍDIAS PARA INFORMAR E ORIENTAR CONSUMIDORES**

Solange de Fátima Wollenhaupt

Lúcia Helena Vandrúsculo Possari

**DOI 10.22533/at.ed.1252020089**

**CAPÍTULO 10.....106**

**FROM THE TERRITORY TO THE CYBER SPACE: THE SEARCH FOR THE SYMBOLIC CAPITAL OF THE MISAK INDIGENOUS**

Jennifer Paola Pisso Concha

Mário Cezar Silva Leite

**DOI 10.22533/at.ed.12520200810**

**CAPÍTULO 11.....111**

**EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SUAS INTERFACES COM A VALORIZAÇÃO DA MULHER NO TRABALHO ASSOCIATIVO: O CASO DA ECOLANCHES**

Heverton Felinto Pedrosa de Melo

Marucelle de Alcântara Bonifácio

Juliana Moraes da Silva Souza

Erbenia Lourenço de Oliveira

Mariéli Barbosa Cândido

**DOI 10.22533/at.ed.12520200811**

<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>123</b>
ESPAÇO RURAL NO PLANO PLURIANUAL (2008/2011) DA BAHIA: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DISCURSO DO GOVERNO DO ESTADO	
Adelmo Santos da Silva Vanessa da Silva Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12520200812</b>	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>132</b>
FAZENDA GUATAPARÁ: O BERÇO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DE SÃO PAULO	
Denise Cristina Rosario Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12520200813</b>	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>145</b>
MÍDIA E CAMPANHA DA FRATERNIDADE, CAMINHO PASTORAL PARA A JUSTIÇA E A PAZ	
Leila Maria Orlandi Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12520200814</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>154</b>
O CANTO DE CLEMENTINA DE JESUS: UMA APRESENTAÇÃO SINCRETICA ENGAJADA MANIFESTADA A PARTIR DA DÉCADA DE SESSENTA	
Terezinha do Socorro da Silva Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12520200815</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>173</b>
O PAPEL E AS CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA URBANA EM PORTO FERREIRA-SP	
Alan da Silva Vinhaes Tamires Regina Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12520200816</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>185</b>
SOLIDARIEDADE COMO PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO PASTORAL E ECLESIAL	
Matheus da Silva Bernardes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.12520200817</b>	

**CAPÍTULO 18.....194**

**UMA RELAÇÃO DIVINA E CULTURAL ATRAVÉS DA PRÁTICA DO JONGO: MEMÓRIA DE UMA ANCESTRALIDADE DA CANTORA CLEMENTINA DE JESUS**

Terezinha do Socorro da Silva Lima

Ana Maria Cavaleiro de Macedo Bragança

**DOI 10.22533/at.ed.12520200818**

**SOBRE AS ORGANIZADORAS.....209**

**ÍNDICE REMISSIVO.....210**

# CAPÍTULO 1

## A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE BANCO DE DADOS DIGITAIS: O CASO DA FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO

*Data de aceite: 01/08/2020*

*Data de submissão: 20/05/2020*

### **Gabriel Luiz dos Santos**

Graduando em Geografia na Universidade Estadual Paulista – UNESP Presidente Prudente – SP  
<http://lattes.cnpq.br/6727741311048399>

### **Maria Celina Pedroso Alves**

Graduanda em Geografia na Universidade Estadual Paulista – UNESP Presidente Prudente – SP  
<http://lattes.cnpq.br/0475058992730696>

### **Yuri de Lira Lucas**

Graduando em Geografia na Universidade Estadual Paulista – UNESP Presidente Prudente – SP  
<http://lattes.cnpq.br/0815193481076245>

**RESUMO:** Este trabalho pretende apresentar o projeto de organização, diagnóstico e disponibilização dos conjuntos de recobrimentos aerofotogramétrico que estão no arquivo da Fundação Energia e Saneamento. Este material permite mostrar aspectos importantes da evolução da aerofotogrametria, enquanto técnica do sensoriamento remoto como forma de captação de informações da superfície terrestre, bem como, as transformações promovidas na paisagem em áreas da cidade e do estado de São Paulo. Os recobrimentos contêm voos direcionados ao aproveitamento hidroenergético de importantes rios antes, durante e depois da construção de empreendimentos como usinas, barragens

e reservatórios. O material se apresenta em diferentes suportes, escalas, conteúdos, recortes temporais contendo negativos em vidro e acetato, fotografias aéreas, plantas chaves, foto índices e mosaicos. Nosso desafio consiste em proporcionar ao pesquisador o acesso a dados geográficos de caráter histórico por meio de recursos tecnológicos disponíveis atualmente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cartografia, Sensoriamento Remoto, Aerofotogrametria, Geoprocessamento, Acervo histórico.

### THE PRESERVATION OF MEMORY FROM THE CONSTRUCTION OF A DIGITAL DATABASE: THE CASE OF FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO

**ABSTRACT:** This work intends to present the project of organization, diagnosis and availability of the sets of aerophotogrammetric coverings that are in the archive of the Fundação Energia e Saneamento. This material allows showing important aspects of the evolution of aerophotogrammetry, as a remote sensing technique as a way of capturing information from the terrestrial surface, as well as the transformations promoted in the landscape in areas of the city and the state of São Paulo. The coverings contain flights aimed at the hydro-energy exploitation of important rivers before, during and after the construction of projects power plants, dams and reservoirs. The material is presented in different supports, scales, contents, temporal cutouts containing glass and acetate negatives, aerial photographs, key plants, photo indexes and mosaics. Our challenge is to provide researchers with access to historical geographical data through the technological resources currently available.

**KEYWORDS:** Cartography, Remote Sensing, Aerophotogrammetry, Geoprocessing, Historical collection.

## 1 | INTRODUÇÃO

Para o homem, registrar o cotidiano, o trabalho e os acontecimentos de sua vida sempre foram primordiais e um grande desafio, trata-se da necessidade intrínseca de se fazer eterno e de não perder fatos relevantes para a sua sobrevivência e de seus pares. Diante da necessidade de conhecer e registrar os caminhos que circulava, caçava, pescava ou se abrigava, os homens começaram a gravar em placas de argila, madeira, metal, tecidos, papiros e pergaminhos informações relevantes do seu cotidiano. Daí, anotando as informações que eram vitais para a sua sobrevivência e escolhendo os símbolos que simplificaram a informação, suas anotações auxiliavam a si e ao seu grupo a sobreviver dia após dia. Na passagem do nomadismo para o sedentarismo surgiram mudanças na estrutura dos grupos, particularmente quando começaram a criar os animais para a sua alimentação, localizá-los ou transferi-los para ambientes com oferta de comida, exigia registro mais organizado dos itinerários e de locais mais seguros. Desta forma, os apontamentos tinham dupla função, serviam tanto para sua sobrevivência quanto para mapear o espaço dos adversários, seus locais de armazenamento de alimento e de proteção.

Assim, o registro é agora incorporado à vida humana, o que mudará ao longo do tempo será a forma e os suportes utilizados para fazê-lo. O aprimoramento deste ato introduz o conceito de documento e traz uma nova compreensão do que antes era algo precário e trivial ao homem.

“definir o documento representa em si um desafio”. Recuperar a palavra “documento” é uma maneira de analisar o conceito e então pensarmos numa definição: “documento: 1. declaração escrita, oficialmente reconhecida, que serve de prova de um acontecimento, fato ou estado; 2. qualquer objeto que comprove, elucide, prove ou registre um fato, acontecimento; 3. arquivo de dados gerado por processadores de texto” (HOUAISS, 2008, p. 260). Phillips (1974) expõe sua visão ao considerar que documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. (Cellard, 2008, p. 296)

No final do século XIX, com a escola positivista, o registro escolhido pela maioria dos historiadores era o documento escrito, sobretudo o oficial. Esse documento assumia o peso da prova histórica e a objetividade em garantia pela fidelidade ao mesmo, (VIEIRA, PEIXOTO e KHOURY, 1995). Os historiadores Seignobos e Langlois, no século XIX, fizeram do documento o principal elemento de discussão de uma obra de metodologia que influenciou inúmeros pesquisadores – *Introduction aux études historiques*. Esses historiadores deram início ao desenvolvimento da História como ciência, todavia o conceito de documento se aplicava quase que exclusivamente ao texto, e, particularmente, aos arquivos oficiais. Tal definição decorria principalmente da abordagem histórica praticada por quase todos os investigadores da época: “uma abordagem conjuntural, focada, sobretudo, nos fatos e gestos dos políticos e dos ‘maiorais’ deste mundo” (CELLARD, 2008). Entretanto, foram sendo incorporadas novas compreensões sobre o conceito de documento e seus suportes

“pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc” CELLARD, 2008(p. 297).

Appolinário (2009), amplia a definição de documento: “Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros”. De acordo com o conceito técnico da Associação de Arquivistas Brasileiros, o documento define-se como qualquer informação fixada em um suporte (AAB, 1990). O processo de construção do conhecimento recorre as fontes documentais, se possível a fontes primárias, pois assim se conhece a história respeitando questões relacionadas à concepção, ampliação e utilização do que se reconhece teórica e metodologicamente como documento. O termo latino *documentum* assumiu, no fim do século XIX e início do XX, o significado de prova para os historiadores positivistas que apresentavam o documento/texto como fundamento do fato histórico, como testemunho escrito do historiador, apesar da subjetividade do historiador frente ao texto:

“A única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos.” Fustel de Coulanges (1888, La Monarchie Franque).

Este conjunto de informações em diferentes suportes, gravados ou escritos, produzidos no cotidiano da vida humana, seja dentro de uma estrutura organizacional ou por indivíduos que acharam por bem registrar seus afazeres e preservá-los, assume um caráter de prova de fatos, acontecimentos e decisões, trazendo-nos inúmeras possibilidades de pesquisa, dentro do conhecimento material ou imaterial.

A nós interessa particularmente os documentos recolhidos pela Fundação Energia e Saneamento produzidos pela empresa The São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd. sediada em Toronto, mais conhecida como Light, ao longo de quase seis décadas. Este material teve a função de oferecer o subsídio necessário para a empresa atuar nos primórdios da implantação de energia elétrica e do transporte na província de São Paulo. O conjunto documental é composto por projetos técnicos de arquitetura, engenharia e documentação geográfica, fotografias (aéreas e terrestres), planos de trabalho, relatórios contábeis, jurídicos, correspondências, álbuns de clippings de jornal e relatórios anuais de diretoria Brasil-Canadá, cujo conteúdo retrata a trajetória da empresa que deixou marcas profundas nas feições da paisagem urbana na cidade e no estado de São Paulo.

## 2 | FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO

Em 1998 as empresas do setor elétrico brasileiro estavam sendo privatizadas e havia uma grande preocupação em criar uma instituição com o propósito de preservar a memória e o patrimônio gerado pelas concessionárias que produziam e acumulavam documentos, peças e imóveis representativos da implantação do fornecimento de gás, eletricidade e transporte público para São Paulo. Nascia assim a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo com o objetivo de empreender meios para salvaguardar

tão rico material. Em 2004, a instituição incorpora a temática do saneamento à sua missão. Assim renomeada como, Fundação Energia e Saneamento. O acervo da Fundação é composto por mais de 1.600 metros lineares de documentos técnicos e gerenciais, 260 mil documentos fotográficos, cerca de 3.500 objetos museológicos, 50 mil títulos na biblioteca, aproximadamente 45.000 km<sup>2</sup> de recobrimento aerofotogramétrico inseridos no conjunto de documentos geográficos, além de audiovisuais e sonoros, reunidos a partir de meados do século XIX.

Trata-se de acervo especializado na área de energia, formado basicamente pela documentação das empresas de energia paulistas, havendo também coleções particulares reunidas por profissionais que atuaram no setor energético e de saneamento básico. Este material é fonte primária para pesquisas relacionadas ao processo de urbanização, industrialização e meio ambiente. Os principais conjuntos documentais foram obtidos junto às companhias Eletropaulo, atual Enel Distribuição São Paulo (herdeira do acervo da centenária The São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd.), Companhia Energética de São Paulo (Cesp), Companhia de Gás de São Paulo (Comgás) e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Dentre a imensa quantidade de material a ser tratado, este grupo escolheu o Fundo Eletropaulo<sup>1</sup>, dentro dele o grupo Documentos Geográficos<sup>2</sup> e a série Aerofotogrametria. A origem e função dos documentos analisados exigiu o Núcleo de Documentação e Pesquisa da Fundação Energia e Saneamento constituísse uma equipe multidisciplinar formada por arquivista, historiadores, conservadores e geógrafo. Participa também do projeto a Engenharia Cartográfica da Unesp – Universidade Estadual Paulista oferecendo apoio técnico-metodológico para a construção dos instrumentos de pesquisa georreferenciados nomeados como foto índices digitais. Para demonstrar a importância que a documentação estudada contém, faremos um breve resgate da evolução da cartografia e como esta ferramenta do planejamento urbano era produzida dentro da empresa.

### 3 | A CARTOGRAFIA NA HISTÓRIA

A cartografia é a arte de conceber, levantar, redigir e divulgar mapas, segundo o conjunto dos estudos e das operações científicas, artísticas e técnicas a partir de resultados de observações diretas ou da exploração de uma documentação, a partir da elaboração e do estabelecimento de mapas, planos e outros modos de expressão, conforme define a Associação Cartográfica Internacional. Entretanto, um mapa é sempre uma representação, imprecisa, pois se trata de uma simplificação, controlado por técnicas e métodos de correção, por meio de registro de dados quantitativos e qualitativos, imprime uma identidade na maneira que registra as formas, os objetos, os fatos e as relações ali estabelecidas.

O ato de mapear é carregado de intencionalidade, precisa respeitar a hierarquia das informações e ter lógica, pois o uso desordenado da simbologia cartográfica provocará

1. Unidade constituída pelo conjunto de documentos produzidos ou acumulados no exercício das funções de entidades ou pessoas que, no arquivo permanente, passa a conviver com arquivos de outra. Dicionário de Terminologia Arquivística, Associação de Arquivistas Brasileiros, São Paulo, 1996.

2. Informações de natureza geográfica podem ser retiradas dos mais diversos documentos. ... Entretanto, alguns documentos, caracterizam-se por concentrar, ou ter como principal objetivo, as representações territoriais. Esta é uma das características fundamentais e exclusivas dos documentos denominados geográficos. Artigo publicado em MEMÓRIA ENERGIA. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, n. 28. 2001, 120 p.

dúvidas e confusões durante a sua análise, levando o usuário a erros de interpretação. Fernand Joly (1990) nos diz ser necessário um vasto conhecimento do assunto que será cartografado, com clareza dos métodos escolhidos pois é uma ciência, uma técnica é uma arte. Utiliza da observação, identifica, localiza, analisa e classifica os objetos. Por meio de uma linguagem cujos símbolos são universais imprime informações do espaço estudado de forma representativa. Portanto, cartografar fenômenos em um dado espaço faz parte do nosso cotidiano, apropriado pela humanidade invade a nossa vida de várias formas: mapas rodoviários, plantas das cidades, rotas turísticas, tendo uma linguagem de fácil assimilação na nossa vida. “O espaço é [...] a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais” (SANTOS, 1996, p. 88).

A cartografia da antiguidade tem num mapa oriundo da Babilônia de 2.400 a.C., apresentando o rio Eufrates a mais significativa representação. Deste povo, datado de 500 a.C. surge um mapa-múndi, segundo a concepção de que a Terra teria a forma de um disco, delimitada pelo mar. Encontramos na China um mapa de 227 a.C. que demonstra uma clara divisão social territorial que, segundo RAISZ, estabelece um mundo concebido por zonas concêntricas, tendo-a ocupando o centro do mundo, ficando os bárbaros na periferia, fato comum a outros povos também era ficar no centro do mapa. Ademais, somente na Grécia com Hiparco (160-120 a. C) surgem os fundamentos desta ciência com o uso de métodos astronômico. Aos gregos também é creditada a compreensão da esfericidade da Terra, além da existência dos pólos norte e sul, do equador e da noção de latitude e longitude. Considerando a contribuição dos povos para esta ciência, devemos mencionar os árabes, tendo suas raízes no estudo promovido por Ptolomeu e de Alfraganus, associando matemática e geometria, introduziram um saber importante no contexto geográfico e astronômico aos mapas da época.

Nesse contexto, coube aos árabes introduzir elementos religiosos à sua produção, pois entendiam que esta era uma ciência agradável a Deus ao auxiliar este povo no caminho para Meca. Por outro lado, considerando as constantes guerras entre os mouros e os cristãos, sua produção tinha uma forte vocação militar, conforme demonstra o mapa de Idrisi, construído para o rei da Sicília, Rogério II por volta do século XII. Apesar de todo conhecimento produzido pelos gregos, durante o auge do feudalismo, nos séculos III e IV, os mapas refletem o pensamento da época, com forte caráter religioso e artístico, adaptando a “Orbis Terrarum” dos romanos às concepções teológicas, indicando Jerusalém como o centro do mundo. Mas o surgimento das cruzadas impulsionou uma nova compreensão dos caminhos, tendo nos registros dos navegantes a localização de novas rotas, com um maior número de rotas, terras, promovendo um novo conhecimento sobre a Terra e sua forma. O advento das cartas náuticas no final da Idade Média (séc. XIII), promoveram o preenchimento de informações onde antes havia apenas a marcação dos portos, feições da costa, além de introduzirem o sistema de rosa-dos-ventos e de rumos. Ou seja, de posse de registro de navegação, complementava-se os mapas com dados e informações de forma a torná-los mais precisos e completos.

Obviamente que as grandes navegações trouxeram à Europa o conhecimento de um mundo muito mais vasto do que se conhecia até então, e neste momento, se torna necessário difundir esse conhecimento, tornando este produto de alto valor comercial, proporcionando, por vezes a omissão de dados no documento copiado, segundo o interesse da coroa.

Tivemos na invenção e gravação impressa dos mapas a segunda grande contribuição do desenvolvimento da cartografia à humanidade, pois substituía a cópia feita à mão. Por fim, o período das navegações protagonizou para Portugal e Espanha o advento dos grandes descobrimentos, de grande valor estratégico, político e administrativo, pois representavam para a burguesia poder, riqueza e dominação. Diante do grande interesse da coroa portuguesa em descobrir novas rotas comerciais, KISH nos informa que houve um reforço no caráter científico dos mapas, tornando-os sigilosos segundo o interesse econômico de cada nação. Finalizando essa breve descrição, temos em Mercator (1512-1594) o desenvolvimento de um sistema de projeção que conservava os rumos corretos, preciosa para a navegação, foi utilizada no planisfério, permanecendo até hoje como baluarte da dominação do mundo, pois mantém a Europa no centro do mapa. Segundo Joly (1990), no século XVII ocorre uma mudança na história da cartografia que deixa de preocupar-se com a descrição do planeta e seus astros e passa a dedicar-se a cartografar dados de interesse econômico e militar, onde informações mais detalhadas eram registradas em escalas maiores. Este avanço científico deu origem à Cartografia Temática, norteada pela demanda por mapas decorrentes das grandes navegações e da exploração econômica das colônias, consolidando o mapa como a expressão do raciocínio da realidade. Esta nova construção mental na Cartografia ficou evidente com a preocupação do mapeamento do uso da terra (ROBINSON, 1982, MARTINELLI, 2005).

No Brasil mapas eram produzidos desde o período colonial, mostrando as capitânicas hereditárias com seus núcleos urbanos, rios, vias de acesso, onde o caráter artístico dominava mais que a precisão geométrica. É indissociável a ligação entre a economia cafeeira e o desenvolvimento da cartografia sistemática no país, pois sendo está uma atividade agrícola, passou a ocupar áreas ainda desconhecidas, portanto, era necessário o levantamento das áreas de produção, rotas de escoamento e disponibilidade de mão de obra. O conhecimento do território era precário e de pouco caráter científico, assim, com o objetivo de produzir conhecimento científico, foi criada no Estado de São Paulo a Comissão Geográfica e Geológica, fruto de viagens de investigação sobre os recursos naturais que estavam em andamento desde 1875. A primeira Comissão existiu por dois anos, mas deixou um importante legado sobre a geologia do país. Somente em 1886 instala-se definitivamente Comissão Geographica e Geológica da Província de São Paulo (CGG), cujo objetivo era pesquisar o território paulista e produzir mapeamento sistemático com vistas ao desenvolvimento econômico da província. No período de 1886 a 1931, ocorreram muitas mudanças na configuração do CGG e desmembramentos foram efetuados, mas seu legado é inquestionável e pode ser confirmado pela pesquisa disponível por meio de seus mapas, fotografias e cadernetas de campo, de muito valor para diversas áreas do conhecimento.

Há uma transição de orientação e reorganização dos órgãos de produção de conhecimento sobre o território no período de 1931 a 1938, mas neste último ano surge o Instituto Geográfico Geológico. Instituto Geográfico Geológico (IGG), criado por decreto do império, foi a primeira instituição de pesquisa do estado de São Paulo, cuja qualidade era inegável e o produto do seu mapeamento era apresentado nas escalas 1:100.000 e 1:150.000. A evolução das técnicas e da tecnologia, trouxe para a cartografia o que chamamos de sensoriamento remoto. Essa tecnologia trata-se da obtenção de informação

relativa aos recursos naturais do planeta ou seu meio ambiente, por meio de sensores instalados a bordo de plataformas em altitude (aviões e satélites), coletando a radiação eletromagnética emitida ou refletida por um alvo, convertendo-a em um sinal que é posteriormente processado em terra, produzindo imagem ou dados digitais. O que antes era realizado em meio analógico mudou radicalmente nos últimos 30 anos com o advento do geoprocessamento, de banco de dados robustos e da inteligência artificial.

#### **4 | PRODUZINDO MAPAS, DESENHANDO A CIDADE**

As atividades desenvolvidas pelas empresas de água, energia e transporte, exigiam um sólido conhecimento do território, sem que qualquer passo fosse dado antes de um minucioso estudo de suas potencialidades. Ou seja, considerando o universo de trabalho das empresas energéticas instaladas no Brasil, há de se supor que todas as suas atividades exigiam algum tipo de registro cartográfico, desde o planejamento até a finalização do trabalho, nenhuma intervenção no território poderia ser feita sem que houvesse um documento localizando a ação. Essa necessidade de mapear servia para a implantação projetos de eletrificação urbana e rural, implantação de linhas de transmissão, construção de usinas, controle de reservatórios, controle de vegetação aquática, para citar alguns. Portanto, mapear as áreas de concessão não era tarefa rápida mas necessária e para isso a Light utilizava duas fontes: fazia uso dos documentos oficiais produzidos pelos órgãos especializados e executava, ela mesma, mapeamento para dar suporte e orientação técnica a usuários internos e externos com a finalidade de realizar as atividades sob sua concessão. Tal material servia de referência para um estudo mais detalhado do terreno pelas companhias de energia. Era executado por meio de levantamentos topográficos feito com teodolito, de forma simples e continha informações reduzidas do espaço. Apesar de não ter como atribuição produzir cartografia, muitas empresas de energia o faziam para atender às necessidades do consumidor, pois esta chegava às localidades antes dos demais serviços públicos. Através de um croqui, as empresas realizavam os levantamentos no terreno e lançava os dados em bases organizadas com sistema de coordenadas, escalas adequadas, voltadas para implantação de pontos de energia, linhas de transmissão, postes de luz, linhas de bonde, estações de transmissão de energia e outras ações de áreas que já estavam sob a sua responsabilidade cujo ponto de energia havia sido pedido por município ou empreendimento comercial/industrial.

Estes documentos, disponíveis no acervo da Fundação são, via de regra, levantamentos planialtimétricos com escalas de 1:1000 até 1:10.000, ainda desconhecidos do grande público. Entre os materiais cartográficos guardados no acervo destacamos um que retrata a ocupação e desenvolvimento do planalto de Piratininga com grande beleza e plasticidade: o Mapeamento Sara Brasil. O Società Anonima de Relevamenti Aerofotogrammetrici (SARA) introduz de forma espetacular elementos de uma tecnologia moderníssima para a época, a aerofotogrametria em escalas inovadoras, 1:1000 e 1:5000 em áreas urbanas transposta para mapas topográficos precisos e belos. O SARA adquirido pela Light não está acompanhado das fotografias aéreas e nem mesmo dos negativos em placas de cristal que receberam as imagens e dando origem ao mapeamento. Infelizmente, os originais foram destruídos durante os bombardeios que assolaram a Itália na segunda guerra mundial e que atingiram a sede da empresa responsável pelo mapeamento,

informação obtida pela equipe da Fundação junto ao representante do Instituto D'Agostini, responsável pela impressão da cartografia na época, em meados de 2001.

O segundo conjunto documental de grande relevância é este que apresentamos neste trabalho, são os aerolevantamentos contratados pela Light que integram o Fundo Eletropaulo realizados entre os anos de 1928 e 1959, com o objetivo de obter informações sobre o território paulista e arredores, particularmente sobre sua hidrografia e o potencial hidroenergético em razão do processo de expansão urbana e início da industrialização que demandava por pelo fornecimento de energia pela metrópole paulista.

A técnica empregada, o levantamento aerofotogramétrico consiste na obtenção de fotografias aéreas geradas por um sistema sensor instalado na aeronave e representa uma evolução importante enquanto técnica de sensoriamento remoto. A produção desses projetos consistia em obter, em escala de detalhe, dados geográficos para nortear a escolha de rios e áreas que permitissem a instalação de reservatórios, barragens e usinas hidrelétricas, tais levantamentos aéreos comportam cerca de 45.000 km<sup>2</sup> envolvendo as principais bacias hidrográficas do Estado de São Paulo e limites com Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Cada recobrimento gerou um grupo de documentos chamados de produtos decorrentes do aerolevantamento: negativos, fotografias aéreas, mosaicos, planta chave do recobrimento, planta chave de distribuição dos negativos, e, em alguns casos, foto índices. Para que o pesquisador identifique quais são as fotografias que envolvem sua área e objeto de interesse ele utiliza instrumentos de pesquisa cartográficos como mapas, plantas, croquis e foto índices para buscar aquelas que lhe são de maior interesse.

Dependendo do tamanho da área de estudo e da escala fotográfica utilizada, muitas fotos são necessárias para cobrir a referida área. Assim, para auxiliar no conhecimento do histórico da área de estudo vislumbrando a elaboração de vários cenários pode-se utilizar um fotoíndice, que é um conjunto de fotografias aéreas superpostas pelos detalhes que lhes são comuns. O fotoíndice permite visualizar o conjunto fotografado e identificar fotografias e faixas de vôo pelos seus códigos, ou também obter dados de imagens de área de estudo, podendo produzir por exemplo, diversos mapas temáticos e deles extrair informações sobre o uso das terras, a organização espacial, as alterações da paisagem e os aspectos positivos e negativos dessas alterações. (JESUS; ANTONELLO, 2009, pg. 3937).

O conjunto aerofotogramétrico do Fundo Eletropaulo, produzido no período de 1928 a 1959 possui mecanismos de busca de imagens limitados frente aos avanços tecnológicos atuais, são plantas chave que distribuem a área recoberta sem referências de localização como latitude e longitude. A utilização desse material, na forma como foi produzida, implicaria em muito tempo de busca pela área de interesse por parte do pesquisador considerando as drásticas mudanças na paisagem paulista ocorrida desde a realização dos recobrimento. A produção do foto índice mostrou-se necessária pois possui as informações cartográficas para do dado geográfico da área de interesse do usuário numa ferramenta amplamente utilizada por vários segmentos, o georreferenciamento.

Assim, de forma a mostrar o trabalho realizado e o produto obtido que será disponibilizado em meio digital pelo Núcleo de Documentação e Pesquisa da Fundação Energia e Saneamento, utilizamos um dos levantamentos encomendado pela Light para

compor seu estudo prévio da execução do Projeto Obras da Serra, tendo como área de interesse a calha do rio Pinheiros, antes das obras de retificação quando as suas margens ainda eram ocupadas por sítios e imóveis destinados ao lazer. (figura 1).

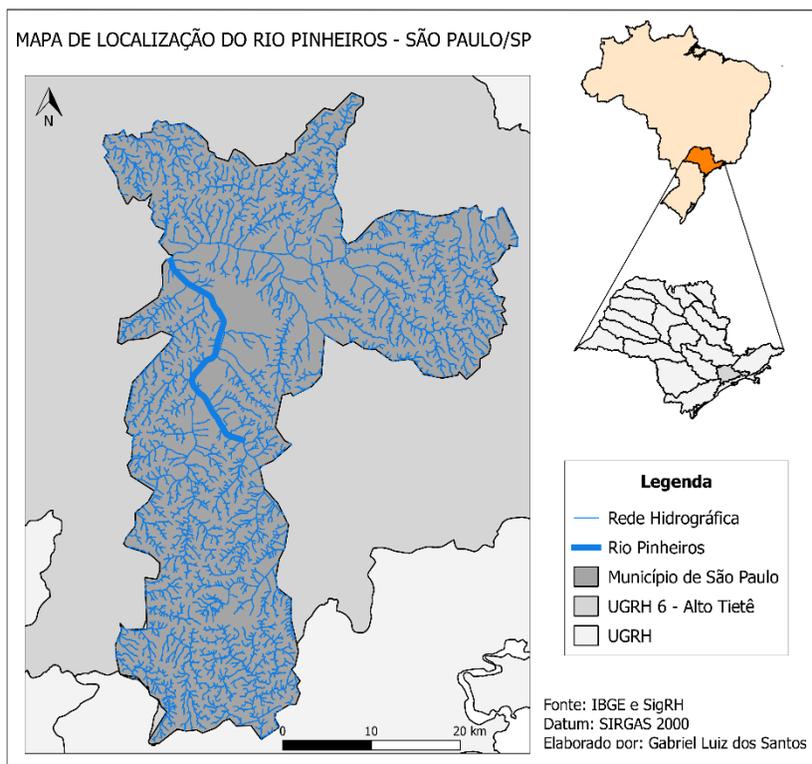


Figura 1: Mapa de localização do Rio Pinheiros – São Paulo/SP

Fonte: Autoria própria (2020)

Os mapeamentos exploratórios do rio Pinheiros e áreas vizinhas no planalto paulista fazem parte de uma grande ação da Light chamada Obras da Serra, que incluía a construção da Usina de Henry Borden em Cubatão, na formação dos reservatórios Billings e Guarapiranga, bem como na construção das usinas elevatórias de Pedreira e Traição, Resultaram, também, na retificação da sua calha e na reversão do fluxo das águas deste rio criando as condições para a efetiva ocupação urbana em suas margens.

## 5 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto de tratamento da série aerofotogrametria do Fundo Eletropaulo começa pela limpeza, higienização, entrefolhamento, notação e reacondicionamento de todos os documentos pertencentes a cada um dos serviços de recobrimento localizados no arquivo. Foi utilizado papel neutro e caixas acondicionadoras e dispensados as embalagens anteriores

que não possuíam os requisitos de preservação de documentos. Neste mesmo contexto, ações de controle de umidade e temperatura foram implantadas para retardar os efeitos de deterioração próprias da vida útil do material.

Procedemos, concomitantemente, o inventário, documento a documento, para avaliar e quantificar a totalidade dos itens dos conjuntos, segundo sua natureza: negativos, fotografias, plantas chaves do recobrimento e da distribuição das imagens, foto índice (quando havia) e mosaico de grande formato. Esta etapa foi feita com o objetivo de verificar se havia documentos que extraviaram ao longo de sua utilização na empresa, qualidade de obtenção do dado geográfico em razão da deterioração de alguns conjuntos e a necessidade de construir instrumentos de acesso ao material. Ao iniciarmos o inventário tínhamos conhecimento de 66 conjuntos que recobriam o estado, ao longo do trabalho foram identificados outros conjuntos chegando-se ao número de 84 voos, sendo que nem todos possuem a totalidade dos produtos decorrentes do recobrimento aerofotogramétrico.

Com vistas a preservação dos documentos os negativos foram digitalizados na sede da Fundação Energia e Saneamento, e, com a parceria do Instituto Geográfico e Cartográfico do estado de São Paulo (IGC), realizamos a digitalização das plantas chaves, foto índices (quando houver) e mosaicos de grande formato. Ao realizar a preparação das imagens para a construção dos fotos índices e o georreferenciamento dos conjuntos, foi estabelecida uma parceria com o Laboratório de Aerofotogrametria e Sensoriamento Remoto da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente, sob a supervisão dos professores, Antônio Maria Garcia Tommaselli, Maurício Galo e Adilson Berveglieri, do Departamento de Cartografia no intuito de recebermos um suporte metodológico e agregar mais qualidade ao trabalho.

Assim, todos os documentos que envolvem os recobrimentos estão em meio digital, constituindo assim um banco de imagens amplo, rico e, principalmente, preservacionista. As imagens utilizadas na construção de foto índices são do banco de dados digitais organizados a partir dos levantamentos aerofotogramétricos realizados pela companhia de energia São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd, ou simplesmente Light, entre 1933 e 1959. São aerofotos, pancromáticas, com escalas de voo que variam entre 1:5000 e 1:25000.

Os arquivos digitalizados foram redimensionados, recortados e convertidos do formato TIFF para o JPEG, visando reduzir o tamanho e a qualidades das fotos e assim, facilitar sua manipulação. Posteriormente as imagens foram catalogadas, visando facilitar a identificação individual e a busca no conjunto. Nessa etapa foram utilizados os Softwares livres Image Manipulation Program (GIMP), versão 2.10.12 e o IrfanView 64, na versão 4.53. (Figura 2 e 3).

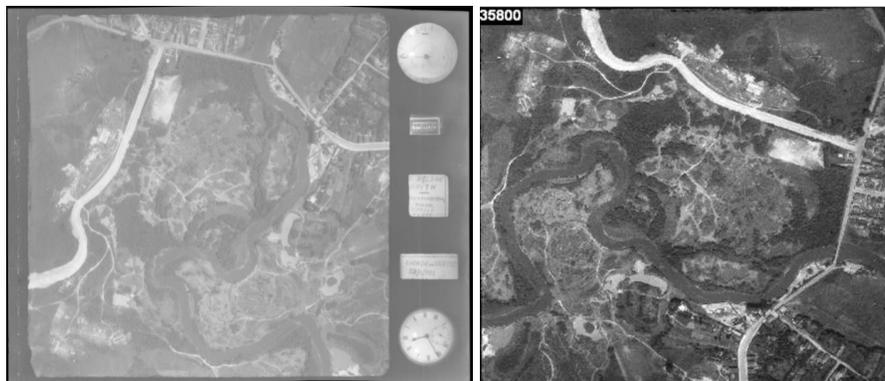


Figura 2 e 3: Comparação entre o Negativo digitalizado ainda com os dados originais do voo e o mesmo após o tratamento em meio digital (correções e adição da notação).

Fonte: Acervo da Fundação Energia e Saneamento (2020).

Para o georreferenciamento das imagens foi utilizado o Software QGIS Desktop, versão 3.8.1. Livre, com código-fonte aberto e multiplataforma de sistema de informação geográfica, o software permite a visualização, edição e análise de dados geográficos, sendo bastante apropriado para tal finalidade. No Qgis é inserida uma nuvem de pontos sob a imagem digital, de modo que lhe são atribuídas coordenadas X e Y (Latitude e Longitude), utilizado a ferramenta “georreferenciador”. As bases cartográficas utilizadas foram disponibilizadas pelo Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo (IGC). Para os recobrimentos fora do estado de São Paulo ou que abrange áreas dos estados vizinhos como Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, foi utilizado o Google Earth Pro, para a obtenção de coordenadas e o reconhecimento das feições equivalentes. O sistema de coordenadas adotado foi o Universal Transversa de Mercator (UTM) e o Datum o SIRGAS 2000.

## 6 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em alguns conjuntos foram identificadas problemáticas relacionadas a não sobreposição das feições reconhecidas nas imagens da cartografia histórica, quando comparadas as bases cartográficas atuais, mesmo após diversas correções durante o georreferenciamento. As deformações, bem como mudanças de escala em imagens do mesmo conjunto podem estar associadas com mudanças de altitude e direção do voo ou até mesmo com as condições atmosféricas atuantes no momento do recobrimento aerofotogramétrico. Tais problemas podem ser corrigidos através do tratamento individual das imagens ou realizando o processo de ortoretificação. Embora parte dos conjuntos documentais sejam relativamente antigos, oriundos de levantamentos aerofotogramétricos produzidos entre as décadas de 1930 e 1950, os negativos originais apresentam consideráveis qualidades técnicas em termos de resolução espacial e formação de pares estereoscópios.

O armazenamento do conjunto documental em condições adequadas também é

um fator importante que contribuiu para a conservação dos negativos originais, facilitando o reconhecimento e a interpretação das áreas recobertas. Nesse sentido, a qualidade das imagens originais viabilizou a montagem dos fotoíndices, o georreferenciamento e a descrição destas áreas, algumas bastante transformadas em razão das dinâmicas sociais e econômicas que imprimiram ao longo do século XX novos arranjos espaciais como produto da ação do homem sob a natureza.

Dessa forma, é possível compreender que os fenômenos econômicos, sociais e políticos estão intimamente relacionados às características do espaço natural. Tal fato pôde ser apreendido ao analisarmos o rio Pinheiros e seu entorno, ao compreendermos que as intervenções no seu leito e áreas de várzea estão diretamente associada a intrínseca relação existente entre a necessidade de se ganhar novos espaços em função do crescimento urbano e desenvolvimento industrial da capital paulista de um lado, e as características hidrográficas de sua bacia, que permitiram não apenas a geração de energia hidrelétrica, mas também o represamento das águas para a o abastecimento urbano e o controle de enchentes.



Figura 4: Em tons de cinza as imagens do levantamento aerofotogramétrico realizado em 1933 que recobre a calha do Rio Pinheiros. O fotoíndice após o georreferenciamento pode ser sobreposto a bases cartográficas atuais (imagem colorida), viabilizando a análise das mudanças no uso e ocupação do solo na região.

Fonte: Autores (2020).

Nome	Número do Serviço	Ano do Recobrimento	Escala do Voo	Área Recoberta em km <sup>2</sup>	Quantidade de Negativos	Quantidade de Fotografias
Pinheiros, rio	62	1933	1:5 000	24,42	66	294

Ficha resumo do conjunto:

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de levantamentos aerofotogramétricos do Fundo Eletropaulo sob a guarda da Fundação Energia e Saneamento, registram um importante momento histórico sobretudo da cidade e do estado de São Paulo. A aplicação das técnicas cartográficas modernas em documentos históricos é um instrumento de suma importância para a preservação da memória, ao viabilizar o acesso a informações usando o georreferenciamento. Nesse sentido, este trabalho contribui para o desenvolvimento de abordagens multidisciplinares que contemplem interesses de diversas áreas do conhecimento como a História, Geografia e Arquivologia na construção de instrumentos de acesso de natureza cartográfica para o meio digital.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (AAB). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. São Paulo, CENEDEM, 1990.

APPOLINÁRIO, F. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.

ARAUJO, Iris Morais. Versões do “progresso”: a modernização como tema e problema do fotógrafo Militão Augusto de Azevedo (1862-1902). 2006. 249 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Cap. 1. Disponível em: 292 <[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21072011-091537/publico/2006\\_IrisMoraisAraujo.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21072011-091537/publico/2006_IrisMoraisAraujo.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2019.

BARBUY, Heloisa. A cidade exposição. Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914. São Paulo, Edusp, 2006.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira, Arqueologia da paisagem urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942). Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 64, p 99-130 ago.2016

CAMPOS, Eudes. A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos materiais. Obras públicas e arquitetura vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto de Azevedo, datadas do período 1862-1863. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.15. n.1.p. 11-114. jan-jun. 2007.

CAMPOS, Eudes. São Paulo antigo: plantas da cidade. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (20): set/out.2008. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1810.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008. CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERASOLI, Josianne Francia. Modernização no Plural: Obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX. 2004. 423 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280690>>. Acesso em: 19 out. 2019.

MONACO, Flávio Eduardo di. O Banquete do Leviatã: direito urbanístico e transformações da zona central de São Paulo (1886-1945). 2007. 488 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-31052010-100447/publico/banquete\\_do\\_leviata\\_tese\\_flavio\\_eduardo\\_di\\_monaco\\_texto.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-31052010-100447/publico/banquete_do_leviata_tese_flavio_eduardo_di_monaco_texto.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2019.

FONSECA, Fernanda Padovesi; OLIVA, Jaime Tadeu. Espaço e Cartografi: Teoria do Espaço e avaliações da Cartografia e das Paisagens Pictóricas. Revista Territorium Terram, São João Del-rei, v. 1, n. 1, p.24-45, Out/Mar-2012/2013. Semestral. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia\\_tematica/leitura%202/2-fernanda-o%20que%20E9%20mapa.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%202/2-fernanda-o%20que%20E9%20mapa.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2019

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. Confins, [s.l.], n. 5, p.19-51, 19 mar. 2009. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/confins.5724>. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/5724>>. Acesso em: 19 out. 2019.

HARLEY, John Brian. La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2005. 398 p.

JESUS, Bruna. ANTONELLO, Sérgio. A elaboração de um fotoíndice com base em documentos históricos da bacia hidrográfica do rio Corumbataí- SP. In Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, p. 3935-3941.

JOLY, Fernand. A cartografia. 15. ed. Campinas: Papyrus, 1990. 112 p.

LANGENBUCH, Juergen Richard. A estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana. 26. ed. Rio de Janeiro: Ibgge, 1971. 354 p.

LUSSAULT, Michel. La ville Clarifiée. In: CAMBRÉZY, Luc e MAXIMY, René. La Cartographie em debat: representer ou convaincre. Paris, Éditions Karthala e ORSTON, 1995, p. 157-193.

MARTINELL, Marcello. Mapas da geografia e cartografia temática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 112 p.

MENDES, Ricardo. S.A.R.A. Brasil: restituindo o Mapa Topográfico do Município de São Paulo. Informativo Arquivo Histórico de São Paulo, 10 (37): dez.2014. Disponível em: <[www.arquivohistorico.sp.gov.br](http://www.arquivohistorico.sp.gov.br)>. Acesso em: 29 jun. 2015.

OLIVA, Jaime; FONSECA, Fernanda Padovesi. Reflexões sobre o urbano, a cartografia e a iconografia: O caso da metrópole de São Paulo. Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos, v. 5, n. 2, p. 11-38. Disponível em: <<http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/download/140/72>>. Acesso em: 19 out. 2019.

PASSOS, Maria Lucia Perrone & Emidio, Tereza. Desenhando São Paulo, mapas e Literatura. São Paulo, Imprensa Oficial, 2009.

PAULA, E. Simões de. A segunda fundação de São Paulo. Da pequena cidade à grande metrópole de hoje. **Revista de História**, [s.l.], v. 8, n. 17, p. 167, 6 mar. 1954. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v8i17p167-179>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36096/38817>. Acesso em: 19 out. 2019.

RODRIGUES, Marcos. Geoprocessamento. 1987. 346 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SÃO PAULO: Secretaria de Economia e Planejamento/Instituto Geográfico e Cartográfico, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Viagem pela cartografia do território paulista: da exploração dos rios às imagens dos satélites, 1ª ed., 188 p., 2010.

VIEIRA, Mari do Pilar de Araujo; KHOURY, Yara Aun; PEIXOTO, Maria do Rosario da Cunha. A pesquisa em história. 3. ed. São Paulo: Atica, 1995. 80 p.

# CAPÍTULO 2

## A REPRESENTAÇÃO DA VIDA RURAL POR MEIO DA MÚSICA SERTANEJA RAIZ E SUAS TRANSFORMAÇÕES – NAS VOZES DE TIÃO CARREIRO E PARDINHO

Data de aceite: 01/08/2020

Data de submissão: 03/05/2020.

### Bruno de Caldas Martins

UNIJALES - Centro Universitário de Jales.  
Jales, São Paulo.

CV: <http://lattes.cnpq.br/8074665724806850>

### Alessandro Henrique Cavichia Dias

UNIJALES – Centro Universitário de Jales.  
Jales, São Paulo.

CV: <http://lattes.cnpq.br/8390433227105801>

**RESUMO:** Este presente artigo tem por objetivo analisar como a música sertaneja raiz apresenta elementos da vida rural no Brasil, utilizando para tal, uma das duplas que obtiveram grande destaque no cenário da música sertaneja raiz, Tião Carreiro e Pardinho. Para tal análise é imprescindível que se discuta aspectos que vão interferir na música sertaneja raiz e consequentemente na sua representatividade exercida, como aspectos políticos, surgimento da indústria fonográfica, embate entre tradição e modernidade, nesse cenário Tião Carreiro e Pardinho, atinge auge de sua carreira na década de 60, já vivenciando o início de uma modernização como a implementação de novos instrumentos ao estilo, que passam a acompanhar a viola caipira e o violão, porém marcados por conseguir um equilíbrio entre adequar aos pedidos das modernas gravadoras e manter viva essência caipira.

**PALAVRAS-CHAVES:** música sertaneja raiz, Tião Carreiro e Pardinho, representação da vida rural, indústria fonográfica.

### THE REPRESENTATION OF RUAL LIFE THROUGH SERTANEJA RAIZ MUSIC AND ITS TRANSFORTIONS - IN THE VOICES OF TIÃO CARREIRO AND PARDINHO

**ABSTRACT:** This article aims to analyze how rural sertaneja music presents elements of rural life in Brazil, using for that, one of the pairs that obtained a great prominence in the music scene of the rural sertaneja, Tião Carreiro and Pardinho. For this analysis it is essential to discuss aspects that will interfere in the rural sertaneja music and consequently in its representativeness exercised, such as political aspects, emergence of the speech-language industry, clash between tradition and modernity, in this scenario, Tião Carreiro and Pardinho, reaches the peak of its career in the 60s, already experiencing the beginning of a modernization as the implementation of new instruments to the style, which come to accompany the viola caipira and the guitar, but marked by achieving a balance between matching the demands of modern record companies and keeping alive essence country guy.

**KEYWORDS:** music sertaneja root, Tião Carreiro and Pardinho, representation of rural life.

### 1 | DESAFIOS DE ANALISAR HISTÓRIA E MÚSICA

No que se refere a pesquisa no campo histórico voltado a música encontra-se muitos desafios, como podemos notar nas conclusões de Araújo (2008):

A pesquisa histórica voltada para música demanda diversas dificuldades inerentes, inclusive no que remete à metodologia, por se apoiar numa fonte que não tem como prioridade de outra forma de registro, a não ser sonoro. Datas, localidades nem sempre constam nos materiais analisados diversas vezes encontramos ausência de dados ou imprecisões. (ARAÚJO, 2008 p. 9).

No entanto, como Napolitano (2005), vai afirmar que a música popular se tornou um tema presente nos programas de pós-graduação, sistematicamente a partir dos anos 1970, tendo grande aumento de produção a partir dos anos 1980.

Neste contexto, este artigo busca enfrentar tais desafios, tendo música sertaneja raiz como campo de análise, e através da produção da dupla Tião Carreiro e Pardinho, encontrar como a música sertaneja raiz representa a vida e os elementos rural do homem do campo, passando por discussões necessárias para tal análise, como mudanças na política do Brasil, influência da indústria cultural na produção musical. Se faz necessário ressaltar que a escolha da dupla Tião Carreiro e Pardinho para pautar análise, se faz decorrente de ser umas das duplas que ganharam notoriedade no campo de produção musical, e por outros aspectos que serão desvendados no decorrer do artigo.

## **2 | MÚSICA SERTANEJA, DAS RAÍZES A MODERNIDADE**

Uma das discussões principais e necessária ao se abordar o tema música sertaneja raiz, está na sua origem e distinção do gênero, sendo diferenciada em sua nomenclatura, alguns autores baseiam-se na estética sonora apresentada, e peculiaridades retratada na letra das canções, como uso de “música caipira” ou “música sertaneja”, porém vale ressaltar que não há uma constatação exata entre as ramificações do estilo, apresentaremos a seguir a origem e distinção defendida por alguns autores.

De acordo com Caldas (1987), as danças e canções, rituais que possibilitaram algumas fusões, o Recortado, Folia do Divino, Cana-verde, Fofa, Chula, dança de São Gonçalo (Portuguesas); Congada, Batuque, Landú, (Africanos); Cururu, Catira ou Cateretê (Indígenas); a Tarantela (Italiana); o Fandango (Espanhol); dentre outras, que fazem parte do cenário lúdico do homem rural, foram eles que deram origem ao que chamamos de música caipira.

Mota (2011), diz: “A música caipira as letras narram causos do cotidiano, é cantada em dueto na distância de uma terça (três notas), e a viola caipira é um instrumento insubstituível.

Para Caldas (1987), Música sertaneja, seria assim denominado quando as canções passam a ter influência econômica, concordando com Caldas, Araújo (2008), acrescenta que música sertaneja e caracterizada quando a música passa a condição de “mercadoria”.

Mota (2011), cita que a música sertaneja está sempre em constante transformação, e com isso, suas raízes vêm sendo deixadas de lado.

Neste artigo, optamos por utilizar “música sertaneja raiz”, por analisarmos produções a partir da década de 60, portanto influenciadas pela indústria cultural, onde o intuito maior é observar justamente onde as estão as raízes do estilo musical, como se mantêm presentes, sendo assim entendida como melhor forma para cumprir os objetivos aqui presente.

Nesse espaço de embate de tradição e modernidade, está fortemente ligada a questão política do Brasil, para entendermos como se estabelece tais mudanças dentro

estilo musical, e na representação exercida, devemos contextualizar com as tomadas econômicas do país.

As mudanças significativas que exerceram reflexo na cultura do país em geral, e em especial a música sertaneja raiz, está inteiramente ligados à os primeiros passos de industrialização dados por Getúlio Vargas a partir da década de 1930, ao processo de industrialização que se intensifica na década de cinquenta, com incentivo dado pelo governo às multinacionais no plano econômico de Juscelino Kubitschek, essa modernização, virá dar forças ao surgimento da indústria fonográfica Brasileira.

Os perplexos marcantes das ações da Indústria cultural no Brasil, e surgimento da Indústria fonográfica Brasileira passa por essencialmente a modernização dos meios de comunicação, a música caipira passará primeiramente pela intensificação do rádio a partir das décadas de vinte e principalmente trinta, e posteriormente década de cinquenta com advento da televisão. (DIAS, 2008).

Como ponto inicial do inicial da visão lucrativa das grandes gravadoras sob a música sertaneja raiz, foi em 1929 quando o jornalista Cornélio Pires, decidiu gravar o primeiro disco de música caipira na gravadora Columbia, ele mesmo pagando pela gravação. (MOTA, 2011).

Sendo assim, devido ao sucesso de vendas que foi a gravação de Cornélio, as gravadoras passaram a investir nas duplas, que antes se limitavam apenas a música no âmbito cultural e representativo, passa a se destinar produção em escala, para venda de LPs. Voltemos agora rapidamente a linha política para uma rápida contextualização: como citado a cima, essa industrialização que o Brasil vai sofrendo gradativamente, resultante das medidas de aberturas internacionais, faz que aconteça um movimento de êxodo rural, o Brasil que até então era praticamente rural, passa a receber nos centros urbanos, grandes contingentes de pessoas vindas do campo para servir com mão de obras nas fábricas, e o passo chave das gravadoras era produzir matéria cultural, para agradar essa massa que se deslocou para a cidade.

### **3 I AS REPRESENTAÇÕES DA VIDA RURAL ATRAVÉS DA MÚSICA SERTANEJA RAIZ**

A música sertaneja raiz, faz representações do cotidiano do caipira, interpretado como ser atrasado por Monteiro Lobato que em 1914 cria o personagem Jeca Tatu, um caipira preguiçoso, e estudado por Antônio Candido (sociólogo, crítico literário e professor universitário brasileiro), quem enxerga o caipira e sua cultura rústica, como legítimas, e de grande importância, portanto devendo ser devidamente respeitada. (CANDIDO, 2003).

Tais construções na música sertaneja passa por alguns aspectos como: trabalho com a terra, pecuária, alimentação, valorização da natureza, religiosidade, conflito campo x cidade, visão caipira sobre a modernização, luta preservação costumes.

Com advento da modernidade, essa representação vai se moldando, se inicialmente esse homem recém chegado do campo se sentia representado na voz de Tonico e Tinoco, com passo que a modernização vai acelerando, e a música sertaneja vai aglutinado novas perspectivas, novos instrumentos, passa a escutar Léo Canhoto e Robertinho, marcados por serem a primeira dupla a implementar a guitarra elétrica em suas gravações, posteriormente sofrerá por amor ao som de Chitãozinho e Xororó, Leandro e Leonardo.

## 4 | REPRESENTAÇÕES NAS VOZES DE TIÃO CARREIRO E PARDINHO

José Dias Nunes o “Tião Carreiro” como ficou consagrado. Natural de Monte Azul, norte de Minas Gerais (SANTOS, 2018).

Trabalhou como agricultor desde seus dez anos de idade, migrou para interior de São Paulo no fim da década de 40 início da década de 50, trabalhando em cidades como Florida Paulista e Valparaíso, foi nesse contexto que Tião começou a cantar em circo na região de Araçatuba. Amaral (2016), cita que na época, o circo era o palco principal de diversos artistas, não existindo ainda um mercado fonográfico atuante.

Tião formou suas primeiras duplas intituladas de: Zezinho e Lenço Verde, Palmeirinha e Coqueirinho, Palmeirinha e Tietezinho, e Zé Mineiro e Tietezinho, nesse cenário, ainda tendo o circo como palco principal, foi que Tião Carreiro passou a se dedicar a viola-caipira, após ser advertido por um proprietário de circo, que lhe disse que era necessário que um integrante da dupla tocasse viola, e dessa forma Tião passa a dedicar-se a tal instrumento, tendo como fonte principal de inspiração Florêncio, da dupla Raul Torres e Florêncio. (AMARAL, 2016).

Antonio Henrique de Lima, nasceu em São Carlos na Fazenda São Joaquim. Logo depois, se mudou para a Fazenda Figueira Branca. Ele começou cantando com o nome de Miranda e formou uma dupla com Zé Carreiro (da dupla Zé Carreiro & Carreirinho) em 1956, para concorrer a um concurso para violeiros lançado pela rádio Tupi. A dupla ganhou o prêmio com o cururu “Canoeiro”. A partir daí Antonio Henrique adotou o pseudônimo de Pardinho e começou a criar seus próprios sucessos. Pardinho também cantou com outros parceiros, como Zé Carreiro (Lúcio Rodrigues de Souza), Peão Carreiro (Manoel Nunes Pereira), João Mulato (Wilson Leôncio de Melo) e Pardal (Gonçalo Gonçalves). (CRAVO ALBIN... 2018).

Foi em 1954 no circo “Rapa Rapa” de Pirajui, SP, Tião Carreiro, que até então usava o nome de Zé mineiro, conheceu Antônio Henrique de Lima, o Pardinho, daí em diante, formaram a dupla Tião Carreiro e Pardinho, Amaral (2016) ainda cita que essa formação trazia junto muitas indiferenças, em certo ponto não se combinavam, embora se completassem no palco, e com muitas idas e voltas, entre diversas separações e conciliação, construíram uma história de quase quarenta anos, começando o deslanche de suas carreiras em 1960, quando gravam um disco que continha a canção Alma de Boêmio (Tião Carreiro/Benedito), com inserção de violão, baixo acústico e trompete, ainda neste ano gravaram o pagode em Brasília (Teddy Vieira/Lourival dos Santos), música que registrou o primeiro registro do gênero denominado pagode, Tião daí em diante passando a ficar conhecido como criador e o rei do pagode.

Dada a apresentação da dupla, seguimos para parte essencial deste trabalho, analisar as representações percorridas na sua produção da dupla, para maior segurança no trabalho, e para evitar equívocos, uma vez que a dupla produziu grande material, devido ao sucesso adquirido, para tal análise, escolhemos o seu primeiro LP “Rei do Gado” de 1961 pela gravadora Chantecler, contendo 14 faixas: Faixa 1 -Alma de Boêmio (Tião Carreiro/Benedito Sevierio); Faixa 2 - Borboleta do Asfalto (Tião Carreiro); Faixa 3 – Punhal da Falsidade (Teddy Vieira/Zé Carreiro); Faixa 4 -Amigo Sincero (Tião Carreiro/Sebastião Victor); Faixa 5 – Teus Beijos (Waldir Alves/Tião Carreiro); Faixa 6 - Despedida (Tião Carreiro/Waldir Alves); Faixa 7 – Tormento (Sebastião Victor/Pardinho); Faixa 8 – Nove

e Nove (Tião Carreiro/ Lourival dos Santos/Teddy Vieira); Faixa 9 – Rei do Gado (Teddy Vieira); Faixa – 10 Urutú Cruzeiro (Carreirinho/ Paulo Calandro); Faixa – 11 Minas Gerais (Tião Carreiro/Lourival dos Santos); Faixa 12 – Carteiro (Tião Carreiro/ Sebastião Victor/ Carreirinho); Faixa 13 – Pagode em Brasília (Teddy Vieira/Lourival dos Santos) Faixa 14 – Maria Ciumenta (Bolinha/Tião Carreiro). (IMMUB... 2018).

Destas, três faixas foram escolhidas para elucidar a representatividade produzida, e diferentes estéticas na qual a dupla era capaz de condensar em um único disco.

## 5 | FAIXA 1 - ALMA DE BOÊMIO

Composição: Tião Carreiro e Benedito Sevierio.

A minha sorte foi tirana e deslinda  
Estou sofrendo por amar quem não me quer  
Isto acontece para um homem que acredita  
Que existe amor no coração duma mulher  
Por mais que eu queira esquecer o meu passado  
Meu sofrimento é viver pensando nela  
E os amigos só para me ver magoado  
Quando me encontra vem me dar notícias dela  
Só tenho as ruas e a bebida como herança  
Essa mulher me deu esse maldito prêmio  
E hoje dela só me resta uma lembrança  
A torturar a minha alma de boêmio  
Embriagado passo as noites pelas ruas  
Ninguém tem pena deste meu triste viver  
Olhando ao céu quanto contemplando a luz da lua  
Me representa a sua imagem aparecer  
Foi o desgosto que atirou-me  
nesta vida  
Abandonado e renegado pelo mundo  
Eu vivo sempre naufragado na bebida  
Tornei-me apenas um boêmio vagabundo  
Perdi amigos, perdi tudo que já tive  
Em altas noites só o sereno me abraça

Essa mulher na mesma rua ainda vive  
Bebe com outro a brindar minha desgraça  
“Se hoje vive maltrapilho pela rua  
A culpa é toda tua, não soubestes me conservar  
E por vingança hoje eu bebo nesta taça  
A brindar tua desgraça na mesa deste bar”  
“Segue, segue bebendo que eu continuo vivendo assim  
E quando chegar meu fim que eu partir deste mundo  
Hás de lembrar com saudade que já foi para eternidade  
Eu boêmio vagabundo”  
Foi o desgosto que atirou-me nesta vida  
Abandonado e renegado pelo mundo  
Eu vivo sempre naufragado na bebida  
Tornei-me apenas um boêmio vagabundo  
Perdi amigos, perdi tudo que já tive  
Em altas noites só o sereno me abraça  
Essa mulher na mesma rua ainda vive  
Bebe com outro a brindar minha desgraça. (LETRAS...  
2018).

Essa canção considerada um tango, nota-se a com inserção de violão, baixo acústico e trompete, a canção retrata o desgosto de um boêmio embriagado e vagabundo a lamentar a perda de sua amada. Destacamos aqui a inserção de cotidiano ligado a cidade, retratando cenário noturno, e o sofrimento por amor, de um rapaz, sendo assim a canção mostra-se mais preocupada em atender as demandas da modernidade, afastando-se da representação rural.

## 6 | FAIXA 9: REI DO GADO

Composição: Teddy Vieira.

Num bar de Ribeirão Preto  
Eu vi com meus olhos esta passagem  
Quando champanha corria a rodo  
No alto meio da grã-finagem

Nisto chegou um peão  
Trazendo na testa o pó da viagem  
Pro garçom ele pediu uma pinga  
Que era pra rebater a friagem  
Levantou um almofadinha e falou pro dono  
Eu tenho má fé  
Quando um caboclo que não se enxerga  
Num lugar deste vem pôr os pés  
Senhor que é o proprietário  
Deve barrar a entrada de qualquer  
E principalmente nessa ocasião  
Que está presente o rei do café  
Foi uma sarva de parma  
Gritaram viva pro fazendeiro  
Quem tem bilhões de pés de cafés  
Por este rico chão brasileiro?  
Sua safra é uma potência  
Em nosso mercado e no estrangeiro  
Portanto vejam que este ambiente  
Não é pra qualquer tipo rampeiro  
Com um modo bem cortês  
Responde o peão pra rapaziada  
Essa riqueza não me assusta  
Topo em aposta qualquer parada  
Cada pé desse café  
Eu amarro um boi da minha invernada  
E pra encerrar o assunto eu garanto  
Que ainda me sobra uma boiada  
Foi um silêncio profundo  
O peão deixou o povo mais pasmado

Pagando a pinga com mil cruzeiro  
Disse ao garçom pra guardar o trocado

Quem quiser meu endereço

Que não se faça de arrogado

É só chegar lá em Andradina

E perguntar pelo rei do gado. (LETRAS... 2018).

Destaca-se que a letra desta música foi redigida no seu original, na forma que era cantada pela dupla.

Esta canção retrata um embate ocorrido em uma ambiente urbano, o bar, porém com uma demanda do campo, um grande cafeicultor se sente ofendido ao ter que dividir o mesmo espaço com peão de boiadeiro, mal vestido e sujo de poeira, aquele que parecia um reges peão boiadeiro, se desvenda um grande pecuarista, e devolve as ofensas do cafeicultor ostentando dinheiro, e o convidando para ir até sua região e pedir informações sobre sua pessoa.

## 7 | FAIXA 13 - PAGODE EM BRASÍLIA

Composição: Lourival dos Santos e Teddy Vieira.

Quem tem mulher que namora

Quem tem burro empacador

Quem tem a roça no mato me chame

Que jeito eu dou

Eu tiro a roça do mato sua lavoura melhora

E o burro empacador eu corto ele de espora

E a mulher namoradeira eu passo o couro e mando embora

Tem prisioneiro inocente no fundo de uma prisão

Tem muita sogra encrenqueira e tem violeiro embrulhão

Pro prisioneiro inocente eu arranjo advogado

E a sogra encrenqueira eu dou de laço dobrado

E o violeiro embrulhão com meus versos estão quebrados

Bahia deu Rui Barbosa

Rio grande deu Getúlio

Em Minas deu Juscelino

De São Paulo eu me orgulho

Baiano não nasce burro e gaúcho é o rei das coxilhas  
Paulista ninguém contesta é um brasileiro que brilha  
Quero ver cabra de peito pra fazer outra Brasília  
No estado de Goiás meu pagode está mandando  
O bazar do Vardomiro em Brasília é o soberano  
No repique da viola balanceia o chão goiano  
Vou fazer a retirada e despedir dos paulistano  
Adeus que eu já vou me embora que Goiás tá me chamando. (LETRAS...2018).

Destaca-se que a letra desta música foi redigida no seu original, na forma que era cantada pela dupla.

É o pagode de viola, gênero tradicionalmente ligado a figura de Tião Carreiro, considerado o inventor do pagode. O pagode é caracterizado por sua batida, considerada de difícil execução, onde há um complemento entre o recortado da viola e a batida do violão. (OLIVEIRA, 2009).

Pagode em Brasília, no decorrer de seu enredo, vai tocando em diferentes pontos, sempre soando como a personagem retratado, fosse responsável para resolver qualquer dificuldade ou problema exigido, portador de grande habilidade na viola, ainda passa citando alguns personagens da política do Brasil, e ainda brinca com características de vários estados Brasileiro, estrofes essas ritmadas pelos rápidos movimentos na viola.

O Pagode criado por Tião Carreiro e Pardinho apensar de ser homônimo a um ritmo ligado ao samba, as estruturas harmônicas e rítmicas dos dois gêneros são totalmente distintas, pois Tião Carreiro criou um ponteado diferente com a viola e Pardinho ao violão fazendo contratempo conseguiram unir o recorte do catira/cateretê paulista (lento) com o recortado mineiro (mais expressivo), criando uma nova sonoridade demonstrando a versatilidade da viola como instrumento e abrindo desse modo, um leque de possibilidades rítmicas e harmônicas para a música rural brasileira.

O Cateretê também conhecido como Catira, é um ritmo de origem indígena no qual música e dança se completam, uma vez que a percussão de tal gênero fica a cargo dos dançarinos que durante a dança complementam as lacunas dos compassos com a sonoridade extraída da batida dos pés e das mãos. Esse ritmo é oriundo de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

O Cateretê foi utilizado pelos jesuítas como um dos instrumentos de catequização dos índios, como apontado no dicionário Cravo Albin da música popular brasileira:

O caipira paulista considera que "todas as danças são invenção diabólica exceto o cateretê, porque esta foi abençoada e até praticada por Jesus, quando em sua peregrinação histórica". Para Mário de Andrade, esta superstição é uma sobrevivência histórica. Os jesuítas, no afã de retirar os índios e primeiros mestiços de suas práticas pagãs (sempre coreográficas), teriam enegrecido as danças ameríndias com o anátema divino. Menos o cateretê, que adotaram, substituindo-lhe os textos pagãos por outros católicos

em tupi. (CRAVO ALBIN, 2018).

O recortado mineiro se apresenta como uma rítmica um pouco mais complexa que o cateretê paulista, visto que são necessários dois compassos para executar o ritmo, aumentando a dificuldade e exigindo uma técnica mais refinada do músico.

O pagode que irá consagrar a dupla Tião Carreiro e Pardinho e principalmente elevar Tião Carreiro a ser conhecido como um dos “Mestres da Viola”, surge da junção dos dois ritmos apresentados acima como já foi apontado anteriormente, contudo, o Pagode é muito mais que uma simples junção de dois ritmos tradicionais. Tião Carreiro trouxe para a música caipira uma sonoridade até então incomum, trouxe a harmonia e a melodia baseadas no modo mixolídio, um modo característico no Brasil da cultura musical nordestina. (MALAQUIAS, 2013, p 53).

As transformações infligidas por Tião Carreiro e Pardinho vão além da estrutura rítmica, pois a dupla irá abandonar em grande parte as músicas com temáticas voltadas para as desventuras amorosas algo comum no trabalho de duplas que os antecederam como no caso de Tônico e Tinoco que foi apresentado no primeiro capítulo desse trabalho. As letras das canções de Tião Carreiro irão buscar retratar em sua grande parte um sertão bravio que é conquistado através do trabalho e da força bruta, mas sempre salientando que o eu poético de suas canções quase nunca se apresentam como um agente do progresso.

Tais observações podem ser contempladas no trabalho de Lucas Araújo, apresentado abaixo:

A quantidade de músicas que têm no amor romântico seu tema só não é maior porque Tião Carreiro e Pardinho gravaram alguns discos dedicados somente às modas de viola e outros aos pagodes. É importante frisar ainda que nem sempre a letra com o tema do amor se insere no primeiro lado do disco, o mais eclético, e pode estar entre as canções consideradas tradicionais, aquelas que têm na viola de dez cordas seu instrumento base. Cabe lembrarmos ainda que esse sempre foi um tema de grande apelo no interior da música sertaneja, desde as primeiras gravações de que se tem registro, a partir de 1929. É recorrente em diversos outros gêneros denominados populares no Brasil e no mundo. Isso quer dizer que podemos encontrar músicas com o tema do amor romântico em todos os ritmos que compõem o gênero, mas, especialmente, nas guarânias que são intimamente ligadas a esse tema.

As epopeias e narrativas épicas são encontradas na quinta parte das canções gravadas pela dupla. Podemos observar um considerável aumento desse tipo de narrativa em relação à dupla Tônico e Tinoco. Estes em sua temática campestre, em seu ruralismo, apelavam mais para as narrativas bucólicas, idílicas, para a idealização do sertão. Já em Tião Carreiro, essa perspectiva do campo e do passado como um lugar de harmonia, do “paraíso perdido”, é menos recorrente e há grande ênfase nas narrativas de um passado e de um cenário rural, palcos de feitos heroicos, de grandes dificuldades. Não é mais a harmonia do homem com o meio que dá a tônica das narrativas, mas o oposto, a luta do homem com o meio. Há a exaltação do tipo rural comum, boiadeiros e carreiros, que demonstram seu valor enfrentando a terra bruta, feras, adversidades e homens prepotentes e maus, nem sempre obtendo vitória, ocupando o posto de heróis destas narrativas. (ARAUJO, 2014, P 130).

## 8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, mesmo sendo um assunto muito delicado de se abordar a música sertaneja, é sempre importante que buscarmos compreender como ocorrem processos de transformações na sociedade, de maneira geral, podemos constatar é que aquela canção puramente de caráter lúdico, denominada música caipira, vai pouco a pouco deixada de lado, não como um evento isolado, pois sim resultado de toda uma movimentação para uma “modernização”, em conjunto com essa modernização, surgimento da indústria fonográfica, a música passa a ser capitalizada, ela perde quase que por todo seu caráter lúdico, e passa a cada vez mais buscar atender o que a indústria cultural quer vender, deixando suas raízes nos mais baixos planos.

E justamente, nesse âmbito de ser Tião Carreiro e Pardinho se destacaram, pois, seu sucesso tinha força tamanha, que eles eram capazes de gravar canções com arranjos mais modernos exigidos pelas gravadoras porém, conseguiam ainda gravar coisas de seu gosto, como podemos evidenciar neste artigo, a dupla apesar de gravar tangos, rancheiras, conseguiam gravar canções que mantinham vivos aspectos rurais, volta e meia, gravavam curú, entre outros ritmos mais ligados a música caipira. Esse respeito, podemos dizer que de certa forma permanecem em alguma escala até os dias de hoje, duplas modernas regravam sucessos de Tião Carreiro e Pardinho, homenageiam, e em especial aos violeiros que tem em Tião como grande inspirador para tocar viola.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, João Paulo. **A trajetória do violeiro Tião Carreiro - Das primeiras duplas ao sucesso do criador e rei do pagode**. Re. Tulha, Ribeirão Preto, v2, n. 1, p. 144-173. Ribeirão Preto, SP. 2016.
- ARAÚJO, Lucas Antônio de. **A Representação do Sertão na Metrópole a Construção de um Gênero Musical (1929 – 1940)**. 2008. 127f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual Paulista, Franca.
- ARAÚJO, Lucas Antonio de. **Tensões e ajustes entre tradição e modernidade nas definições de padrões da música sertaneja entre os anos 50 e 70** [s.n.], 2014. 274 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca.
- CALDAS, Waldemyr. **O que é música sertaneja?** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio bonito**. 10ª edição. editora 34. São Paulo, SP, 2003.
- CRAVO ALBIN. **Cateretê**. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/caterete/dados-artisticos>. Acesso 11 abr. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Tião Carreiro e Pardinho**. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/tiao-carreiro-e-pardinho/dados-artisticos>. Acesso em 04 fev. 2018.
- DIAS, Marcia Tosta. **Os donos da voz: indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura**. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2008.
- IMMUB. **LP REI DO GADO – Tião Carreiro e Pardinho**. Disponível: <https://immub.org/album/rei-do-gado-tiao-carreiro-e-pardinho>. Acesso 05 abr. 2018.

LETRAS. **Alma de Boêmio**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/tiao-carreiro-e-pardinho/424505>. Acesso 05 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Rei do Gado**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/tiao-carreiro-e-pardinho/67924>. Acesso 05 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Pagode em Brasília**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/tiao-carreiro-e-pardinho/48904/>. acesso 12 jun. 2018.

MALAQUIAS, Denis Rilk. **O pagode de viola de Tião Carreiro: configurações estilísticas, importância e influências no universo da música violeirística** 2013. 270 f: Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Goiás.

MOTA, Rogério Costa. **“Quem me dera agora se eu tivesse a viola pra cantar” Raízes caipiras da música sertaneja**. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, PR, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música – história cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

OLIVEIRA, Allan de Paula, **Miguilin foi para cidade ser cantor: uma Antropologia da Música Sertaneja**. 2009. 352f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTOS, Donizete. **Biografia Tião Carreiro**. Disponível em: <https://tiaocarreiro.com.br/biografia/>. Acesso 05 jun. 2018.

# CAPÍTULO 3

## ALTERIDADE, IDENTIDADE E PROTAGONISMO INDÍGENA NO BRASIL E A DISPUTA PELAS TERRAS TRADICIONAIS

*Data de aceite:* 01/08/2020

*Data de Submissão:* 20/05/2020

**Valéria Nogueira Rodrigues**

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT  
Programa de Pós Graduação em História -  
PPGhis  
Cuiabá-MT  
<http://lattes.cnpq.br/1638145449883655>

**RESUMO:** O que se pretende nessas linhas é analisar, mesmo que de forma geral, as principais premissas da política indigenista com relação aos indígenas brasileiros, enfatizando a questão da disputa pela terra e problematizando as abordagens dadas ao papel desempenhado pelos indígenas na historiografia. Pesquisadores como Manuela Carneiro da Cunha e suas obras *História dos Índios do Brasil*; *O Direito dos Índios: ensaios e documentos e Cultura com Aspas*, são importantes para pensar na política indigenista bem como o papel político desempenhado pelos próprios índios desde o período colonial até a Constituição de 1988. Maria Regina Celestino de Almeida, com *Os índios na História do Brasil e Metamorfoses Indígenas* nos ajudam a repensar as abordagens metodológicas ampliando os significados do Aldeamento numa perspectiva indígena. No âmbito das discussões culturais nos embasamos nos estudos de Marshall Sahlins, tais como *História e Cultura*, bem como em estudos identitários, destacando pesquisas de Stuart Hall, como *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Para compreender a questão das disputas por terras

apóia-se em estudos no campo da História do Direito Agrário destacando o trabalho de João Mendes Jr, *Os indígenas no Brasil*, seus direitos individuais e políticos. A política indigenista não se impôs sem que uma política indígena também se apresentasse, ou seja, muito embora os indígenas tenham sido colocados como passivos à colonização estudos revelam novas abordagens teóricas que reconhecem a importância do protagonismo indígena nas relações coloniais. Mesmo sob condições desfavoráveis e com transformações culturais irreversíveis não foram passivos diante dos acontecimentos, transformaram esses espaços ressignificando-os, mantendo seu direito à alteridade, protagonizando a luta pela garantia de suas terras e de suas identidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terra, Política Indigenista, Protagonismo Indígena.

### OTHERNESS, IDENTITY AND INDIGENOUS PROTAGONISM IN BRAZIL AND THE DISPUTE FOR TRADITIONAL LANDS

**ABSTRACT:** What is intended in these lines is to analyze, even if in general, the main premises of indigenist politics in relation to Brazilian indigenous peoples, emphasizing the issue of dispute over land and problematizing the approaches given to the role played by indigenous peoples by historiography. Researchers such as Manuela Carneiro da Cunha and her works *História dos Índios do Brasil*; *O Direito dos Índios: ensaios e documentos and Cultura com Aspas*, are important to think about indigenista politics as well as the political role played by the Indians themselves from the colonial period until the Constitution of 1988. Maria Regina Celestino

de Almeida, with *Os Índios na História do Brasil e Metamorfoses Indígenas* help us to rethink methodological approaches by expanding the meanings of the Settlement in an indigenous perspective. In the context of cultural discussions we are based on the studies of Marshall Sahlins, such as *História e Cultura*, as well as on identity studies, highlighting the research by Stuart Hall, such as *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. To understand the issue of land disputes, it is based on studies in the field of the History of Agrarian Law highlighting the work of João Mendes Jr, *Os Indígenas no Brasil*, their individual and political rights. The indigenist policy was not imposed without an indigenous policy also presenting itself, that is, although the indigenous peoples have been placed as passive to colonization, studies reveal new theoretical approaches that recognize the importance of indigenous protagonism in colonial relations. Even under unfavorable conditions and with irreversible cultural transformations were not passive in the face of events, they transformed these spaces by resignifying them, maintaining their right to otherness, leading the struggle for the guarantee of their lands and their identities.

**KEYWORDS:** Land, Indigenist Politics, Indigenous Protagonism.

## 1 | INTRODUÇÃO

Os indígenas brasileiros tem direito às terras tradicionais por serem os seus primeiros ocupantes. Esse direito é garantido pelo indigenato.<sup>1</sup> No entanto, mesmo juridicamente reconhecido em diversos documentos oficiais desde o período colonial isso não impediu que enorme parcela dessas terras fosse, através de diversos dispositivos, usurpada. Num outro sentido, também é possível perceber que os indígenas também utilizaram desses dispositivos dando a eles novos significados, bem como criaram os seus próprios mecanismos para garantir e manter o direito de viver em suas terras.

As ações dos indígenas frente às investidas dos colonizadores demonstram sua inserção numa nova rede de relações de poder. A forma como estes vivenciaram e se posicionaram diante de tais relações políticas é o que definimos por Protagonismo Indígena. Eles não receberam passivamente, como muitas vezes se insinua, a imposição do poder metropolitano, mas sim, mesmo com forças desiguais, lutaram – e continuam lutando – pelo direito sobre suas terras. Os índios sempre foram protagonistas de sua história, muito embora o termo seja mais utilizado para determinar um movimento bastante forte, sobretudo a partir da década de 1970, e que tem com principal garantia jurídica a Constituição de 1988.

O que se pretende nessas linhas é apresentar historicamente, mesmo que de forma geral, as principais premissas da política indigenista com relação aos indígenas brasileiros, enfatizando a questão da disputa pela terra. Nesse percurso é possível ver a figura de um Estado centralizador e intervencionista. No entanto, se de um lado temos uma política indigenista é justo supor que também existia uma política indígena.<sup>2</sup>

É possível ainda refletir esse processo como embate entre identidades frente a relações de alteridade marcadas pelo eurocentrismo, pela violência. A política colonial buscou se impor frente às culturas indígenas e apostou que estas se diluiriam no contato, que seriam subjugadas no processo civilizatório que, em tese, justificava a própria

1. Sobre o tema ver MENDES JR, J. *Os indígenas no Brasil, seus direitos individuais e políticos*. São Paulo, 1912.

2. Cf. afirmou CUNHA, M. C. da (Org.). *Política Indigenista no século XIX*. In: *História dos Índios no Brasil*. Companhia das Letras: São Paulo, 1992, p.18.

presença dos europeus nas Américas. No entanto, os indígenas mantiveram suas culturas através da reivindicação de seu direito à alteridade, à diferença. Entendendo identidade como representação política, ou seja, como determinados grupos se colocam de forma coletiva.<sup>3</sup> Nesse sentido, no contato entre indígenas e europeus as culturas de ambos se modificaram. Mas a violência determinada por um sentimento de superioridade europeia se fez sentir nos milhões de vítimas do processo colonizador, obrigando as culturas indígenas a ressignificarem suas relações políticas.

Refletir sobre tais questões é bastante oportuno, pois embora a análise remonte desde o período colonial infelizmente a situação de esbulho de terras indígenas ainda é bastante atual. A partir da análise da política indigenista podemos observar que o interesse sempre esteve relacionado a deslocar os indígenas de suas terras, concentrá-los em aldeamentos e transformá-los em mão de obra disponível. Isso foi possível porque existia uma intensa relação entre o poder público e a iniciativa privada desde as Sesmarias. Sem fiscalização os donatários se apropriaram de grandes extensões de terras muito além do determinado nas Cartas Régias configurando desde o início uma agricultura predatória e a concentração fundiária, sobretudo de terras improdutivas, marca característica do setor agrário ainda em nossos dias.

No Império a situação desenfreada dos apossamentos se agravou ainda mais, pois proibida a concessão de Sesmarias a partir de 1822 somente em 1850, com a Lei de Terras, há uma tentativa de organizar o setor fundiário no Brasil. Tentativa essa mais que fracassada. Primeiro porque proibir cessão de Sesmarias não impediu que as posses continuassem. Segundo que a Lei de Terras, que determinava que a somente através da compra fosse possível adquirir terras no Brasil, exigiu que os proprietários validassem suas concessões de terras, mas além das concessões legais validou também as adquiridas pelos apossamentos, legalizando, portanto, a concentração fundiária. O problema é que muitas dessas terras apossadas incidiram sobre terras tradicionais indígenas.

Na República não houve grande avanço nas questões de terra. Para agravar as tensões a Constituição de 1891 determinou que a demarcação, fiscalização e gestão de terras públicas ficassem a cargo dos Estados. Isso facilitou que forças econômicas locais utilizassem a máquina pública para adquirir e regularizar posses ilícitas. No entanto, a segunda metade do século XX representou uma série de mudanças sociais a nível planetário, levando a insurgência de grupos étnicos e políticos que reivindicavam direitos, dentre eles o direito à terra. A Constituição de 1988 é o marco jurídico mais representativo para esses grupos, inclusive para os grupos indígenas que tem seu direito de viverem em seus territórios tradicionais garantidos.

Por fim, gostaria de destacar que Protagonismo Indígena vai muito além do papel político desempenhado pelas culturas indígenas a partir da colonização portuguesa. Embora este tenha grande relevância a ideia de Protagonismo Indígena também pode ser usada como uma ferramenta teórica relevante para análise do campo historiográfico. Por muito tempo na história indígena os índios foram descritos como subjugados, inferiores, coitados, ou como preguiçosos e indolentes. Somente no século XX, sobretudo a partir dos estudos da Escola dos Annales e da história cultural é que uma abordagem mais favorável aos indígenas foi possível. Ainda assim, com muita frequência, falando em nome

3. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

do índio, o tutelando intelectualmente, traduzindo seus conhecimentos à lente da ciência. Nesse sentido embora se compreenda que todos os significados do Protagonismo Indígena estejam imbricados é possível sistematizá-los em algumas perspectivas analíticas:

A primeira é a do Protagonismo como Movimento Político-Social. Esse Protagonismo está intimamente ligado ao contexto de reivindicações pós-segunda guerra mundial e à descolonização. Se concretiza com as aberturas democráticas. Nesse contexto de fomentação de ideias e resistência cultural, sobretudo étnica, temos os trabalhos em torno da Constituição de 1988 que reafirmaram uma série de direitos à diversidade, à cultura, à diferença e, sobretudo, resguardou direitos territoriais. Ao encampar politicamente suas próprias reivindicações, com adesão a partidos políticos, universidades e a criação de diversas associações, passou-se a falar com bastante frequência em Protagonismo Indígena.

Na segunda perspectiva, intimamente ligada à primeira, temos o Protagonismo como chave interpretativa possível para a pesquisa no campo científico. Nesta está implicada a relação entre antropologia e história e suas disputas teórico-metodológicas. Protagonismo Indígena, precisa, portanto, ser historicizado, pois traz implicações de ordem política que extrapolam as questões culturais relativas à resistência, à relação alteridade/identidade e tocam na filosofia do conhecimento. Coloca em questão a construção de todo um aporte de conhecimento - basicamente ocidental/europeu - que ao buscar ver o *outro* sempre acaba vendo a si mesmo. Neste viés interpretativo Protagonismo está intimamente associado ao conceito de cultura<sup>4</sup>. Pode ainda ser pensado a partir do conceito de decolonialidade. Muito embora no âmbito deste texto a primeira ideia seja mais presente gostaríamos de manter a segunda reflexão em mente.

## 2 | POLÍTICA INDIGENISTA NA COLÔNIA

A política indigenista colonial inicialmente distinguia dois tipos básicos de indígenas: os aliados e os inimigos. Os considerados aliados deveriam ser convertidos à fé cristã no interior dos Aldeamentos, enquanto os inimigos seriam subjugados militar e politicamente garantindo, assim, a catequização, que justificava a própria presença dos europeus na América e autorizava o projeto colonial como uma iniciativa de natureza ético-religiosa, responsável por preparar os índios para servir como mão de obra.<sup>5</sup> Na prática, no entanto, a política dúbia da coroa portuguesa para com aliados/confinados através dos aldeamentos e inimigos/escravizados nas Guerras Justas trata-se de duas faces de uma mesma moeda: a dominação dos índios e seu uso como mão de obra e a usurpação de suas terras.

No plano teórico os índios aliados eram livres durante a colonização, com permanência garantida sobre a terra e passíveis de recrutamento remunerado. O percurso ideal seria trazê-los do *sertão*<sup>6</sup> e aldeá-los junto das povoações portuguesas onde seriam

4. Sobre o conceito de cultura destaco as obras de Marshall Sahlins, em especial História e Cultura: apologias a Tucídides. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. Ver também: O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I) e O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II).

5. OLIVEIRA, J. P. de; FREIRE, C. A. da R. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Coleção Educação para Todos; 13. p.35. Disponível em: <http://www.trilhasdeconhecimentos.br>.

6. O sertão neste contexto é representado como mundo da desordem, da barbárie, habitado por selvagens. Este deveria ser preenchido pela ordem colonizadora. Cf. ALMEIDA.M. R. C. de. Op.cit. 2003. p. 80. Sobre esta e outras represen-

catequizados e civilizados, tornando-se úteis, necessários para produzir alimentos e prestar serviços aos moradores, além de atuarem como defensores da Colônia, tanto contra outros grupos indígenas quanto de outros europeus.

Os Descimentos<sup>7</sup>, mais usuais na região amazônica, deveriam ser acompanhados por missionários e se realizar sem violência. Os índios que não os desejassem não deveriam ser obrigados, além de considerado interessante que as aldeias se difundissem pelos sertões. A ausência do reconhecimento de um sistema de escravidão não significava, porém, a inexistência de medidas coercitivas ou de conflitos entre índios e missionários<sup>8</sup>. Estes funcionavam como “a principal fonte de origem e reprodução das populações indígenas nos Aldeamentos e, por isso mesmo, constantes e incentivados desde o regimento de Tomé de Sousa até o Diretório dos Índios”.<sup>9</sup> Além disso, acordos entre chefes indígenas e autoridades coloniais precisavam ser efetivados, assim como apregoar as dificuldades em viver nos sertões e os benefícios de adentrar nas aldeias para que os indígenas ponderassem tais vantagens.

Gradualmente formou-se uma opinião contrária à escravidão dos índios e, por extensão a ação dos jesuítas junto a estas etnias. A partir daí a vigência das leis que permitiam a escravidão indígena passam a ser colocada sob suspeita. A nova argumentação da legislação relativa aos índios constituiu-se a partir da já longa experiência missionária dos jesuítas com os índios e também pelo debate dos juristas a respeito da liberdade ou escravidão dos grupos indígenas, mas foi a partir dos textos e documentos elaborados por Mendonça Furtado que as diretrizes propostas pelo Diretório dos Índios passam a ser sistematizadas enquanto plano de trabalho. Esse novo empreendimento exigia um enorme esforço de planejamento e incorporação das experiências outrora vivenciadas.<sup>10</sup>

O *Directório Que se Deve Observar nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão em quanto sua Magestade não mandar o contrário*<sup>11</sup> foi o documento jurídico que regulamentou as ações colonizadoras dirigidas aos índios entre os anos de 1757 e 1798. Este documento se apresentava como um plano de civilização dos índios e um programa de colonização que visava sua transformação para construir uma nova ordem social. Traz ideias muito amplas e não planos de governo representativos de certos grupos em disputa pelo controle dos índios e terras do Brasil.<sup>12</sup>

A política proposta pelo Diretório não teve os mesmos resultados nas diferentes tações do sertão ver ainda: GALETTI, Lylia da S. G. Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso. Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2000 (Tese de Doutorado).

7. Os descimentos eram “expedições, em princípio não militares, realizadas por missionários, com o objetivo de convencer os índios que ‘descessem’ de suas aldeias de origem para viverem em novos aldeamentos especialmente criados para esse fim, pelos portugueses, nas proximidades dos núcleos coloniais. O termo tem origem no fato de os deslocamentos serem realizados em direção ao litoral, onde estavam localizadas as primeiras povoações estabelecidas por portugueses. Ou seja, os índios ‘desciam’ em direção ao litoral”. In: FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. Os aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0039\\_10.html](http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0039_10.html)

8. Cf. ALMEIDA, R. H. de. O Diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Ed. UnB, 1997.p. 13 a 22

9. ALMEIDA, M. R. C. de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (1500-1822). 2003. p.96

10 ALMEIDA, R. H. de. Op Cit., 1997

11. O *Directório Que se Deve Observar nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão em quanto sua Magestade não mandar o contrário*. Disponível em: <http://books.google.com.br>

12. ALMEIDA, R. H. de. Op.cit., 1997. p.179

regiões da América portuguesa, variando de acordo com as condições de cada população indígena e seus níveis de integração. A esperada assimilação dependia, portanto, de diferentes procedimentos. Como se sabe, uma das principais reformas propostas pelo Diretório era a transformação das aldeias em freguesias e vilas, com crescente presença de não indígenas em seu interior. No entanto, os índios permaneceram identificando-se como aldeados até o início do XIX para garantir suas terras e terem lideranças reconhecidas. Isso justificaria o relativo insucesso da política pombalina no que tange à assimilação dos índios que continuaram, pelo menos por quase mais um século, vivendo em suas aldeias em situação distinta da dos demais moradores.<sup>13</sup>

O início do século XIX tem forte caráter anti-indígena. Com a transferência da Coroa Real Portuguesa para Brasil D. João VI restabeleceu a Guerra Justa e incentivou a servidão através das Cartas Régias de 13 de maio, 05 de novembro e 02 de dezembro de 1808. As ordens expressas em tais Cartas voltavam a legitimar como justas as guerras travadas contra os índios considerados selvagens.<sup>14</sup> O período entre o fim do Diretório, em 1798, e o Regulamento das Missões, em 1845, permaneceu carente de uma legislação capaz de responder à questão indígena em âmbito geral. O silêncio sobre as questões ligadas aos índios na Legislação de 1824 também foi notável.

### 3 | LEGISLAÇÃO INDIGENISTA NO IMPÉRIO

O Decreto 426, de 24 de julho de 1845, contendo o *Regulamento Acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios*<sup>15</sup>, representou o primeiro instrumento indigenista legal do Império concebido para ser aplicado em âmbito geral. Tem características administrativas, com claro objetivo de organizar os espaços ocupados por comunidades indígenas e apontar os responsáveis para este trabalho. Muito embora “fértil em disposições, nunca foi devidamente executado”.<sup>16</sup>

A análise do Regulamento pode elucidar não só como o Império lidou juridicamente com os índios, mas também, com suas terras. Pretendia, sobretudo, restabelecer o sistema de aldeamentos abandonados desde 1798 e, explicitamente, o entende como uma transição para a assimilação completa dos índios.<sup>17</sup> Mantinha, portanto, a política integracionista que visava à assimilação dos indígenas mediante sua concentração em aldeias, onde estes deviam ser integrados à economia agrícola. Após 1845, a criação de estabelecimentos destinados à sedentarização e colonização dos indígenas foi ainda mais impulsionada. Em consequência dessa política de Aldeamentos os índios que se deslocavam pelos ditos sertões foram desalojados para que tais áreas fossem apossadas para exploração agrícolas e para instalação de novas colônias.<sup>18</sup>

13. ALMEIDA, M. R. C. de. Cf. Artigo Política indigenista de Pombal: a proposta assimilacionista e a resistência indígena nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. s/d: p. 01 a 09

14. BRAGA, M. A. Os selvagens da Província: índios, brancos e a política indigenista no Rio Grande do Sul entre 1834 e 1868. Universidade do Vale dos Rios dos Sinos - UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo – RS, 2005. (Dissertação de Mestrado). p. 24 e 25

15. Colleção das Leis do Império do Brasil. Tomo 8º, Parte 2ª, Secção 25ª. Decreto 426, de 24 de julho de 1845. Contém o Regulamento Acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>

16. MENDES JR, J. Op. Cit., 1912, p.54

17. CUNHA, M. C da. Op. cit. p.138 a 140

18. BRAGA, M. A. Op.cit. 2005. p. 40

O Regulamento das Missões, assim como o Diretório Pombalino, apontava para uma política de controle do Estado sobre as questões indígenas. Mesmo não destituindo a competência legislativa das Assembléias Provinciais, o Regulamento marcou um relativo retorno do poder central no âmbito da política indigenista. Exemplo disso é o próprio estabelecimento de cargos como de Diretor Geral dos Índios, nomeado exclusivamente pelo Imperador e a relação entre os cargos da Diretoria Geral dos Índios e a atribuição de postos militares da Guarda Nacional aos seus funcionários administrativos.

Após a Independência ficou suspensa a concessão de sesmarias até a convocação da Assembleia Constituinte. A Provisão de 22 de Outubro de 1823 e a Resolução de 5 de fevereiro de 1827 mantiveram a suspensão e proibiram veementemente concessões futuras.

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850<sup>19</sup>, regulou as terras possuídas, as terras devolutas e as terras reservadas. A Lei de Terras, como ficou conhecida, determinou que estavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não o de compra. Entendendo que devolutas eram as terras que não estivessem aplicadas a algum uso público, ou que não se achassem em domínio particular por qualquer título legítimo nem estivessem cedidas sob forma de sesmaria ou outra concessão, além daquelas ocupadas por posse legitimada pela lei. Foram ainda estabelecidas regras para revalidação de sesmarias e concessões onde houvessem cultivo e morada habitual.<sup>20</sup>

A Lei de Terras, executada através do *Regulamento nº 1318 de 1854*<sup>21</sup>, determinava que fossem reservadas das terras devolutas aquelas necessárias não só para fundação de povoações e abertura de estradas e mais fundações públicas, como para colonização dos indígenas. Esse caso dizia respeito aos indígenas que não estivessem vivendo em seus territórios originários. Ou seja, mesmo fora dos seus territórios originais o Estado ainda estava obrigado a reservar terras aos indígenas, no entanto, isso não se aplicava àqueles que estavam em seus territórios, pois a estes aplicava-se o indigenato, ou seja, o direito de primeiro ocupante, anterior mesmo ao processo de colonização.

Como afirma Mendes Jr., o indigenato é título congênito, ao passo que a ocupação carece de titulação. Portanto, “o indigenato não é um fato dependente de legitimação, ao passo que a ocupação, como fato posterior, depende de requisitos que a legitimem”. Há outras reservas que não se referem a posses originárias ou congênitais: essas são as das terras devolutas, que destinam-se, na forma da Lei nº 601, art.12, à colonização, assim como à fundação de povoações, abertura de estradas e qualquer outras servidões públicas, assim como à construção naval.<sup>22</sup>

De qualquer forma é clara a distinção entre as terras *de posse indigenata* das terras reservadas à colonização indígena. Esta última, na forma do art. 72 do Regulamento de 1854 “tem encargo análogo ao usufructo e não podem ser alienadas enquanto o Governo por acto especial não conceder aos índios o pleno gozo dellas. Essa distinção, que parece subtil, não o é”.<sup>23</sup>

A Constituição de 1891 determinou que pertenciam aos Estados as terras devolutas, não as terras originariamente possuídas pelos indígenas, pois como reafirma Mendes Jr

19. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm)

20. MENDES JR, J. Op.cit. 1912. p.56

21. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm)

22. MENDES JR, J. Op.cit. 1912. p.58

23. MENDES JR, J. Op.cit. 1912. p.61

“sendo terras congenitamente possuídas, não são devolutas, isto é, são originariamente reservadas”.<sup>24</sup>

Essa distinção é importante, sobretudo porque nos períodos posteriores procedimentos legais adotados pela maioria dos Estados brasileiros baseiam-se numa interpretação facciosa da Lei de Terras, na medida em que consideraram como se devolutas fossem terras de ocupação tradicional de muitos grupos indígenas para justificar sua usurpação.

#### 4 I ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE PROTAGONISMO INDÍGENA

Sobre a relação de contato entre colonizadores europeus e diversos grupos indígenas, a partir do Brasil colonial, podemos supor que a ação colonizadora não se impôs sem que os indígenas estivessem, mesmo que em sérias desvantagens, ativamente inseridos nas disputas políticas e jurídicas que se desenrolaram.

Essa abordagem busca repensar o papel que os indígenas ocuparam na história do Brasil. Como afirma Maria Regina C. de Almeida,

quando os índios forem considerados sujeitos históricos e os múltiplos processos de interação entre suas sociedades e as populações que surgiram com a colonização europeia forem recuperados, ‘páginas inteiras da história do país serão reescritas; e ao futuro dos índios reservar-se-á um espaço mais equilibrado e, quem sabe, otimista’.<sup>25</sup>

Essa postura teórica invoca uma reinterpretação do papel que os indígenas ocuparam nos processos históricos, pois, de forma geral, este foi abordado como força de trabalho ou como dissidente inevitavelmente vencido, dominado, escravizado, assimilado ou morto.

Suas ações não eram, absolutamente, consideradas relevantes para a compreensão dos rumos da história. Essas concepções, predominantes por tanto tempo em nossa historiografia, já não se sustentam. Inúmeras pesquisas não deixam dúvida sobre o fato de que as ações e as escolhas indígenas deram limites e possibilidades aos processos de conquista e colonização das diferentes regiões do Brasil.<sup>26</sup>

Ao lado das narrativas de desvalorização do papel dos indígenas e o apagamento de suas identidades étnicas estava a supervalorização do colonizador. Utilizando-se de leis que oscilavam entre proteção e extermínio, os colonizadores teriam vencido, civilizado e manipulado inúmeros povos em proveito próprio, submetendo-os completamente, até fazê-los desaparecer. Tais narrativas difundidas na historiografia e alimentadas pela mídia e, sobretudo nas universidades, foram facilmente incorporadas no imaginário da população brasileira, com imensos prejuízos para todos, mas principalmente para os índios, duplamente violentados, pois além de toda violência sofrida em consequência da invasão

24. MENDES JR, J. Op.cit. 1912. p.63

25. ALMEIDA, M. R. C. Atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. Revista Brasileira de História, vol. 37, nº 75. s/d. p. 17-38 Apud MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da S.; GRUPIONI, Luís d. Benzi (Ed.) A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2º graus. Brasília: MEC; Mari; Unesco, 1995.

26. ALMEIDA, M. R. C. de. Op. cit. s/d. p.19

européia ainda figuraram como secundários, bárbaros, sanguinários ou como vítimas passivas, contribuindo para a construção preconceituosas e estereotipadas sobre eles.<sup>27</sup>

Ainda muito presentes no senso comum da população brasileira, essas ideias, além de extremamente danosas à autoestima dos índios, reforçam entre os não indígenas sentimentos preconceituosos e discriminatórios que resultam em atitudes de intolerância e violência contra eles. Desconstruí-las é tarefa essencial dos historiadores. É o que tem sido feito nas últimas décadas, com resultados ainda bastante acanhados em face das imensas dificuldades em desconstruir concepções tão profundamente arraigadas.<sup>28</sup>

Na busca por uma reinterpretação sobre o papel desempenhado pelos indígenas no processo histórico repensar o significado das guerras se faz necessário. Como vimos, os índios eram classificados de forma simplista apenas como inimigos ou aliados dos portugueses. Ignorando a dinâmica dos conflitos entre os indígenas e as alianças que desempenhavam em nome de seus próprios interesses. O protagonismo dos índios nas guerras e acordos estabelecidos, como ressalta Almeida, “tem propiciado novas compreensões sobre a formação das elites coloniais na América Portuguesa”, pois, se as guerras eram uma das principais possibilidades de ascensão social na colônia e as alianças com os índios eram indispensáveis “é lícito supor que suas ações e escolhas influenciavam as possibilidades de enobrecimento de inúmeros portugueses e luso-brasileiros”.<sup>29</sup>

As ações desempenhadas pelos chefes indígenas, que recebiam “nomes portugueses de prestígio e concessão de favores, cargos, patentes e até títulos de cavaleiros de ordens militares” também são significativas para compreensão do protagonismo indígena. Mesmo que de forma limitada uma mobilidade social era alcançada possibilitando a formação de uma elite indígena na colônia, sobretudo nos contextos de guerra.<sup>30</sup>

Outro elemento imprescindível para compreensão do protagonismo indígena são os aldeamentos. A política de aldeamentos da Coroa Portuguesa foi essencial para a ocupação do território nos séculos XVI e XVII e o apoio dos indígenas era indispensável para a construção do projeto de colonização. Numa associação entre Coroa e Igreja se projetou uma política de colonização que visava ressocializar os indígenas, tornando-os súditos, com papéis a desempenhar numa nova sociedade em formação. Sobre as aldeias incidiam inúmeras disputas e expectativas de diferentes atores sociais. Mesmo com as limitações das fontes é possível perceber que dentre os principais objetivos em se aldear estava terra e proteção. Num contexto de guerras, escravização e redução de territórios disponíveis as aldeias se tornaram a opção pelo mal menor.

Nesse sentido, como afirma Maria Regina C. de Almeida, apesar da marcante política de integração à colonização

27. ALMEIDA, M. R. C. Op. cit. s/d. p.19 a 20

28. ALMEIDA, M. R. C. Op. cit. s/d. p.20

29. ALMEIDA, M. R. C. Op. cit. s/d. p.23 a 24

30. ALMEIDA, M. R. C. Op. cit. s/d. p.25

os índios aldeados não se diluíram nas categorias genéricas de escravos ou despossuídos da colônia. Apesar da dizimação em larga escala e do desaparecimento de inúmeras etnias, os documentos apontam para o fato de que os índios aldeados continuaram vendo-se e sendo vistos como tais até o início do século XIX. Na condição jurídica de aldeados, a legislação os colocava em posição ímpar em relação aos demais grupos sociais na Colônia, estabelecendo para eles, além de obrigações, alguns direitos que até o início do século XIX lutaram para garantir.<sup>31</sup>

Com os aldeamentos os índios aprenderam novas práticas culturais e políticas que manejavam em busca de seus interesses continuamente alterados. Nessa condição

apropriaram-se da cultura política do Antigo Regime, baseada na troca de favores e serviços, num sistema de reciprocidade no qual os súditos serviam ao rei que, em seu papel de monarca justo e piedoso, os recompensava. Buscaram através de petições, nas quais usavam o nome de batismo cristão e a referência da aldeia na qual viviam, destacando os serviços prestados ao rei o que os faziam merecedores das solicitações reivindicadas.<sup>32</sup>

Outra dimensão que merece ser repensada é a escravidão e o trabalho indígena. Sem a exploração do trabalho indígena seria impensável a realização do projeto colonizador. Apesar da condição de violência, dos incalculáveis prejuízos e das explorações que lhes eram impostos, “os índios participaram ativamente dos embates sobre seu trabalho. Os jesuítas, inúmeras vezes, deixaram claro os limites de seu controle sobre eles”.<sup>33</sup>

Como destaca Almeida, o trabalho dos índios era a alternativa mais racional para uma economia que visava à acumulação com um mínimo de investimentos de capitais. Como aliados ou como inimigos os indígenas desempenharam papel fundamental. Como inimigos foram transformados em escravos legítimos e eram dados como recompensa aos guerreiros do rei. Constituíam importante meio de acumulação que garantia a existência e a manutenção de elites locais e, uma vez capturados, tornavam disponíveis imensas faixas de terras a serem usurpadas. Como aliados, por sua vez, também constituíram importante força de trabalho como produtores agrícolas e defensores das fronteiras, o que era indispensável para a consolidação dos domínios portugueses frente a outros adversários europeus. A política de assimilação total dos indígenas através da dissolução dos aldeamentos e sua transformação em vilas, freguesias e municípios, consolidada desde o Diretório dos Índios, se fez mais forte no século XIX. No entanto, se a nova legislação foi aplicada de forma diversa, de acordo com as especificidades locais e as características dos grupos indígenas para os quais se dirigiam, se muitos resistiram, outros colaboraram e souberam valer-se da lei para assegurar possíveis ganhos. A política indigenista está articulada às políticas indígenas que contribuíram para delinear seus rumos.<sup>34</sup>

No contexto imperial, essas disputas estão relacionadas à presença cada vez maior de não-indígenas, primeiramente, nos arredores e, posteriormente, dentro das terras dos aldeamentos. Os discursos sobre o desaparecimento dos índios que, misturados à massa da população, teriam se tornado mestiços e como tais não teriam mais direito à terra coletiva garantida pela legislação, foram essenciais no processo de extinção das antigas aldeias

31. ALMEIDA, M. R. C. de. Op. Cit., 2003, p.25

32. ALMEIDA, M. R. C. Op. cit. s/d. p.27

33. ALMEIDA, M. R. C., Op. Cit. 2003. p.25

34. ALMEIDA, M. R. C., Op. Cit. 2003. p.25 a 27

coloniais. No entanto, essas afirmativas encontravam dificuldade diante das “atuações dos aldeados que, considerados poucos, civilizados e misturados à massa da população, seguiam vivendo nas aldeias e reivindicando antigos direitos que lhes eram assegurados pela identidade indígena”.<sup>35</sup>

Essa situação desvela que as disputas eram, principalmente, por terra e a classificação étnica era fundamental para os envolvidos nos confrontos. Longe de terem desaparecido, como sugere parte da historiografia, “os índios das antigas aldeias foram invisibilizados por discursos políticos e intelectuais que, condizentes com a política indigenista do século XIX, visavam assimilá-los”<sup>36</sup>, transformando-os em categorias homogêneas como a de brasileiros.

Não é de estranhar, portanto, que vários deles estejam ressurgindo, hoje, por meio dos movimentos de etnogênese da atualidade. Ao assumirem suas identidades indígenas em busca dos direitos garantidos pela Constituição de 1988, muitos desses grupos buscam suas origens nos antigos aldeamentos extintos no século XIX. A partir dessas atuais leituras sobre as trajetórias dos ‘índios desaparecidos’ fica fácil compreender como povos declarados extintos no século XIX tornam-se, hoje, cada vez mais presentes e atuantes no cenário político e acadêmico do país.<sup>37</sup>

Tais questões dizem respeito às atuais disputas por terra entre os grupos indígenas e não-indígenas que resultam em inúmeras ações judiciais que ameaçam os direitos indígenas. Cabe ressaltar que esta investida se baseia, em grande parte, na ideia falaciosa de que as terras ocupadas tradicionalmente pelos indígenas sejam terras devolutas. Versão essa desmontada a partir de uma leitura mais comprometida dos diversos dispositivos legais desde o período colonial até os dias atuais. A Constituição Federal de 1988 é símbolo da luta política dos indígenas pela garantia dos direitos sobre suas terras, mas, o protagonismo indígena está presente desde a invasão realizada pelos colonizadores europeus. É imprescindível que a ação dos próprios indígenas seja inserida nas análises e discursos daqueles que se propõem a se debruçar sobre o tema, bem como é urgente repensar a história indígena enquanto regime de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. C. de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (1500-1822). 2003

ALMEIDA, M. R. C. de. **Política indigenista de Pombal**: a proposta assimilacionista e a resistência indígena nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro”. s/d.

ALMEIDA, M. R. C. de. **Atuação dos indígenas na História do Brasil**: revisões historiográficas. Revista Brasileira de História, vol. 37, nº75. s/d. p. 17-38.

ALMEIDA, R. H. de. **O Diretório dos índios**: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Ed. UnB, 1997.

35. ALMEIDA, M. R. C. Op. cit., 2017. p.30

36. ALMEIDA, M. R. C. Op. cit. s/d. p.30

37. ALMEIDA, M. R. C. Op. cit. s/d. p.30-31

BRAGA, M. A. **Os selvagens da Província**: índios, brancos e a política indigenista no Rio Grande do Sul entre 1834 e 1868. Universidade do Vale dos Rios dos Sinos - UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo – RS, 2005. (Dissertação de Mestrado).

CUNHA, M. C. da (Org.). Política Indigenista no século XIX. In: **História dos Índios no Brasil**. Companhia das Letras. São Paulo. 1992

MENDES JR, J. **Os indígenas no Brasil**, seus direitos individuais e políticos. São Paulo, 1912.

OLIVEIRA, J. P. de; FREIRE, C. A. da R. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006. Coleção Educação para Todos; 13.

# CAPÍTULO 4

## AS MULHERES NAS “POESIAS BÍBLICAS” DE DANIEL FARIA

*Data de aceite: 01/08/2020*

*Data de submissão: 27/04/2020*

**Marcus Mareano**

PUC MG, Departamento de Teologia  
Belo Horizonte-MG

<http://lattes.cnpq.br/1778420861705912>

**RESUMO:** Daniel Faria, poeta português de rápida passagem pela vida (1971-1999), demonstra uma proximidade com a transcendência, o gosto pela solidão e o rigor literário. Ele atenta para o simples, o cotidiano e o corriqueiro a fim de expressar intimidades do coração humano, sedento pelo divino. Por sua formação teológica e sua vida monástica, suas poesias são repletas de interlocução com os textos sagrados dos cristãos (Antigo e Novo Testamento), com os místicos (São João da Cruz e Santa Teresa de Jesus) e com a literatura portuguesa (Ricardo Reis e Luiza Neto Jorge). A apresentação examinará a leitura poética que Daniel Faria faz de alguns textos bíblicos, especialmente, os que tematizam o feminino. Partiremos dos motivos pelos quais o poeta desenvolve esses temas: sua formação no seminário, sua vida solitária, o gosto e o talento pela Literatura. Em seguida, elegemos uma série de poesias cujos títulos são personagens, eventos e referências bíblicas diretas da obra “Homens são como lugares mal situados” (2016). Em meio aos “poemas bíblicos”, um grande número recebe nome de personagens femininas e com características comuns: predominância de coadjuvantes, ausência de heroínas e foco nos instantes de sofrimento.

Dedicaremos maior espaço para análise dessas poesias com a presença do feminino a fim de elencar pontos em comum entre elas, as relações com os respectivos textos bíblicos e destacar o drama, a angústia, o sofrimento e, algumas vezes, a redenção das mulheres na poesia de Daniel Faria.

**PALAVRAS-CHAVE:** Poesia, Bíblia, Mulher, Daniel Faria, Mística.

### WOMEN IN DANIEL FARIA'S “BIBLE POETRY”

**ABSTRACT:** Daniel Faria, Portuguese poet, who had a brief passage through life (1971-1999), demonstrates closeness to transcendence, a taste for solitude and literary rigor. He is attentive to the simple, daily, ordinary life in order to express intimacies of the human heart, thirsting for the divine. For his theological education and his monastic life, his poetry is full of interlocution with the sacred texts of Christians (Old and New Testament), with the mystics (St. John of the Cross and St. Teresa of Ávila) and the Portuguese literature (Ricardo Reis and Luiza Neto Jorge). The presentation will examine Daniel Faria's poetic reading of some biblical texts, especially those that focus on the feminine. Beginning with the reasons why the poet develops these themes: his education at the seminary, his solitary life, his taste and talent for Literature. Then, we choose a series of poems whose titles are characters, events and direct biblical references of the work “Homens são como lugares mal situados” (2016). Amid the “biblical poems”, many are named after female characters with common characteristics: predominance of secondary roles, absence of heroines and focus on moments of suffering. We will dedicate more space for the analysis of

these poems with the presence of the female in order to list points in common between them, their relations with the respective biblical texts, and highlight the drama, the anguish, the suffering and, sometimes, the redemption of women in Daniel Faria's poetry.

**KEYWORDS:** Poetry, Bible, Woman, Daniel Faria, Mystic.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este ensaio examina a leitura poética que Daniel Faria faz de alguns textos bíblicos, especialmente, os que tematizam o feminino.

Partiremos dos motivos pelos quais o poeta desenvolve esses temas: sua formação no seminário, sua vida solitária, o gosto e o talento pela Literatura. Em seguida, elegemos uma série de poesias cujos títulos são personagens, eventos e referências bíblicas diretas, embora toda sua poesia remetam às Escrituras Sagradas. Em meio aos “poemas bíblicos”, um grande número recebe nome de personagens femininas e com características comuns.

Dedicaremos maior espaço para análise dessas poesias com a presença do feminino a fim de elencar pontos em comum entre elas e destacar o drama, a angústia, o sofrimento e, algumas vezes, a redenção das mulheres na poesia de Daniel Faria.

## 2 | DANIEL FARIA E O PRESSUPOSTO BÍBLICO-TEOLÓGICO

Daniel Faria é um desses meteoros literários que surgiu e rapidamente passou entre nós, como por exemplo, o brasileiro Torquato Neto, morto aos trinta e dois anos de idade.

Na sua curta biografia consta que nasceu em um Sábado Santo, no dia 10 de abril de 1971, em Baltar, Paredes, próximo à cidade do Porto (FURTADO, 2007, p. 122). Desde cedo, interessou-se pela leitura e pela escrita e, ainda muito jovem, publicou algumas obras: “Uma cidade com muralhas” (1991), “Oxálida” (1993); “A casa dos ceifeiros” (1993). No ano seguinte, ele opta por morar e estudar no seminário maior do Porto.

Em 1996, Daniel Faria concluiu o curso de Teologia. Durante esse curso, ele se sensibiliza para as relações entre Teologia, Artes e Literatura. Ao invés de se tornar padre após o curso, Daniel Faria deixa o seminário e ingressa no noviciado beneditino, no mosteiro de Singeverga (AZEVEDO, 2010, p. 53). Como aspirante a monge, ele publica em 1998: “Explicação das árvores e outros animais” (FARIA, 2016a) e “Homens são como lugares mal situados” (FARIA, 2016b).

Daniel Faria faleceu em 9 de junho de 1999, com vinte e oito anos, por causa de uma queda doméstica (FURTADO, 2007, p. 122). Após sua morte, publicou-se, no ano dois mil, “Lendas para uma casa habitada” e “Dos líquidos”. Ele ganhou diversos prêmios literários e colaborou em diferentes revistas.

Tal percurso de vida demonstra a proximidade do poeta com a transcendência, o gosto pela solidão e o rigor literário. Ele atenta para o simples, o cotidiano e o corriqueiro para expressar intimidades do coração humano sedento pelo divino. Um contemplativo desassossegado consigo mesmo, com o mundo e com Deus. Alguém com os olhos nas coisas terrenas e divinas e que se situa desconfortavelmente nesse plano, como se expressa no poema que deu título ao livro (FARIA, 2016b, p.15):

Homens são como lugares mal situados

Homens são como casas saqueadas  
Que são como sítios fora dos mapas  
Como pedras fora do chão  
Como crianças órfãs  
Homens sem fuso horário  
Homens agitados sem bússola onde repousem  
(...)

Por sua formação teológica e sua vida monástica, suas poesias são repletas de interlocução com os textos sagados dos cristãos (Antigo e Novo Testamento), com os místicos (São João da Cruz e Santa Tresa de Jesus) e com a literatura portuguesa (Ricardo Reis e Luiza Neto Jorge) (FURTADO, 2007, p. 122). Uma poesia metafísica, com teor meditativo e silencioso, onde se entrelaçam luz e sombra, sigilo e palavra, por isso frequentemente enigmática e que exige uma interpretação atenta por parte do leitor. Destaca Ida Alves (2007, p. 105): “Daniel Faria é um poeta dos anos 90 muito mais próximo de poetas de uma tradição ontológica, sejam eles os paradigmáticos Hölderlin e Rilke, sejam os portugueses Ruy Belo e Herberto Helder no que estes têm (ainda que diferentes entre si) de tensionadores da relação entre o humano e o sagrado, entre o mundo presente e comezinho, entre a palavra poética fundadora de mundos e a palavra cotidiana”.

Bíblia, Literatura e mística não se contradizem ou se opõem nas poesias de Daniel Faria. O autor se coloca na esteira de tantos outros na história do pensamento, que expressaram a transcendência por meio da linguagem humana, como também fizeram com outros propósitos, os autores bíblicos. Como afirma Frey (2004,p.14): “A abordagem da Bíblia de um ponto de vista literário não é de *per si* ilegítimo: nenhum livro poderia ter uma influência literária tão pertinaz sem possuir, ele próprio, características de obra literária”.

Metaforicamente, Daniel Faria continua com sua poesia as últimas páginas do Apocalipse, pois narra o *tremendum et fascinans* com palavras. Elas se parecem como instrumentos de trabalho para a arte da escrita (FARIA, 2016a, p. 79):

Pousa devagar a enxada sobre o ombro  
Já cavou muito silêncio  
  
Como punhal brilha em suas costas  
A lâmina contra o cansaço.

### 3 | AS POESIAS BÍBLICAS

Na obra “Homens são como lugares mal situados”, um grupo de poesias destacam explicitamente o gosto do autor pela Bíblia quando apresenta, nos respectivos títulos, personagens, eventos e referências bíblicas: Sara; A escrava de Sara (Gn 21,8-21); Separação de Abraão e Lot (Gn 13); A morte de Jonatas (2Sm 117-27); Sarepta (1Rs 17,7-

24); Eliseu (1Rs 19,19-21); Sunam (2Rs 4,8-37); Junto dos rios da Babilônia [SI 136 (137)]; O regresso dos rios da Babilônia; Elogio da mulher (Pr 3,14); Coeleth (Ecl 12,1-7); Raquel (Jr 31,15); Lamentações (Lm 1); Ezequiel (Ez 12,1-20); A mulher adúltera; Filho pródigo; Zaqueu (FARIA, 2016b, p. 43-60). Ainda há nesse conjunto uma poesia com o título de “Charles de Foucauld” (FARIA, 2016b, p. 61), que não constitui um personagem bíblico em si, mas uma figura da tradição cristã recente.

Sugestivamente, esse ciclo é precedido pelo título “Se fores pelo centro de ti mesmo”, como um indicativo de um autocentramento. Adentrar nessas poesias não significa ler textos heterogêneos uns dos outros, mas se deixar conduzir por ideia sedutora, como “um canto sonoro”, para um deslumbramento. (ALMEIDA, 2011, p. 13).

Daniel Faria capta um momento do texto bíblico para desenvolver sua poesia. Não se trata de mera reapresentação, mas deslumbre frente a um detalhe passageiro, geralmente, por gosto dele, trágico. Ele compõe uma “paráfrase”, conforme Sant’anna (2003, p. 16-17), das referências bíblicas.

## 4 | AS MULHERES NAS POESIAS BÍBLICAS

Dentre esses poemas, os que se intitulam com nomes de mulheres trazem características próprias.

Conforme visto, Daniel Faria se refere diretamente a textos bíblicos, inclusive deixando a referência ao texto no próprio título da poesia. Ora ele escolhe personagens: Sara, Agar, Eliseu, Coeleth, Raquel, Filho pródigo, Zaqueu. Ora ele escreve sobre eventos: separação de Abraão e Lot, Junto aos rios da Babilônia, O regresso dos rios da babilônia, Elogio da mulher, Lamentações, A morte de Jonatas. Nota-se em maior quantidade as personagens femininas do que as masculinas.

A primeira delas é Sara, a mulher de Abraão, o “pai da fé” para os judeus. Nos relatos bíblicos, ela aparece em referência ao patriarca e para gerar a descendência prometida. Em uma passagem, ela é chamada igualmente a Abraão, como “mãe de todos os povos” (Gn 17,16). No poema, ela rouba as atenções do leitor para sua solidão defronte à destruição, possível alusão ao episódio de Sodoma e Gomorra (Gn 19,1-29) (FARIA, 2016b, p. 43):

Sara senta-se nos degraus das casas destruídas

Sara é o nome do deserto

É o nome da videira estéril

É o nome à espera de ter filhos

Sara está velha de estar

Sozinha. Está sentada e desfaz

A bainha dos seus vestidos

Há semelhanças entre as casas destruídas, o deserto, a esterilidade, a espera por filhos, a velhice, o isolamento e a ocupação nostálgica de cuidar da bainha dos vestidos. O

motivo da velhice é a solidão e não a idade. Tais detalhes não se encontram na Bíblia, mas no eu lírico a fim de tematizar a angústia. A personagem bíblica estéril pela idade; aqui, ela é velha pela solidão.

Em contrapartida, Agar, a escrava de Sara, é apresentada como arbusto por duas vezes, mesmo situando o poema no deserto que se repete três vezes (FARIA, 2016b, p. 44):

No deserto há uma mulher e um arbusto

E a mulher é Agar

Sentada no odre vazio

Com olhos cheios de lágrimas

À distância de um tiro de arco

Para não ver filho morrer

No deserto há um poço. A mulher

Escolhida no Egito

No deserto há um flecheiro

O menino que dormiu sob o arbusto

Agar tem um véu que voa

Ao lado das setas do seu filho

O eu lírico se centra no lado triste do episódio, pois, conforme a referência bíblica do título (Gn 21,8-21), o menino cresceu, residiu no deserto e se tronou flecheiro (Gn 21,21). As mulheres expressam, nas poesias acima referidas, sentimentos de dor e sofrimento: Sara por causa da esterilidade e Agar pelo menino prestes a morrer. Em um diário, Daniel Faria escreve sua afinidade com a morte como comenta Carlos Azevedo: “Se eu um dia me suicidar, não há-de ser pela infelicidade da minha vida, mas pela felicidade da morte. Nada, como a morte, às vezes, me é tão sedutor. Não é dor, nem medo, nem ausência, nem peso. É apenas essa estranha leveza de não-ser e de tão pouco ser isso”. (AZEVEDO, 2010, p. 54).

Na sequência, a próxima mulher é uma viúva que perde o filho. Para aquela sociedade patriarcal, essa classe era desprovida de sustento material e ficava à mercê da caridade social (MONLOUBOU; DU BUIT, 2003, p. 822-823). O título do poema, Sarepta (1Rs 17,7-24), remete ao episódio no qual Elias multiplica o óleo e a farinha. Contudo, a

informação da viuvez só ocorre no último verso (FARIA, 2016b, p. 47):

Fora dos muros da cidade me visitou  
Junto dos muros  
Equilibrou-me o feixe de lenha na cabeça  
De um modo que me abençoava  
E como pedra que medita no coração  
De pedreiro  
Voltei de novo para casa  
E acrescentei a sua ausência  
À viuvez.

O eu lírico foca o momento do encontro da mulher com Elias e a expectativa da morte iminente. Dentre os textos selecionados, pela primeira vez, utiliza-se a primeira pessoa. Furtado (2007, p. 126) observa: “É como se o sujeito poético se colasse à personagem – no caso, a viúva de Sarepta que acolhe o profeta. A palavra mais forte é ‘abençoava’, uma vez que foi o encontro com esse homem de Deus que melhorou a pobreza da viúva e do seu filho, salvando a ambos da morte”. Contudo, a poesia destaca mais a solidão, a nostalgia e a ausência associada à viuvez do que a bênção do profeta.

Semelhantemente, a poesia seguinte apresenta outra mulher anônima e o encontro com um profeta, dessa vez Eliseu. No relato bíblico referido no título do poema (2Rs 4,8-32), a aflição da mulher é, primeiramente, a esterilidade, mas Eliseu roga a Deus por um filho e a mulher concebe um filho. Segundamente, outro sofrimento ocorre por uma doença que ameaça a vida desse filho, mas o profeta age para que ele viva (FARIA, 2016b, p. 49):

O absurdo pode sempre visitar-te quando quiser  
Tens um lugar para ele. Em cada dia uma nova entrada.  
Tens a memória e sobre o banco à tarde  
A mulher. Vamos construir – disse- um quarto no terraço  
Quatro paredes de tijolo e uma lâmpada ao centro  
Uma cadeira, uma mesa. A bilha  
Ficará connosco e beberá aqui.  
O absurdo pode sempre visitar-te quando estiveres no campo  
E teu filho te disser: a minha cabeça  
Pondo a mão sobre a nuca, tendo largado a foice.  
O absurdo pode sempre parar à tua porta  
Com teu filho sobre o jumento pardo

Pode sempre visitar-te no rosto da mulher  
- Era meio-dia sobre meus joelhos -  
E chamarás. Abrirás em cada dia  
Uma nova entrada por onde possa visitar-te  
Sentar-se aí ao teu lado. Onde costumás envelhecer.

O eu lírico repete três vezes a “visita do absurdo” (uma quarta vez implicitamente no verso: “pode sempre visitar-te no rosto da mulher”) como metáfora da visita do profeta Eliseu e, conseqüentemente, da ação divina, ambas não nomeadas no poema. Enquanto o texto bíblico fala da alegria da acolhida do profeta, do nascimento da criança e da reanimação de sua vida, o eu lírico focaliza a enfermidade do menino, a angústia da mulher e seu envelhecimento. Essas duas últimas poesias, ao contrário das duas primeiras, não trazem os nomes das mulheres, mas dos lugares onde se passa o episódio.

O poema seguinte não apresenta personagens nem acontecimentos bíblicos. O eu lírico repete duas vezes um único versículo da Bíblia: “É como a nave mercante, que importa de longe o grão”. (Pr 31,14). O contexto literário da referida citação é um elogio a mulher comprometida com o lar. A poesia amplia uma dessas características para mostrar a estabilidade e a fecundidade (FARIA, 2016b, p. 52):

O coração da mulher é alto  
Mas nem só por isso a mulher oscila  
Ela é como o navio mercante  
Que chega carregado de grão  
  
A mulher é o tear dentro da vida  
Nem por isso a mulher é mais do que a vida  
Ela é como navio mercante  
Que chega carregado de grão

Embora no texto bíblico a mulher seja elogiada por habilidades domésticas; na poesia, o enaltecimento da mulher se dá por qualidades interiores. O coração, sede da inteligência, do desejo e dos sentimentos (MONLOUBOU; DU BUIT, 2003, p. 152), é estável, apesar de alto. A mulher gera e cuida da vida. Por isso, ela se compara a um navio com grãos: robusta, plena, dinâmica e capaz de alimentar a muitas pessoas. Não há angústia ou sofrimento nesse poema.

Raquel, na Bíblia, é uma das esposas de Jacó e a mãe de José e Benjamim (Gn 35,24). O texto ao qual se refere o poema (Jr 31,15) apresenta o pranto dessa mãe pela morte de seus filhos, imagem da descendência de Jacó, ou seja, o povo judeu. A poesia mais uma vez relata essa dor (FARIA, 2016b, p. 54):

Do lado de Ramã matam-se os cordeiros

E Raquel em luto no coração dos filhos bombeia o sangue  
Com as fundas lança-lhes a vida  
Ela come o chão como planta que respira  
E no fio do seu pranto desfaz os seus sentidos  
Gerou o que não vive o menos do que o nada  
É a mãe do que não vive e não quer ser consolada

Outra vez aparece o tema do sofrimento, as lágrimas e a angústia de uma mulher. Outra esposa de patriarca como Sara. No entanto, a aflição não era por causa da esterilidade, mas a morte dos filhos (descendência), meio pelo qual se perpetuava a memória do varão.

Finalmente, a última mulher da série de poemas não possui nome nem na Bíblia nem na poesia de Daniel Faria. O título apenas identifica sua característica principal: “A mulher adúltera”. A referência bíblica não é explicitada, mas o episódio se encontra em Jo 8,1-12, a narrativa de um encontro de uma prostituta prestes a ser apedrejada com Jesus, assim declamada pela poesia de Daniel Faria (2016b, p. 58): “Não turbam a água dos meus olhos / As pedras que me atiram sobre o corpo / As tuas mãos vazias este muro / Branco me doem muito mais”.

O eu lírico se focaliza no encontro e contrasta a condenação, as pedras e a morte dos dois primeiros versos com a salvação, o muro e a proteção do encontro subtendido com Jesus. Omitem-se a condenação, a presença dos mestres da lei, o diálogo e a humilhação da mulher. O encontro redentor da mulher é também dor na poesia: “me doem muito mais” (FARIA, 2016b, p. 58). Dor por compreender-se muito mais amada do que condenada.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário de outros literatos que tomam consigo temas bíblicos mais populares, como por exemplo, a criação, Adão e Eva e a vida de Jesus. Daniel Faria opta por textos e personagens menos conhecidos.

A Bíblia serve de inspiração para o poeta. Ele tem a experiência de leitura e oração devido a sua vida monástica. Tal vivência se expressa na sensibilidade dos poemas e na insistência de encontros epifânicos: as mulheres com os profetas, a mulher adúltera com Jesus e, ainda, Zaqueu com Jesus. Esse traço caracteriza sua poesia: “figuração da morte como uma questão de linguagem, a palavra poética como espaço limite, como risco de existência, como fronteira entre o desconhecimento e a revelação, num processo contínuo de busca e de perda, um sacrifício permanente do sujeito para habitar de outra forma este mundo que é uma construção de palavras”. (ALVES, 2007, p. 106).

Há uma predominância de personagens sofrendores ou de instantes de sofrimento. Especificamente com as mulheres, Daniel Faria não escolhe as heroínas da tradição religiosa: Ester, Judite, Ana, Débora, Miriam, Maria ou outras. O autor prefere mulheres coadjuvantes, exceto Sara. Enquanto na Bíblia elas estão em segundo plano, na poesia, elas aparecem em primeiro plano, como protagonistas.

A preferência pela angústia se desmonta nas poesias mesmo quando nos episódios bíblicos há um “final feliz”. Da nossa seleção, o único sem desfecho triste é a poesia “A

mulher adúltera” que conclui: “As tuas mãos vazias este muro / Branco me doem muito mais”. (FARIA, 2016b, p. 58).

As poesias de Daniel Faria redimem as pessoas da soberba de tudo poder em vida. Elas possuem identidade profética e um sujeito que encarna um messianismo (ALMEIDA, 2011, p. 18). O escritor eleva o leitor por meio da sua escrita transcendental.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Catarina Nunes. Uma promessa de mãos: breve perspectiva da obra de Daniel Faria. In: **Textos e Pretextos**, n. 14. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 2011, p. 12-21.

ALVES, Ida. A poesia de Daniel Faria: a claridade da morte. **Via Atlântica**, n. 11, p. 102-15, jun. 2007.

AZEVEDO, Carlos. Soubesse eu morrer iluminando: o sentido da morte em Daniel Faria. **Revista Interdisciplinar sobre o Desenvolvimento Humano**, n. 1, p. 53-58, 2010.

**BÍBLIA de Jerusalém**. Nova ed rev. e amp. São Paulo: Paulus, 2002.

FARIA, Daniel. **Explicação das árvores e outros animais**. Belo Horizonte: Chão da feira, 2016a.

FARIA, Daniel. **Homens que são como lugares mal situados**. Belo Horizonte: Chão da feira, 2016b.

FREY, Northrop. **O código dos códigos: a Bíblia e a Literatura**. São Paulo: Boitempo, 2004.

FURTADO, Maria Teresa Dias. Daniel Faria: se fores pelo centro de ti mesmo. **Didaskalia**, v. 37, n. 2, p. 121-135, 2007.

MONLOUBOU, Louis; DU BUIT, François Michel. Coração. In: MONLOUBOU, Louis; DU BUIT, François Michel. **Dicionário Bíblico Universal**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 152-153.

SANT'ANNA, Afonso Romano. **Paródia, paráfrase e cia**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2003.

# CAPÍTULO 5

## CIBERCULTURA E AS NOVAS NUANCES EM SER NERD

Data de aceite: 01/08/2020

Data de submissão: 29/04/2010

### Adriele Cristina Rodrigues

Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO – UFMT)  
Cuiabá – Mato Grosso  
<http://lattes.cnpq.br/5031923610226163>

### Lucia Helena Vendrusculo Possari

Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (ECCO – UFMT)  
Cuiabá – Mato Grosso  
<http://lattes.cnpq.br/6385055872621365>

**RESUMO:** Enviar mensagem, trocar fotos, combinar encontros, são atividades de fruição e de prazer, que dependiam de um tempo/espaço determinado. Vimos que o ciberespaço possibilita temporalidades e espacialidades que facilitam a grupos de interlocutores produção encaminhamento de textos. Um grupo que chama a atenção pela criatividade e inserção na cibercultura é o dos Nerds. O estudo já permite dizer que não se trata do Nerd de óculos de aro grosso, considerado um *outsider* até então. Propomo-nos a compreender as interações e as interatividades de determinado grupo, consolidado em uma escola. Para isso, a metodologia é a de abordagem qualitativa, um estudo netnográfico, através do qual, acompanhamos as produções artísticas, literárias e científicas e as maneiras de como os corpos se dão pelas redes sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cibercultura, Nerd,

Interatividade, Master Nerd, Relações.

### CYBERCULTURE AND THE NEW NUANCES IN BEING NERD

**ABSTRACT:** Sending messages, exchanging photos, arranging meetings, are activities of enjoyment and pleasure, which depended on a specific time/space. We have seen that cyberspace enables temporalities and spatialities that facilitate the production of texts by groups of interlocutors. A group that calls attention for creativity and insertion in cyberculture is the Nerds. The study already allows us to say that this is not the Nerd with thick-rimmed glasses, considered an outsider until then. We propose to understand the interactions and interactivities of a certain group, consolidated in a school. For this, the methodology is that of a qualitative approach, a netnographic study, through which we follow artistic, literary and scientific productions and the ways in which bodies occur through social networks.

**KEYWORDS:** Cyberculture, Nerd, Interactivity, Master Nerd, Relations.

### 1 | INTRODUÇÃO

Conviver com uma irmã que possui 15 de anos de diferença é um mundo de descobertas. Quando ela comentou que ia a um evento chamado Master Nerd e que era uma K-popper nata, fiquei perdida, mas curiosa. Na minha época, e não faz tanto tempo assim, o conceito de K-pop nem sequer existia, e ser nerd remetia a ideia de alguém pouco sociável e com um óculos “fundo de garrafa”. Achei tão interessante a maneira que

ela e suas colegas tratavam o assunto, que resolvi mergulhar neste mundo.

Na verdade, com a pesquisa sobre o ser nerd na contemporaneidade, percebi que muitos conceitos deverão ser reformulados e repensados nesta nova conjuntura. A internet e a cibercultura tão citada por autores como Lévy (1999) e Lemos (2010), reformulam e repropõe sentidos, dentre eles o ser jovem, a interatividade e até mesmo o conceito de ser nerd.

A revolução atual não é uma simples revolução técnica, mas algo de muito mais profundo, comparável ao que foi o aparecimento do alfabeto. O numérico é uma nova *língua franca* que permite a transparência total entre todas as formas de representação. Pode-se também comparar esse fenômeno à invenção da imprensa (Internet é o equivalente a uma imprensa universal, pessoal, ubiqüitária, instantânea e de baixíssimo custo). Essa revolução cultural vai tão longe que é possível mesmo falar-se de uma nova “maneira de ser”. “O fato de estar no Net remodela a consciência”, costuma-se dizer (QUÉAU, 2002, p. 462).

A internet é o grande palco das mobilizações dos jovens atualmente, e é nela, e por causa dela, que o termo nerd se alterou segundo Patrícia Matos (2011). A autora aponta que os nerds começaram a tomar posição privilegiada a partir do momento que a tecnologia se popularizou e ganhou espaço na sociedade o cenário pop-tecnológico. Como característica de tal movimento, também se observa um prolongamento da etapa da vida chamada juventude (SANTOS et al., 2015).

A construção dos sentidos se dá no ciberespaço, onde os grupos considerados nerds se conhecem, marcam encontros e agendam ensaios. Assistem vídeos no Youtube e até mesmo gravam seus vídeos para serem publicados em canais pessoais. Dentro deste grupo identitário, a interatividade é uma marca. Segundo Possari (2009, p. 58) “a interatividade diz respeito à ação do receptor que é a de interferir, modificar o que está sendo objeto de construção de sentidos/ de conhecimento.”

A todo o momento eles consomem conteúdos e produzem novos, tudo sempre compartilhado por canais tecnológicos. E esta é uma característica desse grupo, no qual “(...) o pertencimento à cultura nerd não se dá apenas através de quais artefatos culturais são consumidos mas do modo como os nerds utilizam estes artefatos a fim de produzir sentido” (MATOS, 2013, online).

As interpretações pós-modernas asseveram que a possibilidade de anonimato e a instantaneidade do acesso online a incontáveis cenas e tribos contribuem para expandir o processo corrente e experimentação e encenação folgaz de múltiplos estilos e concepções de si. Tal argumentação se apoia na premissa de que a internet condensa uma constelação infinita de informação e cultura em um único *espaço* singular, compartilhado por uma massa diversificada, livremente flutuante e intensamente curiosa de usuários. (FREIRE FILHO, 2007, p. 71)

## 2 | SABERES EM CONSTRUÇÃO

Para pesquisar esse universo que está em constante mudança, e até mesmo entender o que seria essa febre de k-pop entre a juventude, adotamos como base a pesquisa qualitativa, até mesmo porque estamos lidando com comportamentos e mensuráveis poderia minimizar as riquezas que se dão na interação pesquisador/pesquisado.

Primeiramente, “mergulhamos” no evento denominado Master Nerd, que foi realizado no colégio particular Master nos dias 9 e 10 de junho. Para isso, a etnografia foi essencial para a pesquisa, porque através dela identificados como os jovens se comportam, a multiplicidade de informações, que vão desde vitrola, fuscas, motos, desenhos mangás, impressoras 3D e até feira de artesanato cuiabano.

A etnografia, que procede classicamente por imersão mais ou menos completa e durável do pesquisador no meio das pessoas que ele estuda, é aqui de grande utilidade. Ela permite revisitar as condutas individuais ou coletivas dos adolescentes por um outro referencial de leitura, que não é mais aquele da sociedade dominante ou global, mas sim a do próprio grupo. (LEPOUTRE, 2002, p. 448)

Para compreender como funciona a realização do evento e até mesmo como os nerds e k-poppers se organizam, realizamos entrevistas gravadas com o organizador do Master Nerd, o organizador do K-Pop no evento. Também entrevistamos oito pessoas que participaram do Master Nerd e mais oito que se consideram k-poppers.

Estamos utilizando também a pesquisa netnográfica para compreender como estes grupos se “movimentam” na rede. Para isso, participamos de grupos de redes sociais e até mesmo trocamos mensagens com os entrevistados via whatsapp. Segundo Frago, Recuero e Amaral (2001) esta metodologia tem a internet como objeto de pesquisa (aquilo que se estuda), quanto local de pesquisa (ambiente onde a pesquisa é realizada, como sites e redes sociais) e, ainda, instrumento de pesquisa (como ferramenta para coleta de dados).

A partir de algumas informações já coletadas, podemos chegar a algumas considerações: a redefinição do termo nerd; a nova conceitualização do termo juventude; a popularização de culturas asiáticas; o encontro que se dá, inicialmente, via internet; a interatividade presente nas produções dessas pessoas, que o tempo todo se conectam pela internet, e nela própria produzem sentidos; a mobilização e envolvimento dos grupos com o assunto, no qual alguns entrevistados chegam a dizer que “pintam o cabelo conforme o ídolo” ou mesmo estão “salvos da depressão” ou utilizam dos “ensaios para deixarem de ser sedentários”.

Outro ponto que nos chamou atenção foi a surpresa em ver no evento Master Nerd, no qual esperamos itens eletrônicos e de última tecnologia, objetos retrô e vintage, como carros antigos e vinis. Segundo Jenkins et al (2014) a internet, e acrescento a cibercultura, revitaliza as formas antigas de cultura material, remodelando o passado e possibilitando que seus vestígios se mantenham vivos nas memórias das pessoas.

O residual pode permanecer na memória popular, tornar-se o objeto de desejo nostálgico, ser usado como um recurso para dar sentido à vida presente e à identidade de alguém, servir como base de uma crítica às instituições e

práticas vigentes e desencadear conversas. Em resumo, o conteúdo residual pode se tornar um forte candidato a propagabilidade. (JENKINS et al, 2014, p. 132)

Os nerds, e k-poppers se mostravam muito atraídos pelos objetos ditos retrô e vintage, tal como pelos demais, o que denota identificar que esses movimentos não são mais exclusivos, mas inclusivos e proativos. Tudo junto e misturado, criando e recriando informações e novos sentidos.

A pesquisa está em fase de coleta de dados, e sua continuidade certamente contribuirá ainda mais para revisão de concepções e linhas de fuga para serem descobertos outros fazeres.

## REFERÊNCIAS

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREIRE FILHO, João. **Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. São Paulo: Aleph, 2014.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 5ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2010. Coleção Cibercultura.

LEPOUTRE, David. **A cultura adolescente de rua nos grandes conjuntos habitacionais suburbanos**. In: MORIN, Edgar. (org) *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. 2ª ed. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 447 – 453.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. Coleção TRANS.

MATOS, Patrícia. **O nerd virou cool: identidade, consumo midiático e capital simbólico em uma cultura juvenil em ascensão**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Paulo. 12 a 14 de maio de 2011.

MATOS, Patrícia. **Consumo, curadoria e a construção de mapas de importância na cultura nerd**. IX Seminário de Alunos de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio. Rio de Janeiro. 04, 05 e 06 de novembro de 2013.

POSSARI, Lucia H. V. **Educação à Distância: sua concepção como processo semiodiscursivo**. In: POSSARI, Lucia H. V.; NEDER, Maria Lucia C. *Material didático para a Educação à Distância: processo de produção*. Cuiabá: EDUFMT, 2009.

QUÉAU, Philippe. **Cibercultura e info-ética**. In: MORIN, Edgar. (org) *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. 2ª ed. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 460 – 480.

SANTOS, Suzane de et al. **O Nerd no Centro do Mercado Midiático: Comunicação e Cultura Nerd**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Uberlândia. 19 a 21 de junho de 2015.

# CAPÍTULO 6

## CIDADES SUSTENTÁVEIS: ESTUDO DOS INDICADORES DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB

Data de aceite: 01/08/2020

Data da submissão: 06/05/2020

### **Juliana Morais da Silva Souza**

Mestranda em Gestão Pública e Cooperação Internacional pelo PGPCI da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).  
João Pessoa - PB.  
<http://lattes.cnpq.br/3895632506993855>

### **Erbenia Lourenço de Oliveira**

Mestranda em Gestão Pública e Cooperação Internacional pelo PGPCI da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - Bolsista da CAPES  
João Pessoa - PB.  
<http://lattes.cnpq.br/1650443591741437>

### **Heverton Felinto Pedrosa de Melo**

Mestrando em Gestão Pública e Cooperação Internacional pelo PGPCI da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).  
João Pessoa - PB.  
<http://lattes.cnpq.br/9130272711910685>

### **Marucelle de Alcântara Bonifácio**

Mestranda em Gestão Pública e Cooperação Internacional pelo PGPCI da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - Bolsista da CAPES  
João Pessoa - PB.  
<http://lattes.cnpq.br/2898007284614696>

**RESUMO:** O artigo busca identificar se há e quais são os indicadores utilizados pela cidade de João Pessoa para se adequar à noção de sustentabilidade que emerge na década de 1980 e se consolida com os Objetivos do

Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito da Agenda 2030. A pesquisa é qualitativa e exploratória e as técnicas utilizadas são a análise bibliográfica e documental para compor um estudo de caso. Como resultado, identificou-se 117 indicadores desenvolvidos pela metodologia da Iniciativa de Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) que se adequam com os *frameworks* adotados a nível internacional e que são compatíveis com o ODS 11 que trata de cidades e comunidades sustentáveis. O *framework* adotado por João Pessoa é semelhante aos dos demais ao redor do mundo. Ao comparar os indicadores desenvolvidos pela metodologia ICES com o ODS 11, verifica-se que todas as metas elencadas nesse ODS têm aspectos que são passíveis de mensuração pelos indicadores criados pela metodologia ICES.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sustentabilidade, Cidades Sustentáveis, ODS, João Pessoa.

### **SUSTAINABLE CITIES: STUDY OF INDICATORS OF THE CITY OF JOÃO PESSOA-PB**

**ABSTRACT:** The article seeks to identify if there are and what are the indicators used by the city of João Pessoa to fit the notion of sustainability that emerges in the 1980s and consolidates with the Sustainable Development Objectives (ODS) within the scope of Agenda 2030. The research is qualitative and exploratory and the techniques used are the bibliographical and documentary analysis to compose a case study. As a result, we identified 117 indicators developed by the Emerging and Sustainable Cities Initiative (ICES) methodology that are in line with the internationally adopted frameworks that are compatible with ODS 11 that addresses

sustainable cities and communities. The framework adopted by João Pessoa is similar to the ones around the world. When comparing the indicators developed by the ICES methodology with the ODS 11, it is verified that all the goals listed in this ODS have aspects that are measurable by the indicators created by the ICES methodology.

**KEYWORDS:** Sustainability, Sustainable Cities, ODS, João Pessoa.

## 1 | INTRODUÇÃO

O auge do desenvolvimento industrial no século XX fez com que a comunidade internacional se voltasse para o debate sobre a sustentabilidade e sobre os impactos de práticas em larga escala maléficas ao meio ambiente. No entanto, é importante destacar que a sustentabilidade não está apenas relacionada ao meio ambiente, mas também com a sustentabilidade social e econômica que também podem ameaçar a sobrevivência da raça humana na face da terra. O discurso sobre desenvolvimento sustentável, com foco ambiental, se dá pelo fato de que as más práticas econômicas e sociais podem comprometer a disponibilidade dos recursos naturais.

Apesar do debate sobre sustentabilidade estar presente desde 1800 (HASSAN; LEE, 2015), só se intensificou na década de 1980, quando o Relatório Brundtland colocou na agenda internacional o debate sobre o tema e oficializou o termo sustentabilidade. O relatório é resultado das deliberações da comunidade internacional por meio da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento criada em 1987 que alertou a sociedade sobre satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras (ACSELRAD, 1999; OLIVEIRA *et al.*, 2012; REGO *et al.*, 2013).

A Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS proposta pelas Nações Unidas são uma tentativa de vencer os desafios ligados às dimensões da sustentabilidade no século XXI. No âmbito local, as cidades emergentes se deparam com diversos cenários como excesso de poluição, desigualdade social e instabilidade econômica que podem afetar o exercício de suas funções básicas e a prestação de serviços públicos. A cidade de João Pessoa se encaixa nesse contexto, ao enfrentar desafios semelhantes a esses.

Com base nesse cenário, é importante realizar um estudo que mostre que a cidade de João Pessoa está preocupada em atingir os ODS e, conseqüentemente, sanar os problemas existentes ao se tornar uma cidade sustentável. Os indicadores são um instrumento estratégico de mensuração que permitem o diagnóstico e monitoramento dos setores que necessitam de intervenção, para propor programas, ações, planos e políticas públicas que visam solucionar os problemas existentes.

Diante desse contexto, o artigo busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: Quais são os principais indicadores utilizados pela cidade de João Pessoa para se adequar ao paradigma da sustentabilidade e aos ODS 11 – cidades e comunidades sustentáveis? Portanto, o objetivo desse estudo é identificar se há e quais são os indicadores utilizados pela cidade de João Pessoa para adequação ao paradigma da sustentabilidade e ao ODS 11 – cidades e comunidades sustentáveis.

## 2 | A SUSTENTABILIDADE

Na segunda metade do século XX, se consolidaram três dimensões que são consideradas como os pilares fundamentais da noção de sustentabilidade: a dimensão social, econômica e ambiental. No âmbito econômico, a preocupação é criar empreendimentos viáveis e atraentes aos investidores; na dimensão ambiental o desafio de adequar processos que permitam a continuidade do meio ambiente; por fim, na dimensão social, o desafio é criar um ambiente justo para trabalhadores, sociedade e parceiros. Esses três pilares, também conhecidos como *Triple Bottom Line*, podem ser complementares e se relacionar, na medida em que o desenvolvimento de um dos pilares influencia o desenvolvimento dos demais. Quando há interseção entre as três dimensões, a sustentabilidade é alcançada (OLIVEIRA *et al.*, 2012).

Acsehrad (1999) explica que ainda há cinco matrizes principais dentro da discussão sobre sustentabilidade: a eficiência, cujo objetivo é alcançar o desenvolvimento sem desperdiçar as bases materiais; a matriz da escala, cujo objetivo é colocar um limite ao crescimento econômico e a pressão que exerce sobre os recursos naturais; a matriz da equidade que busca articular princípios ligados à justiça e à agroecologia; a matriz da autossuficiência que busca a desvinculação entre o mercado mundial e as economias nacionais e sociedades tradicionais para assegurar a capacidade de auto-regulação das comunidades no que diz respeito às condições de reprodução das bases materiais do desenvolvimento; e por último, a ética constitui a última matriz fundamental do debate sobre sustentabilidade que coloca valores de “Bem” e “Mal” sobre as apropriações inadequadas dos recursos naturais que podem comprometer a continuidade do planeta terra.

Outro fator importante no debate sobre sustentabilidade envolve o setor privado e o debate entre economia e ecologia. O desenvolvimento industrial, sobretudo do século XX, gerou diversas externalidades negativas devido à elevação do consumo pelas sociedades que podem contribuir para a escassez dos recursos naturais em um futuro próximo (SILVA, 2003; HRDLICKA, 2009; SILVA; VARGAS, 2010; OLIVEIRA *et al.*, 2012; HASSAN E LEE, 2015).

No âmbito da discussão sobre como se alcançar à sustentabilidade, o maior desafio que surgiu foi resistência das grandes empresas e indústrias em se adequar ao novo modelo de desenvolvimento devido ao aumento dos custos gerados pelas regulações ambientais. Dessa forma, cria-se um paradoxo ilusório entre ecologia e economia, assim a sustentabilidade passou a ser vista pelo setor privado como sinônimo de aumento de gastos e, portanto, redução da competitividade.

Os autores Porter e Linde (1995) desmistificam esse paradoxo, ao considerar que as empresas consideradas verdes, ou seja, aquelas que se adequam as regulações referentes ao meio ambiente, são de fato mais competitivas. Os autores consideram que a poluição é desperdício econômico, pois os recursos são utilizados de forma incompleta ineficiente e ineficaz e provam isso por meio de dados empíricos levantados sobre inúmeras empresas ao redor do mundo. Segundo Porter e Linde (1995), por meio da inovação é possível alcançar a melhoria ambiental e aumentar a produtividade dos recursos. Ao aumentar a produtividade dos recursos, há redução nos gastos de produção e elevação, consequentemente, nas taxas de lucro e na competitividade das empresas. No âmbito nacional, essa consciência de que ser sustentável é sinônimo de sucesso econômico ainda não está consolidada.

## 2.1 A Sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis

A sustentabilidade possibilita à sociedade atual o atendimento de suas necessidades sem comprometer as gerações futuras e o meio ambiente. Dessa forma, com o objetivo de firmar um compromisso com o desenvolvimento sustentável, 193 países da ONU adotaram a agenda 2030 que engloba 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS que podem ser atingidos por meio de 169 metas. A nova agenda global, uma continuação dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), é comprometida com as pessoas, o planeta e baseada na promoção da paz, parcerias e da prosperidade, contemplando, dessa forma, os três pilares da sustentabilidade (ONU BRASIL, 2018; GOVERNO FEDERAL, 2017).

Os 17 ODS são considerados transversais, ou seja, o atingimento ou investimento em determinada meta pode influenciar no alcance de outras metas. Dentro dessa agenda, encontra-se o ODS 11, cujo objetivo é tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (ONU BRASIL, 2018; GOVERNO FEDERAL, 2017). Esse ODS será o foco do presente estudo e pode ser considerado estratégico na agenda da sustentabilidade, assim acredita-se que esse poderia ser alcançado por meio do desenvolvimento de cidades mais sustentáveis. Afinal, ao intervir nas cidades industrializadas é possível atingir um equilíbrio social, ambiental e econômico mais eficiente.

## 2.2 Cidades Sustentáveis

Segundo dados do Banco Mundial (2015), estima-se que mais da metade da população mundial vive atualmente nas cidades e a previsão é de que em 2050, esse número abarque um terço da população mundial. As cidades são responsáveis por 80% do PIB mundial e, conseqüentemente, são responsáveis por cerca de 70% das emissões de CO<sup>2</sup>.

De acordo com Rogers (1997 *apud* HASSAN; LEE, 2014), um dos idealizadores do conceito de cidade sustentável utilizado pela ONU, uma cidade sustentável: É uma cidade que atende às necessidades sociais, culturais, ambientais e políticas, ao lado dos objetivos econômicos e físicos, garantindo acesso equitativo a todos os serviços aos moradores, sem esgotar os recursos de outras cidades ou regiões.

O *Federal Ministry for Economic Cooperation and Development* (BMZ, 2016) da Alemanha, como pode ser verificado na figura 1, as cidades apresentam realidades urbanas que chamam atenção devido à sua escala no impacto ambiental, apesar de ocuparem parcela irrisória do território mundial.



Figura 1: Realidades Urbanas.

Fonte: BMZ, (2016).

Diante disso, se faz necessário adotar medidas inovadoras para gerir o processo de urbanização. Tal fato contribui para a construção de cidades sustentáveis a longo prazo e estão relacionadas à oferta de um sistema de transporte público eficiente, acesso à água limpa gestão efetiva do desperdício e outros serviços essenciais. Isto é, cidades sustentáveis são aquelas que utilizam inovações para resolução dos problemas urbanos, a fim de alcançar a prosperidade e econômica e social sem comprometer os ecossistemas (PCS, 2017; WWF, 2018; ONU, 2013; BANCO MUNDIAL, 2015; HU, 2015).

A ONU (2013) considera ainda fundamental que essas inovações e serviços sejam públicos, ou seja, acessíveis para que haja redução de desigualdades entre os setores urbanos e rurais, além de redução de riscos de desastres e insegurança alimentar. As assimetrias ao redor do globo também devem ser consideradas e os países mais pobres necessitam de recursos para investir em tecnologia verde, capacidades de desenvolvimento e acesso a moradias, água e saneamento básico, eletricidade, saúde e educação.

Organizações internacionais multilaterais a exemplo do Banco Mundial e do Banco Interamericano para o Desenvolvimento – BID têm contribuído nesse sentido ao apoiar esses investimentos, sobretudo nos países subdesenvolvidos. As assistências do Banco Mundial, por exemplo, incluem a melhoria das receitas dos países, construção de infraestruturas no meio urbano e sistemas acessíveis de transporte, além de auxiliar na adaptação das matrizes energéticas que sejam mais limpas e com menor custo para esses países (BANCO MUNDIAL, 2015).

Os setores que necessitam de maior investimento para tornar as cidades sustentáveis são: “energias renováveis, eficiência no uso de água e eletricidade, projeto e implementação de cidades compactas, reforma de edificações e aumento de áreas verdes, transporte público rápido, confiável e acessível e melhores sistemas de reciclagem e resíduos” (ONU, 2013, p. 53).

Mais uma vez, o paradoxo da sustentabilidade permeia o debate sobre as cidades, cujo principal desafio é aliar o crescimento econômico à sustentabilidade ambiental. Hu (2015) argumenta que ao mesmo tempo em que as cidades globais são centro do processo de globalização, enfrentam pressões ambientais. Assim, o desafio das cidades globais, centro de comando do processo de globalização, é integrar na estratégia de desenvolvimento econômico a sustentabilidade e a competitividade econômica. Para tanto é preciso haver compromisso e vontade política dos governos, assim como é necessário desenvolver a consciência do setor privado de que investir em sustentabilidade pode elevar a competitividade em vez de miná-la.

### **2.3 Mensuração a partir de Indicadores**

Como é possível medir a sustentabilidade? Como é possível saber que uma cidade é sustentável? Organizações internacionais e países engajados com o compromisso de promover um desenvolvimento social, ambiental e econômico viáveis desenvolveram diversos *frameworks* com indicadores considerados chave para medir a sustentabilidade. Por meio do monitoramento de tais indicadores é possível identificar quais são as cidades sustentáveis, além de colocar de forma clara que objetivos práticos devem ser perseguidos para alcançar a sustentabilidade.

Abaixo serão apresentados os principais *frameworks* e os principais indicadores abordados por cada um deles:

FRAMEWORK	INDICADORES
1. China Urban Sustainability Index (China)	1. Taxa de acesso à água
	2. Espaços de convivência (per capita)
	3. Médicos (per capita)
	4. Relação professor-aluno
	5. Consumo de eletricidade (por unidade)
	6. Consumo doméstico de água (per capita)
	7. Reciclagem do desperdício industrial
	8. Indústria pesada (como participação do PIB)
	9. Concentração de <i>SOx</i> , <i>NOx</i> , <i>PM10</i>
	10. <i>SO2</i> industrial descarregado (por unidade)
	11. Taxa de tratamento das águas residuais
	12. Resíduos domésticos recolhidos
	13. Densidade urbana (pessoas por km <sup>2</sup> )
	14. Transporte público
	15. Número de profissionais do meio ambiente
	2. City Blueprints (Holanda)
2. Eficiência energética dos transportes	
3. Eficiência do uso residencial de energia	
4. Eficiência do uso urbano de água	
5. Intensidade de resíduos	
6. Reciclagem	
7. Tomada de terras urbanas	
8. Acesso a espaços verdes	
9. Concentração de NO <sub>2</sub>	
10. Concentrações de PM <sub>10</sub>	
11. Taxa de desemprego	
12. Eficiência do uso da terra	
13. Comprimento da rede de transporte público	
14. Carros registrados	
15. PIB per capita	
16. Percentual de domicílios com acesso residencial à rede de esgotos	

3. EEA Urban Metabolism Framework (Agência Europeia do Meio Ambiente)	1. Eficiência da produção (CO2)
	2. Eficiência energética dos transportes
	3. Eficiência do consumo de água
	4. Intensidade do desperdício
	5. Reciclagem
	6. Tomada de terras urbanas
	7. Acesso a espaços verdes
	8. Concentração de NO2
	9. Concentrações de PM10
	10. Desemprego
	11. Eficiência do uso da terra
	12. Rede de transporte público
	13. Carros registrados
	14. PIB per capita
4. European Green Capital Award (Europa)	1. Alterações climáticas: mitigação
	2. Alterações climáticas: adaptação
	3. Mobilidade urbana sustentável
	4. Uso sustentável da terra
	5. Natureza e biodiversidade
	6. Qualidade do ar
	7. Nível de poluição sonora
	8. Desperdício
	9. Água
	10. Crescimento verde e eco-inovação
	11. Desempenho energético
	12. Governança
5. Reference Framework for Sustainable Cities (Europa)	1. Taxa de desemprego
	2. Crescimento econômico
	3. Espaços verdes
	4. Redução de gases de efeito estufa (GEE)/eficiência energética
	5. Mobilidade
	6. Qualidade/disponibilidade da Água
	7. Qualidade do ar
	8. Reciclagem dos resíduos
	9. Bairros completos / cidades compactas
	10. Habitação
	11. Qualidade do espaço público
	12. Educação
	13. Saneamento
	14. Saúde

6. Urban Sustainability Indicators (Fundação Europeia)	1. Clima global
	2. Qualidade da acidificação do ar
	3. Toxidade do ecossistema
	4. Mobilidade urbana/transporte limpo
	5. Gestão dos resíduos (toneladas por habitante/por ano)
	6. Consumo de energia por habitante
	7. Nível de poluição sonora
	8. Taxa de pobreza, taxa de desemprego, falta de acesso à educação e informação
	9. Qualidade das habitações
	10. Segurança urbana
	11. Sustentabilidade econômica urbana
	12. Porcentagem de espaços verdes públicos
	13. Porcentagem de participação social
7. Programa Cidades Sustentáveis (Brasil)	1. Área verde na zona urbana
	2. Legislação específica para temas ambientais
	3. Calçadas acessíveis
	4. Consórcios públicos e Parcerias público privadas
	5. Déficit habitacional
	6. Edifícios novos e reformados com certificação de sustentabilidade ambiental
	7. Planejamento integrado entre todas as secretarias
	8. Plano Diretor participativo
	9. População residente em aglomerados subnormais
	10. Propriedade de imóveis (% de imóveis locados)
	11. Ações de preservação, valorização e difusão do patrimônio material e imaterial
	12. Conselho municipal de cultura e patrimônio histórico
	13. Recursos públicos municipais para cultura

Quadro 1: *Frameworks* com os Indicadores de Sustentabilidade Internacionais

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos indicadores de cidades sustentáveis da Comissão Europeia (2015); Guerra e Lopes (2015) e no PCS (2017).

O framework brasileiro possui 260 indicadores. Na tabela foram elencados apenas os referentes ao ODS 11 que trata das cidades sustentáveis, que resultaram de debates nos foros internacionais em parceria com a academia. Todos eles apresentam variações ínfimas que vai de acordo com a prioridade do organismo ou país que o desenvolve. No entanto, todos se referem aos três pilares da sustentabilidade, ao elencar seus indicadores

Desta forma, este estudo propõe realizar uma pesquisa de tipo qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, as técnicas utilizadas são a análise bibliográfica e documental, além da utilização do estudo de caso como modalidade de pesquisa. Para a coleta dos dados, foram realizadas pesquisas por meio eletrônico na internet, em sites, e também

pesquisas bibliográficas em documentos elaborados pelo BID sobre os indicadores.

O levantamento dos indicadores deu-se a partir do site *Urban Dashboard*, que aborda os diversos indicadores desenvolvidos para as cidades da América Latina e Caribe que participam da metodologia Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), desenvolvida pelo BID. Além disso, os documentos elaborados pelo BID sobre os indicadores também foram utilizados para o levantamento, esses documentos foram Guias Metodológicos que expõem todos os indicadores criados pela metodologia ICES. Assim, com base nessas informações foram identificados os indicadores que especificamente são utilizadas para a cidade de João Pessoa.

## 3 | RESULTADOS

### 3.1 Caracterização da Cidade de João Pessoa

A cidade de João Pessoa é a capital do estado da Paraíba, situada na região nordeste do Brasil, possui a área territorial de 211,475 km<sup>2</sup>, é conhecida por está localizada no ponto mais oriental das Américas e do (JOAO PESSOA, 2004). A cidade também é tida como uma das cidades mais arborizadas do país (BID, 2014), seu ambiente verde é caracterizado pela Mata do Buraquinho e Mata Atlântica, o clima em João Pessoa é o tropical-úmido com temperaturas médias de 29 graus, durante o ano há basicamente duas estações o inverno (chuvas) e o verão (muito sol) (JOAO PESSOA, 2004).

De acordo com o IBGE (2018), no último censo demográfico de 2010, João Pessoa alcançou uma população de 723.515 habitantes, com densidade demográfica de 3.421,28 hab/km<sup>2</sup>, a previsão do IBGE para a população em 2018 é de 800.323 habitantes. Em 2010, a população residente masculina chegou a 46,69 % e a população residente feminina a 53,31 %, além disso, a população urbana atingiu de 99,62%, e a população rural apenas 0,38 (ATLAS BRASIL, 2013), ou seja, sendo quase em sua totalidade urbana.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM em 2010 é de 0,763, dentre os componentes desse índice o que mais contribui para o IDHM foi a Longevidade, com índice de 0,832, depois a Renda, com índice de 0,770, e a Educação, com índice de 0,693, a renda per capita média de João Pessoa em 2010 é de R\$ 964,82, e o Índice de Gine de 0,62, esse índice medi o grau de concentração de renda, de forma numérica varia de 0 a 1, 0 representa a situação de total igualdade e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, neste caso João Pessoa apresenta um valor (0,62) entre essa variação, ou seja, ainda é possível verificar que há desigualdade de renda entre a população da cidade (ATLAS BRASIL, 2013).

Em relação à economia o PIB per capita em 2010 foi de R\$ 14.978,90, o maior no ranking do estado da Paraíba (IBGE, 2018), a cidade de João Pessoa é marcada pelo aumento de instalação de indústrias e empresas no eixo João Pessoa – Recife, outro ponto é que por ser uma cidade litorânea possui potencial turístico (BID, 2014), esse tipo de atividade contribui para promoção de emprego e renda na cidade.

Ainda, pertence a uma região metropolitana, conforme a Lei Complementar de nº 59 de 2003, que institucionalizou a Região Metropolitana de João Pessoa composta por nove municípios: Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Rio Tinto e Santa Rita. Diante disso, João Pessoa tem relações significativas

com esse aglomerado urbano, no sentido geográfico essas cidades constroem uma grande mancha urbana que ultrapassam os limites políticos-administrativos de uma das localidades (FREITAS, 2009).

Por fim, também conta com o Plano Diretor instituído a partir da Lei Complementar de nº 03/1992, oficializada na Lei Complementar de nº 04/1993, com sua última atualização realizada por meio do Decreto nº 6.499/2009 (SOUZA, 2016). Esse instrumento contribui como diretriz para a Política de Desenvolvimento Urbano da cidade, além disso, o Plano Diretor visa o desenvolvimento integrado das funções sociais da cidade, assim proporciona de forma mais segura e eficiente melhores decisões ao poder público no que refere-se as estratégias para o desenvolvimento da cidade ((BID, 2014).

### **3.2 Indicadores de Cidades Sustentáveis da Cidade de João Pessoa**

A partir do levantamento dos dados identificou-se que a cidade de João Pessoa para se adequar aos paradigmas de sustentabilidade e aos ODS, em especial o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, possui 117 indicadores utilizados para mensuração padronizada de diagnóstico e monitoramento dos temas identificados como prioritários para uma cidade sustentável.

A cidade foi escolhida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID em parceria com a Caixa Econômica Federal, para a aplicação da metodologia da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis - ICES. Após a aplicação dessa metodologia foi constatado o potencial da cidade de João Pessoa, esta recebeu um recurso no valor de 100 milhões de dólares para colocar em prática programas e ações que visam torná-la uma cidade sustentável.

Essa iniciativa pretende ajudar as cidades da América Latina e do Caribe - ALC na gestão dos desafios desencadeados pelo rápido processo de urbanização e pela falta de regulamentações nessa região, como também na gestão dos problemas relativos à sustentabilidade (BID, 2016).

A ICES é uma metodologia de avaliação rápida, que possibilita a identificação e priorização de projetos de infraestrutura, também desenvolve a definição de ações urbanísticas, ambientais, sociais, fiscais e de governança de curto, médio e longo prazo, que contribuirão para aprimorar a sustentabilidade das cidades, assim como a qualidade de vida das pessoas que nelas vivem (BID, 2014).

Essa metodologia tem uma abordagem multisetorial, centrada nas cidades de médio porte, para o Brasil cidades com população entre 100 mil e dois milhões de habitantes de acordo com o IBGE, e nas cidades emergentes, cidades com crescimento populacional positivo em relação ao seu país, estes atrelados ao crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, e qualidade institucional e governabilidade (BID, 2014). Diante disso, segundo BID (2014) para a metodologia ICES uma cidade sustentável é definida como:

É aquela que oferece alta qualidade de vida a seus habitantes, sem comprometer os recursos e possibilidades de futuras gerações. É uma cidade com infraestrutura em escala humana, que minimiza seus impactos sobre o meio natural e é capaz de se adaptar à mudança do clima. Ela conta também com um governo local com capacidade fiscal e administrativa para manter o seu crescimento econômico e para conduzir suas funções urbanas com participação ativa da sociedade (BID, 2014).

Com base nessa definição a iniciativa do ICES aborda três dimensões de sustentabilidade: **i) a sustentabilidade ambiental e mudança do clima** - adaptação aos efeitos das mudanças do clima, mitigação de gases de efeito estufa, diminuição de vulnerabilidade aos perigos naturais, consumo sustentável dos recursos naturais e uso de fontes sustentáveis de energia; **ii) o desenvolvimento urbano sustentável** – retrata aspectos relacionados a um ambiente planejado e adequado para os seus cidadãos, promove competitividade e um desenvolvimento local sustentável, e fornece serviços sociais de qualidade e segurança cidadã; **iii) e a sustentabilidade fiscal e de governança** - aplicação de mecanismos de governança modernos e efetivos que proporcionem participação cidadã, geração de recursos próprios, gestão adequada, transparente e eficiente (BID, 2016).

Para o desenvolvimento da metodologia ICES são estabelecidos cinco fases (análise e diagnóstico; priorização; plano de ação; pré-investimento, e monitoramento). Na 1ª fase são utilizados os indicadores temáticos em cada uma das três dimensões da sustentabilidade (Indicadores da Dimensão de Sustentabilidade Ambiental e Mudança Climática, Indicadores da Dimensão do Desenvolvimento Urbano Sustentável e Indicadores da Dimensão Sustentabilidade Fiscal e de Governança). No caso específico da cidade de João Pessoa foram desenvolvidos 117 indicadores, divididos em 23 temas e 4 filtros relacionados às três dimensões.

Os indicadores criados pelo ICES é uma ferramenta para identificar de forma mais célere os problemas críticos nas cidades, fundamentados em critérios técnicos objetivos, esses indicadores foram validados por especialistas do BID em cada uma das dimensões, temas e subtemas (BID, 2016).

A medição dos indicadores de acordo com o BID (2014) é realizada da seguinte forma, depois de coletados os dados os valores obtidos são comparados com os valores de referência que representam a visão ideal do BID para a América Latina e Caribe, após essa comparação cada indicador é classificado de acordo com um sistema de semáforos: verde (a cidade mostra bom desempenho); amarelo (a cidade apresenta alguma dificuldade e seu desempenho poderia melhorar); e vermelho (a situação da cidade é crítica e é necessário atenção/atuar).

Com base no exercício de semaforização de indicadores é feito um processo de priorização das questões críticas que serão analisados a partir de quatro filtros (a pesquisa de percepção cidadã, o filtro ambiental, o filtro técnico, e o filtro econômico), cada filtro atribui notas de 1 a 5 para cada tópico, posteriormente é formulada uma lista com a pontuação total obtida por assunto e ponderado no âmbito do acordo com a cidade, assim os temas prioritários são os que obtiverem maior pontuação, além de constituírem a base para definir as intervenções (BID, 2016).

Por fim, o processo de priorização é discutido e validado entre a cidade (João Pessoa) e a equipe técnica da entidade que está aplicando a metodologia ICES, que ajudará a identificar quais as questões críticas que necessitam de mais atenção, como também na elaboração do plano de ação para intervir e solucionar os problemas da localidade (BID, 2016).

Diante disso, será apresentado nos quadros abaixo os 117 indicadores de cidades sustentáveis, distribuídos nas 3 dimensões e nos 23 temas, que foram desenvolvidos pela

metodologia ICES do BID para serem aplicados na cidade João Pessoa.

TEMAS	INDICADORES
1. Água	1. Percentual de domicílios com conexões domésticas para o sistema de água da cidade
	2. Consumo de água per capita
	3. Continuidade do serviço de água
	4. A qualidade da água
	5. Água não contabilizada
	6. Quantidade restante de anos de balanço hídrico positivo
2. Saneamento e Drenagem	7. Percentual de domicílios com acesso residencial à rede de esgotos
	8. Percentagem de águas residuais que recebem tratamento em conformidade com as normas nacionais
	9. Percentagem de residências afetadas pelas inundações mais intensas nos últimos 10 anos
3. Gestão de Resíduos Sólidos	10. Percentagem da população da cidade com a coleta regular de resíduos sólidos urbanos
	11. Percentual de resíduos sólidos urbanos despejados em aterros sanitários da cidade
	12. Vida útil restante da propriedade em que o aterro está instalado
	13. Percentual de resíduos sólidos da cidade eliminados em lixões a céu aberto, aterros, corpos d'água ou queimados
	14. Percentual de resíduos sólidos na cidade que são compostados
	15. Percentual de resíduos sólidos urbanos na cidade que são separados e classificados para reciclagem
4. Energia	16. Percentual de resíduos sólidos da cidade que são usados como um recurso energético
	17. Percentual de domicílios na cidade com conexão autorizada à eletricidade
	18. Percentual de domicílios na cidade com rede autorizada a fornecer gás natural
	19. Número médio de quedas de energia por cliente por ano
	20. Duração média de interrupções de energia
	21. Consumo residencial anual de eletricidade por domicílio familiar
	22. Intensidade energética da economia
	23. Existência, monitoramento e conformidade com as normas de eficiência energética
5. Qualidade do Ar	24. Porcentagem das energias renováveis sobre a geração total de energia
	25. Existência, monitoramento e conformidade da qualidade do ar
	26. Índice de qualidade do ar
6. Mitigação de Mudanças Climáticas	27. Concentração de MP 10
	28. Existência e monitorização de um inventário dos gases do efeito estufa (GEE)
	29. Emissões de GEE per capita
	30. Emissões de GEE / PIB
7. Ruído	31. Existência de planos de mitigação com o objetivo de redução por setor e sistema de monitoramento em vigor
	32. Existência, monitoramento e conformidade com regulamentos sobre poluição sonora

8. Vulnerabilidade a desastres naturais no contexto da mudança climática	34. Existência de planos de contingência adequados para desastres naturais
	35. Existência de sistemas eficazes de alerta precoce
	36. Gestão de risco de desastres no planejamento do desenvolvimento urbano
	37. Porcentagem de produtos a entregar dos instrumentos de planejamento para a gestão de risco de desastres que foi completada
	38. Alocação de orçamento para gerenciamento de risco de desastres
	39. Infraestrutura crítica em risco devido à construção ou localização inadequada em áreas de risco não mitigável
	40. Porcentagem de moradias em risco devido a construção inadequada ou localização em área de risco não mitigável

Quadro 2: Indicadores da Dimensão de Sustentabilidade Ambiental e Mudança Climática

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir do BID (2013) e das informações disponíveis em: <http://urbandashboard.org/iadb/index.html>.

TEMAS	INDICADORES
1. Uso da Terra	1. Taxa de crescimento anual da pegada urbana
	2. Densidade (líquida) da população urbana
	3. Porcentagem de residências que não atendem aos padrões de habitabilidade definidos pelo país
	4. Déficit habitacional quantitativo
	5. Áreas verdes por 100.000 habitantes
	6. Espaços de recreação pública por 100.000 habitantes
	7. Existência e implementação ativa de um plano de uso da terra
	8. Plano diretor atualizado e juridicamente vinculativo
2. Desigualdade Urbana	9. Porcentagem da população abaixo da linha de pobreza
	10. Porcentagem de residências localizadas em assentamentos informais
	11. Coeficiente de Gini de Renda
3. Mobilidade e Transporte	12. Quilômetros de estradas por 100.000 habitantes
	13. Quilômetros de estradas dedicadas exclusivamente ao transporte público por 100.000 habitantes
	14. Quilômetros de ciclovias para cada 100.000 habitantes
	15. Distribuição modal (especialmente transporte público)
	16. Idade média da frota de transporte público
	17. Velocidade média de viagem na estrada principal durante a hora de pico
	18. Planejamento e gestão do sistema de transporte
	19. Índice de acessibilidade
	20. Razão emprego / habitação
	21. Divisão modal - transporte público (incluindo táxi)
	22. Fatalidades por acidentes de trânsito por mil habitantes
23. Número de carros per capita	

4. Competitividade da Economia	24. Dias para obter uma licença comercial
	25. Existência de uma plataforma logística
	26. PIB per capita da cidade
5. Emprego	27. Taxa de desemprego (média anual)
	28. Emprego informal como percentagem do emprego total
6. Conectividade	29. Assinaturas de Internet de Banda Larga Fixa (por 100 habitantes)
	30. Assinaturas da Internet de banda larga móvel (para cada 100 habitantes)
	31. Assinaturas de telefones celulares (por 100 habitantes)
7. Educação	32. Taxa de alfabetização de adultos
	33. Percentagem de alunos com nível satisfatório em testes de leitura padronizados
	34. Percentagem de alunos com nível satisfatório em testes de matemática padronizados
	35. Proporção aluno / professor
	36. Percentagem da população dos 3 aos 5 anos de idade que recebe serviços abrangentes de desenvolvimento infantil
	37. Percentual da população de 6 a 11 anos de idade matriculados na escola
	38. Percentual da população de 12 a 15 anos de idade matriculados na escola
	39. Percentual da população de 16 a 18 anos de idade matriculados na escola
8. Segurança	40. Vagas universitárias para cada 100.000 pessoas
	41. Percentagem de violência doméstica (nos últimos 12 meses)
	42. Taxa de vitimização
	43. Homicídios por 100.000 habitantes
	44. Roubos por 100.000 habitantes
	45. Furtos por 100.000 habitantes
	46. Furtos realizados por jovens (entre 15 e 24 anos)
47. Percentagem de cidadãos que se sentem seguros	
9. Saúde	48. Expectativa de vida no nascimento masculino
	49. Expectativa de vida no nascimento feminino
	50. . Expectativa de vida ao nascer
	51. Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos
	52. Médicos por 100.000 habitantes
	53. Leitos hospitalares por 100.000 habitantes

Quadro 3: Indicadores da Dimensão do Desenvolvimento Urbano Sustentável

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir do BID (2013) e das informações disponíveis em: <http://urbandashboard.org/iadb/index.html>.

TEMAS	INDICADORES
1. Gestão Pública Participativa	1. Existência de um processo de planeamento participativo
	2. Existência de um orçamento participativo
	3. Sessões de prestação de contas públicas por ano

2. Gestão Pública Moderna	4. Existência de um orçamento plurianual
	5. Remuneração do pessoal com base em um sistema de indicadores de desempenho
	6. Existência de sistemas eletrônicos de monitoramento da gestão do município
	7. Existência de sistemas eletrônicos de compras
3. Transparência	8. Índice de transparência
	9. Percentagem de contas do município auditadas
	10. Porcentagem de contas de empresas municipais auditadas por terceiros
4. Impostos e Autonomia Financeira	11. Receita própria como porcentagem da receita total
	12. Total de transferências como porcentagem da receita total
	13. Transferências com uso específico atribuído como porcentagem do total de transferências
	14. Receita de outras fontes (doadores externos) como porcentagem da receita total
	15. Recuperação do custo da prestação de serviços das empresas municipais
	16. Impostos arrecadados como porcentagem dos impostos faturados
5. Gestão de Gastos	17. Existência de indicadores de desempenho e metas para o acompanhamento da execução do orçamento
	18. Gastos correntes como porcentagem do total de gastos
	19. Despesas de capital como porcentagem do total de despesas
	20. Taxa média de crescimento anual das despesas correntes
	21. O orçamento é consistente com o planejamento, seus objetivos e indicadores
6. Dívida	22. Passivos contingentes como porcentagem da receita própria
	23. Coeficiente do serviço da dívida
	24. Crescimento da dívida

Quadro 4: Indicadores da Dimensão Sustentabilidade Fiscal e de Governança

Fonte: Elaboração própria dos autores a partir do BID (2013) e das informações disponíveis em: <http://urbandashboard.org/iadb/index.html>.

Desta forma, os indicadores elaborados pela metodologia ICES além de serem utilizados na 1ª fase de diagnóstico e análise, também podem ser usados na 5ª fase de monitoramento. Conforme o BID (2014), esta fase tem o objetivo principal de gerar e aplicar um conjunto de indicadores de medição padronizada para avaliar os temas identificados como prioritários, e assim transformar a cidade de João Pessoa desenvolva como cidade sustentável.

## 4 | DISCUSSÃO

Ao analisar o caso da cidade de João Pessoa e identificar se há indicadores que a colocam em conformidade com os ODS 11 e o paradigma de cidades sustentáveis, identificamos que a cidade adotou o *framework* do ICES que aborda três dimensões da sustentabilidade: a sustentabilidade ambiental e mudança do clima; a dimensão do desenvolvimento urbano sustentável; e, por fim, a dimensão da sustentabilidade fiscal e de governança (BID, 2016).

No que diz respeito a análise dos indicadores adotados por João Pessoa, 117 no

total, em relação as estruturas adotadas pelos demais países e organizações internacionais, pode-se considerar que há semelhanças consideráveis no que diz respeito aos aspectos ambientais, sociais e econômicos, fator que também corrobora o compromisso da cidade com a noção de sustentabilidade baseada no *Triple Bottom Line*.

No tocante à dimensão ambiental, os indicadores como a redução dos GEE, renovação da matriz energética, acesso à água e tratamento dos resíduos sólidos encontram-se destacados por todos os *frameworks*, inclusive o adotado por João Pessoa. No âmbito da sustentabilidade econômica, há indicadores comuns à maioria dos *frameworks*, como o PIB per capita.

No âmbito da sustentabilidade social, os *frameworks* adotam como indicadores principais a taxa de desemprego, acesso a serviços públicos, qualidade das habitações. No entanto, é preciso destacar que o *China Urban Sustainability Index* desenvolvido pela China negligencia esse aspecto ao não considerar a taxa de desemprego como fundamental, ao contrário do *Reference Framework for Sustainable Cities* que coloca a taxa de desemprego em evidência ao definir seus indicadores. Apesar disso, a China adota outros indicadores da dimensão social que são importantes como o número médicos per capita de profissionais de meio ambiente.

Na cidade de João Pessoa, a taxa de desemprego está presente nos indicadores e há, além disso, diversos indicadores na área de saúde, educação e segurança que monitoram os níveis de acesso à educação até indicadores como número de homicídios por habitantes e expectativa de vida ao nascer.

O diferencial do *framework* adotado por João Pessoa é a dimensão da sustentabilidade fiscal e de governança. O *Triple Bottom Line* adotado pela ONU e pela maioria dos países e organizações negligenciam aspectos como a gestão pública moderna, gestão de gastos nas cidades e transparência. Uma reforma no setor fiscal e de gestão das cidades pode facilitar o alcance da sustentabilidade, pois influi no setor econômico e torna mais viável a adoção de projetos sociais e ambientais importantes no âmbito das cidades.

Ao comparar os indicadores desenvolvidos pela metodologia ICES em relação às metas propostas pelo ODS em particular o de nº 11 – Cidades e Comunidade Sustentáveis, é possível verificar que todas as metas elencadas no ODS 11 têm aspectos que são passíveis de mensuração pelos indicadores criados pela metodologia ICES.

Como apresentado no quadro a seguir, todas as metas do ODS 11 podem ser relacionadas com algumas dimensões e temas dos indicadores utilizados na cidade de João Pessoa, criados pela metodologia ICES.

METAS DOS ODS 11	METODOLOGIA ICES	
	DIMENSÕES	TEMAS
11.1 – Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e os serviços básicos e urbanizar as favelas.	Sustentabilidade Ambiental e Mudança Climática; Desenvolvimento Urbano Sustentável	Água; Saneamento e Drenagem; Gestão de Resíduos Sólidos; Energia; Uso da Terra; Desigualdade Urbana.

11.2 – Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.	Desenvolvimento Urbano Sustentável	Mobilidade e Transporte
11.3 – Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países.	Desenvolvimento Urbano Sustentável; Sustentabilidade Fiscal e de Governança	Desigualdade Urbana; Gestão Pública Participativa
11.4 – Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.	Desenvolvimento Urbano Sustentável	Uso da Terra
11.5 – Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidades.	Sustentabilidade Ambiental e Mudança Climática	Vulnerabilidade a desastres naturais no contexto da mudança climática
11.6 – Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo <i>per capita</i> das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.	Sustentabilidade Ambiental e Mudança Climática	Água; Saneamento e Drenagem; Gestão de Resíduos Sólidos; Energia; Qualidade do Ar
11.7 – Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.	Desenvolvimento Urbano Sustentável	Uso da Terra; Mobilidade e Transporte; Segurança

Quadro 5: Possíveis Relações Entre as Metas dos ODS 11 e a Metodologia ICES

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Além disso, há dimensões e temas dos indicadores da metodologia ICES que compreendem ou dialogam com outros ODS, como por exemplo: o ODS 3 – Saúde e Bem-estar, com a dimensão Desenvolvimento Urbano Sustentável e os indicadores pertencentes ao tema Saúde; o ODS 4 – Educação de Qualidade, com a dimensão Desenvolvimento Urbano Sustentável e os indicadores pertencentes ao tema Educação; o ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômicos, com a dimensão Desenvolvimento Urbano Sustentável e os indicadores pertencentes aos temas Competitividade da Economia e Emprego; e o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação, com a dimensão Sustentabilidade Fiscal e de Governança e os indicadores pertencentes aos temas Impostos e Autonomia Financeira, Gestão de Gastos e Dívida.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os indicadores utilizados pela cidade de João Pessoa para se adequar aos parâmetros internacionais de sustentabilidade, sobretudo no que se refere às cidades e comunidades sustentáveis, verifica-se que a cidade possui um *framework* amplo composto por 117 indicadores que contemplam as três dimensões básicas da sustentabilidade baseadas no *Triple Bottom Line*. No entanto, o *framework* adotado por João Pessoa, implantado por meio da metodologia ICES, vai além ao considerar a dimensão de sustentabilidade fiscal e de governança, uma reforma no setor fiscal e de gestão das cidades pode facilitar o alcance da sustentabilidade, pois influi no setor econômico e torna mais viável a adoção de projetos sociais e ambientais importantes..

Isso aponta para outro aspecto do debate sobre sustentabilidade: é necessário enxergar a sustentabilidade além dos aspectos ambientais, na medida em que fatores sociais e econômicos também são fundamentais, inclusive para alcançar a sustentabilidade ambiental. O ODS 11, que trata das cidades sustentáveis também corrobora essa necessidade. Dessa forma, João Pessoa também está alinhada com as matrizes da sustentabilidade, principalmente no que diz respeito à matriz de autossuficiência, que visa dar maior autonomia as cidades para que sejam capazes de reproduzir as bases materiais do desenvolvimento.

A utilização e desenvolvimento de indicadores nesse processo para mensurar a sustentabilidade são primordiais para a produção de diagnósticos e acompanhamento das intervenções realizadas, assim como para a identificação de prioridades a nível local. O monitoramento desses indicadores torna possível identificar quais são as cidades sustentáveis, como também determinar objetivos e metas claras e práticas, para alcançar a sustentabilidade.

No caso da cidade de João Pessoa verifica-se que todas as metas elencadas no ODS 11 têm aspectos que são passíveis de mensuração pelos indicadores criados pela metodologia ICES e que o *framework* adotado por esta cidade se adequa aos outros padrões dos *frameworks* adotados a nível internacional, alguns deles são o da *China Urban Sustainability Index* (China), *City Blueprints* (Holanda), *Reference Framework for Sustainable Cities* (Europa), Programa Cidades Sustentáveis (Brasil), entre outros.

Além disso, identifica-se a convergência de alguns indicadores fundamentais que são resultado dos debates em fóruns internacionais sobre o tema, a exemplo dos indicadores mais comuns à maioria dos *frameworks*, inclusive no adotado pela cidade de João Pessoa, que são: a redução dos GEE, renovação da matriz energética, acesso à água e tratamento dos resíduos sólidos, taxa de desemprego, acesso a serviços públicos, qualidade das habitações, PIB per capita.

Em suma, o artigo analisa os indicadores utilizados pela cidade de João Pessoa e sua relação com os parâmetros internacionais, tanto no nível do debate sobre sustentabilidade, quanto no nível dos *frameworks* adotados no sistema internacional. Dessa forma, é possível identificar como ocorre o processo de tornar local medidas discutidas no nível internacional, ou seja, ver na prática quais os meios de se implementar ações mais sustentáveis para alcançar o desenvolvimento mais justo e inclusivo sem comprometer as gerações futuras.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, n. 1, p. 79-90, 1999.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **João Pessoa - Paraíba**. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/joao-pessoa\\_pb](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/joao-pessoa_pb). Acesso em: 25 out. 2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Guía Metodológica: Iniciativa Cidade Emergentes y Sostenibles – Anexo de Indicadores**. 3. ed. 2016. Disponível em: <https://publications.iadb.org/handle/11319/8132>. Acesso em: 25 out. 2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Urban Dashboard**. Disponível em: <http://urbandashboard.org/iadb/index.html>. Acesso em: 25 out. 2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Anexo 2: Indicadores da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis**. Guia metodológico. Versão 2013.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Plano de Ação João Pessoa Sustentável**. João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://www.joao Pessoa.pb.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2018.

BANCO MUNDIAL. **What Makes a Sustainable City?** Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/698311444321631760/World-Bank-What-Makes-a-Sustainable-City.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

BMZ. **Creating sustainable cities**. Disponível em: [https://www.bmz.de/en/publications/type\\_of\\_publication/information\\_flyer/flyer/booklet\\_creating\\_sustainable\\_cities.pdf](https://www.bmz.de/en/publications/type_of_publication/information_flyer/flyer/booklet_creating_sustainable_cities.pdf). Acesso em: 19 nov. 2018.

CÂNDIDO, G. A.; MARTINS, M. de F. Análise da Sustentabilidade Urbana no contexto das Cidades: proposição de critérios e indicadores. *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2013. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013\\_EnANPAD\\_GCT2482](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_GCT2482). Acesso em: 19 nov. 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. **Indicators for Sustainable Cities**. Disponível em: [http://ec.europa.eu/environment/integration/research/newsalert/pdf/indicators\\_for\\_sustainable\\_cities\\_IR12\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/environment/integration/research/newsalert/pdf/indicators_for_sustainable_cities_IR12_en.pdf). Acesso em: 19 nov. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros**: O que os gestores municipais precisam saber. Brasília: CNM, 2016.

ESTADO DA PARAÍBA. **Lei Complementar de nº 53, de 30 de dezembro de 2003**. Cria a Região Metropolitana de João Pessoa, o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e dá outras Providências. Diário Oficial do Estado da Paraíba. Paraíba, dez. 2003.

FREITAS, R. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Humanae**, v.1, n.3, p. 44-53, 2009.

GOVERNO DEFERAL. **Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2017**. Disponível em: [http://www.secretariadegoverno.gov.br/snas-documentos/relatoriovoluntario\\_brasil2017port.pdf](http://www.secretariadegoverno.gov.br/snas-documentos/relatoriovoluntario_brasil2017port.pdf). Acesso em: 19 nov. 2018.

GUERRA, M. E. A.; LOPES, A. F. A. Programa Cidades Sustentáveis: o uso de indicadores de sustentabilidade como critério de avaliação do ambiente urbano. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, v. 3, n. 7, 2015. Disponível em: [https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/cidades\\_verdes/article/download/972/995](https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/cidades_verdes/article/download/972/995). Acesso em: 19 nov. 2018.

HASSAN, A. M.; LEE, H. The paradox of the sustainable city: definitions and examples. **Environment, development and sustainability**, v. 17, n. 6, p. 1267-1285, 2015.

HRDLICKA, H. A. **As boas práticas de gestão ambiental e a influência no desempenho exportador: um estudo sobre as grandes empresas exportadoras brasileiras**. 2009. 283 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

HU, R. Sustainable Development Strategy for the Global City: A Case Study of Sydney. **Sustainability**, v. 7, n. 4, p. 4549-4563, 2015.

IBGE. **Conheça Cidades e Estados do Brasil**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>. Acesso em: 25 out. 2018.

JOÃO PESSOA. **Perfil do Município de João Pessoa**. Secretaria de Planejamento, 2004. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Documentos Temáticos – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 6, 7, 11, 12 e 15**. Brasília: 2018. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/documentos-tematicos---ods-6--ods-7--ods-11--ods-12-e-ods-15.html>. Acesso em: 25 out. 2018.

OLIVEIRA, L. R.; MEDEIROS, R. M.; TERRA, P. B.; QUELHAS, O. L. G. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Produção**, v. 22, n. 1, p. 70-82, 2012.

ONU BRRASIL. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 19 nov.2018.

ONU. **World Economic and Social Survey 2013**. Disponível em: [http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess\\_current/wess2013/WESS2013.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess_current/wess2013/WESS2013.pdf). Acesso em: 19 nov. 2018.

PCS. **Programa Cidades Sustentáveis 2017**: Indicadores do Programa Cidades Sustentáveis e Orientações para o Plano de Metas. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/anexo-gps.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

PENSAMENTO VERDE. Confira alguns dos maiores desastres ambientais do mundo. Disponível em: <https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/confira-alguns-dos-maiores-desastres-ambientais-mundo/>. Acesso em: 19 nov. 2018.

PORTER, M. E.; LINDE, C. **Verde e Competitivo**: Superando o impasse. Green and competitive: ending the stalemate. HBR-Harvard Business Review, 1995.

REGO, J. A. A. *et al.* Cidades Sustentáveis: Lidando com a urbanização de forma ambiental, social e economicamente sustentável. In: ARAÚJO, R. S. *et al.* (Orgs.). **Indivíduo sociedade e autonomia**: caminhos para a dignidade humana. Brasília: SINUS, 2013.

SANTOS, A. H.; PEREIRA, D. B.; FONSECA, L. A iniciativa cidades emergentes e sustentáveis e os objetivos de desenvolvimento sustentável: Uma análise sobre as relações conceitual, metodológica e institucional. In: Simpósio Internacional de Gestão de Projetos,

Inovação e Sustentabilidade, 6., 2017. **Anais eletrônicos [...]. São Paulo**, 2017. Disponível em: <https://singep.org.br/6singep/resultado/32.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SILVA, C. F. R.; VARGAS, M. A. M. Sustentabilidade Urbana: Raízes, conceitos e representações. **Scientia Plena**, v. 6, n. 3, 2010.

SILVA, S. T. Políticas públicas e estratégias de sustentabilidade urbana. *In*: **Série Grandes Eventos - Meio Ambiente**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2003.

SOUZA, J. M. S. S. **Estudo da Situação Habitacional da Cidade de João Pessoa- PB**. 2016. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia e Gestão Pública) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

WWF. **Sustainable Cities Draft**. Disponível em: <https://www.wwf.se/source.php/1483869/Sustainable-cities.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

# CAPÍTULO 7

## CIRCULARIDADE, FOGO DOMÉSTICO E CRIANÇA KAIOWÁ: O CAMINHAR DAS CRIANÇAS PELA ALDEIA LARANJEIRA ÑANDERU

*Data de aceite: 01/08/2020*

*Data de submissão: 06/05/2020*

### **Jéssica Maciel de Souza**

Universidade Federal da Grande Dourados,  
Faculdade de Ciências Humanas  
Dourados – Mato Grosso do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/5672396044595579>

### **Tania Milene Nugoli Moraes**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Social  
Campo Grande – Mato Grosso do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/1634417547728614>

### **Antonio Hilario Aguilera Urquiza**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Social  
Campo Grande – Mato Grosso do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/8582796165061936>

**RESUMO:** Este artigo é fruto de pesquisa realizada no mestrado em Antropologia pela UFGD/MS, entre 2016 e 2018, através da prática de uma etnografia com as crianças Kaiowá da aldeia Laranjeira Ñanderu, localizada no município de Rio Brilhante/MS. Teve como objetivo a observação das relações sociais das crianças dentro e entre os fogos domésticos; descrição de como a circularidade delas acarreta num movimento de “circularidade” das informações dentro dos espaços que ocupam. Enfatizando, que os caminhos transitados e ocupados não são apenas espaços físicos, mas possuem demandas simbólicas que influenciam

nas relações sociais, políticas dentro da aldeia. Este trabalho contou como método de produção de dados com a observação participante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Laranjeira Ñanderu, Circularidade, Fogo Doméstico, Criança Kaiowá.

### **CIRCULARITY, DOMESTIC FIRE AND THE KAIOWÁ CHILD: THE WALKING BETWEEN THE LARANJEIRA ÑANDERU INDIGENOUS COMMUNITY**

**ABSTRACT:** This Article is a result of my master's degree in Anthropology by UFGD/MS, during the years of 2016 and 2018, among the practice of the ethnographic method among the Kaiowá children of the Laranjeira Ñanderu community, in the county of Rio Brilhante/MS. The main goal was to observe the social relationships from children inside and around the domestic fires; the description of how their circularity creates a “circular” motion inside the spaces they occupy. Emphasizing that the paths walked and occupied are not only physical, but also have symbolical demands with whom exerts influences in the social and political relationships inside the community. This work counted as method of collecting data with participant observation.

**KEYWORDS:** Laranjeira Ñanderu, Circularity Domestic Fire, Kaiowá Child

## **1 | INTRODUÇÃO**

A comunidade Laranjeira Ñanderu encontra-se na região sul do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), localizada na altura do Km 08 da BR 163, a 11 km da cidade Rio Brilhante/MS e a alguns metros da ponte do

Rio Brilhante/MS.

Em 2008, aproximadamente 80 anos após a expulsão dos indígenas do seu território tradicional, iniciaram a retomada do *tekoha* – *tekoha é o território que os kaiowá (...) vive de acordo com sua organização social e seu sistema cultural (...)* (EREMITES DE OLIVEIRA; PEREIRA 2009 p. 34). Depois de várias tentativas, na terceira, no entanto, as famílias Kaiowá permaneceram na área ocupada. E em janeiro de 2012, a justiça determinou a suspensão da reintegração de posse que favorecia o proprietário da terra e, desde então, eles ocupam uma área de 30 hectares, enquanto aguardam o resultado final deste processo judicial. O território ocupado pelos indígenas corresponde a uma área de preservação ambiental, mata ciliar do Rio Brilhante. Há um lado desta área ocupado pelo rio, pela mata e pelas casas indígenas. Há outro, muito próximo às edificações indígenas, ocupado por uma lavoura. Viviam no local, cerca de 150 pessoas, dessas, 40% eram crianças.

No decorrer deste trabalho, será abordado sobre a circularidade e as relações de parentesco, políticas e religiosas da aldeia Laranjeira Nãnderu, enfocando as crianças Kaiowa. Neste local, durante o trabalho de campo, a pesquisadora foi acolhida pela família de Adelina, que é constituída pelos seus respectivos filhos e netos: Genieli (10 anos), Mannio (8 anos), Lara (05 anos), Geni (02 meses), Manuela (08 anos), Daniela (08 anos) e Mariwel (09 anos).

## 2 | FOGO DOMÉSTICO E AS CRIANÇAS EM LARANJEIRA NãNDERU

Durante a realização do trabalho de campo, a pesquisadora foi “adotada” pelo fogo doméstico – O “fogo doméstico” (Che pykykuera) pode ser compreendido como um grupo familiar composto pelos pais, filhos, avós e agregados, Pereira (2004) - de Adelina. Compreendeu-se que o estabelecimento de um vínculo com um dos fogos da aldeia poderia proporcionar a oportunidade de participar da rotina da comunidade e compreender mais profundamente o modo de organização de suas alianças. Evidentemente, a perspectiva diante da aldeia influencia, de alguma forma, a produção de dados e as informações aqui obtidas.

Vale lembrar que os fogos domésticos se organizam territorialmente de acordo com as relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas na aldeia. Ressaltando as suas ligações internas, Pereira (2004) propõe uma analogia entre esta forma de organização social e a figura geométrica concêntrica para explicar o funcionamento das unidades sociológicas em meio à comunidade indígena: “(...) a existência de pequenos círculos de pessoas que se consideram próximos e entre os quais existe um alto grau de solidariedade, com unidades sociológicas maiores e mais abrangentes”. (PEREIRA, 2004, p. 49).

Para promover uma reflexão sobre as unidades sociológicas e as interações entre os grupos da aldeia Pirakuá, Prado (2013, p.87;88) analisa as quatro esferas sociais a seguir: Che pykykuera, ou “fogo familiar”, uma relação entre pais, filhos e agregados; Nemoñare, “minha prole” ou “descendentes”, um conjunto de fogos domésticos interligados por relações consanguíneas; Jehuvy, “aqueles que se ajudam”, um vínculo econômico estabelecido entre dois a seis fogos domésticos; Te'yi, ou “parentela”, uma relação política instituída entre familiares consanguíneos e/ou agregados. Para que haja um bom funcionamento desta organização social, as comunidades indígenas costumam eleger um representante para cada parentela.

Não foi difícil observar o funcionamento destas esferas sociais na aldeia Laranjeira Ñanderu. Ao analisar o fogo doméstico no qual a pesquisadora foi acolhida, compreendeu-se que este ambiente é compartilhado por duas mulheres, Adelina e Mari (Mãe e filha). Refletindo sobre um contexto cultural semelhante, Pereira afirma que “(...) quando o genro vem residir com o sogro; nesse caso, é comum a mãe e a filha dividirem um único fogo culinário. Assim, teríamos um fogo doméstico reunindo mais de uma relação de conjugalidade” (2008, p. 8).

Nesse espaço de acolhimento, há mais dois fogos domésticos além daquele de Adelina. Esses fogos pertencem aos seus filhos casados que mantiveram os seus respectivos vínculos consanguíneos, políticos e religiosos por meio das trocas de objetos, alimentos e cuidados pessoais.

Na aldeia, as manhãs são frequentemente dedicadas aos afazeres domésticos praticados pelas mulheres: limpeza dos pátios e das casas, assistência aos animais e preparação de alimentos para o almoço. Os membros do fogo doméstico de Adelina iniciam o dia em volta da fogueira, tomando mate. A água é fervida com jateika á uma erva que faz bem à saúde feminina, pois previne e cura inflamações no útero, segundo os Kaiowá.

Embora as crianças participem desses momentos, apenas os adultos são autorizados a ingerir o mate. Cabe a elas escutar atentamente os dizeres proferidos pelos adultos da aldeia “Neste instante as crianças devem permanecer em silêncio, a fim de ouvir bem os ensinamentos” (Benites, 2009, p. 70).

De acordo com Nascimento, Aguilera Urquiza e Vieira (2011, p. 36), a aprendizagem acontece de maneira dinâmica em meio à aldeia, pois “no grupo familiar ou de parentelas, as crianças ensinam e aprendem entre si (...)”. Se durante a manhã as crianças devem escutar os adultos, nos períodos vespertino e noturno, são incentivadas a conversar.

As crianças preenchem diversos espaços da aldeia, além de seus respectivos ambientes domésticos: a casa de reza, os caminhos da mata, o campo de futebol, o córrego, etc. Comumente, as meninas e os meninos passam o dia estudando, brincando e/ou ajudando nos afazeres domésticos. Afinal, de acordo com o provérbio indígena citado por Pereira (2002, p.170), “ñande mitãramo, opa rupi ñande jaikocujo”, isto é, “*quando somos crianças, vivemos por toda parte*”.

Conforme os autores Pereira (2002) e Nascimento, Aguilera Urquiza e Vieira (2011), as crianças da aldeia são livres para seguir os seus sonhos e ir atrás do novo, do desconhecido. Ao refletir sobre a educação das crianças Kaiowá, Benites (2009, p. 61) diz: “As crianças de ambos os sexos permanecem com a liberdade vigiada para circularem, brincarem juntos (ñenvanga) no espaço exclusivo da família, locais onde a observação direta (ñantende) é feita continuamente pela mãe e pela avó.”

Os pátios da aldeia são utilizados para diversas atividades e o que mais puder notar neste espaço foi a presença das crianças brincando no chão, alimentando-se e/ou reunindo-se com seus familiares. Como afirma Benites (2009), as crianças mais velhas são as que mais permanecem à disposição dos adultos para auxiliá-los em seus trabalhos familiares, especialmente aqueles relacionados ao traslado de objetos, alimentos e recados entre os fogos domésticos. Para o autor, “o espaço doméstico é fundamental para a criança, compreendendo o pátio (*oka*), em torno da casa (*oga jerere*) e os caminhos (*tape po’i*) que ligam a casa das crianças à dos parentes, principalmente à casa central da avó

*jary*” (BENITES, 2009, p. 61). Ao circularem em meio a esta área, as crianças aprendem e vivenciam a dinâmica da aldeia.

A aldeia pode ser metaforicamente comparada a um pote de areia completo: ainda que esteja cheio, o espaço pode ser preenchido com a adição de um pouco d’água. As crianças são como água, completam os espaços sociais, culturais e afetivos da aldeia.

Vale notar que a casa e o pátio são os espaços mais íntimos da aldeia, nos quais as crianças iniciam a aprendizagem de sua própria cultura, relacionando-se com os membros de seus fogos domésticos e/ou com os aliados de suas famílias. Conforme explana Benites (2009), a educação é desenvolvida por meio do discurso e dos exemplos observados diariamente pelas crianças da aldeia.

Lembremos que os espaços e as alianças consanguíneas, políticas e religiosas da aldeia são dinâmicos. Neste contexto, tanto os pais quanto as crianças podem estabelecer vínculos em meio à comunidade, uma vez que “(...) por um lado elas são socializadas na cultura geral da etnia, mas por outro, são preparadas para reproduzirem processos de diferenciação internos ao fogo familiar e a parentela” (PEREIRA, 2011, p. 85).

Inicialmente, as crianças vivenciam a aprendizagem cultural indígena no âmbito do fogo doméstico, entre a casa e o pátio. Posteriormente, são introduzidas aos fogos vizinhos até que estejam preparadas para conviver com as demais parentelas da comunidade. O aprendizado advindo de ambientes não-indígenas, por sua vez, começa quando as crianças passam a acompanhar as suas mães nos passeios pela cidade.

### 3 I CRIANÇAS ATUANDO NA CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Por circularem constantemente entre os pátios e os fogos domésticos da comunidade, conduzindo notícias, informações e “mexericos”, as crianças desempenham o papel de maior veículo de comunicação da aldeia Laranjeira Nãnderu. Em uma perspectiva análoga e complementar, Pereira (2011) afirma:

Tal tarefa é mais facilmente realizada pelas crianças, que gozam de uma espécie de salvo conduto e relativa imunidade, podendo circular com maior liberdade pelas casas, observar livremente como se vive e mesmo fazer perguntas às outras crianças. As crianças acabam repassando aos pais o que viram e ouviram, desempenhando o papel de facilitadores de comunicação (PEREIRA, 2011, p. 97).

Vale notar que as mulheres também colaboram com a circulação de informações na aldeia, afinal as notícias costumam se propagar em meio aos ambientes domésticos, uma área geralmente coordenada pela figura social feminina. Ao refletir sobre esta questão, Pereira (2011) descreve:

Crianças e mulheres circulam mais que os homens pelas casas dos vizinhos. Mas as mulheres muitas vezes acabam se envolvendo em querelas por conta desta circulação, o que ocorre com menos frequência com as crianças. Em caso de algum atrito, sempre se pode reivindicar que não é conveniente dar total crédito as conversas de crianças, embora isto não diminua a importância que elas exercem fazendo as informações circular rem entre os fogos familiares (PEREIRA, 2011, p. 97).

Responsável por orientar as suas crianças, a figura materna assume um papel fundamental em meio a esse processo comunicativo da comunidade. Ao saírem e retornarem aos seus lares, as crianças recebem diversas informações e instruções de suas respectivas mães. Notemos que esta rotina faz parte da formação sociocultural de cada membro da aldeia. Por meio desta dinâmica, a criança pode compreender o funcionamento das relações sociais, políticas e econômicas de sua sociedade.

Em Laranjeira Ñanderu, as crianças sabem dos conflitos existentes entre os fogos domésticos da aldeia. No convívio com essas famílias, ouviu-se diversos depoimentos infantis relacionados às tentativas praticadas por algumas pessoas interessadas em prejudicar os seus membros familiares. Esses conflitos são evidenciados quando os envolvidos não permanecem juntos.

Em ocasiões festivas, no entanto, as famílias da aldeia se reúnem, dançam, cantam e compartilham os seus alimentos. Já presenciamos, inclusive, episódios nos quais algumas mulheres convidaram as suas respectivas “adversárias” para tomar mate, dialogar e dar risadas em momentos festivos. Para melhor compreendermos este contexto, leiamos um trecho da seguinte reflexão, relacionada aos “padrões de conduta” da aldeia, proposta por Pereira (2011):

A despeito das críticas e acusações recíprocas, existem padrões de conduta recorrentes em todos os fogos e parentelas. É justamente o domínio destes padrões recorrentes que permite aos membros de um fogo, incluindo as crianças, saírem de uma parentela e se inserirem em outra. Esses padrões de organização social tornam possível a comunicação e o fluxo de pessoas entre parentelas (PEREIRA, 2011, p. 101).

Além das situações expostas pelo autor, devemos notar que as reuniões religiosas e políticas da comunidade são momentos que propiciam um grande trânsito de informações entre as mulheres, especialmente enquanto cozinham os alimentos a serem compartilhados entre os membros da aldeia.

Por meio dessa circulação de informações, as pessoas da comunidade passam a acompanhar as novidades relacionadas aos seus respectivos membros. Trata-se, pois, de uma dinâmica comunicativa que facilita a articulação política da aldeia diante de suas demandas internas e externas.

Por assumirem um papel importante em meio à comunicação social da aldeia, as crianças são orientadas a informar aos demais fogos domésticos as novidades relacionadas aos seus núcleos familiares. Sendo assim, podemos compreender que a movimentação infantil pela aldeia interfere nas alianças políticas e religiosas da comunidade. Afinal, as informações são o ponto de partida para as decisões a serem tomadas e/ou para propostas a serem apresentadas diante de qualquer situação.

### **3.1 Circularidade: caminhos políticos e de aprendizagem**

A aldeia Laranjeira Ñanderu se encontra localizada em uma mata ciliar do rio Brilhante e os fogos domésticos que a compõem são organizados de acordo com as relações consanguíneas, políticas e religiosas estabelecidas entre os seus membros. Pensando em facilitar a trajetória de uma casa a outra, os indígenas abriram caminhos em meio à mata ciliar para conectar esses ambientes.

Ao circular pela aldeia, os visitantes têm a oportunidade de conhecer melhor os espaços e os moradores da comunidade. Na condição de hóspede, costuma-se ser acompanhada por algum dos moradores, quase sempre pelas crianças, enquanto se caminha pelas trilhas de Laranjeira Ñanderu.

Ao conviver com as crianças e conversar com os anciões da comunidade, pudemos notar que o processo de aprendizagem infantil acontece em diversos momentos e lugares, tal como nas rodas matinais de mate dos fogos domésticos. A roda de mate é um momento de conversa íntima, tranquila e sem pressa entre os membros das famílias extensas.

Foi possível compreender que essas conversas costumam girar em torno da cosmologia, da natureza e da história de seus antepassados. Para exemplificarmos essa ideia, leiamos um trecho do depoimento de Benites, no qual o autor descreve o modo de viver de seus respectivos ancestrais: “(...) acompanhei desde criança o meu pai e avô na caça e pesca pela região. Foram momentos em que observei o local e aprendi o nome de todo o lugar visitado, que é o nosso *tekoha* antigo” (2009, p.45).

Pensando nos ensinamentos advindos dessas caminhadas, começamos a refletir sobre as trajetórias indígenas percorridas nos espaços florestais que já não existem mais, bem como nas histórias e nos ensinamentos que deixaram de ser repassados e/ou vivenciados pelos Kaiowá desde o momento em que a comunidade passou a se ver encurralada pelas monoculturas de soja e milho que avançam em direção ao seu respectivo território. Por tudo isso, os Kaiowá tiveram de reinventar a sua maneira de repassar os seus ensinamentos para as novas gerações.

Na última etapa do trabalho de campo, realizada em março de 2018, houve a oportunidade de presenciar os preparativos do batismo do milho *saboró*. Se no passado este ritual era realizado em uma floresta, por restar apenas alguns resquícios dela, esta prática passou a acontecer em meio a um cenário rodeado por plantações de soja. Atualmente, este caminho já não conta mais com a sua floresta, seus animais ou suas plantas medicinais. Empobrecido, o solo também não é mais o mesmo. Ainda assim, os Kaiowá mantêm as suas respectivas crenças e rituais culturais.

Diante deste novo contexto, os Kaiowá tiveram de se readequar às condições que lhes foram impostas. Nesta perspectiva, o processo de retomada territorial vivenciado em Laranjeira Ñanderu pode ser compreendido como um símbolo de restauração cultural indígena.

Ao reestabelecer contato com o seu respectivo *tekoha*, a comunidade teve a oportunidade de recuperar alguns dos elementos culturais perdidos durante o período em que seus membros estiveram confinados em outros territórios. Sendo assim, a formação inicial das crianças voltou a ser realizada em seus respectivos fogos domésticos e a sequência deste aprendizado acontece em meio à comunidade.

Em suma, muito além de meros atalhos, os caminhos da aldeia representam uma simbologia de ordem política, religiosa e consanguínea. A circulação por este espaço proporciona aos seus visitantes um conhecimento mais profundo sobre a comunidade, sobre a simbologia desses caminhos e sobre a cultura Kaiowá.

## 3.2 Circularidade: caminhar com as crianças

Caminhar pela aldeia é uma atividade que deve ser feita com o acompanhamento de alguma pessoa, especialmente quando o passageiro não é um morador ou é uma criança “pequena” da comunidade.

Por volta dos seis anos de idade, as crianças começam a andar em grupos, sem a presença de um adulto, pelas trilhas deste território. De acordo com Manuela: *“Junto pequenininho pode, nós já viemos jogar bola aqui no fundo, eu, Daniela, Mannio, Mariwel e Genieli, cinco pessoas...”*.

Inicialmente, a formação de ensinamentos a criança Kaiowá acontece nos espaços mais íntimos de seu respectivo fogo doméstico: a sua própria residência e o pátio que conecta as moradias dos membros mais próximos do seu núcleo familiar. As relações sociais da criança são ampliadas de acordo com a sua faixa etária, com as esferas sociais nas quais foi educada e com os ambientes (seu próprio fogo doméstico ou uma parentela) nos quais sente uma relação de pertencimento, isto é, reconhece e é reconhecida como pertencente a um determinado grupo de pessoas.

Este processo pode acontecer tanto na aldeia quanto entre aldeias. Na comunidade, as crianças sabem quais são os espaços que podem ocupar e como se portar neles. Principalmente quando transitam em lugares que não estão relacionados com os seus fogos domésticos. Ao pensar nesta questão, Pereira (2011) afirma:

As crianças também aprendem a perceber os lugares ocupados pelos outros grupos como espaço de trânsito esporádico, por onde a circulação deve ser sempre cercada de cuidados, já que aí as regras de conduta são outras e nem sempre se pode contar com a boa disposição para a sociabilidade, considerada como prática características das relações parentais (PEREIRA, 2011, p. 93).

Por encontrar-se aos cuidados de sua mãe, pai e avós, a criança tem mais liberdade no seu fogo doméstico. Ao sair deste ambiente, a criança deve obedecer aos códigos que o espaço social a ser ocupado lhe confere, principalmente quando estiver sozinha.

Quando as crianças acompanham a pesquisadora nas visitas aos demais fogos domésticos, costumam permanecer caladas durante as rodas de conversas que se formam, respondendo apenas às perguntas que lhes são direcionadas. Ao sairmos destes ambientes, começamos a conversar. Em nenhum momento, no entanto, as crianças citam as conversas que ouviram nos ambientes em que estiveram de passagem.

Mas ao chegarem em suas casas, costumam ir ao encontro de suas mães e dialogam em Guarani e/ou deslocam-se para outro espaço e conversam com a família sem a minha presença. No entanto, quando se acompanha as atividades do fogo doméstico, a dinâmica das crianças é diferente: circulam pelo local e brincam com outras crianças, sem permanecer o tempo todo ao lado da pesquisadora.

De acordo com Pereira (2011, p. 98), ao circularem entre os fogos domésticos, colaborando com a comunicação social da aldeia, as crianças atuam como “(...) atores políticos importantes e, no desempenho destes papéis, elas se socializam na prática política, no exercício de construção da identidade percebida como exclusiva ao fogo familiar ou à parentela”.

As crianças costumam participar das articulações sociais promovidas tanto nos

seus respectivos fogos domésticos quanto nos âmbitos estadual e nacional do movimento indígena. Normalmente, essas articulações são iniciadas na comunidade para que posteriormente sejam estendidas em ambientes mais amplos.

Como a luta e a resistência dos povos tradicionais devem ser repassadas de geração a geração, as crianças aprendem ouvindo e observando as estratégias arquitetadas pela sua família e pelos apoiadores do movimento. Segundo Pereira, “paralelamente, também aprendem a lidar com os marcadores de alteridade que delineiam as fronteiras em relação aos outros módulos organizacionais” (2011, p. 98).

Para se formar como um “ator político” (Benites, 2009), a criança deve observar a movimentação e a articulação de seus pais em meio aos espaços sociais, políticos, religiosos e econômicos da aldeia. Sob a perspectiva cultural indígena, quanto mais a criança circular pelos espaços internos e externos da comunidade, melhor estará preparada para tomar decisões durante a sua vida adulta. Segundo Pereira (2011, p. 100), “quanto mais referências ela dispuser a respeito das consequências sociais de suas opções, melhor condição terá de realizar as melhores opções, daí a importância dos conhecimentos adquiridos desde a infância”. Em uma perspectiva análoga e complementar, Cohn (2005) explica que as crianças “elaboram sentidos para o mundo e suas experiências compartilhando plenamente de uma cultura. Esses sentidos têm autonomia deve ser reconhecida, mas também relativizada: digamos, portanto, que elas têm uma relativa autonomia cultural” (COHN, 2005. p. 35).

Cada espaço, com as suas respectivas especificidades, disponibiliza um vasto leque de aprendizagem às crianças Kaiowá, pois ainda que todos compartilhem “(...) uma mesma cultura geral – *ava reko*” (PEREIRA, 2011, p. 108), cada fogo doméstico possui o seu próprio sistema interno de funcionamento.

Enquanto realizava as primeiras visitas às casas da aldeia, a pesquisadora foi acompanhada pela presença de um adulto. Em uma dessas ocasiões, ao retornar para o fogo doméstico de Adelina, a família foi avisada que a pesquisadora iria descer sozinha para tomar banho no córrego, pois todos já haviam voltado de lá. Foi então que Manuela disse:

Manuela: – Não é para você ir sozinha.

Pesquisadora: – Por quê? É perigoso ir sozinha?

Manuela: – É perigoso saci e onça... a onça pode te pega o saci pode te levar... o saci já levou duas crianças daqui uma tinha quatro anos e a outra cinco anos. Não pode andar sozinha na mata, é perigoso, não pode. Eu não gosto do saci, ele leva...

Naquele dia, o caminho de acesso ao córrego estava molhado e para que as pessoas não afundassem os seus pés no barro (*curicho*), os indígenas puseram alguns galhos sob o chão. Como não estava acostumada a equilibrar sobre esses galhos, a pesquisadora escorregava constantemente. Observando, Manuela disse: Você não sabe andar no *curicho*?! Pesquisadora: Não sei.

Em momentos de contato mais próximo com a natureza, como nas trilhas e nos banhos de rio, as crianças narram com mais frequência esse tipo de história. São lendas

que servem, de certo modo, para interditar alguns espaços em certas circunstâncias, disciplinando a circulação infantil pela aldeia. Em uma outra ocasião, enquanto circulava pela aldeia, perguntou-se às meninas qual era a razão da restrição relacionada a tomar banho sozinha no córrego:

Manuela: - Não é para ir sozinha, não! Pesquisadora: - Não é, né?

Manuela: - Não.

Pesquisadora: - Ah, entendi.

Manuela: - É perigoso criança andar sozinha no mato.

Daniela: - Não é para tomar banho sozinho, não... é perigoso também a água.

Manuela: - Tem que chegar na água, no *arogho'iy* faz assim oh...

Pesquisadora: - *Jhovasa*....

Manuela: - O bicho vai... vai embora.

Como as crianças aprendem a respeitar e a ter uma boa convivência com os seres vivos e espirituais da aldeia, ensinaram algumas regras de comportamento utilizadas nesta comunidade. Apesar da idade da pesquisadora (mais de vinte anos), muitas vezes foi compreendida como uma “criança na cultura” (afinal, sequer sabia andar sobre o *curicho*). Sendo assim, as crianças frequentemente diziam o que e como fazer, repassando as orientações que aprenderam com as suas respectivas mães.

Segundo Benites (2009), as crianças aprendem “no tocante ao ensino sobre a vida ou a cultura de outro (*Ava*) e não-índios (*karaí*), as crianças aprendem a respeitar por meio de amedrontamento. É comum às vezes, a mãe e a irmã falarem em tom de brincadeira, ameaçando à criança dá-la ao *karaí*”. Enquanto estive na aldeia, as crianças me ensinaram diversas questões sobre a sua própria cultura através desta metodologia do amedrontamento, narrando histórias relacionadas aos espíritos ou animais da floresta, como a onça e o porco do mato. Sendo assim, não costumo andar sozinha pelas matas de Laranjeira Ñanderu.

As crianças pequenas (até os 5 anos de idade) da comunidade circulam pela aldeia apenas com a companhia de suas respectivas mães. Ao completarem seis anos, no entanto, começam andar pelo *tekoha* com crianças maiores ou com outras pessoas adultas que mantêm relações de proximidade com os seus fogos domésticos. Para os Kaiowá, a caminhada pela mata deve ser realizada em grupos, bem como as brincadeiras e os afazeres domésticos desenvolvidos na aldeia.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crianças são inicialmente educadas em meio aos seus respectivos fogos domésticos. Pouco a pouco, suas famílias preparam-nas para circular entre os demais ambientes da aldeia. Para desenvolver uma reflexão sobre as relações vivenciadas pelas crianças nos ambientes comunitários da aldeia, vali-me da teoria, proposta por Pereira (2004), sobre o modelo social concêntrico.

Ao caminhar com as crianças, foi possível compreender que essas figuras sociais desempenham a função de *facilitadores de comunicação* em meio a sua respectiva comunidade (Pereira, 2011). Dispensando formalidades, esses atores sociais circulam livremente pelos mais diversos ambientes domésticos, dialogando e movimentando as informações da aldeia.

Vale notar, no entanto, que a comunidade estabelece algumas restrições relacionadas à circulação pela aldeia. Sendo assim, as crianças nunca aconselharam a andar sozinha em meio às trilhas da aldeia. De acordo com as mesmas, há sempre o risco de um ser terrestre e/ou espiritual permanecer escondido na floresta. Por isso, a caminhada é uma atividade que deve ser realizada com algum acompanhante.

Na maioria das vezes em que houve caminhada pela aldeia, a pesquisadora foi acompanhada pelas crianças. Para além de um hábito gentil, este costume pode ser compreendido como um ato político: ao permanecerem ao lado da pesquisadora, durante as visitas que eu realizava, as crianças tiveram acesso a tudo o que foi conversado em cada ambiente. A informação é extremamente importante na aldeia, pois possibilita a organização dos fogos domésticos diante dos acontecimentos que podem movimentar a comunidade.

Desde a infância, os membros da comunidade aprendem que a caminhada pela aldeia deve ser realizada com algum acompanhante. Apenas a partir dos cinco ou seis anos de idade as crianças são autorizadas a passear com as demais crianças pela comunidade, sem a presença de suas respectivas mães.

A circulação pelo território tradicional faz parte do processo da aprendizagem infantil, pois ao olhar, ouvir e entrar em contato com as demais pessoas da aldeia, a criança passa a conhecer e reproduzir, à sua maneira, a cosmologia e o modo de vida Kaiowá.

Em uma perspectiva análoga e complementar a esta análise sobre o desenvolvimento infantil, Nascimento, Aguilera Urquiza e Vireira (2011) enfatizam a ideia de que os ensinamentos da aldeia são mutuamente compartilhados entre os adultos e as crianças da comunidade. Ao dividirem, sem qualquer tom de competitividade, as suas experiências vivenciadas dentro e fora da aldeia, esses grupos complementam-se e ressignificam-se mutuamente.

Portanto, o território tradicional é onde a criança encontra os elementos necessários para a sua produção e reprodução. A corpo da criança Kaiowá permeia as relações com a cosmologia e a terra. A terra possui uma carga simbólica, onde acarretam as relações com os antepassados, os espíritos dos seres que ali vivem, são relações que transcendem o plano terrestre, e transita por diversas esferas, humana e não humana. A criança Kaiowá é uma “arena” de relações e práticas culturais. Se produzem para si e para o meio em que estão inseridas.

## REFERÊNCIAS

AGUILERA URQUIZA, A. H.; NASCIMENTO, A. C. Povos Indígenas e as Questões da Territorialidade. In: AGUILERA URQUIZA, A. H. CRIANÇA INDÍGENA: diversidade cultural, educação e representações sociais. 1ª. ed. Brasília: LIBER Livro, 2011. p. 53-71.

BENITES, T. A Escola na Ótica dos Ava Kaiowá: Impactos e Interpretações Indígenas, Rio de Janeiro. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

EREMITES DE OLIVEIRA, J; PEREIRA, Levi M. 2009. Ñande Ru Marangatu: laudo pericial sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul. 1. ed. Dourados: Editora da UFGD, 2009. v. 500. 284p.

GUTIERREZ, José Paulo. A circularidade das crianças Kaiowá na Aldeia Laranjeira Ñanderu, Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2016.

JOÃO, Izaque. Jakaira Reko Nheypyrū Marangatu Mborahéi: origem e fundamentos do canto ritual Jerosy Puku entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri?y, Mato Grosso do Sul. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados.

NASCIMENTO, A. C.; AGUILERA URQUIZA, A. H.; VIEIRA, Carlos M. N. A cosmovisão e as representações das crianças kaiowá e guarani: o antes e o depois da escolarização. In: NASCIMENTO, A. C.; AGUILERA URQUIZA, A. H.; VIEIRA, C. M. N. (Org.). Criança indígena: diversidade cultural, educação e representações sociais. 1ªed.Brásilia: LIBER livro, 2011, v. 01, p. 21-44.

PEREIRA, L. M. A criança kaiowa, o fogo doméstico e o mundo dos parentes: espaços de sociabilidade. In: 32º Encontro Anual da Anpocs, 2008.

PEREIRA, L. M. A socialização da criança kaiowá e guarani: formas de socialidade internas às comunidades e transformações históricas recentes no ambiente de vida. In: NASCIMENTO, A. C.; AGUILERA URQUIZA, A. H;

VIEIRA, C. M. N. (Org.). Criança indígena: diversidade cultural, educação e representações sociais. 1ªed.Brásilia: LIBER livro, 2011, v. 01, p. 75-112.

PEREIRA, L. M.. No mundo dos parentes: socialização das crianças adotadas entre os Kaiowá. In: LOPES DA SILVA, M. Aracy. (Org.). Crianças Indígenas: ensaios antropológicos. 1ed.São Paulo: GLOBAL EDITORA, 2002, v. 1, p. 168- 187.

PEREIRA, Levi Marques. Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno. Tese de Doutorado em Ciências/Antropologia Social – USP, São Paulo, 2004.

PRADO, José Henrique, ATRAVÉS DO PRESTÍGIO: atuação da chefia ameríndia entre os Kaiowa da Terra Indígena Pirakua, Dourados, Mato Grosso do Sul. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

<<http://www.agraer.ms.gov.br/wpcontent/uploads/sites/68/2015/05/Jateika%C3%A1.pdf>>. Acesso em: 20 de jul. de 2018.

# CAPÍTULO 8

## COOPERATIVISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: A COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE VINHO DE JUNDIAÍ (AVA) NO ÂMBITO DO PROJETO MICROBACIAS II

*Data de aceite:* 01/08/2020

*Data de submissão:* 04/05/2020

### **Tamires Regina Rocha**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente  
Presidente Prudente - SP  
<https://orcid.org/0000-0002-5358-1174>

### **Alan da Silva Vinhaes**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente  
Presidente Prudente – SP  
<https://orcid.org/0000-0002-3072-2050>

**RESUMO:** O Estado brasileiro em relação a elaboração de políticas públicas ao desenvolvimento rural, mostrou-se historicamente, centralizador e com foco na modernização das atividades agropecuárias. Porém, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado, na escala do Estado de São Paulo, passaram a inserir na dinâmica do mercado os pequenos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas. Assim, o trabalho tem como objetivo analisar a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho de Jundiaí (AVA) na reprodução social dos agricultores, localizados nos Bairros Rurais do Poste e do Caxambú que participam da cooperativa, garantindo sua participação numa política pública de âmbito estadual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projeto, Estado, Políticas Públicas.

COOPERATIVISM AND PUBLIC POLICIES: THE AGRICULTURAL COOPERATIVE OF JUNDIAÍ WINE PRODUCERS (AVA) WITHIN THE FRAMEWORK OF THE MICROBACIAS II PROJECT

**ABSTRACT:** The Brazilian State in relation to the elaboration of public policies for rural development, has historically shown itself to be centralizing and focusing on the modernization of agricultural activities. However, the State Program of Hydrographic Watersheds (PEMH) and the Sustainable Rural Development Project - Watersheds II - Access to the Market, on the scale of the State of São Paulo, began to insert small family farmers organized into associations and cooperatives into the market dynamics. Thus, the work aims to analyze the Agricultural Cooperative of Wine Producers of Jundiaí (AVA) in the social reproduction of farmers, located in the Rural Neighborhoods of Poste and Caxambú that participate in the cooperative, ensuring their participation in a public policy at the state level.

**KEYWORDS:** Project, State, Public Policies.

### 1 | INTRODUÇÃO

Quando se analisa a presença de cooperativas e associações voltadas para os agricultores familiares, é necessário compreender como que o desenvolvimento rural passou a ser fundamental para proporcionar as atividades em pequenas propriedades. Para a efetivação desse

desenvolvimento, o Estado torna-se fundamental, propondo políticas públicas para inserir os agricultores na dinâmica do mercado regional, dinamizando a economia local.

Assim, no período de 2011 e 2018, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) executou o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II - Acesso ao Mercado, “cujo objetivo principal foi promover o desenvolvimento rural sustentável, a inclusão social, bem como contribuir para a preservação dos recursos naturais e ampliar a renda e o bem-estar dos beneficiários” (VINHAES *et al*, 2018, p. 51).

Portanto, o trabalho tem como objetivo analisar o papel desempenhado e a importância da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho de Jundiá (AVA) na reprodução social dos agricultores, localizados nos Bairros Rurais do Poste e do Caxambú que participam da cooperativa, garantindo sua participação numa política pública de âmbito estadual (Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II - Acesso ao Mercado).

Para a elaboração do trabalho, foram realizadas as seguintes etapas: seleção e leitura de material bibliográfico (livros, artigos científicos, dissertações e teses etc.) que tratam dos temas relacionados às políticas públicas, desenvolvimento rural, ao cooperativismo e associativismo e ao Projeto de Microbacias II.

Pesquisa empírica com a elaboração de roteiro que foi utilizado na entrevista com o presidente da cooperativa (AVA) para a coleta de dados e informações sobre o processo de formação, principais objetivos, importância e papel desempenhado pela cooperativa; e de formulário destinado a aplicação junto a seis (6) produtores rurais localizados nos Bairros Rurais do Poste e do Caxambú que participam da cooperativa.

O texto se encontra estruturado em três seções, além da introdução, das considerações finais e das referências. Na primeira seção, há uma abordagem teórica sobre o processo de descentralização de políticas públicas e o desenvolvimento rural no país; na segunda seção são apresentadas as características e os objetivos da primeira fase do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) que possuía um caráter ambiental e da segunda edição denominada de Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado que tem como objetivo promover a inserção dos pequenos produtores rurais ao mercado, no qual, a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho de Jundiá (AVA), possui um plano de negócios aprovado; e, por fim, na última seção é apresentada a cooperativa (AVA), o seu papel desempenhado e a importância na reprodução social dos agricultores, garantindo sua participação numa política pública de âmbito estadual.

## **2 | DESCENTRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO RURAL**

“Ao longo do processo de ocupação do território brasileiro a agricultura familiar exerceu importante papel no abastecimento alimentar interno, mas o apoio governamental a esta categoria de produtores foi inexpressivo” (MATTEI, 2014 *apud* VINHAES, 2018, p. 16).

Com a intensificação do processo de modernização da agricultura brasileira a partir dos anos de 1960,

[...] as políticas públicas para o meio rural privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das *commodities* voltadas ao mercado internacional e produzidas em larga escala; o resultado dessas políticas públicas foi altamente negativo, uma vez que grande parte dos agricultores ficaram à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção (MATTEI, 2014, p. 71).

Hespanhol (2008, p. 129) destaca que entre as décadas de 1950 e 1980, “as políticas públicas tiveram um caráter marcadamente setorial, caracterizadas quase que exclusivamente pelo seu viés agrícola, privilegiando, sobretudo os grandes produtores rurais vinculados às demandas do mercado externo”.

Na década de 1980 ocorreram significativas mudanças no cenário político, com o fim da ditadura militar e a elaboração de uma nova Constituição Federal no ano de 1988, a qual trouxe consigo um novo marco para a formulação e implementação de políticas públicas, pois conferiu autonomia política e administrativa aos municípios. Estes passaram a ser reconhecidos oficialmente como entes federativos e a ter recursos financeiros e autonomia para formular e implementar políticas públicas. Esta situação trouxe o desafio da coordenação intergovernamental na elaboração e execução de políticas públicas.

Hespanhol (2013) destaca que na década de 1990 e no início do século XXI, houve importantes mudanças nas políticas destinadas ao meio rural, principalmente em relação à agricultura familiar. Diversos programas foram criados para atender os agricultores familiares, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Neves Neto (2013) *apud* Vinhaes (2018, p. 1322) destaca que

entre 1998/99 e 2008/09 foram efetuados 13,5 milhões de contratos do PRONAF e disponibilizados 55,8 bilhões de reais em recursos. No entanto, tais recursos beneficiaram principalmente os produtores que possuíam maior nível de capitalização dentre os agricultores familiares. Assim, a maioria dos agricultores familiares não conseguiu ter acesso aos recursos do programa.

Contudo, a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável requer, entre outras coisas, uma:

[...] mudança de foco nas estratégias de desenvolvimento rural, historicamente utilizadas no Brasil, onde, conforme afirma Ehlers (1996), a exemplo de outros países em desenvolvimento, as propriedades patronais foram consideradas mais adequadas para a implantação do padrão convencional, tendo a agricultura familiar sido relegada a segundo plano, principalmente no que se refere a incentivos e acesso a crédito (HESPANHOL, 2008, p. 382).

Na próxima seção será analisado o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado, “uma política pública que têm como objetivo ampliar a competitividade e proporcionar o acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas no Estado de São Paulo” Disponível em < <http://www.cdrs.sp.gov.br/microbacias2/o-projeto> > Acesso 14/01/2020.

### 3 I PROGRAMA ESTADUAL DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS (PEMH) E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL MICROBACIAS II- ACESSO AO MERCADO

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) contou com o apoio do Banco Mundial a partir do ano 2000 e possui três princípios básicos: “a busca por uma sustentabilidade socioeconômica e ambiental na microbacia (unidade física de intervenção do programa), participação e envolvimento da sociedade civil, descentralização e transparência nas ações governamentais” (FONTES, 2006 *apud* NEVES NETO, 2009, p. 4).

Neves Neto (2009, p. 98) destaca que o “Programa de Microbacias em sua primeira edição (2000-2008) teve um custo total estimado em US\$ 124,740,200.00. Desse total, US\$ 55,348,200.00 foram financiados pelo Banco Mundial e o restante, US\$ 69,392,000.00 foi como contrapartida do Estado de São Paulo”.

O PEMH teve como principal objetivo “atender aos pequenos e médios produtores rurais, já os grandes produtores rurais, por possuírem maior produção, maior facilidade de acesso ao crédito e assim maior renda, foram menos beneficiados por essa política pública estadual” (NEVES NETO, 2009, p. 99).

Para conseguir os benefícios do programa, os municípios atendidos teriam que atender a dois requisitos básicos, conforme também destaca Neves Neto (2014, p.152):

[...] possuir um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), com participação de diferentes setores da sociedade civil e formalizar convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, apresentando as diferentes operações do programa, contendo um plano de trabalho com todas as ações previstas no município.

Para Hespanhol (2008, p. 10) o Programa de Microbacias teve pontos positivos e negativos, pois “o maior ou menor êxito dependeu basicamente do interesse e do empenho das autoridades municipais, da atuação dos técnicos executores e do envolvimento e nível de organização dos produtores rurais”.

Ao final da primeira edição do Programa de Microbacias no Estado de São Paulo, conclui-se que

as suas ações se concentraram nos aspectos agrônomo-conservacionistas, tais como o controle de processos erosivos, cercamento de Áreas de Preservação Permanente (APP), adubação verde e readequação de estradas rurais. Neves Neto (2014) considera que mesmo com estas ações o programa foi insuficiente para promover o desenvolvimento rural sustentável, pois há necessidade de ações governamentais concretas para garantir renda e emprego à população que vive nos espaços rurais (VINHAES *et al*, 2018, p. 1323).

No ano de 2011, foi lançada a segunda edição do Programa de Microbacias com o objetivo de

promover a integração dos pequenos produtores rurais ao mercado, com características diferentes da primeira edição que possuía caráter ambiental. O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II

– Acesso ao Mercado é um projeto do Governo do Estado de São Paulo, com financiamento parcial do Banco Mundial, executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), e pela Secretaria do Meio Ambiente, por intermédio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN). Com valor total de US\$ 130 milhões, está sendo executado desde 2011, com previsão inicial de conclusão para o ano de 2015. No entanto, o projeto foi prorrogado até o mês de setembro de 2018, quando foi concluído. O Microbacias II foi executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral (CATI), que é responsável por 81,2% do total dos recursos disponíveis para o programa, e pela Secretaria do Meio Ambiente, através da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN), responsável por 18,8% dos recursos (VINHAES *et al*, 2018, p. 1323-1324).

Portanto, no Quadro 1 são apresentadas as principais diferenças entre as duas edições do programa.

	<b>PEMH</b>	<b>MICROBACIAS II</b>
Foco	Ambiental	*Aumento da competitividade *Aumento de emprego e renda
Unidade de Trabalho	Microbacia Hidrográfica	Organização de produtores (Associação ou Cooperativa)
Beneficiários	Produtores Individuais e/ou Coletivos Associações – fortalecimento	Agricultores estruturados em uma cadeia produtiva e organizados em associação ou cooperativa
Execução	Plano de Microbacia	Plano de Negócio

Quadro 1. Comparação entre as duas edições do Programa de Microbacias no Estado de São Paulo.

Fonte: Neves Neto (2014, p. 100).

Para ter o apoio financeiro do projeto,

[...] a associação ou cooperativa necessita apresentar um plano de negócio. Este plano deve conter um número mínimo de 15 participantes e 50% devem ser classificados como agricultores familiares. Às comunidades tradicionais, sendo indígena ou quilombola, somente receberá os recursos para a implantação dos seus projetos se possuírem a titulação da propriedade reconhecida através de órgãos oficiais e podem apresentar seu projeto a qualquer momento, não dependendo de abertura de chamadas. Disponível em < <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/iniciativas-de-negocio> > Acesso em 04/10/2019).

As metas do projeto Microbacias II são:

o atendimento para 22.000 famílias de agricultores familiares e 350 famílias de tribos indígenas e 300 comunidades quilombolas; 30 mil famílias introduzidas nas organizações de produtores rurais receberão assistência técnica e capacitação do programa; 1.200 associações/cooperativas de produtores serão identificadas e estimuladas a apresentarem propostas de

negócios; abranger 550 municípios do Estado de São Paulo, que já possui estabelecido o convênio com a SAA/CATI e possuam os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável elaborados, acompanhados e monitorados; capacitar 550 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural para elaboração e acompanhamento da execução dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável; - readequar 18.000 km de estradas rurais em 120 municípios, para permitir a trafegabilidade o ano inteiro; - apoiar 40 subprojetos ambientais; e - inserir dois programas de serviços ambientais (SÃO PAULO, 2010b, p.5).

### Para receber o apoio, a associação ou cooperativa deve

apresentar uma proposta de negócio que envolva todos os associados ou cooperados ou apenas parte deles. O grupo envolvido com a proposta deve ter, no mínimo, 15 produtores rurais organizados em associações ou cooperativas, dos quais mais de 50% devem ser classificados como agricultores familiares para a proposta ser considerada elegível. O percentual de apoio do projeto ao plano de negócio depende do número de agricultores familiares (VINHAES *et al*, 2018, p. 57).

Porém, a exemplo de outras políticas públicas, Neves Neto (2014, p. 98) ressalta que o projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado

[...] é altamente seletivo e excludente, por priorizar um pequeno número de produtores (inseridos num plano de negócio) e se restringir a organizações rurais com maior nível de capitalização, as quais normalmente apresentam condições mais favoráveis para enfrentar as vicissitudes do mercado, independente do apoio oficial. Novamente, os produtores rurais descapitalizados, que enfrentam graves problemas ambientais em suas propriedades ficarão à margem dessa política pública, financiada com recursos de toda a sociedade.

O projeto finalizado, contou com 138 planos de negócios aprovados na sexta chamada (Tabela 1), ou seja, o dobro da quinta chamada. Houve também o aumento no valor da proposta e no valor apoiado pelo projeto em comparação com as chamadas anteriores. Esse aumento nos planos de negócios aprovados e nos valores apoiado pelo projeto é devido o maior interesse das associações e/ou cooperativas a buscarem novos meios para se fortalecer no mercado regional.

Chamada	Interesses	Entregues	Aprovados	Habilitados	Valor da proposta em (R\$)	Valor apoiado pelo Projeto em (R\$)
1	135	92	38	33	19.778.538,77	13.429.478,76
2	103	98	40	31	17.492.029,50	11.904.432,21
3	65	38	35	23	13.838.667,26	9.454.586,94
4	65	60	52	45	29.921.562,91	18.772.192,41
5	90	70	61	55	30.057.653,29	20.761.907,32
6	-	-	138	136	91.430.259,51	58.474.753,42

Tabela 1. Chamadas Públicas do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado

Fonte: Disponível em < <http://www.cati.agricultura.sp.gov.br/portal/imprensa/noticia/cati-realiza-o-iii-forum-consultivo-do-microbacias-ii-acesso-ao-mercado-e-produtores-rurais-mostram-como-transformaram-suas-vidas> > Acesso em 30/11/2018.

## Por fim, o Microbacias II

proporciona uma forte integração com os municípios, ao disponibilizar um sistema informatizado georreferenciado de gestão da malha viária local, além de apoiar financeiramente a melhoria da infraestrutura municipal, principalmente a reabilitação de trechos críticos e manutenção das estradas rurais não asfaltadas, consideradas fundamentais para o bom acesso aos grandes centros, e a responsabilidade na melhoria na estrutura da CATI, no que concerne à capacitação do quadro de funcionários, na aquisição de equipamentos e veículos e à melhoria da infraestrutura, possibilitando a reforma dos prédios utilizados por várias Casas da Agricultura em todo o Estado Disponível em < <http://www.cdrrs.sp.gov.br/microbacias2/o-projeto> > Acesso em 14/04/2020.

Na próxima seção será analisada a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho Artesanal de Jundiáí (AVA) no âmbito do Projeto Microbacias II a partir das informações obtidas em entrevista com o seu presidente e com a aplicação de formulário junto a seis (6) produtores rurais dos Bairros Rurais do Poste e do Caxambú que participam da cooperativa.

### **4 | A IMPORTÂNCIA DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE VINHO DE JUNDIAÍ (AVA) NA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES/COOPERADOS COM ÊNFASE AO PROJETO DE MICROBACIAS II**

A Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho de Jundiáí (AVA), iniciou-se com uma associação em 2003, em que um grupo de produtores começou a se organizar coletivamente, fundando a então denominada Associação de Viticultores Artesanais (AVA) de Jundiáí, com um total de 13 associados.

Essa associação tinha como objetivo a prestação de que podiam contribuir para o fomento e a organização das atividades artesanais de produção e comercialização de vinhos e derivados da uva, como o suco de uva, vinagre, geleias e licores sob a forma de sociedade sem fins lucrativos, tendo como diretor presidente o Sr. José Antonio Boschini.

De acordo com o atual presidente da cooperativa:

[...] em meio aos fatos, a Associação já não bastava mais, e então, foi decidido que era necessário ir em frente. Foi aí que surgiu a Cooperativa Agrícola de Vinho. A Cooperativa além de manter a tradição, viria como um novo desafio para os produtores; garantir a qualidade dos produtos, abrir novos mercados, e fortalecer a marca do produto: o vinho artesanal (PRESIDENTE DA COOPERATIVA AVA, ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2018).

“E no dia 6 de agosto de 2007, de acordo com a Lei nº 5.764/71, constituiu-se a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho – AVA” (VICENTE, 2013, p. 77). Com inicialmente 15 cooperados, sendo 13 da antiga associação e mais dois (2) que passaram a participar da atual cooperativa. Vale ressaltar que a associação deixou de existir no município, permanecendo apenas a cooperativa.

De acordo com o presidente da cooperativa, no ano de 2018 havia um total de 24 cooperados, sendo 22 do município de Jundiáí, um do município de Jarinu e um do município de São Miguel Arcanjo.

Em relação aos serviços prestados pela cooperativa aos produtores, o presidente

ressaltou que os equipamentos fornecidos para todo o processo de produção do vinho, passando pela desengaçadeira (Foto 1) que realiza praticamente sem o contato humano, o esmagamento da uva para a liberação da polpa e do suco da fruta, caracterizando assim o processo de maceração da uva (mistura de sucos, cascas e bagas que colaboram para deixar o vinho mais encorpado e com mais cor) que são automaticamente transportados via mangueira para o tanque de fermentação.



Foto 1. Equipamento para esmagamento da uva – desengaçadeira.

Fonte: Cooperativa AVA, 2018.

O presidente da cooperativa ressaltou que eles adquiriram esse equipamento em virtude das verbas do Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado, pois antes eram necessárias três pessoas para o trabalho, com o uso da máquina, é preciso apenas de uma para o manuseio.

Em 2013, a cooperativa, por intermédio da CATI, elaborou um plano de negócios com a participação de 19 cooperados, tendo como objetivo a aquisição de equipamentos para a melhor produção do vinho artesanal e que agilizasse o trabalho do vinicultor e, consequentemente, melhorasse a qualidade do produto.

De acordo com o presidente da cooperativa, o plano de negócios foi apresentado/submetido em 2013 e aprovado na 3ª chamada do programa, sendo assim, além desse equipamento citado, a cooperativa também adquiriu vários outros que beneficiam, no sistema de rodízio, 19 cooperados que participam do Microbacias II, tais como: linha de envase itinerante para vinho e champenoise, prensa pneumática, envasadora de seis bicos, capsulador espumante semiautomático, carroceria-baú, entre outros (Foto 2) que contabiliza um valor total de R\$ 741.577,56, sendo que R\$ 519.104,29 (70% do valor) foi apoiado pelo Microbacias II, recurso que foi agregado com mais de R\$ 150 mil, em um novo projeto que foi submetido em 2014 e aprovado na 5ª chamada do programa para aquisição de outros equipamentos inclusive de uma nova desengaçadeira. Tais equipamentos podem ser instalados e desinstalados em um caminhão com carroceria para o envase móvel de vinho e champenoise.



Foto 2. Equipamentos adquiridos pela Cooperativa AVA com as verbas do Projeto de Microbacias II

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Entretanto, apesar de todos esses equipamentos, de acordo com A.M, presidente da cooperativa, atualmente o principal benefício que a cooperativa oferece para os cooperados é o envase móvel, sendo este o único existente no país (Foto 3).



Foto 3. Caminhão – envase móvel.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

O caminhão de envase móvel financiado por meio do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II – Acesso ao Mercado foi orçado em R\$ 750 mil,

porém, R\$ 522 mil foram financiados por meio do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II – Acesso ao Mercado e os R\$ 228 mil restantes foram pagos pelos cooperados. A capacidade de envase da unidade móvel é de 500 a 800 garrafas por hora. Antes do caminhão, eram necessárias duas pessoas para envasar 50 garrafas por dia. Disponível em < <http://rogeriosilveira.jor.br/tag/coordenadoria-de-assistencia-tecnica-integral-cati/page/5/> > Acesso em: 15/09/2018.

De acordo com o presidente da cooperativa, com a utilização do equipamento, algumas adegas estão conseguindo diversificar a produção. Agora, além do vinho, o espumante está nas prateleiras das adegas sendo comercializado.

Essa organização favorece para melhor mobilidade do produtor, “que não precisa mais transportar a bebida para fora de sua propriedade – um processo que exige cuidado para não haver nenhum tipo de contaminação. Se transferida de um recipiente para outro, como no transporte da vinícola para a cooperativa, a bebida perde qualidade”. Disponível em < <https://dcomercio.com.br/categoria/inovacao/jundiai-tem-a-primeira-vinicola-movel-do-pais> > Acesso em 21/09/2018.

Para o presidente da cooperativa, tais benefícios concedidos pelo Projeto Microbacias II, estimularam o turismo rural no município de Jundiá, pois o vinho produzido conforme a legislação, favorece para a sua melhor qualidade, aumenta a velocidade da produção, estimula a diversificação de produtos e, conseqüentemente, o aumento do número de consumidores.

No tocante à contrapartida financeira exigida pelo Projeto Microbacias II, o Sr. A.M ressaltou que 70% foram financiados pelo referido programa e os outros 30% foram rateados entre os cooperados. O valor rateado entre os cooperados não foi dividido igualmente entre os participantes do plano de negócios, mas sim, de acordo com a produção de vinho de cada um, ou seja, quem produz mais vinho, pagou mais.

Com relação aos aspectos positivos do projeto de Microbacias II, o presidente ressaltou o fortalecimento do cooperativismo, pois os produtores rurais cooperados que aceitaram participar do plano de negócios, na atualidade, notam os benefícios que a participação em um política pública pode proporcionar, pois mesmo com a burocracia dos projetos, não se arrependem em participar; e, por fim, o próprio subsídio concedido pelo Microbacias (70% da contrapartida financeira) se torna muito atrativo para a participação nessa política pública.

Quanto aos aspectos negativos do Microbacias II, o entrevistado apontou apenas o término do programa no final de setembro de 2018, enfatizando o anseio de que surja uma outra ação o mais breve possível para promover ainda mais o desenvolvimento da cooperativa.

Em relação ao aumento nas vendas de vinho após fazer parte da cooperativa o entrevistado P.M localizado no Bairro Rural do Caxambú ressaltou que:

[...] com certeza, acredito que todos que fazem parte da AVA aumentaram sua comercialização. Obtive um aumento das vendas, não apenas dos vinhos, mas também das cachaças artesanais, champagne, vinagres, espumantes [...] a análise química obrigatória; incluindo certificação para adequação a

padrões técnicos definidos nacionalmente melhorou a qualidade do produto. E claro, está certificação passou a ser utilizada como argumento de vendas aos nossos visitantes que procuram produtos de qualidade (ENTREVISTA REALIZADA COM O PRODUTOR RURAL P.M EM MARÇO DE 2019).

Para os produtores rurais entrevistados, os benefícios e os serviços ofertados pela Cooperativa (AVA) estão atendendo suas expectativas, pois a cooperação representa uma maneira para que os pequenos produtores possam inserir-se no mercado aliando forças e enfrentando as dificuldades perante aos grandes produtores rurais, além de que favorece para a realização de compras conjuntas de suprimentos produtivos; assessoria técnica; proporciona a troca de informações voltadas para as técnicas de produção entre as adegas nas reuniões promovidas mensalmente e a participação em festas e feiras da região que proporcionam maior visibilidade ao produtor rural e aos produtos comercializados.

Por fim, de acordo com os produtores rurais entrevistados, espera-se que a cooperativa consiga se impor frente às adversidades existências atualmente em nosso país, principalmente relacionadas a escassez de políticas públicas que atendam aos pequenos produtores rurais.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica instalada na agricultura brasileira a partir da década 1960, ou seja, o processo de modernização, com a chamada Revolução Verde, contribuiu para novas formas de exploração agrícola, resultando em transformações tanto na pecuária, quanto na agricultura.

Este estudo evidenciou a importância de uma política pública para o espaço rural, o Microbacias II trouxe uma nova perspectiva aos pequenos produtores rurais participantes dos projetos, pois, historicamente, os maiores beneficiados sempre foram os médios e grandes produtores rurais.

Entretanto, vale ressaltar que o Microbacias II não atendeu todos os pequenos produtores rurais do Estado de São Paulo, mas sim, privilegiou os agricultores organizados em associações ou cooperativas; ou aqueles mais capitalizados.

Com as atividades desenvolvidas na pesquisa, ficou evidente a contribuição do Projeto Microbacias II sobre a atuação da cooperativa, pois esta passou a proporcionar maior rentabilidade e melhoria na qualidade da produção de vinho com maior volume de produção.

Na Cooperativa AVA, após a implementação do Projeto Microbacias II, se viabilizou a compra de máquinas e equipamentos para a produção do vinho artesanal, favoreceu a compra de um caminhão de envase móvel, único em atividade no Brasil, além da intensificação do próprio turismo rural no município de Jundiá, pois o vinho produzido conforme a legislação em vigor e com equipamentos sofisticados, favoreceu para a sua melhor qualidade, aumentou a velocidade da produção, possibilitou a diversificação de produtos derivados de uva e, conseqüentemente, o aumento do número de consumidores.

Por fim, a pesquisa evidenciou a importância das políticas públicas e das organizações coletivas para o espaço rural, porém, é necessário o aprimoramento de tais políticas, tanto por parte dos gestores, analisando e corrigindo as falhas, quanto dos produtores envolvidos.

## REFERÊNCIAS

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Disponível em < <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/iniciativas-de-negocio> > Acesso em 04/10/2019).

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. **Manual do Programa – Seção Operativa**. CATI: São Paulo, 2001.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Disponível em < <http://www.cati.agricultura.sp.gov.br/portal/imprensa/noticia/cati-realiza-o-iii-forum-consultivo-do-microbacias-ii-acesso-ao-mercado-e-produtores-rurais-mostram-como-transformaram-suas-vidas> > Acesso em 30/11/2018.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Disponível em < <http://www.cdrs.sp.gov.br/microbacias2/o-projeto> > Acesso em 14/04/2020.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. Disponível em < <https://dcomercio.com.br/categoria/inovacao/jundi-ai-tem-a-primeira-vinicola-movel-do-pais> > Acesso em 21/09/2018.

HESPAHOL, Antônio Nivaldo. Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial/ In: **Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa - ENGRUP**, 4<sup>o.</sup>, 2008, São Paulo. p. 370-392.

HESPAHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e Potencialidade de Políticas de Segurança Alimentar para a Agricultura Familiar. **Sociedade & Natureza** (UFU Online), v.25, p.469-483, 2013.

MATTEI, Lauro Francisco. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias A e A/C entre 2000 e 2010. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 58-69-69, 2014.

NEVES NETO, Carlos de Castro. **O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo: o caso do município de Assis/SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente. 196 f. 2009.

NEVES NETO, Carlos de Castro. **Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo**. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 312 f, 2013.

NEVES NETO, Carlos de Castro. O Desenvolvimento Rural no Brasil e em Portugal: os casos do Programa de Microbacias em São Paulo e da Iniciativa Leader em Portugal. **Rev. Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v.8, n.1, p. 74-102, abr/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. Disponível em < <https://jundi-ai.sp.gov.br/noticias/2016/05/24/cooperativa-de-vinho-e-pioneira-em-caminhao-enzasador/> > Acesso em: 15/09/2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado**. Anexo 1: Informações gerais da agropecuária do Estado de São Paulo, 2010 b.

SILVEIRA, R.M. Disponível em < <http://rogeriosilveira.jor.br/tag/coordenadoria-de-assistencia-tecnica-integral-cati/page/5/> > Acesso em: 15/09/2018.

VICENTE, R. C. C. **Construção de portal na web como ferramenta de apoio e desenvolvimento do enoturismo: uma abordagem segundo o design Science**. Dissertação de Mestrado, 2013, p. 141.

VINHAES, A. S.; HESPAHOL, A. N.; ROCHA, T. R. A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II - ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP. In: **XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária: Questão Agrária e Práxis Social**, 2018, Dourados.

# CAPÍTULO 9

## DO IMPRESSO AO DIGITAL: O USO DE NOVAS MÍDIAS PARA INFORMAR E ORIENTAR CONSUMIDORES

*Data de aceite: 01/08/2020*

*Data de submissão: 06/05/2020*

### **Solange de Fátima Wollenhaupt**

Universidade Federal de Mato Grosso,  
Programa de Pós Graduação em Estudos de  
Cultura Contemporânea  
Cuiabá, MT  
Currículo Lattes Wollenhaupt

### **Lúcia Helena Vandrúsculo Possari**

Universidade Federal de Mato Grosso,  
Programa de Pós Graduação em Estudos de  
Cultura Contemporânea  
Cuiabá, MT  
Currículo Lattes Possari

**RESUMO:** O objetivo principal deste trabalho é refletir sobre a produção de sentido(s) na cibercultura. Partimos do pressuposto de que no mundo digital em que vivemos pensar a distribuição de informações, a produção de saberes e o compartilhamento de conhecimentos implica refletir, também, em como as pessoas utilizam as novas mídias em seu cotidiano. A pesquisa investiga se e como as novas mídias, em especial as redes sociais digitais, podem ser utilizadas para promover a educação para o consumo, no contexto da educação online. Com suporte teórico em estudos da Educação, Comunicação, Linguagens e Cibercultura, a abordagem é qualitativa, compreendendo revisão bibliográfica; acompanhamento em etnografia virtual de casos e proposta de produção de mídia social que proporcione maior interatividade. Inicialmente, a pesquisa indica a falta de conhecimento do consumidor

acerca de seus direitos, logo, de educação para o consumo eficiente. Aponta, também, para a não interatividade, o que permite inferir que o consumidor precisa contar com um processo de comunicação mais efetivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cibercultura, educação online, educação para o consumo, produção de sentidos, mídias digitais.

### **FROM PRINTED TO DIGITAL: THE USES OF NEW TECHNOLOGIES TO INFORM AND GUIDE CONSUMERS**

**ABSTRACT:** This paper's main goal is to reflect about meaning making in cyberculture. We part from the idea that, in the digital world we lived, think of information distribution, knowledge production and sharing also implies a reflection about how people use new media in their daily lives. The research investigates whether and how new media, especially new digital social media, can be used to promote education to consumption in online education context. The theory is based on Education, Communication, Language and Cyberculture, and it has a qualitative approach, with bibliographic review, follow-up in virtual ethnography of cases and ethnographic social media purpose that provides greater interactivity. At first, research points to a lack of knowledge from the consumer about his rights, and therefore, a lack of education for an efficient consumption. It also points to a non-interactivity, which allows us to infer that the consumer needs to have access to a more effective communication process.

**KEYWORDS:** Cyberculture, online education, education for consumption, meaning making, social media.

## 1 | INTRODUÇÃO

As tecnologias interferem de forma significativa nos modos de ser e fazer das sociedades e impactam suas culturas. De maneira especial, nas últimas décadas, com o surgimento da internet, passamos por alterações que transformaram a vida das pessoas, mudando de maneira drástica a forma com que nos relacionamos e interagimos com outros indivíduos e com o mundo, como nos comunicamos, distribuimos informações e produzimos conhecimentos, ressignificando as noções de tempo e espaço que tínhamos até então. Se antes as informações demoravam para circular, levando até mais de um ano para uma carta chegar de um continente a outro, por exemplo, hoje, em um piscar de olhos podemos saber o que acontece do outro lado do planeta. Mais ainda, podemos -sem sair do sofá- estar presentes e conhecer outros lugares, viajando através da rede. Podemos, também, acessar quantidades de informações com facilidade nunca vista antes na história da humanidade, o que modifica substancialmente a forma de produção de conhecimento. Podemos, ainda, nos comunicar, conhecer pessoas e nos relacionarmos com elas sem nunca termos contato presencial, apenas através das redes, mantendo, às vezes relações mais pessoais, íntimas e significativas no virtual do que no real.

No atual contexto da cibercultura, que ainda agrega nativos e imigrantes digitais, os diferentes sujeitos precisam interagir, compartilhar e conviver. Entretanto, se por um lado a cibercultura não é mais novidade, por outro ainda estamos conhecendo e testando suas possibilidades. Entender essas transformações é primordial para compreendermos esse novo ambiente social-comunicacional-cultural que surge com a internet e interconexão mundial de computadores e como se dá o “processo de constituição dos sujeitos e o modo de produção da vida material através das tecnologias” (DIAS, 2012, p. 16).

Nas últimas décadas, especialmente devido ao surgimento da internet, setores fundamentais da sociedade, como a educação e o consumo, por exemplo, foram modificados e precisaram (e ainda precisam) ser ressignificados. Hoje, as práticas de consumo são muito diferentes de alguns anos atrás: consumimos coisas diferentes, de maneiras diversas. No que se refere à educação, é importante lembrar que ela ocorre para além dos limites da escola e atualmente aprendemos com o controle remoto, mouse e tela do celular/tablet, de maneira interativa e colaborativa (SILVA, 2014).

Nesse contexto de mediação tecnológica, é urgente a necessidade de inserirmos as novas tecnologias e mídias digitais também na educação para o consumo e na promoção da defesa do consumidor. É nessa perspectiva que construímos essa pesquisa, que integra projeto de doutorado em andamento, com a pretensão de entender como acontece a proteção do consumidor na atualidade e com o objetivo de construir uma referência ao que se estabelece de atenção/proteção ao consumidor como processo comunicativo, interacional e interativo. O estudo, cujo aporte teórico reúne contribuições de teorias da Comunicação, Educação, Linguagens e Cibercultura, inclui revisão bibliográfica de concepções importantes para o estudo, como cibercultura, construção do conhecimento, educação para o consumo, educação online, comunicação, interação e interatividade, dentre outros. Por não se tratar de tema quantificável, escolhemos a abordagem qualitativa, com descrição e análise de casos. Faremos, também, acompanhamento em etnografia virtual de casos selecionados e proposta de produção de mídia social que possa propiciar maior interatividade entre consumidores.

Certo é que cada vez mais os consumidores se comunicam e interagem, especialmente através das redes sociais/interfaces digitais. Mas como se dá essa comunicação/interação? São simples troca de informações ou esse processo ocorre de forma interativa/interacional? Se não, como utilizar/adequar as interfaces digitais para promover a interatividade entre os interlocutores? Preliminarmente neste artigo buscamos refletir sobre essas questões, que motivaram nossa pesquisa. Trazemos, aqui, algumas considerações sobre nossas reflexões e sobre os caminhos que estamos percorrendo na busca por conhecer e entender o contexto atual da atenção/proteção ao consumidor e de responder essas indagações.

## **2 | CONSUMO, CIBERCULTURA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: QUE EMARANHADO É ESSE?**

Ao realizarmos a pesquisa bibliográfica de nosso estudo, sentimos a necessidade de aprofundar alguns aspectos relacionados à cibercultura e a como se dá a construção de conhecimento na contemporaneidade, na intenção de entendermos pontos relevantes do momento social e cultural que estamos vivendo, com foco na educação para o consumo e na atenção/proteção ao consumidor, nosso objeto de estudo.

De acordo com Lévy (1993, p.07) ‘novas maneiras de pensar e conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática’, em que a técnica é fundamental para a transformação do mundo humano. Para o pesquisador (LÉVY, 1999, p.21), as técnicas não são apenas ‘imaginadas, fabricadas, reinterpretadas durante seu uso pelos homens, como também é o próprio uso intensivo de ferramentas que constitui a humanidade enquanto tal’, estando as técnicas - especialmente as de armazenamento e processamento das representações - tornando possíveis ou condicionando algumas das evoluções culturais. Simões (2009) também defende que não é mais possível ignorar o impacto das tecnologias à vida humana, pois na Era da Informação, a internet é a base que estrutura todos os conceitos e as novas relações que compõem a ‘sociedade em rede’, como denominado por Castells (1999), ou a ‘cibercultura’, como nomeia Lévy (1999), que a entende como um ‘novo espaço de interações propiciado pela realidade virtual, diretamente ligada, portanto, à informática e à cibernética’.

Dias (2012, p. 15-17) considera que o “mundo passa por um processo de construção de novos paradigmas para pensar o Homem nas suas relações humanas e sociais”, no qual a informática ocupa “um lugar central nessa resignificação”. Assim, uma outra territorialidade se organiza nos campos político-econômico-social, a da cultura digital, na qual o sujeito “cria novas formas de ser e estar no mundo. Um novo espaço de organização de sentidos”, no qual novas sociabilidades são construídas e constituídas e os conceitos de espaço e tempo ganham significados outros. “Hoje, o ciberespaço está por toda a parte construindo o real da cidade, do espaço urbano, tecendo novas formas de relação entre os sujeitos, com uma linguagem própria e temporalidade outra” (DIAS, 2012, p.17).

No entanto, se por um lado as novas tecnologias e interfaces transformaram o mundo em que vivemos, também é certo que ainda estamos nos adaptando à sociedade em rede, conhecendo e testando suas possibilidades e facilidades e aprendendo a lidar com e a solucionar as dificuldades e problemas que surgiram. Há algum tempo já que os computadores, a internet e as redes sociais fazem parte e estão inseridos nas atividades

de nosso dia a dia. Vivemos nesse contexto de mediação tecnológica e - ousou dizer - não é mais possível imaginar nosso cotidiano sem as chamadas novas tecnologias. Hoje, o que nos acorda de manhã é o alarme do celular. Antes de cumprimentarmos nossos familiares (mesmo aqueles que estão fisicamente ao nosso lado), muitas vezes, já postamos o nosso 'Bom dia' nas redes sociais, checamos as mensagens recebidas e nos atualizamos, lendo direto na pequena tela do telefone as notícias do mundo. Também é pelo celular que checamos a previsão do tempo, as condições do trânsito, que tiramos dúvidas e buscamos solução para nossos problemas diários, sejam eles complexos ou não. Enquanto o telefone residencial já não é mais quase usado, o celular (inventado relativamente há pouco tempo) teve suas utilidades intensificadas e modificadas grandemente, a ponto de atualmente só fazermos uma ligação e utilizarmos os minutos do plano de telefonia em último recurso, caso não consigamos nos comunicar por meio de mensagens de texto/ligações via whatsapp, ou outro aplicativo disponibilizado/baixado no aparelho.

As novas tecnologias também impactaram as próprias mídias e a relação dos veículos de comunicação com seu público. Atualmente, é raro encontrar alguém que mantém assinatura de jornal impresso e o costume de lê-lo folheando suas páginas. Nas últimas décadas, presenciamos a passagem do impresso para o digital e muitas publicações migraram seus formatos apenas para o online. Alguns veículos se transformaram em sites; outros fecharam suas portas. Pertinente lembrar, no entanto, que o jornal impresso sobrevive ainda, em veículos tradicionais, em publicações segmentadas, ou jornais semanais/quinzenais/mensais de pequenas cidades do interior onde a versão digitalizada, muitas vezes, não é disponibilizada, ou não é disponibilizada com a rapidez e qualidade das grandes corporações, ou como demandaria a necessidade do público.

Essas mudanças também tiveram impacto na educação e na educação para o consumo: se antes a matéria impressa era fonte de informação sobre direitos do consumidor, em alguns casos até recortada e guardada para consultas posteriores, hoje a pesquisa nas telas é a 'bola da vez'. Aliás, 'pesquisar no Google' parece ser a ordem do dia: usamos a ferramenta tanto para atividades mais simples, como descobrir o preço de algum produto ou serviço que desejamos adquirir e para saber se quem comprou aprova ou desaprova a mercadoria e que defeitos ela comumente apresenta; como também para atividades mais complexas, como buscar orientação sobre que direito temos como cidadãos consumidores, o que fazer e quem devo procurar se o sapato, o celular (porque não vivemos mais sem esse aparelho), o notebook ou o carro que eu comprei apresentou 'defeito'. Usamos, ainda, o Google - e outras ferramentas de busca - até para ações que podem colocar em risco nossa saúde e segurança, como 'identificar' doenças e remédios para a cura, buscando pelos sintomas ou conversando e nos aconselhando com outras pessoas pelas redes sociais. O Google virou até o 'Doutor Google'.

Trabalho em uma assessoria de imprensa de uma entidade de defesa do consumidor, em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso. Em meu dia a dia, ao acompanhar veículos de comunicação e interfaces usadas por consumidores na busca de informações e orientações sobre seus direitos e, principalmente, ao conversar com aqueles que recorrem ao órgão, percebi que cada vez mais as pessoas estão procurando a solução de seus problemas de consumo em interfaces digitais, seja realizando pesquisas sobre o assunto através de ferramentas de busca, seja conversando com outros consumidores por

meio de redes sociais digitais. Mesmo que existam situações em que a busca presencial a um órgão oficial de torne necessária, surgem a cada dia novas ferramentas, interfaces, páginas, perfis direcionados à promoção da defesa do consumidor, sejam de caráter governamental ou por iniciativas individuais ou de um grupo de pessoas e consumidores, ávidos por conhecer, compartilhar e defender seus direitos.

Necessário salientar que, com o aumento do consumo nas últimas décadas – potencializado pelo desenvolvimento econômico e tecnológico – e devido a sua importância na(s) sociedade(s), surgiu a necessidade de se proteger e preparar minimamente a população para essa prática. Para alcançar esse objetivo, foram criados órgãos públicos e privados de defesa do consumidor, organizações internacionais passaram a se preocupar com o tema, governos de diversos países promulgaram legislações específicas para a área e, em consequência, a educação para o consumo passou a ser foco de políticas públicas.

Silva (2009, p.63) salienta que a educação do cidadão não pode estar alheia ao novo contexto socioeconômico-tecnológico, pois “se a escola não inclui a internet na educação das novas gerações, ela está na contramão da história, alheia ao espírito do tempo e, criminosamente, produzindo exclusão social ou exclusão da cibercultura”. Para o pesquisador, inserir a internet no contexto escolar é uma “exigência da cibercultura, isto é, do novo ambiente comunicacional-cultural que surge com a interconexão mundial de computadores”, constituindo um “novo espaço de sociabilidade, de organização, de informação, de conhecimento e de educação”.

A mesma lógica de inclusão de tecnologias na escola, com vistas ao desenvolvimento da cidadania, pode ser estendida à educação para o consumo e para a promoção da proteção/defesa do consumidor. Com a cibercultura, emerge a possibilidade de as novas tecnologias e as mídias digitais serem utilizadas na educação para o consumo, seja para possibilitar a troca de informações sobre direitos ou quem sabe até fomentar a produção de novos conhecimentos. Daí a necessidade de se entender como os órgãos públicos de defesa do consumidor e os próprios cidadãos estão se apropriando dessas ferramentas/interfaces.

### **3 | INTERFACES DIGITAIS, EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO E EDUCAÇÃO ONLINE: INFINITAS POSSIBILIDADES E O QUE MAIS?**

Temos, é certo, vários espaços e interfaces que permitem às pessoas trocar informações, repartir saberes, emitir opiniões e reelaborar conhecimentos. E essas tecnologias, como é o caso das mídias sociais digitais, por exemplo, têm seus usos reinventados na prática pelos seus usuários. Dias (2012, p.33-38), ao discutir sobre a noção de espaço ciber, explica que ‘novos rituais de circulação, novos costumes, novas formas de relação e sociabilidade, novas formas de conhecimento, novas crenças são criados em função de uma concepção de mundo que se modifica’. Para a pesquisadora, na nova configuração do mundo, a noção de distância é coisa do passado: ‘o espaço ciber está se configurando de modo que cada sujeito seja um nó conectado a todos os outros, a todos os continentes da Terra’. Somos interlocutores conectados uns aos outros pela rede. Assim, no mundo digital em que vivemos, pensar a distribuição de informações, a produção de saberes e o compartilhamento de conhecimentos implica em refletir, também, em como

as pessoas utilizam as ferramentas, as novas mídias em seu cotidiano.

Castells (1999) previne que o que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação destes para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento e comunicação da informação. As mudanças, portanto, não podem ser compreendidas apenas em relação ao uso ou não da tecnologia, mas na forma como elas interferem no dia a dia dos indivíduos, dando sentido à sua existência no mundo globalizado. Cabe às pessoas, portanto, transformar a informação em conhecimento, por meio da seleção dos dados que têm a sua disposição.

Para Possari (2009, p.51-54), no contexto de facilitação tecnológica da cibercultura, os papéis de emissor e receptor se alteram, não podendo mais ser compreendidos apenas como aquele que produz e aquele que codifica uma mensagem, pois qualquer signo pode ser 'recebido, estocado, difundido por telecomunicação e informática, cujos suportes multimídia e linguagem hipermídia possibilitam o hipertexto com liberdade de escolha, de nexos'. Ou seja, a cibercultura permite que o leitor construa sentidos, na medida em que navega por hipertextos e hiperlinks e estabelece rotas/redes para sua leitura. Para pensar a construção de conhecimento na atualidade, portanto, é preciso estar atento às 'novas formas de percepção e cognição que os atuais suportes eletrônicos e estruturas híbridas e alineares do texto escrito estão fazendo emergir'. Amplia-se, assim, o próprio conceito de leitura, 'ou seja a expansão do conceito de leitor de livro para leitor de imagem e para leitor de formas híbridas de signos, incluindo o leitor que navega pelas infovias do ciberespaço'. O receptor passa a ser coautor do texto/da mensagem. Aliás, emissor e receptor passam a ser interlocutores, sujeitos da interação (condição de inter-agir) e da interatividade (ação de interferir, modificar) na construção do(s) sentido(s) da mensagem/texto. E o ciberespaço, acrescenta Possari (2002, p.32), é o dispositivo de comunicação interativa, como instrumento de inteligência coletiva, que possibilita desenvolver sistemas de aprendizagem colaborativa em rede.

Santos (2009, p.5661) defende que é no contexto dos softwares sociais que as pessoas utilizam as interfaces do ciberespaço para co-criar informações e conhecimentos. Para a autora, a noção de rede, entendida como todo o fluxo e 'feixe de relações entre seres humanos e interfaces digitais', é a 'marca social do nosso tempo', a 'palavra de ordem no ciberespaço', que reúne, integra e redimensiona uma infinidade de mídias. Através delas, os signos podem ser produzidos e socializados no e pelo ciberespaço, compondo assim o processo de comunicação em rede próprio do conceito de ambiente virtual de aprendizagem. A rede permite, também, que os polos de emissão sejam liberados e que as pessoas se tornem emissores e receptores ao mesmo tempo.

O e-mail, o documento compartilhado no drive, facebook, whatsapp, twitter, entre outras interfaces são apenas alguns exemplos de ferramentas com imenso potencial para a construção do conhecimento na cibercultura e para compreendermos esse novo ambiente comunicacional-cultural que surgiu com a internet e interconexão mundial de computadores. Esse novo espaço de sociabilidade, de organização, de informação e de produção de conhecimento - que não só decorre de mudanças na tecnologia, como também é por ela viabilizado - e suas infinitas possibilidades de interação e interconexão interferem de maneira significativa não só nos fenômenos comunicativos, mas também na própria constituição do(s) sujeito(s)/indivíduo(s)/agente(s) social e na forma como os sentidos

são produzidos/construídos por esses sujeitos. Compreender como se dá o processo de aprendizagem nesse ‘mundo de possibilidades’ passa a ser primordial para promover a cultura da cidadania. Por isso é imprescindível pesquisar se e como as novas mídias, em especial as redes sociais, podem ser utilizadas na educação para o consumo e na atenção/proteção ao consumidor.

#### **4 | ROTAS METODOLÓGICAS: POR ONDE ANDAMOS E PARA ONDE ESTAMOS INDO?**

Paralelo à pesquisa bibliográfica e documental, estamos utilizando a etnografia virtual, para comparar e analisar as informações coletadas em nossa pesquisa. A etnografia virtual é uma metodologia específica para a estudos da internet, que tem sido bastante utilizada por pesquisadores interessados em estudar o comportamento cultural online, podendo ser entendida de forma análoga à etnografia, sendo esta definida por Fragoso, Recuero & Amaral (2011, p. 168) como método ou produto resultante de uma pesquisa, um relatório/narrativa. Citando Angrosino (2009), as autoras explicam que a etnografia, é a “arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças.

De acordo com as pesquisadoras:

Apesar de ter surgido inicialmente no campo da antropologia e depois encontrar ecos em várias áreas das ciências humanas e sociais, a etnografia tem passado por diversas mudanças, principalmente dado o aumento exponencial do número de ambientes digitais usuários das tecnologias de comunicação e informação constituindo assim observáveis para o trabalho etnográfico (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2011, p. 170)

Fragoso, Recuero & Amaral (2011, 173), fazendo referência a estudos de Hine (2000), também salientam que “a etnografia virtual deve ser compreendida em seu caráter qualitativo, em que a análise da internet pode ser observada em seus efeitos sob duas óticas: como cultura e como artefato cultural”, sendo que a “construção do campo se dá a partir da reflexividade e da subjetividade em vez de serem constitutivos da realidade social”. Dessa forma, “a etnografia contribui para a compreensão do papel e da complexidade da comunicação mediada por computador e das TIC’s”, explicam. Para Hine (2000, p. 66), a etnografia virtual se dá no/de e através do online, nunca estando desvinculada do off-line e acontecendo por meio da imersão e do engajamento do pesquisador com o próprio meio. A narrativa se dá a posteriori dos fatos, o que proporciona densas descrições, sendo seu produto escrito “uma construção pós-acontecimento, o produto de um processo sobreposto, mas amplamente linear, de planejamento, coleta de dados, análise e escrita”.

Para o desenvolvimento do projeto, estamos acompanhando, por um determinado período, no site do Procon Estadual de Mato Grosso, o processo comunicacional de orientação e de educação para o consumo, selecionando material para a etnografia virtual e análise do processo interativo ocorrido entre consumidores e o órgão, por meio dos casos selecionados. Também serão acompanhadas redes sociais, selecionados e analisados processos interacionais e interativos de orientação ao consumidor. O enfoque é saber se e como as interfaces digitais estão sendo usadas para buscar e promover a atenção/proteção

ao consumidor. Com base nos dados coletados e análise destes, será produzido um plano piloto, uma ferramenta que permita maior interatividade, e que poderá ser posteriormente implantada no Procon-MT. Os resultados serão monitorados e avaliados.

Para dar continuidade ao estudo, além da pesquisa bibliográfica, será necessário realizar pesquisa documental e selecionar material para análise, que nos permita entender como se estabelece o processo comunicativo da atenção/proteção ao consumidor na era da cibercultura. Para tal, estamos acompanhando e coletando materiais sobre consumo e direitos dos consumidores veiculados em sites de notícias, especialmente os de Mato Grosso, como reportagens, entrevistas, material institucional, publicidade, entre outros. Também acompanhamos sites e perfis de redes sociais de entidades que trabalham com a defesa do consumidor. Além de entender como se estabelece a atenção/proteção ao consumidor como processo comunicativo, temos a intenção de verificar se estes propiciam a interação e a interatividade entre os participantes e, ainda, identificar potencialidades de uso no âmbito da educação para o consumo. Para verificar a atribuição de sentidos dos casos, apoiamos-nos na análise do discurso Análise do Discurso (AD), tendo por base pesquisadores como Orlandi (1999), Brandão (1993), Santaella (2004), Possari (2009), dentre outros.

## 5 | CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Nossa pesquisa encontra-se em processo de construção. Temos ainda muitos caminhos a percorrer para, então, termos condições de entender um pouco o complexo contexto da defesa do consumidor na contemporaneidade e podermos nos arriscar a responder a algumas das indagações e problemas compartilhados nesse artigo. Muitas análises ainda serão produzidas e incluídas em nesse trabalho, no entanto, os resultados preliminares parecem indicar para a ainda não interatividade, o que nos permite pressupor que o consumidor precisa contar com um processo de comunicação mais efetivo, que resulte no compartilhamento de informações e construção de conhecimentos sobre a atenção/defesa do consumidor.

Nossas análises etnográficas, ainda em construção, preliminarmente nos permitem observar que falta ao consumidor o conhecimento, portanto, educação para o consumo eficiente e eficaz, assim como atuar interativamente. Na busca por uma alternativa, o uso das mídias sociais digitais se mostra como uma opção. Se as interfaces que tratam da defesa do consumidor já estão sendo usadas para relatar vivências e problemas de consumo, parece-nos que também podem ser utilizadas para, através da interação entre seus usuários, fomentar a troca de informações, o esclarecimento de dúvidas e, quem sabe, até a construção de novos conhecimentos. Interfaces e redes sociais digitais - como o próprio e-mail ou o documento compartilhado no drive, instagram, facebook, whatsapp, twitter, entre outros - são exemplos de ferramentas com imenso potencial para a construção do conhecimento na cibercultura e para a educação online.

Se as redes sociais digitais podem ser usadas para promover uma aprendizagem colaborativa, por que não incluí-las também no âmbito da educação para o consumo e para promover a atenção/proteção ao consumidor?

## REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 632p.
- DIAS, Cristiane. **Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)**. São Paulo: HUCITEC Editora, 2012. 210p.
- FRAGOSO, S., RECUERO, R., AMARAL, A. **Métodos de Pesquisa para a Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- HINE, C. **Virtual Ethnography**. London: Sage, 2000.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- ORLANDI, E. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes. 1999.
- POSSARI, Lúcia Helena Vendrusculo. Produção de material didático para EAD. In: POSSARI, L. H. V.; NEDER, M. L. C. **Material didático para a EaD: processo e produção**. Cuiabá: EdUFMT, 2009, 47-61p.
- SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no Ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Editora Paulus, 2004.
- SANTOS, Edméa. Educação online para além da EAD: um fenômeno da cibercultura. In: **Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia**. Braga: Universidade do Minho, 2009. Disponível em: <<http://www.educacion.udc.es/grupos/gjpdac/documentos/congreso/xcongreso/pdfs/t12/t12c427.pdf>> Acesso em: 10 set. 2018.
- SILVA, Marco. Internet na escola e inclusão. In: **Tecnologias na Escola**, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/2sf.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2017.
- \_\_\_\_\_. Promover a inclusão social na cibercultura e educar em nosso tempo. In: **Educação a distância e tecnologias digitais: reflexões sobre sujeitos, saberes, contextos e processos**. São Carlos: EdUFSCAr, 2014 p. 173-184.
- SIMÕES, Isabela de.Araújo.Garcia. A sociedade em Rede e a Cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação. **Revista Eletrônica Temática**, Ano V, n. 05, Maio/2009. Disponível em: <[http://www.insite.pro.br/2009/Maio/sociedade\\_ciberespa%C3%A7o\\_Isabella.pdf](http://www.insite.pro.br/2009/Maio/sociedade_ciberespa%C3%A7o_Isabella.pdf)> Acesso em: 10 set. 2018.

# CAPÍTULO 10

## FROM THE TERRITORY TO THE CYBER SPACE: THE SEARCH FOR THE SYMBOLIC CAPITAL OF THE MISAK INDIGENOUS

*Data de aceite:* 01/08/2020

*Data de submissão:* 19/05/2020

### **Jennifer Paola Pisso Concha**

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá,  
MT, Brazil

CV: <http://lattes.cnpq.br/9473568576080512>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3389-2044>

### **Mário Cezar Silva Leite**

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá,  
MT, Brazil

CV: <http://lattes.cnpq.br/1341589015538902>

**ABSTRACT:** This article analyzed the representations of the symbolic capital (territory and cyberculture) of the Misak indigenous community from Guambía, Cauca, Colombia, based on the vision of cultural producers. The main purpose of the study was to analyze the culture of the contemporary Misak indigenous with cyberspace and new technologies. The objects of analysis were digital texts, audiovisual productions, photographs, blogs, digital media, social networks, projects of indigenous communities using Information and Communication Technology (ICT). In this way, it observed: The elements that build the symbolic capital Misak, from the territory and virtuality. The methodology was qualitative, netnographic and the theoretical-methodological construction was semi-discursive. The results of the study show the imaginary Misak and their characteristics of collective identity, so it is a closer view on the perception of indigenous person in cyberspace.

**KEYWORDS:** Cyberculture, indigenous Misak, cyberspace, cultural producers, symbolic capital.

### **DO TERRITÓRIO AO CIBERESPAÇO: UMA BUSCA DO CAPITAL SIMBÓLICO DO INDÍGENA MISAK**

**RESUMO:** Este artigo analisou as representações do capital simbólico (território e cibercultura) da comunidade indígena Misak de Guambía, Cauca, Colômbia, sob visão dos produtores culturais. O objetivo do estudo foi analisar a cultura do indígena Misak contemporâneo em relação com o ciberespaço e as Novas Tecnologias. Os objetos de análise foram textos digitais, produções audiovisuais, fotografias, blogs, mídias digitais, redes sociais, projetos de comunidades indígenas utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Dessa forma, observou-se: os elementos que constroem o capital simbólico Misak, no território e no virtual. A metodologia foi qualitativa, netnográfica e a construção teórico-metodológica, semi-discursiva. Os resultados do estudo mostram o imaginário Misak e suas características de identidade coletiva, portanto é uma visão mais próxima da percepção da pessoa indígena no ciberespaço.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cibercultura, indígena Misak, ciberespaço, produtores culturais, capital simbólico.

## **1 | INTRODUCTION**

Colombia is an ancestral country. Indigenous communities inhabit 30% of the territory and of the 607 indigenous peoples of Latin America, 103 live in this country,

however, 35 of them are at risk of extinction (DANE<sup>1</sup>, 2005). Given this situation, from the New Information and Communication Technologies (ICT), from the academic-scientific-technological area, and some Colombian indigenous communities, it seeks to strengthen the symbolic and cultural capital from the physical territory and the digital territory. However, questions about the polysemy of meanings in cyberspace are necessary, such as: in cyberspace are indigenous communities culturally identified? What is happening in that new culture, the cyberculture of the symbolic capital Misak?

Therefore, the research analyzes the Misak indigenous community, located geographically in the south of Colombia, in the municipality of Cauca, specifically, it studies the symbolic capital in cyberculture. This research is qualitative and the methodological tool is netnography based on a semi-discursive analysis.

To analyze who is the contemporary indigenous Misak, this study used Data mining, based on Researching and Web Scraping, identifying the hypertexts that redirected information about the Misak community in cyberspace. Data mining revealed 2,420 results for the PDF text format; 701 images; 1740 videos; 287 news about them; 5 blogs; 6 ICT projects on the Misak community; 2 Facebook accounts, 2 metadata tags on Instagram. In addition, the Google Alert was created to obtain real-time updates about the Misak community during the investigation period.

## 2 | ENCRYPTING AND DECIPHERING

Finding several hypertexts and analyzing each hypermedia product obtained from data mining, shows that cyberculture is the technique produced within a culture, at the same time; it is a “land of infinite symbols, open to many winds of meaning, a changing geography of paradoxical airs flying” (Lévy, 2001:141).

Therefore, the content produced by cultural producers reinforces the historical, social, political, cultural and indigenous struggles over time, they also build the idea of multiplicity and their discourses reveal a symbolic capital that connects territory and virtuality. Thus, the computer paradigm occupies an important place in this resignification of the world; the subject creates ways of being and being in the world. This new space modified by internet, is a new culture: cyberculture.

Regarding the hypermedia material about the imaginary of the contemporary Misak indigenous from different formats (text, video, audio, blogs, etc.), it reveals that the vision about the indigenous being is changing. Today, the indigenous is no longer a passive and invisible individual; He is an individual with a voice in different social spaces. Due to the fact that many cultural producers have understood the importance of valuing cultural diversity in Colombia.

It is important to mention that, although the symbolic capital contains several hypermedia products originated from the academy, this also means conquering new spaces (Internet) as a path towards intercultural dialogue, respecting different ways of conceiving the world and strengthening the cultural identity of indigenous people. So the memory about Misak also becomes its symbolic-cultural hypermemory.

Hence, the identity and memory of the indigenous being, in the contemporary context can be a challenge, because “these must manifest own characteristics, common and

1. DANE: National Department of Statistics of Colombia.

specific features about a certain region or place of the world. At the same time, these have differences between an indigenous community and another” (Bello and Flores 1997:308). According to Estevão, Ferreira and Vilma, it is also important to consider that, “although it is impossible to rescue all people’s memory, it allows through memories that the current conditions of the individual can be determined”, (2005: 4).

In addition, cultural producers assuming their symbolic power make exist, see and believe in the experiences of the world (Bourdieu, 2003). Moreover, it is worth mentioning that cyberspace becomes a way of contacting people, not because of their geographical position, but from their centers of interest (Lévy, 1999: 100). Consequently, beyond information technology, the Internet could be understood as a new culture, because it is a space of permanent construction of meanings (Geertz, 2008).

Construction of meanings that deconstruct and [re]-construct in the Misak territory and the cyber environment. The infinite meanings make the network, a universe that expands the possibilities of language, allowing the individual to experience other ways of living space and time, information, sociability and identity.

Consequently, Rüdiger (2013), based on Crampton’s readings, says that the symbolic territory and virtual territory are a map where our fears and hopes make part of our life project and showing identity characteristics. Levy says “To weave meanings, we must look beyond the eyes” (2001: 140), so when deciphering the contemporary Misak indigenous in cyberculture, the physical territory and the virtual territory contain important cultural elements for the community and these spaces are connected through technologies social and [re]-produced content, that is, it breaks with the paradigm of time and space.

Therefore, cyberculture is not just a community space, interactive and harmonious, it is a fighting space, a game of acceptance and rejection, “We know that technology has advantages and disadvantages, the Internet could be a good source of information but if children do not use it well and they may face spaces and persons that can negatively affect them and also internally to the community”<sup>2</sup>. It is also a new space to communicate “a network of knowledge, however, on the Internet, ideas pass quickly”<sup>3</sup>.

In consideration, cyberculture is a space of meanings and hypermemory relies on technologies and processes of reappropriation. Symbolic capital is practiced and lived in the territory and later in cyberspace. This strengthens their traditions, because Misak indigenous incorporates ICT to strengthen their culture, which is built with other cultural productions.

Further, cyberculture is a space of meanings and hypermemory relies on technologies and processes of reappropriation. Symbolic capital is practiced and lived in the territory and later in cyberspace. So the Misak indigenous incorporates ICT to strengthen their culture, which is also built with other cultural symbolic productions.

Contemporary Misak is immersed in a plot and seeks meanings that are consumed, produced and reproduced culturally; a symbolic production of Misak life. According to Daniel Bougnoux, it is vital for a community or a culture, they build, consume and maintain their own image, especially because national cultures also contribute to “weave” differences and build their identity (Bougnoux, 1999).

---

2. Data mining: Speech Vicente Paja Tombé - Academic Coordinator of the Misak Agricultural Institution. Retrieved from: “DOCUMENTAL MISAK, entre arraigo y apertura” <https://www.youtube.com/watch?v=XDILbjeF2bQ>

3. Data mining: Heidy Child Misak Speech. Retrieved from: “DOCUMENTAL MISAK, entre arraigo y apertura” <https://www.youtube.com/watch?v=XDILbjeF2bQ>

In correlation, the contemporary Misak indigenous from the territory to cyberculture, they face a continuous process of changes that cross reality and virtual or both happening at the same time. Symbolic capital is nourished by ancient and traditional elements that determine the survival of certain symbols by the same culture (Hall, 1999: 74). Indeed, cyberculture has elements that remain and change, in the same way, this requires the ability to observe dynamics produced or consumed culturally.

### 3 | FINAL CONSIDERATIONS

Studying the symbolic capital Misak is a universe with a feeling of infinity due to the large amount of information and hypertexts that exist in cyberspace. In addition, observe, interpret and analyze the contents of cultural producers, in that configuration of the contemporary Misak indigenous, it is also a challenge for the researcher and contemporary digital netnographer, in trying to understand the social and cultural dynamics immersed in digital logic.

In this way, indigenous communities appropriate ICT for their own productions or in alliances with producers. The purpose revitalize language; develop interactive projects and strengthen their traditions; stimulate their economic activity, or make their indigenous struggle visible.

In this perspective, the content about Misak circulates in a tangled network that allows us to reflect on the ways to being in the world; and in that vision that is constructed of the Other, the cultural producers legitimize an imaginary from their symbolic power. Therefore, technological transformations are not only a space for industrial production and state administration, but also part of the culture, immersed in communicative processes, which can be complex due to the polysemy of meanings (subjectivities). In summary, there are several perspectives that materialize in different digital formats (text, audio, video, photo, animations, etc.), and these are [re]-produced in digital, mobile and fragmented scenarios in the network.

Finally, from the territory to cyberspace, there is an infinite series of clicks beyond the study of cyberculture. It is essential to understand how the inhabitant of contemporary society is living and that the inhabitant is also indigenous.

### REFERENCES

Bello, M. and Flores, M. (1997). "Identidad cultural, transferencia, tecnología y medioambiente", en: *Tecnología y sociedad*. La Habana. Grupo de Estudios Sociales de la Tecnología. I.S.P."J.A. Echeverría", t1, p. 308.

Bougnoux, D. (1999). *Introdução às ciências da comunicação*. Bauru: EDUSC.

Bourdieu, P. (2003). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Estevão, E.; Ferreira, P. and Vilma, L. (2005). Memória e cidadania nos acervos de história oral e mídia digital. Em: *Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 153-166, jan./jun.

Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC.

Lévy, P. (1999). *Virtual*. Rio de Janeiro: Ed34.

\_\_\_\_\_. (2001). *A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência*. (Trad. Maria L. Homem, Ronaldo Entler). São Paulo: Editora 34.

Rüdger, F. (2013). *As teorias da cibercultura – perspectivas, questões e autores*. 2<sup>a</sup>.ed. Porto Alegre: Sulina.

# CAPÍTULO 11

## EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SUAS INTERFACES COM A VALORIZAÇÃO DA MULHER NO TRABALHO ASSOCIATIVO: O CASO DA ECOLANCHES

*Data de aceite: 01/08/2020*

*Data da submissão: 06/05/2020*

### **Heverton Felinto Pedrosa de Melo**

Mestrando em Gestão Pública e Cooperação Internacional pelo PGPCI da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).  
João Pessoa - PB.  
<http://lattes.cnpq.br/9130272711910685>

### **Marucelle de Alcântara Bonifácio**

Mestranda em Gestão Pública e Cooperação Internacional pelo PGPCI da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - Bolsista da CAPES  
João Pessoa - PB.  
<http://lattes.cnpq.br/2898007284614696>

### **Juliana Moraes da Silva Souza**

Mestranda em Gestão Pública e Cooperação Internacional pelo PGPCI da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).  
João Pessoa - PB.  
<http://lattes.cnpq.br/3895632506993855>

### **Erbenia Lourenço de Oliveira**

Mestranda em Gestão Pública e Cooperação Internacional pelo PGPCI da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - Bolsista da CAPES  
João Pessoa - PB.  
<http://lattes.cnpq.br/1650443591741437>

### **Mariéli Barbosa Cândido**

Mestranda em Gestão Pública e Cooperação Internacional pelo PGPCI da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).  
João Pessoa - PB.  
<http://lattes.cnpq.br/5313248503740528>

**RESUMO:** O presente trabalho consiste em uma análise do empreendimento Espaço Solidário Ecolanches, com o fito de demonstrar a importância das políticas públicas de economia solidária para mulheres, que estimulam à construção de um conhecimento coletivo mediante práticas de combate à exclusão social, precarização do trabalho e geração de renda. O estudo compreende uma abordagem qualitativa com foco exploratório e descritivo, por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Enfatiza-se a atuação das universidades e incubadoras de economia solidária na estratégia de desenvolvimento local, por meio de políticas democráticas emancipadoras que ajudam as mulheres envolvidas na reativação de suas capacidades de ação e constroem novos campos de interação social. A análise extraída verificou que a Ecolanches pratica uma gestão democrática benéfica para a comunidade universitária, empodera e dignifica as mulheres, incentiva as potencialidades locais, gera trabalho e garante a alimentação saudável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Solidária, Valorização da mulher, Desenvolvimento local, Políticas Públicas.

### SOLIDARY ECONOMIC ENTERPRISES AND THEIR INTERFACES WITH THE VALUATION OF WOMEN IN ASSOCIATIVE WORK: THE CASE OF ECOLANCHES

**ABSTRACT:** The present work consists of an analysis of the Espaço Solidário Ecolanches project, with the purpose of demonstrating the importance of the public policies of solidarity economy for women, which stimulate the construction of a collective knowledge,

through practices to combat social exclusion, precarious work and income generation. The study includes a qualitative approach with an exploratory and descriptive focus, through bibliographic research and case study. Emphasis is placed on the role of universities and incubators in solidarity economy in the local development strategy, through emancipatory democratic policies that help women involved in the reactivation of their capacities for action and build new fields of social interaction. The analysis showed that Ecolanches practices democratic management that benefits the university community, empowers and dignifies women, encourages local potential, generates work and guarantees healthy eating.

**KEYWORDS:** Solidarity economy, Appreciation of women, Local development, Public policy.

## 1 | INTRODUÇÃO

Devido ao alto índice de desemprego e da precariedade das atividades laborativas, alguns trabalhadores decidiram incorporar em suas práticas a solidariedade e estabeleceram organizações autônomas, projetando a produção de bens e a prestação de serviços com o objetivo de criar trabalho e obter renda, garantindo, assim, a compatibilização entre desenvolvimento econômico, social e ambiental. Essa tendência singular coloca em evidência o surgimento de uma nova lógica de produção e comercialização justa e sustentável, denominada de Economia Solidária, que possui especialidades distintas daquelas do capitalismo (MELO, 2018).

A economia solidária, que é uma nova integrante social, propicia a gênese de um modelo de desenvolvimento territorial, sustentável, solidário e voltado ao bem-estar de toda a população, identificando-se, desse modo, como um movimento político, econômico e social que fortalece e valoriza a cultura local, respeitando a diversidade e o meio ambiente.

Como este artigo enfatiza uma experiência de economia solidária, o contexto caracteriza-se pela colocação das potencialidades locais como referências organizadoras de ações, projetos, programas ou políticas da economia solidária dirigidas as mulheres, por sua vez, categoria que abrange uma diversidade social e relativa à identidade de gênese de diligência específica e que, segundo estudiosos, nos empreendimentos de economia solidária, ocupam a maioria no interior desses empreendimentos (VILASBOAS, 2012).

Frequentemente, o trabalho feminino é absorvido pelos postos de trabalho desregulamentados submetidos pela marca da precariedade e vulnerabilidade social. Tal visibilidade pode contribuir para as demandas das mulheres desses grupos e nortear a elaboração de políticas públicas com perspectiva de gênero no âmbito da economia solidária (VILASBOAS, 2012; HIRATA, 2009; LEITE, 2009).

Aprecia-se uma concepção de desenvolvimento baseada nas potencialidades locais, provocando nos envolvidos uma mudança de postura diante da vida e da economia. Assim, os Empreendimentos Solidários podem ajudar as mulheres envolvidas ativando suas capacidades de ação, estimulando potencialidades que estavam adormecidas e auxiliando na construção de novos campos de interação social, ao possibilitar a convivência com outras pessoas em um ambiente de trabalho, que idealize sua estrutura embasada nos princípios da solidariedade e igualdade (SINGER, 2002; VILASBOAS, 2012; ASSEBURG; GAIGER, 2007).

Vale ressaltar que o incentivo à economia solidária potencializa a vida ao nível da sobrevivência imediata, garante a participação política de seus membros nas decisões (política pública includente) e provoca a emancipação social. Conquanto, os

empreendimentos de economia solidária são uma opção de trabalho louvável, especialmente para mulheres em situação de pobreza e que precisam subsidiar financeiramente seus lares (VILASBOAS, 2012).

Diante do explanado, em meio a gama de experiências solidárias e sua vinculação como objeto que formam a política pública, elegeu-se para a pesquisa o Espaço Solidário Ecolanches, formado por um grupo de moradoras da comunidade São Rafael, localizado em João Pessoa, que produzem e comercializam diariamente refeições e lanches saudáveis diferenciados no Campus I da Universidade Federal da Paraíba, através da utilização de ingredientes naturais, orgânicos e integrais.

O problema da pesquisa configura-se na verificação e compreensão da política pública de economia solidária, a partir da análise do empreendimento Espaço Solidário Ecolanches. Procura-se responder à seguinte pergunta orientadora: Que análise pode ser extraída no contexto do Espaço Solidário Ecolanches como objeto que forma uma política pública para as mulheres envolvidas?

O presente estudo exploratório versará sobre a importância do fortalecimento das políticas públicas de economia solidária, de maneira a revelar o processo de fomento e seu campo de atuação, a partir da análise do empreendimento econômico solidário escolhido. Desta forma, o escopo limitou-se a apresentar um breve histórico sobre a Economia Solidária, para compreensão do processo educativo, articulado e compromissado com a sustentabilidade e a participação social, bem como à demonstração da origem e evolução do Espaço Solidário Ecolanches, incluindo sua estrutura interna de funcionamento e premissas na resolução de problemas públicos, tais como: o incentivo ao trabalho, a geração de renda, a valorização do trabalho associativo, da mulher e da alimentação saudável.

Ainda, enfatiza-se a importância da atuação conjunta das universidades e suas incubadoras de economia solidária como estratégia de desenvolvimento local, auxiliando no aperfeiçoamento dos empreendimentos, empoderando as comunidades envolvidas com um número crescente de beneficiados e sanando as carências de competências de gestão e qualificação técnica existentes, tratando-se de um estudo exploratório por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

A partir da análise do Espaço Solidário Ecolanches e sua experiência com as mulheres, a pesquisa pretende contribuir no processo construtivo das políticas públicas de economia solidária para mulheres, também voltado ao bem-estar de toda a população, valorizando, principalmente, a cultura local, a diversidade, a autonomia, a participação popular, o meio ambiente e o combate às desigualdades sociais.

## **2 | BREVE HISTÓRICO SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

A economia solidária representa o conjunto de iniciativas econômicas populares que expressam valores e práticas diferentes do capitalismo, implicando em mudanças profundas no nível das relações sociais e culturais. Nascida pouco depois do capitalismo industrial, surge decorrente da pobreza provocada aos artesãos devido à difusão das máquinas e organização fabril da produção, seguida com a expulsão maciça dos camponeses dos domínios senhoriais (SINGER, 2002). Trata-se de um modelo societário solidário e cooperativo, sendo nova estratégia de sobrevivência.

Para Faria e Sanchez (2011, p. 413), a Economia Solidária “ganhou grande expressão e espaço social nas últimas décadas, dando azo a um vasto campo de experiências e iniciativas de produção e reprodução dos meios de vida”, com base na propriedade dos meios de produção, na autogestão, na solidariedade e no coletivismo. É uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulação da economia e à liberação dos movimentos do capital, que acarretam, nos diversos países, desemprego em massa (SINGER, 2002).

No Brasil, devido à crise do petróleo na década de 80, os altos índices de desemprego e desigualdade social foram essenciais para a instituição das práticas solidárias. Nas décadas de 1980 e de 1990, em que o país se desindustrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, ocasionando desemprego em massa e proeminente exclusão social, a economia solidária reviveu no Brasil (SINGER, 2002).

Nesse ínterim, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002, é considerado um dos precursores da economia solidária em nosso país, já que, após diversos movimentos e articulações de fomento à prática da Economia Solidária, instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, através da Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003, cujo objetivo principal consistia na viabilização e coordenação de todas as ações solidárias realizadas no território nacional.

Todos os agentes envolvidos na economia solidária desenvolvem trabalhos pautados nos seguintes princípios: a) na cooperação, pois todos trabalham em prol de um objetivo em comum; b) na autogestão, no qual as decisões são tomadas coletivamente, com voz e voto de todos; c) na solidariedade, pela distribuição justa dos resultados alcançados, buscando o bem-estar e à sustentabilidade; e d) na ação econômica, vez que a prática da economia solidária incentiva a produção, comercialização, trocas, crédito e consumo.

Vale salientar que a ocorrência de encontros nacionais fortaleceu a economia solidária em nosso país. As Conferências Nacionais de Economia Solidária, que aconteceram nos anos de 2006, 2010 e 2014, por exemplo, foram momentos de participação ativa da sociedade na construção de uma política nacional solidária.

Tais encontros proporcionaram análises dos avanços, limites e desafios da Economia Solidária e de suas políticas públicas, a definição do marco jurídico, discussão sobre questões financeiras, a competência do Conselho Nacional de Economia Solidária, e, por fim, a criação do Plano Nacional de Economia Solidária, que atualmente é o principal instrumento de orientação desta política pública. Trata-se de um mecanismo de guia para a formulação e implementação de políticas públicas de economia solidária, com base no planejamento participativo, com visão futura de desenvolvimento.

A economia solidária pode ser definida como a união de ações socioeconômicas de natureza associativa ou cooperativa, em determinado território, onde uma quantidade de cidadãos se dedicam a resolver problemas públicos e reais em suas vidas. É pensada e constituída com base na cooperação (e não na competição), valorando a democracia e a igualdade, já que o crescimento econômico deve acontecer tomando por base a distribuição de riquezas (divisão de posse dos recursos de uma sociedade).

Morais *et al.* (2010) entendem que a Economia Social e Solidária não diz respeito apenas a um problema econômico, já que pode envolver questões como a sociabilidade nos territórios, a participação política das pessoas, o grau de organização associativa, a

preservação ambiental e a afirmação de identidades culturais. Por fim, cabe ressaltar que o movimento econômico solidário adveio das crises do capitalismo, vivenciadas de forma desigual, afetando a classe trabalhadora com o crescimento do desemprego e ataques aos direitos sociais e trabalhistas conquistados. Dessa forma, torna-se imprescindível a formulação e implementação de políticas públicas que o fortaleçam e incentivem o seu desenvolvimento, a partir da geração de trabalho e renda.

### 3 | ECOLANCHES: É SALUTAR TOMAR CONHECIMENTO!

A economia solidária conecta a sociedade, o Estado e o mercado. Seu vínculo com a sociedade advém da forma de organização de vida comunitária pautada em princípios distintos ao da sociedade capitalista, priorizando a igualdade e a democracia, ou seja, o fortalecimento das relações humanas. Em relação ao Estado, podemos identificar na prática solidária um aspecto político de inovação institucional, guiado pela luta no reconhecimento de direitos e pela implementação de políticas públicas específicas. Por fim, é através do mercado que a economia solidária atua como um modo de produção de bens e serviços para a comunidade (MELO, 2018).

Desse modo, o Espaço Solidário Ecolanches é um empreendimento de economia solidária composto por um grupo de moradoras da comunidade São Rafael (Figura 1), na cidade de João Pessoa-PB, que produzem e comercializam refeições e lanches saudáveis diferenciados, através da utilização de ingredientes naturais e orgânicos, localizado na Central de Aulas do Campus I da Universidade Federal da Paraíba. Surgiu a partir de um projeto de extensão da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba (INCUBES), que faz parte do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR):



Figura 1: Integrantes da Ecolanches

Fonte: UFPB (2017).

As mulheres envolvidas no projeto possuem diariamente a oportunidade de planejar e organizar o próprio estabelecimento. Além das atividades de produção e comercialização de refeições e lanches, as participantes também aprendem sobre práticas gerenciais

(planejamento, liderança, solução de conflitos e comunicação).

As participantes do projeto, em geral com histórico de privações, desempregadas e de baixa escolaridade, possuem diariamente a oportunidade de gerir o próprio estabelecimento. Realizam de compras de produtos orgânicos e a montagem de um cardápio saudável e diversificado, retirando dali o seu sustento.

Toda a renda obtida com a venda dos produtos (almoços, purês, bolos, salgados, tortas, sucos detox, pastéis integrais, dentre outros) é dividida de forma igualitária entre as integrantes. Ademais, preserva-se uma certa quantia para as despesas ordinárias do empreendimento (investimentos, compra de insumos, consumo de água e energia elétrica, por exemplo), bem como para os períodos de férias da Universidade Federal da Paraíba, momento em que a Ecolanches possui baixo movimento. As figuras abaixo ilustram algumas das refeições preparadas.



Figura 2: Purê de macaxeira, queijo e charque      Figura 3: Torta de frango com cenoura e linhaça

Fonte: UFPB (2017).

Fonte: UFPB (2017).

A Ecolanches, além dos princípios da economia solidária, obedece às seguintes premissas: a valorização do trabalho associativo, do trabalho da mulher e da alimentação saudável (UFPB, 2017). Com apoio da INCUBES e do NUPLAR, o grupo já obteve resultados significativos, mas ainda precisa se fortalecer em termos de gestão para atingir, de forma mais efetiva, os patamares de sustentabilidade, viabilidade econômica e autonomia para iniciar a fase de desincubação (UFPB, 2017).

A incubadora procura melhorar a solução de planejamento e controle da produção, adotando metodologias participativas que favoreçam o empoderamento dos indivíduos e do grupo. Suas ações são conduzidas por professores, alunos e técnicos, a partir de reuniões com diálogos, formação e assessoria técnica, visando à emancipação econômica, social, política e cultural das envolvidas e à independência do empreendimento (INCUBES, 2017). A seguir, a figura 4 retrata bem o formato destas reuniões que acontecem, geralmente, às sextas-feiras:



Figura 4: Reunião semanal com a INCUBES.

Fonte: UFPB (2017).

Assim, a Ecolanches é um empreendimento econômico solidário que incentiva a geração de trabalho e renda, garante a alimentação saudável de seus clientes, combate à exclusão social e à precarização do trabalho das mulheres envolvidas.

#### **4 | A ECOLANCHES COMO OBJETO QUE FORMA A POLÍTICA PARA MULHERES**

O exemplo da Ecolanches deve ser considerado como uma das experiências mais significantes de propagação do cooperativismo expressivo, na perspectiva da geração do trabalho associativo da mulher e do atendimento à gestão democrática e aos princípios da economia solidária.

O empreendimento foi inaugurado em agosto de 2015, depois de um longo processo de autorizações iniciado em 2013, com apoio da INCUBES – Incubadora de Empreendimentos Sociais – UFPB. Singer (2000) aduz que cooperativas formadas com iniciativas de universidades, sindicatos e etc., deverão constituir uma vasta economia solidária no Brasil. Atualmente, o espaço é composto por 11 (onze) mulheres residentes na comunidade São Rafael, em João Pessoa-PB, mulheres que originalmente estão à margem da sociedade, com escolaridade baixa e que não possuem experiência completa em gestão ou com empreendimentos solidários, mas que são dotadas de grande sabedoria de vida, de força de vontade para transpor as barreiras, transformar suas vidas e tornar real o sonho de independência; mulheres que acreditam na proposta da economia solidária e no sucesso do seu labor (FIGUEIREDO; SANTOS; CARNEIRO, 2018).

Consoante relatos de uma das mulheres que compõem a Ecolanches, obtidos junto ao Canal Incubes UFPB, é desse empreendimento solidário que ela tira seu sustento mensal e obteve a experiência no caixa, uma vez que trabalhava outrora em serviços gerais. Em consonância, outra mulher que laborou como diarista relatou ao Jornal da Paraíba que já não enxergava alternativas de recolocação no mercado (ECOLANCHES, 2016; XAVIER, 2016). Esses aspectos são destacados por Pereira (2007) sublinhando a perspectiva de libertação que algumas mulheres vivenciam em relação ao trabalho anterior como domésticas ou na conjuntura de donas de casa.

Atividades pertinentes aos afazeres domésticos e cuidados têm impacto na inserção no mercado de trabalho, sobretudo para as mulheres. E a articulação entre os tipos de trabalho remunerado tem impactado seu bem-estar social (VILASBOAS, 2012). Singer (2000) afirma que, geralmente, alguns não pretendem voltar ao trabalho assalariado porque já não suportam mais trabalhar para patrão.

Assim, a gênese do empreendimento foi motivada como uma opção ao desemprego e a oportunidade de maiores ganhos em um empreendimento associativo, pela viabilidade de atuação profissional em atividade econômica solidária, para contribuir com o desenvolvimento das capacidades e potencialidades da comunidade São Rafael, pelo fortalecimento das mulheres, bem como pela oferta de produtos orgânicos/ecológicos/naturais, já que a Ecolanches produz/comercializa refeições e lanches saudáveis e estimula essa prática de alimentação consciente a toda comunidade universitária.

Ratifica-se, ainda mais, o pensamento em conformidade com Laville (2006) quando destaca a relação que as experiências de economia solidária vêm criando com o desenvolvimento econômico local, que conferem uma importante dimensão pública e política. A produção de maneira cooperativada, em se tratando de economia solidária, aprecia uma preocupação crescente com o mérito do desenvolvimento local (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

França Filho e Laville (2004) apontam que a economia solidária valoriza uma dimensão pública – um agir no espaço público – mediante o destaque de suas ações nos impactos da organização na realidade local, conferindo-a uma dimensão política essencial. As refeições da Ecolanches são preparadas com orgânicos provenientes de agricultura sustentável (sem uso de produtos químicos sintéticos) de produtores agrícolas que também atuam na economia solidária, instituindo, para efeito, uma rede de comercialização recíproca, que fortalece outros empreendimentos de ECOSOL.

Todavia, a experiência de trabalho associativo da mulher, na Ecolanches, despontou como uma nova forma de sociabilidade, na qual esse grupo de mulheres em situação de vulnerabilidade social tem encontrado possibilidade de inserção social que lhe permitem recuperar sua identidade e dignidade. Na percepção de uma delas ao Jornal da Paraíba, “agora me vejo como uma pessoa melhor e independente”. Esse é um sentimento de autoestima individual e social que acarreta novo sentido e uma perspectiva à sua própria existência (XAVIER, 2016; QUIJANO, 2002). Aliado a isso, o Consulado da Mulher (2016) declara que empreender solicita coragem e iniciativa para modificar o ambiente onde se vive, erigir sua vida e a comunidade que lhe cerca. O empreendedorismo feminino é uma mola propulsora para a modificação de comportamentos e para o empoderamento das mulheres frente à sociedade.

Com base na experiência da Ecolanches, infere-se que um empreendimento econômico solidário pode obter destaque no mercado, influencia-lo e atender, com qualidade, as necessidades do seu público alvo (FIGUEIREDO; SANTOS; CARNEIRO, 2018). O Espaço Solidário Ecolanches foi um dos vencedores (entre 126 empreendimentos participantes) da 4ª edição do Prêmio Consulado da Mulher de Empreendedorismo Feminino, realizado em âmbito nacional, no ano de 2016, que mantém a propositura de apoiar condições para o avanço das mulheres e para a edificação de uma sociedade mais justa e igualitária. Com o resultado, o estabelecimento foi contemplado com um investimento

de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), além da assessoria de negócios gratuita pelo período de dois anos.

A incubadora universitária INCUBES também merece destaque no apoio. É a esse debate que este parágrafo se dedica, buscando dialogar os termos de eficiência e eficácia produtivas na gestão e nas relações de produção, para que se possa atingir o patamar autogestionário. Singer (2000) explana que a questão da autogestão é definitiva na caracterização desses empreendimentos como experiências baseadas na igualdade e na democracia.

Na Ecolanches, observa-se a prática de uma gestão democrática partindo do planejamento de atividades e discussões sobre temas que compõem a dimensão Pedagógica, de Produção, de Gestão e Comercialização (FIGUEIREDO; SANTOS; CARNEIRO, 2018). Vale salientar que todas as mulheres possuem voz e voto, atendendo ao princípio da autogestão. As ações de apoio aos empreendimentos solidários originam condições para sua existência.

Além de todo processo de incubação – fundamentado nos princípios da economia solidária –, monitoramento, gestão e avaliação, a INCUBES propicia as mulheres da Ecolanches o estímulo na construção do conhecimento (individual e coletivo). São realizadas reuniões entre as integrantes e a equipe da INCUBES, cujo objetivo consiste na discussão acerca das etapas e meios de produção (desde a aquisição dos orgânicos, transformação em alimentos, até comercialização na lanchonete), qualidade do que é oferecido, formação de preço, conhecimentos dos custos, organização, gestão do trabalho, noções de nutrição, direito e atendimento ao público. Outrossim, firmando seu papel social. “Eu aprendo muito, tanto com o pessoal da INCUBES quanto com as minhas colegas. E levo o que aprendo para casa”, afirmou uma das mulheres da Ecolanches ao Jornal da Paraíba. “E aqui a gente tem o apoio de professores e estudantes que contribuem para o nosso crescimento no nosso trabalho” afirmou mais uma delas (XAVIER, 2016; ECOLANCHES, 2016).

As reuniões que ocorrem com periodicidade semanal versam, além de outros assuntos, sobre o plano de trabalho, o planejamento estratégico, prestação de contas, deliberam a respeito de seus problemas, contrastam opiniões, identificam necessidades existentes, apontam possíveis soluções, definição das atividades cotidianas do empreendimento e da participação em eventos, como a Feira de Mulheres Empreendedoras da Economia Solidária, realizada pela Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária – SESAES (FIGUEIREDO; SANTOS; CARNEIRO, 2018).

Outra questão diz respeito ao papel das políticas públicas, entendidas, cada vez mais como o cerne para o bom desempenho dos empreendimentos (LEITE, 2009). Existe uma significativa heterogeneidade nos distintos níveis de organização da própria economia solidária em diversos contextos locais e regionais, possibilitando uma reprodução expandida do modo de vida, o que permite efetivas transformações institucionais (FRANÇA FILHO, 2006). Gaiger (2000) frisa o foco das políticas públicas – e seu importante papel na viabilização das experiências solidárias – para a construção de alternativas duradouras e generalizáveis, focadas na busca de autossustentação dos empreendimentos.

A política da INCUBES, que propõe um olhar para o território em que os empreendimentos econômicos solidários estão introduzidos, ao considerar a perspectiva territorial que demanda a articulação com os órgãos públicos e instituições da sociedade civil,

reflete apreensão e participação na busca de soluções aos desafios dos empreendimentos. Para efeito, é basilar o entendimento das políticas públicas nos processos de desenvolvimento local e seus mecanismos de funcionamento/operacionalização, bem como maior envoltura dos atores sociais, objetos das ações na concepção da política, deixando de ser objetos das ações para se tornarem sujeitos sociais (INCUBES, 2017; GAIGER, 2000).

Considerando a categorização de Pochmann (2004) em consonância com Santos (1994), sobre políticas públicas, é possível considerar que o Espaço Solidário Ecolanches se insere como objeto que forma a tipologia de política desenvolvimentista – que emerge a partir da criação de novos arranjos produtivos, bem como da gênese de novos postos de trabalho. Igualmente, é possível relacionar o espaço nas especificidades da política preventiva – como aquela que tem por objetivo minorar as desigualdades sociais partindo, também, dos incentivos à saúde e educação.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão sistemática da literatura e da experiência do Espaço Solidário Ecolanches, constatou-se um efeito profundo e assente que os estímulos da economia solidária possuem no trabalho associativo das mulheres envolvidas e na construção de um conhecimento coletivo.

A análise extraída verificou que o empreendimento pratica a gestão democrática, sendo benéfica para a comunidade universitária, para a participação popular e para o meio ambiente; contribui para o desenvolvimento da comunidade São Rafael, favorece o empoderamento, dignidade e valorização das mulheres, enaltece outros empreendimentos de Ecosol – ao criar uma rede de colaboração solidária –, incentiva as potencialidades e cultura locais, a geração de trabalho, a renda e a alimentação saudável.

No intuito de dirimir as desigualdades existentes, o combate à exclusão social e a precarização do trabalho de mulheres, se faz mister o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária, de maneira a revelar o processo de fomento e seu campo de atuação. Sobre a temática, França Filho (2006) expõe uma reflexão estruturada e ressalta o caráter recente das políticas. Ratifica-se, ainda mais, o pensamento em conformidade com Gaiger (2000) e Vilasboas (2012), quando o importante papel que as políticas públicas possuem na viabilização das experiências solidárias é afirmado, bem como a opção de trabalho louvável que os empreendimentos de economia solidária consistem, especialmente, para mulheres em situação de vulnerabilidade e que precisam subsidiar financeiramente seus lares.

Ainda, merece destaque o papel desempenhado pelas universidades e suas incubadoras como estratégia de desenvolvimento local, que adequam os empreendimentos solidários à qualidade do atendimento, da gestão, da avaliação e autonomia das relações de produção e trabalho.

Todavia, a primeira aproximação proposta por esta pesquisa pode motivar a realização de novas investigações, culminando na ampliação da temática. Assim, pode-se impulsionar a continuidade da pesquisa em estudos longitudinais ou estender para as demais categorias que abrange a diversidade social – relativa à identidade de gênese de diligência específica –, ansiando analisar e confrontar os resultados encontrados. Também, correlacionar os empreendimentos econômicos solidários e suas interfaces com outros constructos para realizar estudos comparativos.

## REFERÊNCIAS

ASSEBURG, H. B.; GAIGER, L. I. **A economia solidária diante das desigualdades**. Revista Dados, n. 3, v. 50, p. 499- 533, 2007.

CONSULADO da mulher de empreendedorismo feminino 2016. **Consulado da Mulher**, 29 jul. 2016. Disponível em: <http://consuladodamulher.org.br/conheca-os-vencedores-do-premio-consulado-da-mulher-de-empreendedorismo-feminino-2016/>. Acesso em: 1 fev. 2019.

ECOLANCHES. **Produção de INCUBES, NUPLAR, UFPB**, [S.l.]: Canal Incubes Ufpb, 2016. 1 vídeo (0.50 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f7Hri7S5Q2A>. Acesso em: 1 fev. 2019.

FARIA, M; SANCHEZ, F. **A Economia Solidária no Governo Federal: intersetorialidade, transversalidade e cooperação internacional**. In: BENINI, E. *et al.* (Orgs.). *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

FIGUEIREDO, J. G. R.; SANTOS, W. C.; CARNEIRO, V. G. **Incubação em um empreendimento econômico solidário - Ecolanches**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2018, Curitiba. Anais eletrônicos [...]. Curitiba: Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais/ Universidade Federal do Paraná, 2018. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/cbeo/anais2018/ARQUIVOS-resumos/GT15-82-107-20180519142214.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2019.

FRANÇA FILHO, G. **A economia popular e solidária no Brasil**. In: FRANÇA FILHO *et al.* (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. **Sentido e possibilidades da economia solidária hoje**. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HIRATA, H. **Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais**. Cadernos de Crítica Feminista, Recife, v. 3, n. 2, p. 80-105, 2009.

INCUBADORA de empreendimentos solidários. **INCUBES**, João Pessoa, 2017. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/incubes/>. Acesso em: 1 fev. 2019.

LAVILLE, J. L. **Ação pública e economia: um quadro de análise**. In: FRANÇA FILHO *et al.* (Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LEITE, M. **O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades**. In: LEITE, M.; ARAÚJO, A. M. C. (Orgs.). *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, 2009.

LEITE, M. P. **A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 31-51, 2009.

MELO, H. F. P. **Economia Solidária: Um Ensaio Sobre a Gestão Socioambiental**. 2018. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Prática Judicante) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2018.

MORAIS, L.; BORGES, A.; BACIC, M. **Social and solidarity economy, land development and new paradigms of production and consumption: is another development possible?** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO CENTRO INTERNACIONAL DE PESQUISA E INFORMAÇÃO SOBRE A ECONOMIA PÚBLICA, SOCIAL E COOPERATIVA, 28., 2010, Berlin. Anais [...]. Berlin: Centro de Estudos e Pesquisas em Economia Pública e Social, 2010. CD-ROM.

PEREIRA, M. C. C. **Experiências autogestionárias no Brasil e na Argentina.** 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/252295/1/Pereira\\_MariaCeciliaCamargo\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/252295/1/Pereira_MariaCeciliaCamargo_M.pdf). Acesso em: 2 fev. 2019.

POCHMANN, M. **Políticas de Inclusão Social: resultados e avaliação.** São Paulo: Cortez, 2004.

QUIJANO, A. **Sistemas alternativos de produção?.** In: SANTOS, S. (Org.). Produzir para viver. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. **Economia dos setores populares: propostas e desafios.** In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Orgs.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição.** In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). A economia solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária.** 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SANTOS, V. G. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1994.

UNIVERSIDADE Federal da Paraíba. SIGAA, João Pessoa, 2017. **Visualização da Ação de Extensão. Fortalecimento do Empreendimento Econômico Solidário Ecolanches: Melhoria na Solução de Planejamento e Controle da Produção (PCP).** Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/extensao/visualizacaoAcaoExtensao/302>. Acesso em: 1 fev. 2019.

VILASBOAS, J. P. O. **O trabalho associativo em economia solidária sob a ótica do gênero.** In: SEMINÁRIO DE TRABALHO E GÊNERO, 4., 2012, Goiânia. Anais eletrônicos [...]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2012. Disponível em: <https://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/Jaqueline.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2019.

XAVIER, P. **Cooperativa faz sucesso com alimentação saudável na UFPB.** Jornal da Paraíba, João Pessoa, 31 jul. 2016. Seção Vida urbana. Disponível em: [http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/cooperativa-faz-sucesso-com-alimentacao-saudavel-na-ufpb.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/cooperativa-faz-sucesso-com-alimentacao-saudavel-na-ufpb.html). Acesso em: 1 fev. 2019.

# CAPÍTULO 12

## ESPAÇO RURAL NO PLANO PLURIANUAL (2008/2011) DA BAHIA: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DISCURSO DO GOVERNO DO ESTADO

*Data de aceite: 01/08/2020*

### **Adelmo Santos da Silva**

Graduando no Curso de Licenciatura em Geografia Universidade Estadual de Feira de Santana

### **Vanessa da Silva Vieira**

Professora do Curso de Geografia Universidade Estadual de Feira de Santana

**RESUMO:** Trata-se de uma análise das concepções sobre espaço rural presentes no Plano Plurianual (PPA) do estado da Bahia, do quadriênio de 2008 – 2011. O objetivo foi identificar as interfaces entre as ações do governo estadual e o espaço rural, no intuito de verificar as prioridades na tomada de decisão relacionada ao desenvolvimento rural. É importante salientar que somente a identificação dos programas não é o suficiente para definir a concepção do espaço rural na perspectiva do governo do estado, mas tal identificação aponta para as tendências das ações.

**PALAVRAS-CHAVES:** Espaço rural, Plano Plurianual, Bahia.

**ABSTRACT:** The article refers to an analysis of the conceptions about rural present in the Plurianual Plan (PPA) of the state of Bahia, of the quadrennium of 2008 – 2011.

The objective was to identify the interfaces between the actions of the state government and the rural area, in order to verify the priorities in the decision making related to rural development. It is important to point out that only

the identification of the programs is not enough to define the conception of the rural space from the perspective of the state government, but such identification indicates for the tendencies of the actions.

**KEYWORDS:** Rural Space, Public Policy, Bahia

### 1 | INTRODUÇÃO

Apresenta-se, aqui, uma análise das concepções sobre espaço rural nos Planos Plurianuais (PPAs), com o objetivo de reconhecer no discurso governamental as interfaces entre tais concepções e as ações programadas para o desenvolvimento rural. O PPA é um instrumento de planejamento oficial, instituído constitucionalmente, que organiza e direciona a ação governamental por um período de quatro anos. Embora o texto constitucional não mencione, o PPA é também um instrumento da esfera municipal e estadual e cada gestor irá elaborá-lo e executá-lo de acordo às metas, aos objetivos particulares e à concepção de desenvolvimento orientadores das suas ações. No contexto de descentralização político-administrativa, cada ente federativo, na competência de suas atribuições, instituiu a Lei do Plano Plurianual. Por conta disso, de acordo a Constituição Estadual da Bahia, de 1989, art. 159, §1º

A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (Bahia, 1989, art. 159, §1º)

O PPA é estabelecido no segundo ano de cada mandato governamental, a partir de lei própria do Poder Executivo e segue normas constitucionais. Do ponto de vista oficial, desde a Constituição Federal de 1988, o PPA foi designado o primeiro instrumento de planejamento, orçamento e gestão, no âmbito da administração pública. Além de conter diretrizes, objetivos e metas para um quadriênio, o PPA estabelece os programas e ações, que serão direcionados para todo o território, de forma regionalizada. Trata-se de um instrumento orientador e revelador da política territorial, por conta da sua expressividade sobre as prioridades do governo sobre o território.

Numa abordagem geográfica o PPA integra os recursos organizacionais do território. Conforme Fonseca (2005), tais recursos referem-se às normatizações e aos instrumentos de gestão que interferem diretamente no desempenho do território. Com base em Vieira (2018), quando tais recursos estão direcionados para uma espacialização equilibrada dos investimentos e orçamentos, visando assegurar o atendimento às demandas sociais de cada porção territorial tende-se a alcançar maior justiça espacial.

Assim, os Planos Plurianuais foram delimitados, aqui, seguindo essas motivações, a saber:

- Compreender a leitura espacial do governo sobre o espaço rural, face as concepções, ações e programas que integram o PPA;
- Compreender a construção do mapa das prioridades para o espaço rural estabelecidas pelo governo estadual;
- Compreender as permanências e mudanças presentes na concepção de espaço rural, definidas por um mesmo grupo político-partidário elaborador do Plano Plurianual.

É importante salientar que, somente a identificação dos programas não é o suficiente para definir, de forma absoluta, a concepção de espaço rural na perspectiva do governo do estado da Bahia. Todavia, considera-se a estratégia discursiva um referencial que antecede a prática espacial.

As concepções sobre o espaço rural foram identificadas face o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, instituído pela Lei Estadual nº 10.705/07, de 14 de novembro de 2007, no governo Jaques Wagner, no período de 2007-2010. Em seguida, identificou-se a relação entre a agricultura familiar e o desenvolvimento rural e as contradições existentes quando o governo do estado Bahia, inseriu numa mesma Diretriz Estratégica do PPA – Dinamizar a agricultura familiar e desenvolver o agronegócio articulado com a rede de produção estadual – ações e programas para a agricultura familiar e para o agronegócio, em que pese os interesses divergentes de tais atividades econômicas.

## 21 ESPAÇO RURAL NO PLANO PLURIANUAL 2008-2011 DO ESTADO DA BAHIA

Apresenta-se, aqui, primeiramente, a abordagem encontrada sobre espaço rural mediante a análise do Plano Plurianual 2008-2011 e, segundo, a emblemática inserção dos temas da agricultura familiar e agronegócio numa mesma diretriz estratégica governamental e, finalmente, o limite sobre o “novo” discurso do desenvolvimento rural.

### 2.1 O DISCURSO SOBRE O ESPAÇO RURAL NO PPA 2008-2011

O PPA 2008-2011, elaborado no governo Jaques Wagner marca o início de um ciclo governamental, em que o Partido do Trabalhadores (PT) assumiu a liderança do poder executivo da Bahia. Ciclo este que atualmente, 2020, encontra-se em seu quarto período consecutivo de mandato.

Embora o governo do estado não delimite, diretamente, qual o significado de desenvolvimento rural, observa-se, pelo menos, dois aspectos: 1) necessidade de mudança no discurso sobre os princípios do desenvolvimento e a necessidade de superar a pobreza. Nesse sentido, o espaço rural ganha destaque no governo Jaques Wagner, primeiro por conta das associações e sindicatos ali presentes e que desempenharam um papel de destaque nas articulações políticas, para a eleição, no interior do estado da Bahia; 2) ênfase no espaço rural, que representava alinhamento político-partidário com o governo federal, demonstrando um discurso de apoio e concordância com as políticas de valorização e investimento em tal espaço.

Porém, velhas retóricas estiveram presentes nesse “novo” discurso. Uma dessas retóricas refere-se à correlação entre rural, pobreza e semiárido no contexto baiano. No discurso sobre a “Política de Desenvolvimento Rural”, no referido Plano Plurianual, o governo afirma que na

Região Semiárida, concentram-se os piores indicadores sociais do Estado, sendo que a exploração e promoção de atividades produtivas enfrentam não apenas os obstáculos das restrições hídricas, mas também de uma estrutura fundiária extremamente concentrada e da fragilidade do capital humano. Este contexto dificulta a introdução, junto aos pequenos produtores rurais, de novas tecnologias adaptadas ao Semiárido, assim como, de novas formas de acesso aos mercados. (Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, p. 57)

O foco para as ações deu-se via instituição do Programa Água para Todos<sup>1</sup>. Nesse sentido, o governo do estado faz a seguinte afirmação:

<sup>1</sup>Através do Programa Água para Todos, em seus diversos subcomponentes, o Governo do Estado desenvolverá, de forma articulada, um conjunto de ações voltadas para a gestão da política hídrica e para a oferta de água e saneamento básico em todo o território baiano, em especial nas áreas rurais do Semiárido. (Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, p.57)

Outro aspecto que se destaca no documento oficial é o uso dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como forma de enfatizar os grandes problemas enfrentados pela população rural, referente a pobreza e a precária infraestrutura. Entre

1. O Programa está integrado ao Plano Brasil Sem Miséria, administrado pelo Governo Federal no sentido de distribuir a água para as populações carentes e rurais que não são atendidas de maneira qualificada para se desenvolverem.

tais problemas estão o acesso à alimentação de qualidade, à água potável, aos serviços de saneamento básico, à saúde e à educação. Os números do IBGE, destacados no PPA (2008/2011), apontam que mais de 59% da população rural encontram-se em situação de insegurança alimentar; possuem baixo acesso à energia elétrica, pouco mais de 32% e, também, baixo acesso ao abastecimento de água, apenas 31% da população rural. Confirma-se, assim, o governo do estado, como grande conhecedor das dificuldades específicas das áreas rurais, as quais ultrapassam as questões climáticas, características do semiárido.

Além disso, o governo reconhece a agricultura familiar como possibilidade de promover maior desenvolvimento rural no que se refere à geração de renda, comparado ao agronegócio. A agricultura familiar, conforme os dados do IBGE, disponíveis no PPA analisado, corresponde a cerca de 32% dos ocupados na Bahia, superando os setores de comércio e serviços. Por conta disso, o governo explana, em seu discurso oficial, que a disparidade no acesso aos recursos entre os pequenos produtores e os grandes empresários do setor agrícola é meta a ser superada, por meio do fomento da agricultura familiar.

Neste sentido, o governo elaborou programas e ações que visam o combate à concentração fundiária, a formalização da renda do trabalho, entre outras. Deste modo, analisando os instrumentos governamentais, constata-se que ao mesmo tempo que o discurso fortalece a vinculação do rural à pobreza, também, aponta que mudanças dependem de decisões políticas.

## **2.2 A EMBLEMÁTICA INSERÇÃO DOS TEMAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO AGRONEGÓCIO NUMA MESMA DIRETRIZ ESTRATÉGICA**

Ainda é uma incógnita a possibilidade do governo conciliar as ações e programas da agricultura familiar baseada, inclusive, na redistribuição fundiária, com o setor do agronegócio, avido por grandes extensões de terra. Diz-se isso por identificar no PPA 2008/2011 que agricultura familiar e agronegócio integram a mesma Diretriz Estratégica, a saber: “Dinamizar a agricultura familiar e desenvolver o agronegócio articulado com a rede de produção estadual”. Oficialmente, o desenvolvimento do setor agroindustrial contribui de forma significativa para a diversificação, adensamento e desconcentração da economia baiana. Nesse aspecto, destaca-se as ações e programas, identificadas na Diretriz Estratégica para a agricultura familiar e o agronegócio, conforme Tabela 01.

<p>Tabela 01. Plano Plurianual 2008 - 2011  Diretriz Estratégica: Dinamizar a agricultura familiar e desenvolver o agronegócio articulado com a rede de produção estadual.  Programas e ações</p>
---

Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Irrigadas para Agricultores Familiares	Apoio a Empreendimentos de Agroindustrialização e Comercialização em Rede
--	---

Adequação das Estações Experimentais e dos Centros de Profissionalização em Unidades de Referência Agropecuária para Agricultores Familiares	Acompanhamento da Safra de Café
Implementação da Universidade Aberta do Campo para Agricultores Familiares	Desenvolvimento da Fruticultura Tropical
Adequação das Estações Experimentais e dos Centros de Profissionalização em Unidades de Referência Agropecuária para Agricultores Familiares	Produção de Amêndoas de Cacau para Revitalização da Lavoura Cacaueira
Utilização da Biotecnologia nos Processos Produtivos da Agropecuária com Foco na Agricultura Familiar	Implantação de Tanques de Expansão de Leite
Elaboração de Projetos de Crédito Rural para Financiamento da Agricultura Familiar	Fortalecimento da Floricultura Tropical e Subtropical
Apoio à Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar	Apoio à Associação para Melhoramento Genético da Pecuária de Leite
Capacitação de Agricultores Familiares com Foco nas Cadeias Produtivas	Implantação de Postos de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxico
Distribuição de Sementes e Mudanças para os Agricultores Familiares – Suaf	Produção de Sementes nos Campos Experimentais e de Difusão de Tecnologias – Suaf
Construção de Moradias para Agricultores Familiares	

Fonte: Lei nº 10. 705/07, elaborado: por Adelmo Santos, 2019.

Quando o discurso governamental direciona-se para a agricultura familiar a abordagem retrata carência, precarização e pobreza no espaço rural, porém quando o discurso está direcionado para o espaço do agronegócio o rural é apresentado como apto à geração de riquezas e como potência para o desenvolvimento da economia baiana. Em geral, as atividades do agronegócio são adjetivadas como “pujante”, estabelecida da agricultura moderna e concentra-se em pontos específicos da Bahia, quase que como ilhas econômicas do agronegócio.

A Figura 01 mostra a distribuição dos principais nichos do agronegócio entre os Territórios de Identidade da Bahia.



em desenvolvimento, como o Brasil, e estados com grandes vantagens naturais como a Bahia. (Bahia, 2008, p. 36)

Essa frente de desenvolvimento favorece, na verdade, às relações econômicas de domínio externo. De acordo com Vieira (2018), retratam, na verdade, uma velha conhecida especialização do espaço baiano baseado na exportação de artigos primários e na dotação de infraestrutura, sendo assim, põe em cheque a ideia do proferido “novo paradigma”. Trata-se do uso dos recursos naturais do território que ainda condicionam a Bahia a ser uma moderna colônia agroexportadora; o que reflete um grave comprometimento do uso do solo para produção em larga escala de monocultura, especialmente, soja, milho e algodão. Assim, não se pode concordar, como consta no Plano Estratégico, que exportar soja, milho, algodão e café seja uma “janela de oportunidade” (Bahia, 2008, p. 36), mais se aproximam de grilhões do desenvolvimento, subordinando a Bahia ao fornecimento de matéria-prima. Tais concepções não foram extintas da retórica do “novo governo baiano”.

Outro aspecto refere-se à diversificação de investimentos no espaço rural. De acordo com a pesquisa recente de Silva (2019), em que foram analisados os setores de investimentos priorizados pelo governo do estado da Bahia, a partir de 2007, na composição do Plano Plurianual, identificou-se, por exemplo, que no período do Governo Jaques Wagner (2007-2010), o planejamento das ações para o espaço rural, centrou-se na agricultura familiar (Figura 02). Factualmente a agricultura familiar é uma atividade econômica importante no contexto das atividades rurais, entretanto é importante, também, a fomentação de programas e ações que compreendam o desenvolvimento rural para além do desenvolvimento de uma atividade econômica.

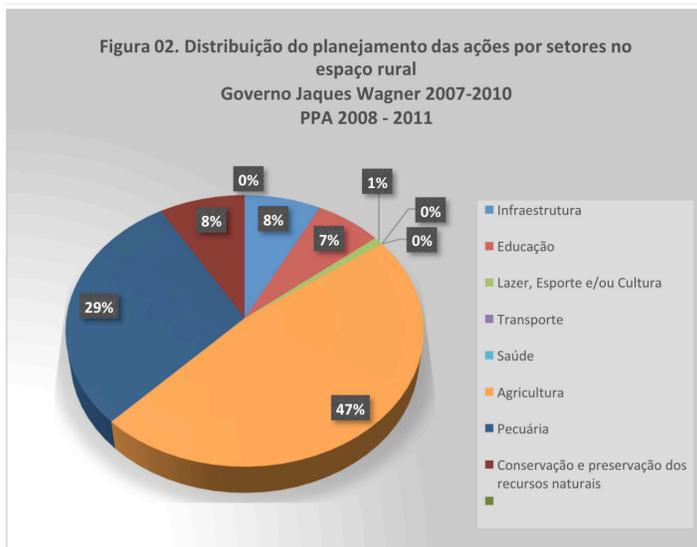


Figura 02. Distribuição do planejamento das ações por setores no espaço rural

Governo Jaques Wagner 2007-2010 PPA 2008 - 2011

Fonte: Lei nº 10. 705/07, elaborado: por Adelmo Santos, 2019.

A inexistência de programas de saúde e de transporte, assim como o reduzido número de programas e ações voltados para o setor de cultura, esporte e/ou lazer é preocupante. Numericamente, a princípio, os dados revelam a ênfase governamental na produtividade econômica, priorizando os setores da agricultura familiar e da pecuária. Destacou-se, ainda, que 50%, aproximadamente, das 106 ações planejadas, que foram identificadas na pesquisa, estavam voltadas para a agricultura familiar. Esta, do ponto de vista oficial, é a principal atividade econômica para o desenvolvimento rural. Assim, outro aspecto refere-se à necessidade de mudança no planejamento das ações para o desenvolvimento rural, prevendo a inclusão e fortalecimento de diferentes setores, tais como saúde, educação, meio ambiente, transporte e infraestrutura.

### 3 | CONCLUSÃO

Com base na análise do discurso presente no PPA, verificou-se que o espaço rural apresenta algumas problemáticas sendo a região semiárida a que apresenta situação mais agravante.

Embora haja um discurso de valorização e desenvolvimento do espaço rural por meio do fomento as atividades da agricultura familiar, notou-se um discurso que busca contemplar os produtores da agricultura familiar, via desconcentração fundiária, e do agronegócio, que tem por base a produção de commodities, para abastecimento do mercado externo, através da mecanização do campo e da concentração fundiária.

Verificou-se que embora o discurso governamental indicasse a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, houve diversos programas e ações voltados para o agronegócio. Esse último apresenta aspectos que divergem do desenvolvimento ideal e sustentável, haja vista, que produzem em larga escala por meio da mecanização, contribuindo para o aumento desemprego, a utilização de defensivos químicos e agrotóxicos, extremamente prejudicial a saúde humana, fertilidade dos solos e poluição ambiental.

Finalmente, o estudo indica quais os limites sobre o “novo” discurso do governo. Verificou-se, por exemplo, que as ações, majoritariamente, resume o desenvolvimento rural ao fortalecimento da agricultura familiar, enquanto uma atividade econômica. O planejamento de ações direcionados para mobilidade e transporte, fortalecimento da cultura, esporte e/ou lazer, saúde e educação específicas para o rural ainda aparece de forma muito tímida, quando não inexistente. Essa condição precisa ser alterada, visando a melhoria a qualidade de vida e o bem estar da população.

### REFERÊNCIAS

FONSECA, A. A. M. da. **Instituição e desenvolvimento territorial**: o desempenho municipal após processo de descentralização. Feira de Santana: Imprensa Universitária, 2005.

Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007. Institui o Plano Plurianual da Administração Pública Estadual, para o período de 2008 - 2011 e dá outras providências.

OLIVEIRA, A. U. de. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. In: BECKER, B. K. et al (Orgs). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ Comissão Nacional no Brasil da União Geográfica Internacional, 1995.

\_\_\_\_\_. **A mundialização da agricultura brasileira.** VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. Revista Estudios Territoriales. São Paulo, setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **A longa marcha do campesinato brasileiro:** movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. Artigo, Estudos Avançados 15 (43), (p. 185-206), 2001.

SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** Belo Horizonte. Revista Nova Economia, 1997.

SILVA, Adelmo Santos da. **Abordagem dos espaço rural nos Planos Plurianuais da Bahia elaborados sob lideranças petista: concepções, fundamentos, avanços e limites.** Relatório de Iniciação Científica (PIBIC/FAPESB). Universidade Estadual de Feira de Santana, BAHIA, 2019.

VIEIRA, V. da S. **O Estado e as políticas territoriais na Bahia: entre o discurso e a prática.** 256fls. Tese (doutorado). Programa de doutoramento em História, Geografia e História da Arte. Universidade de Santiago de Compostela: Santiago de Compostela, 2018.

# CAPÍTULO 13

## FAZENDA GUATAPARÁ: O BERÇO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DE SÃO PAULO

*Data de aceite: 01/08/2020*

**Denise Cristina Rosario Vieira**  
(UNIARA)

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é apresentar a trajetória da imigração japonesa entre os anos de 1908 a 1923 na Fazenda Guatapará, fazenda cafeeira do oeste paulista no início do século XIX, município de Ribeirão Preto/SP. Para tanto, foi utilizado como método para coleta de dados a pesquisa bibliográfica, através do estudo levantado no referencial teórico sobre a imigração japonesa no Estado de São Paulo nas grandes fazendas do Oeste Paulista. A partir da análise dos dados, foi possível observar a importância da imigração japonesa para a história da região, em relação à cultura, ao turismo, a agricultura e culinária. A marca da influência japonesa permanece até os dias atuais, o que comprova a sua relevância para a comunidade atual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fazenda Guatapará, imigração japonesa, Estado de São Paulo.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to present the trajectory of Japanese immigration between the years 1908 to 1923 in Fazenda Guatapará, a coffee farm in western São Paulo at the beginning of the 19th century, in Ribeirão Preto / SP. For that, a bibliographical research was used as a method for collecting data, through a study based on the theoretical framework on Japanese immigration in the State of. From the analysis of the data, it was possible to observe the importance of Japanese immigration to the history of the

region, in relation to culture, tourism, agriculture and cooking. The mark of Japanese influence remains to this day, which proves its relevance to the current community.

**KEYWORDS:** Guatapará farm, Japanese immigration, State of São Paulo.

### 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da dissertação de mestrado com a abordagem de como a imigração japonesa que no ano de 2018 completou 110 anos, contribuiu para a formação da identidade brasileira, teve fundamental importância no processo de formação dos municípios mais jovens do Estado de São Paulo, como é o caso de Guatapará/SP.

O objetivo desse artigo é apresentar informações e registros das memórias da imigração japonesa no município de Guatapará, através do estudo e análise do desenvolvimento territorial, da propriedade agrícola fundada por Martinho da Silva Prado, a Fazenda Guatapará, tornando-se distrito de Ribeirão Preto em 1938 e somente em 1992 sendo oficializada a sua emancipação político-administrativa.

A pesquisa teve como metodologia a revisão de literatura com pesquisadores da imigração japonesa, trabalhadores japoneses na cafeicultura, sobre o cooperativismo, e fluxos migratórios durante as duas grandes Guerras Mundiais, assim como as primeiras pesquisas e levantamentos históricos e memórias sobre a Fazenda Guatapará. Dados coletados nas associações japonesas da região de Ribeirão Preto e buscas de dados e

mapas nos principais museus de imigração do Estado de São Paulo, Arquivo Histórico de Ribeirão Preto.

## 2 | A IMIGRAÇÃO JAPONESA NA FAZENDA GUATAPARÁ DE 1908 A 1923

Em abril de 1908, partiram do porto de Kobe no Japão, 781 pessoas com destino ao Brasil com o sonho da prosperidade nas lavouras de café do interior de São Paulo. O responsável pela organização deste novo empreendimento foi Ryo Mizuno, considerado pelos japoneses o “Pai da Imigração Japonesa” no Brasil (HOMMA, 2016)

Em 1868, o governo japonês iniciou uma série de reformas (a restauração Meiji) que visava a modernização e a inserção do país na economia mundial e uma das medidas tomadas foi o incentivo à emigração. Em 1895, é firmado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os dois países, porém, sem nenhuma menção quanto à vinda de imigrantes. O Brasil só vai se interessar pela mão de obra japonesa em 1902, quando o governo italiano restringe a vinda de novos imigrantes através do Decreto Prinetti (LEVI, 1974). O incentivo à emigração foi uma das soluções encontradas pelo governo japonês para diminuir a miséria e o alto índice de desemprego que se registrava no país na época, fruto da própria restauração Meiji (NOGUEIRA, 1973).

No século XIX, a economia do Brasil era agrícola e extremamente dependente da monocultura cafeeira. A cultura do café, por sua vez, dependia totalmente da mão-de-obra de escravos negros.

Não bastava, entretanto, trocar um tipo de imigrante por outro. No século XIX, os brancos cristãos tinham um forte preconceito contra todo o resto da humanidade, e no Brasil os asiáticos eram tidos como “negros amarelos”. Em 1880, Oliveira Martins, escritor e político português, chegou a publicar argumentos contra a imigração asiática afirmando que ‘a perigosa tentação de ir buscar braços a outro viveiro de raças inferiores prolíficas embriaga muitos espíritos’, e concluía com ‘um Brasil europeu e não asiático, uma nação e não uma colônia, eis aí o seguro porvir da Antiga América portuguesa’ (HAKKOSHA). Entre julho e agosto de 1892, o jornal Correio Paulistano publicou artigos de Francisco Cepeda que se referia aos asiáticos com expressões como “se a escória da Europa não nos convém, menos nos convirá a da China e do Japão”, e que “o chim é bom, obediente, ganha muito pouco, trabalha muito, apanha quando é necessário, e quando tem saudades da pátria enforca-se ou vai embora”. (PRADO, 1944)

Em suma, imigrantes japoneses não eram desejados no Brasil. Porém é fato universal que quando se há necessidade de trabalhadores, governos e contratadores tornam-se mais convenientes e menos exigentes. Assim, embora desde 1880 já se cogitasse no Brasil a vinda de imigrantes japoneses, nenhuma ação concreta foi realizada neste sentido até 5 de novembro de 1895, quando Brasil e Japão assinaram um tratado pelo qual ambos os países passaram a desenvolver relações diplomáticas, e mesmo contrariando a opinião pública brasileira, abriram-se negociações para a vinda de imigrantes japoneses, que chegaria às vias de fato só a partir de 1908.

Em 18 de junho de 1908, chega ao Porto de Santos o vapor Kasato Maru com 164 famílias e 40 avulsos (NOGUEIRA, 1973) a bordo contratados para trabalhar na lavoura de café. Destinavam-se, na sua maioria, às fazendas de café no interior do Estado de São

Paulo, principalmente nas fazendas ao longo das estradas de ferro Mogiana, Paulista e Sorocabana. Segundo Arlinda Rocha Nogueira (1973), esse foi o principal destino das dez primeiras levas de imigrantes que chegaram ao Brasil no início do século XX.

As famílias e avulsos foram encaminhados um dia após a chegada, por conta da inspeção sanitária antes de saírem do navio, à Hospedaria dos Imigrantes onde permaneceriam até serem encaminhados às fazendas contratantes. Foram recepcionados por seu diretor e funcionários e 5 intérpretes que já haviam chegado a São Paulo em viagem anterior: Massaru Mine, Motonao Ohno, Umpei Hirano, Junnosuke Kato e Nakashi Nihei. (HANDA, 1987)

Apesar de um certo grau de participação de governos no estabelecimento de regras para enviar e receber imigrantes, o agenciamento dessa mão-de-obra era essencialmente um negócio feito por empresas privadas lá e cá, e a quantidade de empresas que existiam indica que a imigração era um negócio atraente e lucrativo. Para atrair o maior número de pessoas possível, as agências investiam em propagandas que nem sempre correspondiam à realidade. No caso do Brasil – país totalmente desconhecido e exótico para os japoneses – informações atraentes eram superavaliadas. O café era descrito como “a árvore que dá ouro”, e a produtividade da planta seria tamanha que os galhos envergavam com o peso dos frutos, e que bastava facilmente colhê-los com as mãos. Se tudo corresse do modo que as agências divulgavam, em um mês uma família com três membros trabalhando no cafezal receberiam o equivalente a 135 ienes no câmbio da época (uma quantia fantástica, considerando que o salário mensal de um policial no Japão era de 10 ienes) (HANDA, 1987)

O grupo de pioneiros que chegou ao Brasil em 1908 no **Kasato Maru** foi distribuído em 6 fazendas de café no interior de São Paulo. De imediato todas as expectativas positivas dos imigrantes, e até mesmo dos representantes das empresas que intermediavam a vinda de imigrantes, foram desmanteladas pela realidade do território brasileiros.

No dia 28 de junho as famílias de origem de Kagoshima, Kochi e Niigata, com seu designado intérprete Umpei Hirano desembarcam na Estação Ferroviária da Mogiana em Ribeirão Preto e de lá, são encaminhados para a Fazenda Guatapará pelo ramal ferroviário da mesma companhia. (HANDA, 1987).

De 1908 a 1922, foram 42 levas de imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil e dessas levas, 1112 orientais passaram pela fazenda em busca de riqueza para logo retornar ao seu país de origem, por conta da crise na agricultura com a Era Meiji e a industrialização do Japão. A maioria desses imigrantes eram agricultores que estavam prestes a perder suas propriedades no Japão por causa da sobretaxação de impostos de suas propriedades. (NOGUEIRA, 1973).

As estações de Guatapará e Martinho Prado pertenciam à companhia Paulista de Estradas de Ferro, as de Canaã e Dumont à Mogiana, que se achavam próximas a Ribeirão Preto, formando a região da Alta Mogiana. (ROSARIO, 1998).

As atividades dos imigrantes japoneses em fazendas de café desenvolveram-se por longo tempo, fazendo com que se instalasse em Ribeirão Preto, mais tarde, a sede do consulado japonês e o escritório da companhia de emigração, que tinham por objetivo atender ao imigrante japonês. A região de Ribeirão Preto, e principalmente a Fazenda Guatapará são de suma importância para a história da imigração japonesa, pois nela teve

início a labuta dos imigrantes vindos ao Brasil. (HANDA, 1987).

Umpei Hirano, figura importante na história da imigração se tornou o braço direito do gerente de origem italiana, conhecido como José Sartorio, daquele imenso “mar verde” como os japoneses viam a propriedade. Tão logo, pela facilidade com que liderava as famílias de origem nipônica foi promovido a subgerente e passou a cuidar de outros interesses além da liderança das famílias de origem nipônica. (DAIGO, 1988).

A Fazenda Guatapará possuía aproximadamente 2 milhões de pés de café, a plantação apresentou-se aos olhos dos japoneses como um verde e extenso mar. As imensas ondas imóveis abrigavam as telhas de cor ocre da estação e do edifício da sede da fazenda, como pequenas formações rochosas perdidas em seu vasto seio (DAIGO, 1988: 20)

Muitas das fazendas de café vizinhas tiveram grande debandada de imigrantes, algumas por maus tratos de seus fiscais, outras pela desilusão com o descontentamento e a propaganda enganosa ao qual se submeteram. Toda promessa de enriquecimento foi por água abaixo e duas opções vinham ao pensamento destas famílias que muitas vezes foram formadas por pessoas desconhecidas que se uniram para atender aos requisitos de imigração, ou seja, para vir para o Brasil, alguns requisitos tinham que ser atendidos, como por exemplo ser agricultor e constituir família.

Na descrição de Daigo (1988), sobre a chegada e a recepção dos imigrantes pode-se ter uma noção de como era a estrutura disposta aos imigrantes da fazenda. Aos imigrantes foi servido um jantar à brasileira com muita banha de porco o que era muito diferente do que os japoneses estavam acostumados. Logo que terminaram o jantar foram levados com carros de boi até às suas novas moradias

(DAIGO,1988:23) relata com detalhes:

Já na manhã seguinte, Umpei começara o dia atarefadíssimo. Mesmo que, mais tarde, voltassem a adotar o modo de vida japonês, naquele momento era necessário copiar urgentemente a maneira como viviam os colonos da fazenda. Seria o modo mais rápido de se adaptarem àquela vida. Instruiu os imigrantes sobre o que fazer com mais urgência, informando-se a respeito do que julgava prioritário, com o capataz posto à sua disposição pelo gerente Sartório. Comprar fiado, no barracão da fazenda, gêneros alimentícios e objetos de uso diário. Confeccionar camas com as árvores que cada um devia abater no bosque. Fazer o colchão, com a palha do milho armazenada no depósito. Montar o fogão nas casas onde os antigos moradores não houvessem deixado um. Recolher lenha, para as necessidades de alguns dias, pelo menos, e muitas outras coisas.

Houve algumas manifestações de descontentamento a respeito do estado precário das casas das colônias, mas Hirano ponderava que não adiantaria, por hora, fazer queixas a respeito das condições encontradas. Como primeira providência prática, ele fez com que todas as famílias adquirissem, também, no armazém da fazenda, os instrumentos agrícolas necessários ao serviço do cafezal. Somente a parte metálica da enxada e do machado eram vendidas, ficando o cabo por conta de cada um. Foram instruídos de que, em vez de utilizar galhos ou troncos já secos, deviam buscá-los diretamente no mato, uma vez que os verdes ofereciam mais flexibilidade e conseqüente facilidade de manejo. O comprimento e a inclinação do cabo da enxada, por exemplo, deviam ser ajustados à altura da pessoa

que iria usá-la. O intérprete incentivou o pessoal a adiantar o trabalho. Ao mesmo tempo adquiria, sempre auxiliado pelos gestos, mais informações do capataz, sobre o que era mais importante, tanto para o serviço como para o modo de vida ao qual teriam que se adaptar.

Era possível observar as jovens imigrantes italianas que tinham na cabeça um lenço vermelho. Os espanhóis e russos, de algum modo, também deixavam transparecer o estilo de vestir de sua pátria. Por sua vez, as recém-chegadas japonesas traziam uma toalha branca na cabeça ao estilo *anesan kaburi*, *lenço amarrado na cabeça* enquanto os homens usavam boné, chapéu de palha, enfim, aquilo de que dispunham para se proteger. Um lote delimitado por quatro estradas formava uma unidade de plantio, cada uma com cinco mil pés de café. Cada família deveria cuidar, diariamente, de duas ou três fileiras do lote. Posicionados sempre nas extremidades, os colonos deveriam iniciar a derrigagem, todos ao mesmo tempo.

Em outra ocasião, que é relatada tanto por Daigo (1988) quanto Rocha (1973) foi o episódio sobre a solicitação de que o pagamento aos imigrantes japoneses fosse em dinheiro e não mais em vale que era aceito somente no armazém da própria fazenda que eram aos olhos de todos os imigrantes abusivo. Hirano em reunião com Sartório, conseguiu convencê-lo de que a melhor forma de pagamento naquele momento era em dinheiro, assim poderia ir até o armazém na Vila Guatapará, próximo ao porto no Rio Mogi Guaçu, onde mais tarde passaria a sediar o distrito de mesmo nome, conseguindo assim comprar produtos de consumo a preços de atacado e distribuindo às famílias japonesas.

Entre os pioneiros, Hirano foi o primeiro a se destacar. Pouco depois que iniciou seu trabalho como intérprete na Fazenda Guatapará, distúrbios começaram a ocorrer em fazendas para onde os imigrantes japoneses foram distribuídos, e por pouco a própria Fazenda Guatapará não foi atingida. Mas o líder conseguiu controlar a situação, essa proeza foi levada ao conhecimento do governo estadual, que estava atento a resultados da primeira imigração de japoneses.

O contrato firmado com a fazenda mencionava claramente que o salário seria pago trimestralmente, e a administração estava isenta de qualquer obrigação de conceder empréstimo antecipado de um montante tão grande como 500 mil réis. Havia sido canalizado para a administração da fazenda todo o descontentamento acumulado pelas pessoas que, iludidas por uma propaganda exagerada no Japão, foram trazidas, a um alto custo, para um lugar onde nada ganhavam. Mesmo que se quisesse repreendê-las por uma atitude tão descabida, não havia outro interlocutor, além dele para apelarem (DAIGO, 1988).

As atividades produtivas da fazenda estavam distribuídas pelas áreas destinadas à cultura da mandioca, conhecidas como "*Mombuca*", pelos canaviais e pelas destilarias de aguardente, anexas a ambas. Entretanto, apesar do título de subgerente que era atribuído a Hirano, na verdade, o único contingente que, no momento, ele liderava, era formado pelos japoneses remanescentes, agora reduzidos a cerca de cinquenta pessoas. Trabalhando lado a lado com essas pessoas, efetuava diariamente um giro a cavalo pelo cafezal inteiro. Essa ronda significava, na verdade, uma trabalhosa inspeção dos 2 milhões de pés de café. Fizesse sol ou chuva, ele não deixava de cumprir a tarefa que se impusera (DAIGO, 1988, p. 65).

A Fazenda Guatapará continuou a absorver imigrantes japoneses das sucessivas

levas: segunda, terceira, quarta, quinta... Com o decorrer dos anos, o número de japoneses que ali trabalhava aumentara consideravelmente. Parecia até um pequeno império, tendo como figura central Umpei Hirano. Foram tomadas algumas medidas importantes para o grupo. A parede divisória de duas casas geminadas foi derrubada, para que o local fosse transformado em um templo budista. Apesar da ausência de um monge, decidiram denominá-lo de Nishi Hongaji e todas as cerimônias religiosas, como bodas ou funerais, passaram a ser celebradas nesse recinto. Instalou-se também uma escola de língua japonesa. Ao mesmo tempo, ficou estabelecido que os jovens, obrigatoriamente, deveriam frequentar o curso noturno da escola brasileira. Hirano já era um membro conhecido e respeitado mesmo no seio da sociedade japonesa, fora do âmbito da fazenda. Quando políticos e jornalistas vinham do Japão, uma visita à Fazenda Guatapará tornara-se parte do roteiro obrigatório. Alguns colegas mais jovens da Escola de Estudos Estrangeiros, como Seijiro Hatanaka ou Masakichi Kitamura, também ali acorreram, buscando o seu apoio e a sua orientação, juntaram-se a eles Kikohei Shimba, seu irmão de sangue. (DAIGO, 1988)

Na época em que havia concentração de trabalho na fazenda, Hirano chegava a comandar 1.500 pessoas, entre brasileiros e japoneses. O seu corpo, de estatura pequena, irradiava autoconfiança e energia. Em qualquer lugar para onde fosse, era conhecido como “Hirano de Guatapará”.

O japonês, segundo Nogueira (1973), entrou nas fazendas em contato com colonos de diferentes procedências como italianos, portugueses, espanhóis, entre outros. Essa aproximação acredita-se, não provocou muitos problemas pois, dentre os informantes, somente Joaquim Ribeiro escrevendo em 28 de fevereiro de 1911, faz referência ao fato, declarando que ‘encontram de parte dos colonos europeus grande má vontade para com eles (japoneses), do que resulta sempre a estabilidade.’ Considerava-os, porém, fracos nos demais serviços. Como a maioria que sentira o problema, reputava a diferença do idioma como principal entrave, já que as dificuldades nos entendimentos e ajustes verbais entre as partes motivaram muitas vezes o abandono da lavoura.

Quanto à de Guatapará, era a que possuía maior extensão de terras (6.300 alqueires), tinha a seu serviço aproximadamente 300 famílias das quais 60 eram japonesas, num total de 200 pessoas que, segundo o relator, estavam todas satisfeitas. Uma delas, vinda na segunda leva, conseguira ganhar em julho do ano anterior e maio daquele ano 1:399\$000, tiradas as despesas de 448\$000, ficara com um lucro de 950\$000. (NOGUEIRA, 1973)

O consulado japonês declarava-se satisfeito com os resultados, pois não houvera fugas e conflitos como no início da imigração e os imigrantes estavam contentes. Sugeria que, se fossem enviados novos imigrantes para as outras fazendas, deveriam ser escolhidos alguns membros da primeira e segunda leva que, além de servirem de intérpretes, fiscalizariam e orientariam os recém-chegados, servindo enfim de intermediários entre patrões e novos imigrantes. Todavia, acusava os imigrantes de não tomarem certos cuidados, exemplificando com o ocorrido na propriedade, onde houvera 10 mortes causadas por malária. Segundo relator, nos riachos da fazenda havia peixes, muitos japoneses, apesar da proibição dos fiscais, iam pescar aos domingos, quando então, contraíam o mal. Dizia textualmente: “já em fase de recuperação, alguns chupavam laranjas não maduras ou outras frutas, bebiam água em excesso” o que provocava distúrbios do aparelho digestivo que levavam muitos à morte. Outro problema, dizia, era o consumo exagerado

de açúcar por parte dos imigrantes o que também era nefasto para a saúde. Por outro lado, o fato de não saberem cozinhar à maneira brasileira, estando muito presos ainda à cozinha japonesa, levava-os a se alimentarem mal, o que refletia diretamente na saúde. (NOGUEIRA, 1973:126)

Pela análise de todos esses informes percebe-se quão complexo era o problema: os imigrantes não se fixavam com facilidade; muitos não conheciam os trabalhadores agrícolas; a constituição das famílias não era normal, queixavam-se os fazendeiros. Entretanto, como em toda regra há exceção, havia os que reconheciam o valor do imigrante japonês na lavoura e eram mesmo favoráveis ao incremento de sua introdução no Estado. Em geral, todavia, os fazendeiros se mostravam satisfeitos com o trabalho dos japoneses no que diz respeito à colheita do café nas árvores.

Em carta ao Ministro das Relações Exteriores do Japão, datada de 21 de agosto de 1911, o Representante Geral da Legação do Japão no Brasil, Tochiyo Fujita, comentava que na Fazenda Guataparã haviam sido dadas condições especiais aos imigrantes japoneses para evitar insatisfações, tendo sido nomeado como vice-administrador um japonês para facilitar as relações entre os imigrantes e a administração da propriedade, mas dados os conflitos existentes nas próprias famílias não fora possível obter ali sucesso com os japoneses. Daí aconselhar que houvesse um maior cuidado com a escolha das famílias. É verdade que dos imigrantes ali colocados, quando da chegada da segunda leva, dezenas haviam sido atacados de malária, tendo sido os cafezais descuidados, o que dera um aspecto de abandono. A situação sanitária precária, resultara na morte de 20 imigrantes. Além dessas condições de saúde, outro fator importante é o da formação artificial das famílias: 2/3 do total. Ora a idade dos filhos adotivos era em geral quase igual à dos pais e mesmo considerando que a relação familiar existia apenas no papel, constituía-se em fator desagregador e de discórdia. Ou melhor: os ordenados eram pagos por família e a elas cabia dividir a porção recebida. No caso das famílias compostas enquanto tudo corria bem, a divisão não trazia maiores problemas. Mas, quando nasciam filhos do casal real, o elemento agregado muitas vezes se revoltava com a mudança na divisão do dinheiro. Em caso de doença, a artificialidade dos laços familiares levava a conflitos. A carta que traz estes informes não tem data, nem assinatura, mas em certo trecho deixa perceber que é de autoria do intérprete Hirano.

Em junho de 1910, a segunda leva de imigrantes, com 906 pessoas e outros três viajantes livres, chega ao porto de Santos (SP) no navio Ryojun-Marú, no dia 28, conduzido por Ryo Mizuno. Eles são chamados de “Primeiros Imigrantes Takemura”. No Japão, após o envio da primeira leva de imigrantes colonos ao Brasil, a Companhia Imperial de Emigração, sem recursos para promover o envio das novas levas, transferiu a responsabilidade à Comercial Colonizadora Takemura, que viabilizou o segundo envio, passando a concorrer posteriormente com a Toyô Imin Kaisha (HANDA, 1987).

Dos 906 japoneses que entraram no Brasil, 59 famílias totalizando 224 pessoas foram direcionados à Fazenda Guataparã segundo levantamento feito por Nogueira (1973). Na Fazenda São Martinho, também de propriedade dos Prado, adentraram 34 famílias, somando 103 pessoas para repor a quantidade de revoltosos e reincidentes de contrato da primeira leva.

Um dado relevante para efeito de comparação, as fazendas Canaã e Dumont

também receberam grande número de imigrantes da primeira leva, sendo 155 pessoas na primeira e, 210 na segunda, mas nas duas foram registrados vários incidentes de fuga e revolta devido à insatisfação com os intérpretes que não os representava de maneira efetiva, à propaganda enganosa, a postura de fiscais de lavoura e ao posicionamento dos fazendeiros. Já na segunda leva, nenhuma das duas fazendas recebeu imigrantes japoneses, provavelmente um reflexo dos relatórios e visitas de Tochiro Fujita.

Ano	Fazenda Guatapará	Fazenda São Martinho	Fazenda Canaã	Fazenda Dumont
1908	90	99	155	210
1910	224	103	0	0
1912	584	121	195	0
1913	388	388	97	0
1914	24	0	0	0
1917	120	60	0	0
1918	100	440	0	0
1919	69	0	0	0
1920	5	0	0	0
1921	17	0	0	0
1922	0	0	0	0
1923	3	0	0	0

Quadro 1 - Número de imigrantes japoneses distribuídos nas principais fazendas da Mogiana 1908 - 1923

Fonte: Nogueira (1973)

Em abril de 1912, o navio Itsukushima-maru aporta em Santos (SP) trazendo a terceira leva de imigrantes japoneses “Segundos Imigrantes Takemura”, com 1.432 pessoas, das quais 99 famílias, totalizando 413 indivíduos adentram a Fazenda Guatapará (Quadro 1)

Ainda em 1912, chega a quarta leva de imigrantes japoneses em Santos no navio Kanagawa-maru com 1.412 pessoas. Algumas pessoas dizem que este navio foi o Wakasamaru. Eles ficaram conhecidos como “Primeiros Imigrantes Toyo”, pela Companhia Oriental de Emigração (*Toyo Imin-gaisha*), que também firmara com o governo do estado de São Paulo um contrato de remessa de emigrantes, sem haver qualquer relação com a Sociedade Colonizadora Takemura. A mesma companhia tentara, sem sucesso, fazer uma remessa de emigrantes ao Brasil em 1897. Dessa vez o número de imigrantes distribuídos foi de 70 famílias (171 pessoas) na Fazenda Guatapará, 30 famílias (121 pessoas) na Fazenda São Martinho e 52 famílias (192 pessoas) na Fazenda Canaã (Nogueira, 1973).

Em maio de 1913, chega a quinta leva. O navio Dai-ni Unkai-maru chega a Santos (SP) trazendo 1.506 japoneses “Terceiros Imigrantes Takemura”. Desta vez, somente duas pessoas são distribuídas na Guatapará, em compensação a São Martinho recebe 204 pessoas e a Canaã recebe 97 pessoas. No mesmo ano, chega a sexta leva no

Wakasa-maru que aporta em Santos trazendo 1.588 pessoas “Segundos Imigrantes Toyo”, direcionando 384 pessoas para a Guatapar e 4 pessoas para a São Martinho. Ainda no mesmo ano, chega a sétima leva, com 2 pessoas direcionadas para Guatapar e 180 para a São Martinho.

Em março 1914, o governo do estado de São Paulo comunica a suspensão do subsídio de despesas de viagem de imigrantes japoneses a partir do ano seguinte. Em abril do mesmo ano o navio Wakasa-maru chega a Santos (SP) trazendo mais uma leva de imigrantes com 1.688 pessoas “Quartos Imigrantes Toyo” e desse número, 24 pessoas vão para a lavoura da Fazenda Guatapar.

A Fazenda Guatapar recebeu, ao todo, 1624 pessoas nas 42 levadas de imigrantes japoneses que trouxeram mão de obra para a lavoura de café, a São Martinho recebeu um total de 1225 pessoas, a Fazenda Canaã, 447 e a Dumont 210, ou seja, a Fazenda Guatapar recebeu entre 1908 e 1923 o maior número de imigrantes japoneses dentre as fazendas cafeeiras do Estado de São Paulo. Pela análise da tabela de levadas e número de pessoas distribuídas, podemos verificar que há uma reposio no número de pessoas devido a mortes pela malária e outras moléstias, possíveis fugas e a finalizao de contratos e partida para fundao de novos núcleos coloniais, como  o caso da Colônia Hirano em Cafelândia, Colônia Tóquio em Motuca.

### 3 | AS COLNIAS JAPONESAS DO PERÍODO PÓS-GUERRA

A Promotora da Emigrao para o Ultramar S/A foi criada em 27 de setembro de 1955 (Lei N. 139 de 5 de agosto de 1955) com o objetivo de adquirir terras no exterior e construir uma colônia, utilizando o empréstimo concedido por um banco norte-americano, e fazer a partilha das terras entre imigrantes colonos por conta própria. O rgo responsável pela construo das colnias e pela liderança na administrao das propriedades ficou conhecido como JAMIC (Colonizao e Imigrao Japonesa Ltd.<sup>a</sup>) e órgão responsável pelos empréstimos feitos aos imigrantes ficou conhecido como JEMIS (Empréstimos e Investimentos Ltda) (100 anos da Imigrao Japonesa, 2008).

A GAI IJYU JIGYO DAN (Serviço de Emigrao do Japão), rgo de serviço  emigrao do Ministério das Relaoes Exteriores do Japão, objetivava estreitar laços e colaborar com vários países, e o faz abrindo agências e sucursais no exterior. Em julho de 1964, foram estabelecidos escritórios do serviço de emigrao em cada prefeitura e distritos do Japão, servindo como órgãos de prestao de serviços constantes a emigrantes, dentro e fora do país, disposto a atender a todos os serviços relativos  emigrao.

Segundo dados colhidos na Associao Agro Cultural e Esportiva Guatapar, (AACEG) a JAMIC optou pela região de Ribeirão Preto para estabelecer um novo núcleo de colonizao porque já havia conhecimento sobre a Fazenda Guatapar ter recebido grande número de imigrantes japoneses de 1908 até 1923 para o trabalho na colheita do café e que devido às epidemias de malária e outras doenças se deslocaram para outras localidades: Cotia, Motuca e Cafelândia.

As características da área de várzea do Rio Mogi-Guaçu muito se assemelham às áreas de rizicultura no Japão, portanto foi pensado no desenvolvimento desta cultura após a Segunda Guerra Mundial. O plano de colonizao de Guatapar partiu de uma Federao de Cooperativa japonesa, mas a implantao foi transferida  JAMIC, pois já possuía *know*

*how* na administração de algumas colônias e equipamentos especializados nas execuções. Para desenvolver o projeto de melhoramento do solo, técnicos do Japão foram convocados para implantar uma tecnologia própria japonesa, destinada à cultura do arroz, laranja e cereais como o milho e o feijão. A propriedade de “Mombuca” foi subdividida em lotes a serem adquiridos pelos imigrantes seguindo classificação de acordo com a finalidade de cultivo e tipo de solo, somando 1236 lotes:350 lotes na região cerealista;270 lotes na região laranjal;312 lotes na várzea;249 lotes na região residencial;55 lotes outras localidades.

A Fazenda Guatapar foi escolhida pela localizao ideal para o empreendimento, a mesma possuía 15 mil hectares de terra, em seu período áureo chegando a produzir 300 mil sacas de café com 2,11 milhões de ps de café plantados; a região era suprida por estrada de ferro e os grãos eram transportados ao local de secagem por via fluvial através de um sistema de canaletas em alvenaria que aproveitavam o declive do terreno.

O ideal da Colônia Guatapar, exigia não somente o controle das enchentes fluviais, mas a construo de mecanismos de irrigao e o combate  seca e  malária e também a criao de um modelo de manejo intensivo e permanente, passou a atrair os esforços de diversos técnicos e especialistas em agronomia e engenharia florestal. A concepo original da Colônia Guatapar foi se espalhando para outras direoes, e o esforço daqueles que lutaram pelo seu ideal enfim deu seus primeiros frutos: em janeiro de 1964, a colônia foi inaugurada com a presença do presidente Juscelino Kubitschek (PADILHA, 1989)

#### **4 | A RELAO ENTRE AS DUAS FRENTE MIGRATÓRIAS 1908-1962**

Ao longo do levantamento de dados históricos, geográficos, relatos, fotografias sobre a imigrao japonesa na Fazenda Guatapar, nos municípios de Ribeirão Preto, Araraquara, Motuca e outras cidades nos arredores foi possível elencar vários indícios da existência de uma colônia de moradores nas terras onde se localiza hoje, o núcleo.

Na obra de Masao Daigo, que apresenta a biografia de Umpei Hirano e sua trajetória desde a partida do Japão rumo ao Brasil sob a responsabilidade de interpretar a língua portuguesa aos recém-chegados orientais, há um trecho que faz meno a um lugar chamado “Mombuca” (DAIGO, 1988, pg. 65):

As atividades produtivas da fazenda estavam distribuídas pelas áreas destinadas  cultura da mandioca, conhecidas como “mombuca”, pelos canaviais e pelas destilarias de aguardente, anexas a ambas. Entretanto, apesar do título de subgerente que era atribuído a Unpei, na verdade, o único contingente que, no momento, ele liderava, era formado pelos japoneses remanescentes, agora reduzidos a cerca de cinqunta pessoas.

Sobre a Colônia Tomizaki, nome dado  fileira de casas próximas ao Engenho ou Casa das Laranjas, somente relatos orais sobre a existência de onde foram instalados os primeiros japoneses vindos em 1908. Os relatos de Tomoo Handa sobre a proximidade da várzea onde plantavam arroz, e até chegaram a contrair malária, sugerem ser próxima ao Rio Mogi-Guaçu e sua grande várzea.

A Mombuca era apenas um assentamento de apoio às atividades majoritariamente agrícolas da Fazenda Guatapar. A unidade isolada era composta de duas colnias em sequência, paralelas a um córrego, com um recuo, em leve declive, de mais ou menos

cinquenta metros. A primeira era de tábuas, próxima da represa que se formara devido à construção da ponte da estrada de ferro, particularidade patrimonial da fazenda. A segunda, em linha continuada, era constituída de moradias geminadas e de alvenaria, cobertas com telhas de argila, mas com o piso em terra batida, totalmente sem qualquer tipo de revestimento em nenhum dos cômodos, segundo relatos de Laudir Vicente da Silva, já falecido, em um documento de 288 páginas redigidas sobre sua trajetória de vida<sup>1</sup>, a qual relata a sua primeira infância em uma dessas casas da colônia. Sr. Laudir, nasceu em 1939 nesta colônia. Os relatos desse senhor vão ao encontro com os relatos de moradores da Fazenda Guatapar quanto ao fato da existência de famílias e o trabalho com agricultura na região denominada Mombuca.

Para entender toda a questão que envolve a ocupao do território denominado Mombuca em Guatapar, foi necessário buscar o significado do termo, na entomologia. *Mombuca* significa um grupo de diferentes espécies de abelhas indígenas da subfamília dos Meliponneos, variedade de abelhas melipoddeas que depositam o mel em cabaças e não em favos. A *Geotrigona mombuca*  uma abelha social, mansa, popularmente conhecida como Guira.  uma espécie que constrói ninhos subterrâneos, provavelmente ocupando painlas de antigos sauveiros. A abelha Guira  encontrada em áreas de transio entre o Cerrado e a Caatinga, portanto, chega-se  conclusão que o nome da região foi dado em funo da grande quantidade de abelhas desta espécie nesta região de cerrado.

Entende-se, portanto, a não presença de cafezais nesta área em razão do solo pobre, sendo apenas cultivado a mandioca como já mencionado anteriormente.

O documento evidencia de forma clara como era a vida na seo Mombuca, descrevendo como era o percurso que fazia a ligao entre a estao Vila Albertina<sup>2</sup> próxima  Colônia Tomizaki<sup>3</sup>, a várzea e o cerrado:

“O trenzinho, como era carinhosamente chamado o comboio, entre outras funoes, como o recolhimento das sacas das colheitas em épocas adequadas ao longo do ano, transportava para um ponto estratégico, nas proximidades do varjo, os boias-frias das colnias da sede e do assentamento de apoio da Mombuca, montado a nove quilmetros do núcleo principal e próximo das diversas plantaoes. Reiterando, o café era o forte do sistema, plantado na parte mais elevada e de terra essencialmente vermelha, apropriada para tal tipo de cultivo”.

Através da leitura de um mapa do município de Ribeirão Preto sem data elaborado pelo Departamento Geográfico e Geológico (1935-1938) do Núcleo Curadoria do Acervo Histórico, Centro Museu Geológico do Instituto de mesmo nome vinculado  Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, foi possível identificar um conjunto de casas no local denominado “Mombuca”, a ligao por um ramal férreo pertencente  Fazenda Guatapar, interligando a possível plantao de mandioca e a fábrica de farinha de mandioca.

1. A pesquisadora teve acesso a este documento por meio da pesquisadora Lílian Almeida a qual tinha contato pessoal com Laudir Vicente da Silva. A inteno do autor desse documento era que o mesmo fosse publicado como livro, contando algumas de suas memórias de sua trajetória de vida. O documento intitulado, “A trajetória de Vida – Pedro Mombuca” conta vários relatos que coincidem com as hipóteses desta pesquisa.
2. Estao ferroviária no interior da propriedade que levava o nome da esposa de Martinico Prado, a mesma era próxima ao conjunto de casas onde se concentrava a maioria dos japoneses da primeira imigrao.
3. Denominao do conjunto de casas onde foram instalados os japoneses da primeira imigrao.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A duas imigrações ocorridas, sendo a primeira ocorrida entre 1908 a 1923 e a segunda ocorrida no pós Segunda Guerra a partir de 1962 eram consideradas pelos imigrantes da última como sendo independentes, tratando-se apenas de uma coincidência. De fato, não existe qualquer ligação familiar entre as famílias das duas frentes, enquanto alguns descendentes dos primeiros imigrantes formaram outros núcleos coloniais fora do território em estudo, poucos deles permaneceram, apenas três partiram para a fundação da Vila Guataparará, o novo distrito instalado à beira do Rio Mogi e no entroncamento das duas linhas férreas, Paulista e Mogiana, conhecido como porto. Já o território denominado Mombuca, tendo um solo pobre devido às suas características de mata de transição (Cerrado e Mata Atlântica), logo após a decadência da produção cafeeira, era considerada uma área de pouco valor agrícola e também por ser composta de grande área de várzea inundada, potencial causador da malária, no máximo atendia como uma zona periférica de plantio de mandioca e outros subprodutos da propriedade agrícola.

Além da resiliência, característica do povo japonês, o domínio de técnicas agrícola fez com que a instalação do Núcleo Colonial, desse continuidade às características e a vocação do município de Guataparará, que até hoje tem sua base econômica a produção de raiz-de-lótus nos lotes marginais ao Rio Mogi-Guaçu por sistema de irrigação e drenagem por canais, obra idealizada pela frente imigratória do pós-guerra.

A Fazenda Guataparará carregava por suas canaletas de alvenaria, aproveitando o relevo, as cerejas de café até a casa de beneficiamento até o fim da prática do cultivo do café, e após sua decadência e falência da propriedade agrícola, e hoje se mantém economicamente pelos canais de irrigação e drenagem idealizados pelo povo japonês

## REFERÊNCIAS

100 anos da Imigração Japonesa. (2008). *100 anos da imigração japonesa*. Acesso em 16 de novembro de 2018, disponível em <http://www.ndl.go.jp/brasil/pt/greetings.html>

Associação Agro-Cultural e Esportiva de Guataparará. (2017). *Livro Comemorativo 50º Aniversário da Colônia Guataparará*. Guataparará: Mil Folhas.

DAIGO, M. (1988). *A mata das Ilusões*. Rio de Janeiro: Marques Saraiva.

HAKKOSHIA, N. (s.d de s.d de s.d). *História da Imigração - As razões do Brasil, os motivos do Japão*. Acesso em 21 de Maio de 2019, disponível em Imigração Japonesa: museus, história e Depoimentos: <http://www.imigracaojaponesa.com.br/index.php/nossa-historia/historia-da-imigracao-parte-1/>

HANDA, T. (1987). *O imigrante japonês - História de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz.

HOMMA, A. K. (2016). *A IMIGRAÇÃO JAPONESA IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*. Brasília, Distrito Federal: EMBRAPA.

LEVI, M. S. (1974). O papel da imigração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*, 49-90.

NOGUEIRA, A. R. (1973). *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908 - 1922)*. São Paulo: IEB/USP.

PADILHA, D. L. (1989). *CAC, cooperativismo que deu certo*. São Paulo: Cooperativa Agrícola de Cotia, Cooperativa Central.

PRADO, M. L. (1944). *IN MEMORIAM Martinho Prado Júnior: 1843-1943*. São Paulo: Elvino Pocai.

ROSARIO, D. C. (junho de 1998). Iniciação Científica. *Inventário Arquitetônico do Município de Guataparã*. Ribeirão Preto, São Paulo: Universidade Paulista - UNIP.

SILVA, L. V. (s.d.). *A trajetória de Vida - Pedro Mombuca*. 288. Guataparã, São Paulo.

TOYAMA, O. (2009). *Cem anos de águas corridas da comunidade japonesa*. São Paulo: AGWM.

VISÃO. (19 de Janeiro de 1962). *Guataparã será colônia piloto. Guataparã será colônia piloto*.

# CAPÍTULO 14

## MÍDIA E CAMPANHA DA FRATERNIDADE, CAMINHO PASTORAL PARA A JUSTIÇA E A PAZ

*Data de aceite: 01/08/2020*

*Data de submissão: 04/05/2020*

**Leila Maria Orlandi Ribeiro**

FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Minter FAJE-FATEO. Belo Horizonte – Minas Gerais.  
<http://lattes.cnpq.br/7907993726802269>

**RESUMO:** O artigo sobre o tema “A utilização da mídia na divulgação da Campanha da Fraternidade – CF e seus efeitos pastorais” apresenta o objetivo de destacar a importância da mídia para o caminho da fraternidade. Inicia com os aspectos positivos e negativos da utilização dos recursos midiáticos na religião, passa pelo histórico da CF no Brasil, chegando aos efeitos da sua divulgação na mídia como caminho pastoral para a justiça e a paz. A metodologia utilizada foi a da pesquisa teórica em autores que tratam sobre o assunto. Destaca-se a interrogação: até que ponto a mídia vem sendo utilizada na divulgação e na disponibilização dos materiais elaborados pelos responsáveis da Campanha da Fraternidade, e quais são seus efeitos? Conclui-se que as ações pastorais derivadas da Campanha da Fraternidade dizem respeito à sociedade como um todo, visando assegurar os direitos humanos mais elementares da pessoa para que possa viver com dignidade e fraternidade. Não resta dúvida de que o uso da mídia traz excelentes benefícios às ações pastorais que dela podem ser derivadas. Porém, por outro lado, os novos instrumentos de comunicação apresentam alguns pontos negativos que merecem atenção e que devem

ser considerados. E o que se constata é que o uso da mídia na religião ainda é incipiente, produzindo tímidos efeitos pastorais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fraternidade, mídia, pastoral, justiça; paz.

### MEDIA AND FRATERNITY CAMPAIGN, PASTORAL PATH TO JUSTICE AND PEACE

**ABSTRACT:** The article on “The use of the media in the dissemination of the Fraternity Campaign - CF and its pastoral effects” has the objective of highlighting the importance of the media for the path of fraternity. It begins with the positive and negative aspects of the use of media resources in religion, goes through the history of CF in Brazil, and reaches the effects of its dissemination in the media as a pastoral path to justice and peace. The methodology used was that of theoretical research in authors that deal with the subject. The question stands out: to what extent has the media been used to disseminate and make available the materials prepared by those responsible for the Fraternity Campaign, and what are their effects? It is concluded that the pastoral actions derived from the Fraternity Campaign concern society as a whole, aiming to ensure the most basic human rights of the person so that he can live with dignity and fraternity. There is no doubt that the use of the media brings excellent benefits to the pastoral actions that can be derived from it. However, on the other hand, the new communication instruments have some negative points that deserve attention and that must be considered. And what is found is that the use of media in religion is still incipient, producing timid pastoral effects.

**KEYWORDS:** Fraternity, media, pastoral, justice, peace.

## 1 | INTRODUÇÃO

É inquestionável a importância da mídia nos dias de hoje, inclusive no campo religioso e político, com efeitos na ação pastoral da igreja. Os meios de comunicação possibilitam aos líderes sua interferência na sociedade, e vice-versa, com amplas consequências sociais e políticas. Contudo, a despeito dos benefícios, as precauções quanto ao uso da tecnologia também devem ser consideradas.

Dentre as iniciativas religiosas com efeitos pastorais, destaca-se a Campanha da Fraternidade (CF), promovida a cada ano pela Igreja Católica e as demais Igrejas cristãs. Em 2019, a Campanha apresenta como um de seus objetivos incentivar a participação dos cidadãos cristãos na construção de políticas públicas. Nesse sentido, a mídia favorece a acessibilidade a toda a população aos conteúdos e à proposta da campanha, possibilitando ações pastorais. Diante da importância da mídia na religião, em particular na CF, o presente estudo tem por objetivo verificar: até que ponto a mídia vem sendo utilizada na divulgação e na disponibilização dos materiais elaborados pelos responsáveis da Campanha da Fraternidade? Qual seu alcance pastoral junto à sociedade? Quais efeitos pastorais produzem sua divulgação? No intuito de atingir o objetivo e responder essas indagações, buscar-se-á: 1 Identificar os aspectos positivos e os negativos da utilização da mídia na religião e na política; 2 Conhecer a origem e o histórico da CF no Brasil e sua divulgação pela mídia; 3 Verificar até que ponto surte efeitos pastorais a divulgação da CF na mídia.

## 2 | ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA UTILIZAÇÃO DA MÍDIA NA RELIGIÃO E NA POLÍTICA

A palavra mídia é largamente empregada para explicar os acontecimentos do processo político, com os mais variados significados. Tomaremos o sentido de mídia como o conjunto de meios de comunicação, de difusão e divulgação de informação, de veiculação de mensagens, suportes de campanhas publicitárias e de propaganda. Abrangem esses meios: o rádio, o cinema, a televisão, a imprensa, os satélites de comunicações, os meios eletrônicos e telemáticos de comunicação, computadores, celulares, dentre outros.<sup>1</sup>

Concretamente, quando falamos da mídia, estamos nos referindo ao conjunto das emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), de jornais e de revistas, do cinema e das outras diversas instituições que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de massa.<sup>2</sup>

Nesse sentido, não resta dúvida que o uso da mídia traz excelentes benefícios à religião, quanto ao alcance do fim que se propõe, inclusive com efeitos pastorais, divulgando suas propostas e comunicações. Porém, por outro lado, os novos instrumentos de comunicação apresentam também pontos negativos, que merecem atenção.

De forma geral, dentre os aspectos favoráveis da mídia, destacam-se: o encurtamento

1. Informação disponível em: [https://www.google.com.br/search?q=o+que+%C3%A9+m%C3%ADdia&rlz=1C1EJ-FC\\_enBR838BR838&oq=o+qu&aqs=chrome.0.69i59j69i57j0l4.3024j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com.br/search?q=o+que+%C3%A9+m%C3%ADdia&rlz=1C1EJ-FC_enBR838BR838&oq=o+qu&aqs=chrome.0.69i59j69i57j0l4.3024j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8). Acesso em 31.03.2019.

2. LIMA, V.A. Sete teses sobre a relação Mídia e Política. Mimeo, 2003. Apud GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/2469/1287>. Acesso em: 31.03.2019. Pág. 57.

da distância entre as pessoas; de certo modo, a inclusão social é facilitada, já que os indivíduos têm possibilidade de contato com o mundo todo, tornando possível o acesso a notícias e acontecimentos em nível mundial; a realização imediata de atividades, não só religiosas e políticas, como também recreativas e profissionais, deixam de ser problema, já que são vencidas as dificuldades de tempo, distância e de locomoção; além de que o acesso às informações desperta sempre mais o interesse por novos conhecimentos, o que leva a população a maiores expectativas e aspirações.

Por outro lado, é inegável que o uso da mídia demanda cuidados especiais, já que o avanço da tecnologia ocorre em velocidade vertiginosa. Dentre os pontos negativos do uso da mídia, pode-se destacar: a grande parcela da população que se sente excluída do uso da tecnologia, pois lhe faltam até mesmo os recursos financeiros mínimos para a aquisição dos bens essenciais de sobrevivência; outros, sem a instrução necessária, não sabem como utilizá-la, como é o caso das pessoas com mais idade que não acompanharam desde cedo as novas tecnologias; há também pessoas com certas deficiências, com impedimentos para acessar os meios tecnológicos; além disso, corre-se o sério risco de as interações entre as pessoas ficarem mais distantes, pelo uso excessivo das mídias sociais. Nesse sentido, a fé cristã valoriza a **presença pessoal**, enquanto a invasão midiática afasta as pessoas dos **espaços presenciais**<sup>3</sup>. Outra situação é a falta de segurança da informação e de privacidade; bem como as famosas “fake news”, tão em voga e comentadas ultimamente, com sérias e perniciosas consequências; os “memes” e as “chacotas”, principalmente religiosas e políticas.

Muitas vezes pensa-se que linguagem e comunicação são como que duas faces de uma mesma moeda, mas não é bem assim. Há de se considerar o conteúdo proposto e a mensagem informativa de um lado, e, de outro, a força e a eloquência performativa da própria mensagem como formadora de opinião. Esta é a distinção entre linguagem e comunicação<sup>4</sup>: a linguagem autoritária enfeita tudo. Atrás de uma aparência libertadora, o autoritarismo na comunicação busca que continue tudo no mesmo, utilizando até um paradoxo muito expressivo, de perseguição aos “perturbadores” da ordem estabelecida, esvaziando os termos da verdadeira libertação.<sup>5</sup> E nisso também a mídia por vezes é dolorosa na sua colaboração.

Diante dos pós e contras em relação ao uso da mídia e de seus riscos, não tendo como voltar atrás na era do conhecimento e no avanço da técnica e da tecnologia, a sociedade se depara com um novo desafio: o de desenvolver o espírito crítico desde a mais tenra idade e cuidar para as pessoas não se deixarem dominar pela força dos novos instrumentos de comunicação. Como cidadão consciente e participativo, o homem não pode se alienar dos fatos que ocorrem ao seu redor.

### **3 | ORIGEM E HISTÓRICO DA CF NO BRASIL E SUA DIVULGAÇÃO NA MÍDIA COM VISTAS À AÇÃO PASTORAL**

Quem nos conta a origem da Campanha da Fraternidade é o próprio Dom Eugênio Sales (1920-2012), um dos seus idealizadores.<sup>6</sup> Pouco antes do Concílio Ecumênico

3. LIBANIO, 2014, p. 116.

4. VIDE, Vicente, 2013, p. 62-63.

5. SEGUNDO, 1978, p. 6-7.

6 SALES, Eugenio. Bispo. Origens da Campanha da Fraternidade. Disponível em: <https://domeugeniosales>.

Vaticano II (1962-1965), alguns jovens padres, sob a coordenação do Bispo Dom Eugênio, reuniam-se em Natal-RN para refletir sobre a vida pastoral da Igreja e o atendimento das necessidades sociais e políticas do Brasil. Desses encontros surgiram várias iniciativas, dentre elas o primeiro Regional da CNBB, as escolas radiofônicas, as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base e também a Campanha da Fraternidade – CF. Destacam-se, dentre essas iniciativas, a preocupação com a utilização da mídia em prol da educação, por meio de programas escolares e de alfabetização, e as Campanhas da Fraternidade.

Na época, a Igreja, recebendo suporte financeiro da Europa, principalmente da Alemanha, inspirou-se nas iniciativas que de lá foram trazidas, e, adaptando-as à realidade brasileira, algumas foram implementadas, dentre elas a Campanha da Fraternidade, com dupla finalidade: evangelizadora e social. A primeira Campanha da Fraternidade em 1962, ficou restrita à Arquidiocese de Natal, que, conforme os costumes dos países de origem, destinou um dia para angariar donativos à Igreja e ao mundo subdesenvolvido, o que veio a ter continuidade até os dias de hoje.

Em 1963, Dom Helder Câmara (1909-1999), então Secretário Geral da CNBB, convocou os Bispos do Brasil a realizarem a Campanha da Fraternidade em nível nacional. O assunto foi tratado pelo Episcopado reunido em Roma para o Concílio, e em dezembro de 1964 foi aprovada a realização da Campanha em nível nacional, dando oportunidade aos fiéis de assumirem ações pastorais com responsabilidades na manutenção das obras políticas, sociais e assistenciais da Igreja Católica. São de Dom Hélder os dizeres, em relação à importância da ação pastoral na política:

A consciência ingênua acha que nas questões políticas o melhor é a neutralidade, pois comprometer-se é perigoso. A consciência crítica sabe que meter-se em política é ocupar-se das causas do povo. Não tem medo de comprometer-se, pois considera o risco da luta mais vantajoso do que a escravidão do pacifismo.<sup>7</sup>

Seguindo seu idealizador, na sua trajetória nacional desde 1964, por três vezes a Campanha expandiu sua ação para além das fronteiras do catolicismo com ações ecumênicas, incluindo a comunhão com outras igrejas cristãs (em 2000, 2005 e 2010). Desde 1964 até 2019, os temas visaram: na primeira fase (1964-1972), a renovação Interna da Igreja; na segunda fase (1973-1984), a preocupação da Igreja com a realidade social do povo, denunciando o pecado social e promovendo a justiça; e na terceira fase (1985 aos dias atuais), a igreja volta-se para as situações existenciais do povo brasileiro.

Todos os anos a CNBB vem apresentando a CF como caminho de conversão quaresmal. Consta de uma atividade de evangelização que pretende ajudar os cristãos e pessoas de boa vontade a vivenciarem a fraternidade com compromissos concretos, provocando, ao mesmo tempo, ações pastorais com vistas à renovação da vida da Igreja e a transformação da sociedade, a partir de temas de interesse social.

Em 2019, a Conferência convida todos os brasileiros a percorrer o caminho pastoral da participação na formulação, avaliação e controle social das políticas públicas em todos os níveis como forma de melhorar a qualidade dos serviços prestados ao povo brasileiro.

Perante a realidade social e política do país, a CF 2019 trabalha o tema “Fraternidade e

[webnode.com.br/origem-da-campanha-da-fraternidade/](http://webnode.com.br/origem-da-campanha-da-fraternidade/). Acesso em: 31.03.2019

7. Blog oficial do Idheg. Instituto Dom Helder. Disponível em: [Camarahttp://institutodomhelder.blogspot.com/2017/03/um-olhar-sobre-cidade-consciencia.html](http://institutodomhelder.blogspot.com/2017/03/um-olhar-sobre-cidade-consciencia.html). Acesso em: 31.03.2019.

Políticas Públicas”, com o lema “Serás libertado pelo direito e pela justiça” (Is 1, 27).

Com a Campanha da Fraternidade 2019, a Igreja no Brasil pretende estimular a participação dos cristãos em ações pastorais tendo como referência as políticas públicas, à luz da Palavra de Deus e da Doutrina Social da Igreja, com vistas a fortalecer a cidadania e o bem comum como sinais de fraternidade. Trazendo à tona a reflexão sobre até que ponto as políticas públicas atingem a vida diária de todos os cidadãos brasileiros, a Campanha desperta a consciência sobre o que pode ser feito para melhorar ações pastorais, com vistas a acompanhar a fiscalização das políticas adotadas. “Nesse sentido, importante é a presença da Igreja, por meio do clero e dos leigos, na busca, na participação e na resolução dos problemas sociais e em todo processo de formulação das Políticas Públicas”, afirma o texto-base da CF 2019, item 27.

Sendo assim, quanto mais divulgada pela mídia, mais a CF oferece oportunidade para a religião dialogar com a sociedade sobre os interesses que a perseguem, bem como sobre seus valores e influências na política oficial. Além disso, as iniciativas decorrentes desse diálogo buscam integrar interesses inter-religiosos na sociedade democrática, por meio do diálogo com as religiões cristãs, buscando também o diálogo inter-religioso.

#### **4 | A UTILIZAÇÃO DA MÍDIA NA CF 2019 E SEUS EFEITOS PASTORAIS**

A CF 2019 foi lançada na mídia e à sociedade no dia 6 de março, na sede provisória da CNBB, em Brasília-DF, pelo Cardeal Dom Sergio da Rocha, presidente da CNBB, estando presentes também Dom Leonardo Steiner, secretário-geral da CNBB, e Raquel Dodge, procuradora-geral da República, além de demais autoridades. O lançamento foi transmitido ao vivo pela Rede Vida de Televisão, Rede Nazaré de Televisão e Rede Século 21, e em outros horários pela TV Horizonte, TV Imaculada e TV Evangelizar.

Na abertura, o texto-base foi distribuído aos jornalistas, contendo, dentre outros assuntos, o ciclo e etapas de uma política pública, a distinção entre as políticas de governo e as políticas de Estado e apresentando os canais de participação social, como os conselhos previstos na Constituição Federal de 1988.<sup>8</sup>

A mídia mais utilizada para divulgação da CF é a internet, com alguns vídeos, destacando-se dentre eles o Curso sobre a Campanha da Fraternidade 2019, com Pe. Paulo Renato, assessor político da CNBB<sup>9</sup>. Outros materiais são produzidos e disponibilizados gratuitamente em um kit, pela internet, contendo: áudio do hino, caderno de cifras e partituras, slide para data show, cartaz da CF e vídeo do hino<sup>10</sup>. São disponibilizados também para compra pela internet: manual com oração da CF, hino, texto base, encontros catequéticos para crianças jovens e adolescentes, círculos bíblicos, via-sacra, vigília eucarística, adoração, celebração ecumênica, subsídios para o ensino fundamental, médio e superior, e também livretos com roteiro de encontros para as famílias sobre a CF, além de CD, DVD, camisetas, panfletos informativos quaresmais, texto “Fraternidade Viva”, cartão postal e adesivo.<sup>11</sup>

8. Informações extraídas do site: <http://www.cnbb.org.br/cnbb-lanca-campanha-da-fraternidade-2019-em-brasilia-df/> Acesso em: 31.03.2019

9. Ver <https://www.youtube.com/watch?v=-KnikyvKNgs>. Acesso em: 31.03.2019

10. Informações extraídas do site: <http://materiais.edicoescnbb.com.br/kit-cf-2019>. Acesso em: 31.03.2019.

11. Informações extraídas do site: [https://www.google.com.br/search?q=material+sobre+a+campanha+da+fraternidade+2019&rlz=1C1EJFC\\_enBR838BR838&oq=material+sobre+a+Campanha+&aqs=chrome.1.69157j0l5.12564j0j8&](https://www.google.com.br/search?q=material+sobre+a+campanha+da+fraternidade+2019&rlz=1C1EJFC_enBR838BR838&oq=material+sobre+a+Campanha+&aqs=chrome.1.69157j0l5.12564j0j8&)

Também, houve alguns lances na TV aberta sobre a presença de Dom Sérgio da Rocha no Senado e na Sessão Solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.

Como efeito da divulgação da CF na mídia, podem-se citar os eventos nas paróquias promovidos pelas Comissões de Justiça e Paz, como as cerimônias de abertura, a distribuição ou venda dos livretos da Campanha da Fraternidade em Família, com roteiros para 5 reuniões e via-sacra, as celebrações litúrgicas e palestras ou explicações. Outras atividades sociais e ambientais também foram derivadas de campanhas da Fraternidade anteriores, como: coleta seletiva do lixo, reutilização do óleo para fazer sabão, utilização de garrafas “pet” para objetos de decoração etc.

Várias são as possibilidades pastorais decorrentes da CF 2019, estimulando-nos a ser um povo com espírito cidadão em vista do bem comum, por meio da participação em atividades sociais e de cidadania, com vistas ao bem comum. Dentre elas, citam-se: participação audiências públicas, nos Conselhos Gestores ou de Direitos; em Conferências, Fóruns e Reuniões; nas pastorais sociais, com as pessoas em situações de marginalização, exclusão e injustiça; o empenho pelo uso dos serviços públicos de forma consciente; na resolução de situações agravantes dos direitos sociais; nos seminários, debates, rodas de conversa, com estabelecimento; criação de observatórios sociais e de ouvidoria, diagnóstico, pesquisa, comunicação e monitoramento das políticas públicas; na participação dos leigos na política; na participação popular para o controle social de gestão participativa; ao tomar parte nos Conselhos Paritários de Políticas Públicas, nos conselhos de escola, na coleta de assinaturas para projetos de lei de iniciativa popular, nos comitês de combate à corrupção eleitoral e da Lei da Ficha Limpa; em seminários, cursos e encontros de conscientização e formação política; nos conselhos de Controle Social das políticas públicas (Conselhos de Saúde e/ou Educação e/ou Segurança Pública, Conferências de Saúde e/ou Educação e/ou Segurança Pública); no atendimento humanizado, acolhedor, de qualidade e digno a todo cidadão em qualquer estabelecimento público; no equilíbrio justo e oportuno de todos os brasileiros nos campos sociais, como a saúde pública, a segurança e a educação; em parcerias com Defensoria Pública, Controladoria Geral, Advocacia Geral, Procuradoria, Procon, Ministério Público, Fóruns de Justiça; na superação das injustiças; nas ações junto às famílias sobre o significado de uma sociedade justa e solidária.<sup>12</sup>

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que as propostas pastorais decorrentes da Campanha da Fraternidade dizem respeito a toda a sociedade em suas várias dimensões, visando assegurar os direitos humanos mais elementares para que cada pessoa possa viver com dignidade, podem-se considerar como tímidos e até mesmo incipientes os efeitos da sua divulgação. Divulgam-se apenas seu lançamento e não sua implantação, acompanhamento e avaliação. Tampouco dentro da própria Igreja, se sabe quais atividades estão sendo desenvolvidas. Quais serão as comunidades que estão trabalhando pastoralmente?

A mídia, com forte poder de influência sobre os processos políticos, tem função

---

sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 31.03.2019.

12. In: SILVA, Luis Fernando. Sobre a oportunidade singular criada pela CF 2019. Disponível em: <https://observatoriodaevangelizacao.wordpress.com/2019/02/18/sobre-a-oportunidade-singular-criada-pela-cf-2019/>. Acesso em: 31.03.2019.

primordial no mundo contemporâneo. Seu papel e sua capacidade de representar a realidade, bem como refletir sobre ela, contribui para a formação de uma determinada visão de mundo por parte dos indivíduos, não só informando, como gerando opiniões sobre fatos da religião e da política, que repercutem em ações pastorais. Porém, a despeito de sua importância, o conceito de mídia ainda é insuficiente para se compreender as complexidades de seu lugar no mundo contemporâneo. O uso da mídia na religião e nas consequentes ações pastorais ainda se dá de forma tímida e pouco faz parte das preocupações dos responsáveis em nível de comunicação social.

Espera-se que, perante a realidade social e política do país, abram-se caminhos para as investigações sobre a utilização da mídia no processo religioso e político brasileiro, contribuindo assim para a melhoria da sociedade com ações pastorais que visem a fraternidade e o bem comum. “Os leigos cumprirão mais cabalmente sua missão de fazer com que a igreja ‘aconteça’ no mundo, na tarefa humana e na história”.<sup>13</sup> “Maior abertura de mentalidade para entender e acolher o ‘ser’ e o ‘fazer’ do leigo na Igreja, que por seu batismo e sua confirmação é discípulo e missionário de Jesus Cristo”<sup>14</sup>

Passados mais de 50 anos do Concílio Vaticano II, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reconhece que os leigos ainda não têm participado “em toda a sua profundidade e extensão”<sup>15</sup>, principalmente junto à sociedade. É urgente “abrir espaços de participação, estimular a missão, (...) para fazer crescer a participação e o protagonismo dos leigos na corresponsabilidade e na comunhão de todo o povo de Deus.”<sup>16</sup>

Sobre a atuação social dos leigos, como também nas atividades internas da Igreja, o Papa Francisco se manifesta no documento “Alegria do Evangelho”, (*Evangelii Gaudium* - EG), reconhecendo que muitas vezes o leigo restringe-se a atuar muito dentro da própria Igreja, deixando de dar a devida atenção aos valores cristãos nas realidades sociais, políticas e econômicas do mundo em que vive. A ação dos leigos “limita-se muitas vezes às tarefas no seio da Igreja, sem um empenhamento real pela aplicação do Evangelho na transformação sociedade”.<sup>17</sup> Prepará-los para atuar nos desafios da sociedade, à luz da fé cristã, eis o desafio de uma Igreja em saída!

## REFERÊNCIAS

CNBB. Campanha da Fraternidade 2019: texto-base. Brasília, DF: CNBB, 2018.

\_\_\_\_\_. *Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade – Sal da Terra e Luz do Mundo - Documento 105*. BSB: CNBB, 2016.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). **A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio**: conclusões de Medellín (1968). 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1971.

\_\_\_\_\_. **Documento de Aparecida** (2007). Disponível em: <https://www.franciscanos.org.br/wp-content/uploads/2012/05/docaparecida.pdf>. Acesso em: 09.03.2019.

13. Medellín, n. 10 e 12.

14. DAp, n. 213.

15. CNBB, Documento 105, n. 1.

16. Idem, n. 3.

17. EG, n. 102.

\_\_\_\_\_. **Documento de Puebla** (1979). Disponível em: <https://spirandiopadre.wordpress.com/documento-de-puebla-texto-integral/>. Acesso em 31.03.2019.

FRANCISCO, PAPA. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium** – EG – A Alegria do Evangelho. São Paulo: Paulinas, 2013.

LIBANIO, J. B. **Introdução à Teologia Fundamental**. SP: Paulus, 2014.

LIMA, V.A. **Sete teses sobre a relação Mídia e Política**. Mimeo, 2003. Apud

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/2469/1287>. Acesso em: 31.03.2019.

MOREIRA, Gil Antônio, Dom. Leigos numa Igreja em saída. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/leigos-numa-igreja-em-saida/> Acesso em: 10.05.2019.

SALES, Dom Eugenio. Origens da Campanha da Fraternidade. Disponível em: <https://domeugeniosales.webnode.com.br/origem-da-campanha-da-fraternidade/>. Acesso em: 31.03.2019

SEGUNDO, Juan Luis. **Libertação da teologia**. São Paulo: Loyola, 1978.

SILVA, Luis Fernando. **Sobre a oportunidade singular criada pela CF 2019**. Inc.

THEOBALD, Christoph. **Transmitir um Evangelho de liberdade**. São Paulo: Loyola, 2009.

VIDE, Vicente. **Comunicar la fe em la ciudad secular**. Maliaño, Cantabria: Sal Terrae, 2013.

Sites consultados:

BLOG oficial do Idheg. Instituto Dom Helder. Disponível em: [Camarahhttp://institutodomhelder.blogspot.com/2017/03/um-olhar-sobre-cidade-consciencia.html](http://institutodomhelder.blogspot.com/2017/03/um-olhar-sobre-cidade-consciencia.html). Acesso em: 31.03.2019.

CNBB lança Campanha da Fraternidade 2019 em Brasília (DF). Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/cnbb-lanca-campanha-da-fraternidade-2019-em-brasilia-df/>. Acesso em: 31.03.2019.

<http://materiais.edicoescnbb.com.br/kit-cf-2019>. Acesso em: 31.03.2019.

<http://www.cnbb.org.br/cnbb-lanca-campanha-da-fraternidade-2019-em-brasilia-df/> Acesso em: 31.03.2019.

<https://observatoriodaevangelizacao.wordpress.com/2019/02/18/sobre-a-oportunidade-singular-criada-pela-cf-2019/>. Acesso em: 31.03.2019.

<https://portalkairos.org/resumo-e-estudo-do-texto-base-da-campanha-da-fraternidade-2019/#ixzz5jnNT9bQm>. Acesso em: 31.03.2019.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha\\_da\\_Fraternidade](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_da_Fraternidade). Acesso em: 22.04.2019.

[https://www.google.com.br?q=material+sobre+a+campanha+da+fraternidade+2019&rlz=1C1EJFC\\_enBR838BR838&oq=material+sobre+a+Campanha+&aqs=chrome.1.69i57j0l5.12564j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com.br?q=material+sobre+a+campanha+da+fraternidade+2019&rlz=1C1EJFC_enBR838BR838&oq=material+sobre+a+Campanha+&aqs=chrome.1.69i57j0l5.12564j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8). Acesso em: 31.03.2019.

[https://www.google.com.br/search?q=o+que+%C3%A9+m%C3%ADdia&rlz=1C1EJFC\\_enBR838BR838&oq=o+qu&aqs=chrome.0.69i59j69i57j0l4.3024j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com.br/search?q=o+que+%C3%A9+m%C3%ADdia&rlz=1C1EJFC_enBR838BR838&oq=o+qu&aqs=chrome.0.69i59j69i57j0l4.3024j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8). Acesso em 31.03.2019

<https://www.youtube.com/watch?v=-KnikyvKNgs>. Acesso em: 31.03.2019.

# CAPÍTULO 15

## O CANTO DE CLEMENTINA DE JESUS: UMA APRESENTAÇÃO SINCRETICA ENGAJADA MANIFESTADA A PARTIR DA DÉCADA DE SESSENTA

Data de aceite: 01/08/2020

### Terezinha do Socorro da Silva Lima

Mestre do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Pará – UEPA; Especialista em Educação para as Relações Étnicorraciais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA; Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará – UFPA; e Servidora efetiva do IFPA/Reitoria como Técnica de nível superior.

**RESUMO:** A música através da arte foi um mediador para a cantora Clementina de Jesus se afirmar nos locais por onde passou mobilidade que surgiu ainda na adolescência quando foi convidada para cantar como pastora no festejo religioso alusivo a jornada dos Reis Magos à Belém. João Cartolina foi a pessoa responsável que contribui muito para que posteriormente a cantora mostrasse o seu talento. Cartolina era mestre festeiro, liderança na comunidade que em dezembro ensaiava as moças para a noite Santa percorrer as casas dos vizinhos colhendo donativos. Ao final do século XIX os negros viviam um momento de grande visibilidade de exclusão no que se refere à afirmação de uma identidade, pois o contexto anunciava um país agroexportador para uma incipiente indústria, logo uma reorganização societária. É nesse sentido que se forma uma excludente desigualdade social, levando em consideração que em nenhum momento da história em especial a brasileira

se organizou um plano voltado aos mesmos para que viesse contemplar com mudanças econômicas, política e social (Costa, 2017, p.68). O presente artigo parte do pressuposto que o canto de Clementina a partir da década de sessenta foi expressões que ressignificaram uma religiosidade e ao mesmo tempo pode atribuir valores, até então não extinto para esse povo, assim a motivação para essa discussão é socializar um ensaio a respeito de seu canto. O canto que se fez visível através da música. De acordo com Costa, através da obra intitulada como *“Batuque: espaços e práticas de reconhecimento da identidade Étnico-racial”*, uma das categorias utilizadas para entender uma cultura rica em traços construídos de valores e de pluralidade cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Clementina de Jesus, Cultura afro-brasileira, Música; Religiosidade.

**ABSTRACT:** The music through art was a mediator for the singer Clementina de Jesus to affirm herself in the places where she passed, a mobility that emerged as a teenager when she was invited to sing as a pastor in the religious feast dedicated to the journey of the Magi to Bethlehem. the responsible person who contributed so much that the singer later showed his talent, was a celebratory teacher, community leader who in December rehearsed the girls for the Holy Night to go through the houses of the neighbors collecting donations. At the end of the nineteenth century, blacks lived in a moment of great visibility of exclusion as regards the affirmation of an identity, for the context announced an agro-exporting country for an incipient industry, then a corporate reorganization. It is in this sense that an exclusive social inequality is formed, taking into account that in no particular moment of Brazilian

history was a plan directed to the same ones that contemplated with economic, political and social changes (Costa, 2017, p.68). The present article assumes that the Clementine song from the sixties were expressions that reaffirmed a religiosity and at the same time be able to attribute values, until then not extinct for this people, so the motivation for this discussion is to socialize an essay to respect your singing. The song that was made visible through the music. According to Costa, through the work entitled “Batuque: spaces and practices of recognition of ethnic-racial identity,” one of the categories used to understand a culture rich in values-built traits is cultural plurality, as it is now seen as a field of affirmation of the diverse identities that form the Brazilian nation.

**KEYWORDS:** Clementina de Jesus, Afro-Brazilian culture, Music, Religiosity.

## 1 | A CONSTRUÇÃO CULTURAL DE UM POVO

A história do povo negro no período escravocrata foi construída em cima de violência, as mais diferentes formas, a reconstituição dessa população em se afirmarem, enquanto povo em uma nação alheia permitiu que essa reconstituição acontecesse também de maneira desordenada, logo o que se pode afirmar é que os mesmos estrategicamente tiveram caminhos diversos de organização sincrética, como forma de uma construção indenitária. Assim, os laços de solidariedade ao final do século XIX entre as diferentes etnias favoreceram meios encontrados de sobrevivências.

Clementina de Jesus nasceu no município de Valença em 1901, quatorze anos já havia se passado da abolição da escravidão, a cidade pertence à zona de Resende, microrregião do Vale do Paraíba, vizinha a região do médio Vale do Paraíba. Mas, através da memória oral, pode acompanhar o sofrimento dos seus ancestrais. Em 1860, os escravos de Valença nos últimos anos do império tinham diferentes procedências, em razão do intenso tráfico interprovincial, dessa forma os mesmos alternavam os momentos duros de seu cotidiano com outros, as atividades de devoção e lazer. A música nesse momento tornou-se o acalanto, começava a ter um papel fundamental, pois foi através dela que os negros criaram mecanismo de resgate cultural, proveniente de outras regiões do Brasil, como o Lundu, dança que vem do batuque banto, até o Samba de Partido-alto, e outros gêneros musicais presentes na memória do Canto de Clementina de Jesus.

No que se refere à religiosidade de Clementina, enquanto pertencente à religião católica, acredita-se que os ancestrais do seu povo banto, tinham como momento de lazer assistir à missa aos domingos e dias santos, nas fazendas, cuja religião dos portugueses era a cristã, havia na relação escravos e senhores um comprometimento de obediência aos seus senhores. Portanto, para entender a posição de Clementina como religiosa cristã (catolicismo), ela que em depoimento sempre se afirmava pertencer a essa filosofia religiosa. Portanto, podemos afirmar que o sincretismo dos negros bantos, parte desse ponto. Outra interpretação que colabora para tal questionamento, é que o processo de catolização na região do Congo e Angola, ainda no século XV, vêm com os primeiros portugueses que se fixaram na área. Em 1518 o filho do rei Congo Mbemba-a-Nzinga era sagrado pela igreja Romana como o primeiro bispo católico africano. (LOPES, 2001, p. 58).

Cabe aqui pontuarmos, que o povo negro quando veio como cativos para outras localidades, de uma forma geral eram batizados á força em uma cerimônia rápida e superficial, com o argumento que na nova “terra” havia adversidades e, eles estariam com a proteção divina, então podemos evidenciar que esse povo já trazia consigo o pertencimento

de uma filosofia religiosa, nesse caso o catolicismo.

Dessa forma, a eles só restaram às lembranças que se perpetuaram na memória, conceitos estereotipados, que até hoje são extremamente difíceis de apagar. Logo, foi dessa maneira que a população negra ao longo dos séculos foi exposta as diferentes formas de crueldades. A partir do momento que eles saíram de sua nação para serem escravizados em outros países, se utilizavam da música ou da dança consecutivamente como instrumento específico ritualístico que retrata um contexto social (LOPES, 2011, p. 55-56).

Outra reflexão pertinente que podemos referenciar, na obra de Carmo (2012) que no século XX, foi bem intensa a questão do preconceito em relação aos negros, autores como Robert Slene, Nina Ribeiro e Gilberto Freire, vêm fazer uma abordagem em torno do negro e o contexto, assim era associado o Jongo com a macumba e por isso muitos negaram a cultura do Jongo, levando em consideração que a sociedade da época via nas práticas religiosas africanas como magia negra e como o Jongo remetia bem essa cultura terminou que lhes foi estendidos. Partindo dessa discussão fica viável compreender que as estratégias políticas desde essa época já eram utilizadas como uma ação entre eles, desse modo às interpretações do catolicismo nas crenças ancestrais deu lugar ao sincretismo também no Brasil. Assim podemos conceituar o termo:

Sincretismo é a fusão aleatória de elementos de doutrinas diferentes. Com relação aos encontros das religiões africanas com o cristianismo, a moderna etnografia rejeita a tradicional expressão “sincretismo religioso”. O catolicismo e os cultos negros, Lopes cita Muniz Sodré, que tem a seguinte entendimento, enfeixam sistema simbolicamente incompatíveis. Então, ao associarem orixás, voduns e inquices (espíritos bantos) a santos católicos, aos negros não fundiram os dois sistemas, mas apenas respeitosamente, trouxeram para o seu domínio, através das analogias, os heróis e mártires canonizados por Roma, da mesma forma que os antigos romanos introduziram em seus templos os deuses dos adversários vencidos. (FRIAS, 2001, p. 58 et.al.).

De acordo com o conceito citado sobre o sincretismo visto como uma forma de transpor os seus santos aos santos dos “brancos”. Observamos que em cima do conceito torna-se visível a interpretação em que os escravos não possuíam folgas para poderem cultivar sua religiosidade, no entanto, eram liberados do seu trabalho para estarem presentes nos dias santos dos brancos, como exemplo de sincretismo têm os nagôs na Bahia que comemoram Oxóssi no dia de Corpus Christi, São Jorge para os negros era um caçador; Ogum no dia de Santo Antônio (Santo Antônio guerreiro por ser um patente do exercito brasileiro); Xangô Afonjá (São Pedro) é o orixá do fogo e as noites de São Pedro e São João se comemora com fogueira, Oxóssi, cultuado na África como deus da caça (Orixá da mata), na Bahia é sincretizado como São Jorge e no Rio de Janeiro, São Sebastião, Ogum, na África o deus do ferro, e está relacionado ao deus da guerra, já na Bahia é caracterizado com Santo Antônio.

De maneira específica, podemos exemplificar de fato o que caracteriza o sincretismo: A festa Baiana do Bonfim, em Salvador é um bom exemplo que melhor expressa de como o negro pode cultivar sua cultura. O negro dentro de uma festividade católica para o africano a água é elemento que apresenta um símbolo muito forte, como agente de purificação, representa paz e apaziguamento. Logo, quando o negro baiano lava o adro da igreja e se

deixa molhar pelas águas do Bonfim, eles estão repetindo um ritual de seus ancestrais, chamando para si felicidade, fecundidade e riqueza. Assim, quando Clementina canta a canção “Benguelê, ô mamãe sinda”, na Umbanda há um entrecruzamento de informações do universo banto com outras do âmbito Jeje-nagô. (FRIAS, LOPES, 2001, p. 59 et. al).

É nesse sentido que a relação da música da cantora em seu repertório encontra-se presente elementos que o caracteriza esse passado como uma forma sincrética que muito diz da sua própria cultura, denominação que se originou no umbundo onjongo, nome de uma dança dos quimbundos, proveniente de Angola, corimbas, corimas ou curimãs (do quimbundo, de kuimba, cantar; ou de kurimba, confusão; ou ainda de kudima, cultivar, arar) são vocábulos de origem banta, que por volta do final do século XIX se expandiu para região do Oeste Paulista e posteriormente para Paraíba do Sul, que nesse momento já havia um nítido crescimento da produção do café as proximidades da cidade do Rio de Janeiro, como Vassouras, Resende, Valença, Cantagalo, Bom Jardim.

A mestiçagem de acordo com Viana (2007) é um tema recorrente no pensamento social brasileiro desde o século XIX, momento que os debates sobre a construção da nação em meio a um intenso diálogo com teorias e visões importadas da Europa, certamente ligadas à noção de diferenças baseadas nas “raças”. Assim, nesse contexto a mestiçagem era vista como sinônimo de degeneração e inferioridade. Ainda na concepção europeia, a mestiçagem era um fenômeno perigoso. A antropologia cultural ou etnológica social, numa abordagem evolucionista, os teóricos simpatizantes da discussão através do método comparativo, via o homem através de estudos comparativos que o mesmo poderia chegar ao crescimento sociocultural, os estudiosos dessa corrente são: Morgan, Tylor, Frazer, de acordo com a citação abaixo exemplifica como os estudos desses teóricos se voltavam ao povo negro: “Em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas”. (SCHWARCZ, 1993, p.75).

Percebe-se que a teoria do método comparativo, a população deveria passar por estágios evolutivos, portanto, as escolas se classificam das seguintes formas:

- Escola determinista geográfica, os pensadores, Ratzel e Buckle, acreditavam em que o desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionado pelo meio, levava em consideração a análise das condições físicas de cada país.
- A segunda escola determinista de cunho especificamente racial, com abordagem Darwinista, ou teoria das raças, essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que “não se transmitiriam características adquiridas” (SCHWARCZ, p.78)

As “raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, entendido como “erro”, cujos postulados tinham como objetivo enaltecer a existência de tipos ideais “puros”, logo não sujeito a processos de miscigenação”. De acordo com Silvio Romero citado por Schwarcz, acreditava que a mestiçagem seria uma possível homogeneidade nacional, a condição de existência de um grupo étnico definitivo no Brasil.

O mestiço seria o produto final de uma raça em formação. Assim, encontrava-se na mestiçagem o resultado de luta pela sobrevivência das espécies. Posteriormente, outra

abordagem para justificar um racismo ao povo negro, vem da teoria do branqueamento, cujo entendimento se apresentava de uma peculiaridade ambígua; via na mestiçagem um mal que deveria ser extirpado.

Outro entendimento seria uma solução para a questão Nacional brasileira, os simpatizantes dessa teoria baseavam seus entendimentos onde a miscigenação não produziria “degenerados” mas uma população mestiça, sadia, capaz de tornar-se sempre mais branco tanto cultural como fisicamente. Contudo, ao final do século XIX até meados do século XX foram tantas discussões a respeito da questão negra, uns criticando outros trazendo saídas diversas às concepções biológicas que predominaram aproximadamente até 1930.

Gilberto Freyre comungava também com essa discussão, intelectual nacional mais divulgado e conhecido no exterior tão marcado pela influência conservadora e regional do nordeste açucareiro. Freyre tinha uma visão mais adocicada da situação racial, fazia comparação com os negros norte-americanos. Sua grande contribuição foi trazer as discussões novos elementos de interpretações. De acordo Schwarcz a análise de Freyre passa pela valorização, onde se leva em consideração analisar as heranças não somente a herança africana, mas outras raças, o resultado possibilitaria uma nova raça para essa sociedade multirracial (europeia/ africana e indígena).

## **2 | A RELIGIÃO: INSTRUMENTO DE AFIRMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE**

A partir dos anos 50 do século XX as discussões no que se refere à questão racial, torna-se um elemento central aos interesses intelectuais no Brasil. A UNESCO passa a financiar pesquisas aos cientistas sociais como: Florestan Fernandes, Roger Bastide dentre outros, cuja discussão passa a ser analisado por esses pesquisadores da seguinte maneira, o negro era visto como grupo minoritário e os obstáculos enfrentados eram grande, a participação na sociedade brasileira se afastava da discussão de um modelo da Democracia racial.

Os atores acima citados desenvolveram suas pesquisas e tiveram como resultados: os negros acometidos de profundas diferenças de exclusões sociais. Os estudos também tiveram como leque de abertura para que outros pesquisadores viessem discutir a relação da religião negra. Assim, R.Ortiz vem contribuir correlacionando a formação da religião Umbanda com a emergência e a consolidação da sociedade de classe no Brasil.

No período de 1950 a 1960, havia uma dissidência no que se referem às discussões dos negros, os que acreditavam na democracia racial/ Embranqueamento, considerados “alienados” e o “novo negro” discutidos por Fernandes, Bastide, onde os mesmos eram consciente de sua cor e de sua discriminação. Portanto, as discussões em volta de encontrar um posicionamento de classificar e justificar o ser humano negro, discussão que fica mais acirrada nesse momento, cujo mito da Democracia racial deixa de ser primado para ser discutido ou referenciado uma democracia cultural. E a partir daí vir à tona a discussão da discriminação racial a partir de organismos organizados como o Movimento Nacional Unificado (1978), que representa realmente algo de novo no sistema político.

Contudo, ao final do século XIX foi considerado um momento de grande visibilidade de exclusão no que se refere à afirmação de uma identidade negra. Decerto que, a partir da década de setenta se observa a formação dos mais diversos grupos socioculturais

espalhados pelo Brasil, momento rico politicamente, onde os negros passam a contestar a sua própria condição no que se refere à teoria do “embranquecimento”. Desse modo, novos direcionamentos paradigmáticos se discutem em busca de uma identidade que resgate a cultura desse povo, pois não se pode pensar em uma identidade nacional brasileira sem pensar a contribuição das diferentes expressões religiosas, (COSTA, 2017, p.85). Conceituando identidade de acordo com o poeta Nei Lopes:

É um conjunto de características que distingue e individualizam um ser, um objeto, um grupo, uma coletividade. A identidade de uma escola de samba se traduz por suas cores ou por outras de suas características (Lopes, 2017, p.145).

De acordo com a citação, é bem verdade que as discussões da identidade brasileira foram construídas através de um imaginário cultural e religioso numa relação da abordagem da democracia racial brasileira cultural e posteriormente, foi pensada enquanto política, vista como afirmação das diversas identidades que formaram a nação brasileira. Mas não se pode discutir uma identidade sem levar em consideração os elementos que compõem uma comunidade que a chamamos de cultura, sendo um conjunto das tradições técnicas e instituições que caracterizam um grupo humano, pois o mesmo só existe pelo acúmulo de elementos culturais. Assim, a identidade pode ser atribuída diversas fontes de significados e experiências que culturalmente representam um povo. (CASTELLS, 1999, CALHOUN apud p. 22).

Contudo, no pensamento de Castells não existe um povo ou uma comunidade que não tenha nome, ideologia ou cultura, motivo pela qual a identidade se manifesta distintivamente entre o eu e o outro nós e eles, uma vez que o auto reconhecimento torna-se imutavelmente uma reconstrução de significados com base em um atributo cultural, um conjunto de características, culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significados (p. 23).

Para essa abordagem sobre o canto de Clementina de Jesus, partimos de dois teóricos como método que irá fundamentar a seguinte interpretação, cujo canto foi uma afirmação para socializar uma cultura manifestada artisticamente a partir da observação de um contexto em que surge uma rede de significados que correlacionam manifestações com as organizações sociais da comunidade a que pertence. Correlacionar os objetos da arte africana com os objetos brasileiros e o que significam os mesmos (objetos), bem como representação, através dos símbolos que os contem: Através, do texto *Religião e Linguagens: Abordagem Teóricas interdisciplinaridades*, do autor Nogueira, cuja contribuição do texto é lê o que se vê em uma imagem que reflete a sua própria imagem, o eu sendo visto e ao mesmo tempo esse “eu” se enxergar”, ou seja, “eu me enxergo assim”. Nada melhor do que o canto para exteriorizar e mediar uma identidade efetiva.

Bourdieu (2002) que na obra intitulada *“Os usos sociais da Ciência por uma sociologia clínica do Campo científico”* vem fazer uma abordagem onde se leva em consideração que todas as produções culturais apresentam um campo seja na filosofia, na ciência, na arte, enfim passa pelas disciplinas e cada uma apresentará seu campo específico. Logo, todo esse campo se encontra em oposição, considerados irredutíveis para determinado objeto de estudo, ou melhor, parte de um entendimento que deve ser levado em consideração que em um contexto social é necessário que se parta de uma análise de um campo específico

que ele vai considerar como um período intermediário - espaço autônomo, visto como microcômico, onde a este campo são atribuídos elementos sociais e estruturantes que compõem uma sociedade.

O referido autor exemplifica sua teoria partindo do entendimento onde: para entender uma produção cultural seja qual for é importante que se analise o texto e o contexto é o que ele irá chamar curto circuito, entre o curto e o circuito há um campo que vai mediatizar aquela ação.

Todo campo é um campo de forças e um campo de luta para conservar ou transformar esse campo de força. Pode-se num primeiro momento, descrever um espaço científico ou um espaço religioso como um mundo físico, comportando as relações de força, as relações de dominação. (BOURDIEU, 2002, p. 33).

Partindo do entendimento da citação acima, apesar do autor fazer uma analogia das relações sociais de maneira dialética, especificamente no campo mediado por processo econômico, cabe à interpretação dos objetos de estudos uma aferição que passe pelo universo de outros campos científicos, no qual, encontramos os elementos e as instituições que produzem e reproduzem ou difundem uma arte seja qual for o universo e campo a ser investigado. Assim, correlacionando com o objeto de pesquisa aqui investigado vejo que todo campo pode ser considerado um fenômeno que comporta lutas seja de conservação ou de modificação com o propósito de transformar determinado campo de força.

É nesse sentido que o sagrado de Clementina de Jesus, através do canto percorre espaços, tempos como afirmação de um significado religioso. É interessante que o espaço e o tempo encontram se inseridos os agentes sociais numa estrutura em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições. (BOURDIEU, 2002 p. 23).

### **3 | O SINCRETISMO RELIGIOSO NO CANTO DE CLEMENTINA DE JESUS**

O ser humano apresenta características de caminhar em busca de variáveis que dê sustento a coisas que a cercam de sentido enquanto ser, sendo materializado através de significação com os mais diversos símbolos e momentos, assim entendemos que nessa busca sempre mutável se faz presente a identidade religiosa, bem como o que entendemos como cultura, como diz Max Weber (2009) "*O homem é um animal amarrado a teias de significações que ele mesmo tece...*", assim podemos atribuir a cultura um resultado dessa construção de significação. Logo, compreendemos que a identidade passeia pelas significações, como adereços que utilizamos para compor um corpo, ou seja, a identidade tende acompanhar o indivíduo, todavia, torna-se um elemento de sustentação que irá percorrer tempo e espaços dando sentido e resignificando uma memória.

Portanto, identificamos na contemporaneidade uma crise de identidade, mas será que persiste a crise? Ou o contexto que se apresenta favorece tal entendimento? De acordo com Stuart Hall que vem fazer uma discussão e aponta reflexões a respeito da temática.

É nesse sentido que entendemos que a identidade de um indivíduo passa pelos costumes de uma comunidade que posteriormente esses mesmos costumes são legitimados pela sociedade através de convenções, que de uma maneira bem simples a

caracterizamos como cultura. Assim conceituamos identidade como: “A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990, apud HALL).

Mas, Hall vem se posicionar de maneira contrária, de acordo com o seu pensamento são as mudanças da modernidade que favorecem uma necessidade de se buscar uma identidade. Contudo, numa perspectiva sociológica fica bem mais complexo tal entendimento, levando em consideração que no mundo moderno os sujeitos não são autônomos de suas consciências, ora os sujeitos não são autossuficientes, há um contexto que te conduz a uma relação mediada com o outro, sendo envolvidos através de valores, sentidos e símbolos, ou seja, a cultura dos mundos que os cercam e, é nesse “mundo” que precisa ser contemplado garantindo um espaço entre o interior e o exterior de um indivíduo.

Portanto, à medida que o indivíduo busca subjetivamente um espaço objetivo, o sujeito assume uma identidade que caminha em diferentes direções, de tal maneira que entendemos que a mesma acompanha os movimentos dos sujeitos. Assim, podemos compreender a identidade de Clementina de Jesus, os espaços por onde ela passou e conseqüentemente a construção dos mesmos, onde se afirmou enquanto sujeito. Nesse mesmo entendimento, Anthony Giddans vem contribuir para essa reflexão quando ressalta que “nas sociedades tracionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados, pois contêm e perpetuam as experiências de gerações”. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço inserido em quaisquer atividades ou experiências particulares na comunidade do passado, presente e futuro, os quais são estruturados por práticas sociais recorrentes. (GIDDENS, 1990, p. 37).

Dessa forma, Clementina de Jesus, representa bem essa construção dos sujeitos, na busca de uma identidade. Residia no bairro onde moravam pessoas que mantinham vivas as manifestações culturais da religião, como Dona Martinha, Dona Nenè, Dona Doroteia e Mané pesado, este último considerado mestre das macumbas do local. De acordo com o livro *“Paulo da Portela”* A cultura de Osvaldo Cruz era a mais influenciada por padrões rurais. As festas no início dos anos de 1920 eram animadas pelo Jongo e Caxambu. Clementina também escutou pontos de trabalho, cantigas e participou de festas de pagode de São Cosme e São Damião. Os anos 20 do século passado marcaram um envolvimento acentuado da cantora com as festas populares e religiosas de matriz africana, a citação a seguir ressalta a participação da cantora nesses grupos:

Conheci Doroteia em Osvaldo cruz, tinha o Manoel Ban, Bam Bam e o Mané pesado, que era de Jacarepaguá e ia pro Jongo. O Mané Pesado dava comida a sete cachorros, só depois era servida comida para o pessoal que se encontrava nas festas. O ritual se referia a uma homenagem a São Lázaro Santo do catolicismo em sincretismo com Orixá Omulu, e geralmente feita em pagamento de promessas. (CASTRO, 2017).

O referido autor cita o antropólogo Sérgio Ferretti no livro *“Repesando o Sincretismo”*, referindo-se que na Casa das Minas no dia de São Sebastião, dentro da festa de Acossi Sapata, o rei da terra, que protege contra doenças e contra a peste, equivalendo a Obaluaiê, Omulu ou shapatã entre os Nagôs. O banquete dos cachorros é realizado na tarde do dia 20 de janeiro.

No livro *“Clementina, Cadê você?”*, a Dona Eulália do Nascimento, a tia Eulália, também falam sobre estas festas: “as moças vinham servirem os cachorros com vestido branco, turbante branco e aquela toalha amarrada. Elas ajoelhavam perto da mesa e serviam a comida, também botavam um vinho bem fraquinho misturado com água, aí Mané Pesado cantava o ponto de “Obaluaiê”. Os tambores já estavam preparados e o pessoal estava no ritual deles. Ele cantava e todos cantavam. Enquanto isso, “os cachorros comendo e a gente olhando” (CASTRO, 2017).

Para o autor acima, o Jongo foi uma manifestação popular muito presente na vida de Clementina de Jesus, considerada pela maioria dos pesquisadores que se debruçaram no assunto, como uma dança profana ou semirreligiosa. O livro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) compreende como “uma forma de expressão que integra percussão de tambores, dança coletiva e elementos mágico poéticos”, tendo suas razões nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, sobretudo os de língua banto. (CASTRO, 2017, p. 48).

É nesse sentido que verificamos, que as festas da região onde a cantora nasceu e residiu por muito tempo – Valença contribuíram consideravelmente para seu vasto repertório cultural, e, sobretudo, quando teve oportunidade de socializar parte de sua memória. Assim, década de sessenta foi o grande momento da cantora com as músicas de Jongs, Sambas e Corimas que acabaram sendo registrado ao longo dos onze álbuns que ela gravou no decorrer de sua carreira. Contudo, de acordo com o compositor e pesquisador Ney Lopes, em sua Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana, o termo Corimba tem sua origem do quimbundo Kuimba e está relacionado aos cantos de Umbanda, assim a cantora costumava chamar curimba de curima. Outra situação para que possamos interpretar para tal discussão é a religiosidade da mãe da cantora, levando em consideração que a senhora Amélia, mãe de Clementina, onde foi relatado em seu livro *“Clementina cadê você? A mesma chegou a informar que a mãe era rezadeira e que garantia aos moradores do bairro, certo alívio as “dores”, tirava mau-olhado, consultava os nervos torcidos e tirava quebranto”, Amélia não se utilizava de seus dons como fins comercial, mas as pessoas agradeciam pela reza e a ofereciam alimentos.*

Como podemos observar Clementina conhecia os ritos da religião, levando em consideração que residia próximo ao terreiro e a dona da Instituição já ouvia o cantar da cantora, o que favoreceu para que fosse convidada a cantar no terreiro sendo responsável para puxar os pontos de trabalho, ritual presente na religião quando inicia os pontos de chamada de encantados para iniciar determinada “chamada” ou festejo grande, chamado também por afrorreligiosos como baiá ou tereco, primeiramente canta-se para o orixá Exú, senhor de todos os caminhos e quem leva a mensagem para os demais orixás, denominada também de o grande mensageiro, e depois se canta para as demais divindades, ressaltando que cada casa de santo apresentam particularidades em relação à estrutura do ritual como um todo.

A cantora informa ao (MIS – RJ) que gostava das festas e dos rituais, mas não “acreditava”. Clementina de Jesus chegou a batizar a filha Laís no terreiro da senhora Maria Nenén, e gostava das coisas bonitas do mesmo. Segue a letra de uma Corima “ponto de trabalho”, cantado por ela.

*Beira – mar, auê, beira mar*

*Beira – mar, auê beira mar*

*Ogun já jurou bandeira*

*Na porta do Humaitá*

*Ogun já jurou bandeira*

*Vamos todos Saravá (...)*

*Ogun já jurou bandeira*

*Na porta do Humaitá*

*Ogun já venceu demanda*

*Vamos todos Saravá*

(<https://www.musicasamba.com/clementina-de-jesus/cade-voce/beira-mar/>)

#### **Outro ponto de trabalho da religião que Clementina chama de Corima:**

Bendito louvado seja, o ganga,

O rosário de Maria

No mundo já era noite, o ganga

Lá no céu parece dia.

(<https://www.youtube.com/watch?v=7UqXK-NRGI0>)

Como podemos perceber não entendemos como que Clementina de Jesus não pertencia à religião! Visto que em suas corimas ela cita divindades da religião e termos próprios dos pertencentes do culto afro religioso, tais como, o termo demanda que significa trabalhos feitos e quando se louva para o orixá, o mesmo vem vencer tal demanda, ou seja, destruir ou acabar com determinado mal. Dessa forma, como em depoimento a MIS- RJ, a mesma socializa também que chegou a participar de rituais como de fechamento de corpo no Candomblé:

Eu estava na casa de minha comadre, uma cerimônia muito bonita que ela faz, no primeiro dia do ano; meia noite. Todo mundo foi fazer a seita, essa obrigação. Diz que era para fechar o corpo. Aí todo mundo levou uma cruz no peito. A minha está bem visível, na mão, dá pra ver de longe, nas costas e no peito dos pés. Dizem que era pra fechar o corpo (...). (CASTRO, 2017, p. 49).

Portanto, como podemos evidenciar esses cortes são ritos específicos da religião de origem africana, ressaltando que em algumas casas de santo o ritual pode ser feito com ervas, de acordo com a filosofia da religião o rito diferencia de casa para casa, os cortes, normalmente são dois lado do peito, na costa e nos braços e visa à proteção, para que nenhum mal possa lhe acontecer ou entrar no corpo do laô.

Assim, nos relatos acima, onde Clementina de Jesus expõe seu conhecimento no que se refere ao ritual de um trabalho na religião afro-brasileira, se conclui que a religião estava em sua “alma”, levando em consideração que se ela fez um ritual para fechamento do corpo, interpretamos que a cantora seria “rodante”, ou seja, alguém de mediunidade para o ato da incorporação, o que refletimos que é algo difícil de aceitar quando se carrega um dom, pois há uma cobrança das divindades e se você não cuidar devidamente dessa mediunidade acaba-se perdendo o controle do próprio corpo e na maioria das vezes sendo pego de surpresa pelas divindades, o que faz parte de toda uma história de afirmação e aceitação religiosa.

Falar de Clementina de Jesus é relembrar uma profusão de resíduo desse segmento específico étnico. A mesma foi responsável por apresentar um povo, com uma cultura carregada com um colorido, especialmente a figura da cantora com os estudos em volta de sua personagem vista por muitos críticos como: seu descobridor Hermínio de Carvalho; Turíbio Santos; João Bosco; Pixinguinha; dentre outras figuras responsáveis por essa amalgama que a chamamos de cultura brasileira, bem para esses críticos a cantora chega a ser vista como um símbolo místico, quase divino pela responsabilidade de contribuir para afirmação de seu povo, seja os ascendentes ou os presentes.

Clementina de Jesus considerada uma cantora de grande relevância por apresentar em seu canto uma voz de tonalidade rústica, considerado o que tem de mais primitivo em sua música, a sutileza como canta. É nesse sentido que o destaque vem quando a cantora foi convidada em 1966 a se apresentar no Festival de Artes Negras de Dacar, no Senegal, no encontro esteve ao lado de outros bambas como o cantor Martinho da Vila e artista como Rubem Valentin e no mesmo ano, ela representou o Brasil no Festival de Cinema de Cannes, na França, sendo recebida com muita admiração, foram tantos momentos surpreendentes em sua carreira que não poderia ficar de fora a Amazônia, assim, a cantora canta Abaluaiê , música de gênero erudito de Waldemar Henrique, está associada de forma á religião afro-brasileira nos espaços amazônicos, na canção há a presença do senhor da vida e da morte, também chamado o médico dos pobres, que a ele recorrem em suas doenças e enfermidades.

Em sua festa, o Olubajé, convida a todos a comerem a comida “votivas” de todos os orixás que se constitui na cura para todos os males. Assim como Atotô – saudação que significa “acalme-se”. As roupas do orixá são encobertas por palha titã da costa, provenientes da Costa da Mina. A música de Waldemar Henrique cantada por Clementina de Jesus se encaixa bem ao seu enigma religioso e referência a Amazônia com seus mistérios simbólicos, ritualísticos e especificamente mágicos, um sincretismo que apresenta

diversidades culturais na Amazônia.

Dessa forma, é nesse sentido que faço referência a Manoel Moraes (2017) em sua obra intitulada como “*A Dimensão Teórica dos Estudos da Religião: Horizontes Histórico, Epistemológico e Metodológico nas Ciências da Religião*”, o mesmo irá fazer uma discussão das áreas do conhecimento numa perspectiva que contempla a interseção com outros conhecimentos que na atualidade a denominamos como conhecimento científico visto de forma complexa.

Na modernidade com os avanços técnicos científicos, os estudos e as reflexões tendem a modificações em todo um sistema teórico, mas o que seria na contemporaneidade a razão humana? Percebe-se que a mesma se manifesta de acordo com uma necessidade filosófica, teórica e prática, de maneira que o conhecimento científico nasce a partir de um momento de crise de um contexto e para superá-lo é necessária à mobilização, a articulação que venha convergir para uma mudança. Nesse mesmo pensamento, o conhecimento religioso faz parte dessa dialética: intersubjetivo e subjetivo, de maneira que sua construção é tecida pelas disciplinas, pela necessidade de desvelar elementos teóricos.

Assim, por muito tempo acreditou-se nesse conhecimento científico, setorizado, particularizado, mas a partir do século XX é marcado pelo entrecruzamento dos estudos científicos passando pela interdisciplinaridade para se chegar à complexidade. O horizonte das Ciências Humanas aponta para a condição humana de socialização e cultural, assentadas em um processo de significação e práxi, sendo o conhecimento religioso também inserido nesse contexto.

Sendo assim, estudiosos no assunto discutem uma Ciências da Religião, ou seja, a compreensão da religião interagindo com as disciplinas de maneira significativa para tal. A interação pode estar no diálogo, ou melhor, buscar interagir-nos diferentes segmentos dos saberes do conhecimento, assim, torna-se necessário uma reflexão através de uma práxi que venha dá resposta ao fenômeno, por exemplo, o fenômeno religioso. A práxi já era citada pelos Gregos como uma atividade que une tanto a teoria quanto a prática, logo a compreensão da religião e o sujeito inserido nessa compreensão é uma atividade que oferece possibilidades de uma correlação intencional.

Portanto, a metodologia dialógica, nos ajuda a pensar e compreender as várias formas de enxergar a realidade, porque a realidade é posta mediante diferentes contradições. Logo, determinada realidade pode ter sido adquirida através de uma realidade já existente. (BOFF, 1997).

É nesse sentido que a cantora quando inicia sua carreira enquanto pastora, ali abria espaços para uma afirmação, talvez não pudesse naquele momento evidenciar sua cultura religiosa, pois à época, início do século XX a religião dominante era a católica, como os negros já sofriam de estigma em seus valores desde a vinda para o Brasil.

É dessa forma e, assim a cultura do branco só reforçava e via na religião do outro como uma religião pertencente aos “demônios”, talvez a própria cantora já inserida em um contexto, tornava-se cômodo não ouvir dos brancos a desvalorização dos seus elementos culturais? Ou como já mencionado uma dupla pertença, pois ao virem para outras localidades que não a sua terra natal foram batizados. Logo, seria mais plausível dar continuidade a uma identidade que aos poucos ia se libertando do passado? Passado

o qual foi presente na sua constituição enquanto ser humano.

Buscando o pensamento de Bourdieu, o autor em sua abordagem vem fazer uma analogia das relações sociais de maneira dialética, especificamente em um campo mediado por processo econômico, cabe à interpretação dos objetos de estudos uma aferição que passe pelo universo de outros campos científicos, no qual, encontramos os elementos e as instituições que produzem e reproduzem ou difundem uma arte seja qual for o universo e campo a ser investigado. Assim, correlacionando com o objeto a ser investigado de pesquisa vejo que todo campo pode ser considerado um fenômeno que comporta lutas, seja de conservação ou de modificação, com o propósito de transformar determinado campo de força.

É nesse sentido que o sagrado de Clementina de Jesus, através do canto percorre espaços, tempos como afirmação de um significado religioso. Cujo espaço e o tempo encontram-se inseridos os agentes sociais numa estrutura em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem delas próprias em grande parte dessas posições nos limites de suas disposições. (BOURDIEU, 2002 p. 16/25).

Outra contribuição para essa compreensão vem da professora Valdenice José Raimundo, ela em sua obra *“Mulher negra: inserção nos movimentos sociais feministas e negro”* vem colaborar no sentido que, a pesquisadora em seu trabalho demarca historicamente a inserção das mulheres negras nos movimentos populares feministas, analisando e conceituando o termo na visão de vários autores, especificamente a contribuição para tal entendimento é que os movimentos se constituem não necessariamente daqueles que se encontram legalmente constituídos, mas sim, aqueles que se pré- dispõe de forma espontânea, que pode ser através de grupos ou como individualmente, cujo movimento que se dá de forma espontânea às vezes nem sabe que está avançando politicamente para uma transformação. (RAIMUNDO, s/d).

## **4 | AS FESTIVIDADES RELIGIOSAS RESSIGNIFICANDO UM POVO**

Clementina de Jesus nasce em uma cidade, onde os diferentes elementos que compõem os espaços favorecem para a construção de um tradicional reduto de tocadores, dançadores e religiosos, assim o Vale do Paraíba teve esses atributos, levando em consideração o processo que se deu ainda na formação do Brasil, não somente os migrantes em busca de melhores condições de vida, mas o traslado das romarias que acompanhavam o percurso do trem e desciam até ao vale.

Foram dessa forma que as festas religiosas conhecidas também como folguedo, apresentadas geralmente, nas festas juninas para homenagear São Benedito e comemorar o 13 de maio, data que marca a abolição da escravatura no Brasil. A coreografia mais comum apresentada é o de roda, os folguedos também conhecidos como as danças de Jongo, porque mais tarde as festas tomaram características que envolviam as danças, cuícas (puíta ou angoma-puíta) e chocalhos (guaiás) feitos com latas usadas ou folhas-de-flandres. As cantorias são chamadas de pontos e são puxados por um solista, ou jongueiro, outra característica apresentada pelos participantes do grupo, era o canto improvisado, que poderiam os participantes criticar a sociedade vigente, como o improvisado era muito rápido, somente os presentes compreendiam a mensagem, as críticas ao sistema eram uma característica do ritmo que dava satisfação e bem estar.

De acordo com Carvalho, no período que vai do início ao fim do século XVIII a região de Minas Gerais, especificamente nas minerações era comum os negros cantarem durante o trabalho, os chamados cantos de força ou cantos de trabalho, Vissungos, o termo encontra-se bem retratado na figura XLII dos Riscos Iluminados de Carlos Julião<sup>1</sup>, produzidos ao final do século XVIII e publicado por volta do século XIX, com o declínio da mineração na região, o vissungo, tornou-se uma tradição de canto ritual.

E as letras das músicas, Carvalho faz uma comparação com as músicas de umbanda que para algumas divindades tais como: pretos velhos e pretas velhas dramatizam as letras das músicas no diminutivo, indicando um quê de subalternidade, autoestima baixa, covardia, dentre outros estigmas.

*Vissungo cantado por Clementina de Jesus,*

*láuê ererê aio gumbê*

*Com licença do Curiandamba*

*Com licença do Curiacuca*

*Com licença do sinhô moço...*

(<https://www.youtube.com/watch?v=gil3Mw32OnU>)

No trecho da música cantada por Clementina de Jesus o que se observa é que nesse Vissungo Curiandamba e Curiacuca, ambos são considerados seres sobrenaturais na religião afro-brasileira, como o Exu / Bara ou Legba. De acordo com o rito o trecho pede licença, encontram-se elementos que une os mundos seja sobrenatural ou natural, numa relação religiosa e sócio-cultural, por outro lado á referência às hierarquias superiores. Observa-se no citado a grande presença da religiosidade no verso acima e o cuidado em estabelecer o respeito aos espíritos como se realiza nos rituais de origem africana, como é o caso do Candomblé e Umbanda.

O canto apresenta seres sobrenaturais que indicam caminhos abertos a serem seguidos de forma que sejam apaziguados os possíveis conflitos que por ventura viessem surgir com os negros no trabalho nas minas. Assim de acordo com o citado a respeito da cantora Clementina de Jesus, pertencente ao grupo étnico bantu. Os bantus constituem um grupo etnolinguístico localizado principalmente na África subsariana e que engloba cerca 400 subgrupos étnicos diferentes. Etimologicamente essas línguas possuem características comuns, bantu (plural)- designar “pessoas” e seres “humanos” o singular é (muntu), portanto a trajetória dos bantos são caminhos para compreendermos o processo de formação de muitos povos africanos.

Contudo, hoje se tem informações através de estudos que há uma grande

---

1. Carlos Juliani, pintor, desenhista, engenheiro, militar, 1740 a 1 811, relatos de suas viagens, entre 1763/ 1781, China, Índia e ao Brasil. O álbum registra suas três viagens, recebe o título de Notícias Sumária do gentilismo da Ásia com dez riscos Iluminados/ ditos de figurinhos de brancos e negros dos Usos do Rio de Janeiro e Serro do Frio/ Dito de vasos e tecidos Peruvianos, integram o álbum de 43 aquarelas que registram grupos sociais e cenas de costumes no Brasil.

quantidade de Países da África que falam a língua banta: Camarão, Gabão, Congo, República do Congo, Uganda, Quênia, Moçambique, Angola, África do Sul, Namíbia, Botsuana, Zimbábue, Suazilândia. Portanto, observa-se que por conta desses arranjos linguísticos, podemos elaborar diferentes constituições de entendimento no que se refere à religiosidade de Clementina de Jesus, contudo a citação abaixo retrata bem essa situação:

Os negros do Brasil foram trazidos principalmente da costa ocidental africana, distinguindo-se quanto aos tipos culturais Sudaneses, é representado, pelos os grupos yorubás, chamado nagô, pelos Dahomey, designados geralmente como gegê, e pelos fanti- Ashanti, conhecidos como negros minas, além de muitos representantes de grupos menores da Gambia Serra Leoa, Costa da Malagueta e Costa do Marfim. O segundo grupo vindo para o Brasil que trouxeram culturas africanas islamizadas, especificamente os Peuhl, os Mandigas e os Haussa, do norte da Nigéria, identificados no Brasil como negros male e no Rio de Janeiro como ahufá. Já o terceiro grupo a vir para o Brasil carregando sua cultura integrados pelos Bantus, do grupo Congo-angolês proveniente da área, hoje compreendida pela região de Angola e a Contra Costa, Moçambique. (RIBEIRO, 2006, p.102).

Nesse sentido, buscamos analisar os vestígios dessa mitologia provenientes dos sudaneses, podemos evidenciar que os negros trazidos para o Brasil pela escravidão e que foram desembarcados em Salvador- Bahia se firmou da seguinte forma, o grupo sudanês não foi o maior, mas o mais consistente do ponto de vista cultural, em virtude do seu nível social “ ser superior” aos dos outros grupos sudanêses, bem como os bantus que chegaram ao Brasil, sendo do grupo étnico nagô, considerados mais desenvolvidos, eram aproveitados de preferência nos meios urbanos e muitos deles exerciam tarefas que exigiam conhecimentos específicos, como mestre de obras, músicas, alfaiate, a língua falada era a yorubana, acredita – se como culturalmente eram mais desenvolvidos, conseqüentemente o idioma foi imposto aos demais grupos, bem como no que se refere a religião.

Mas o interessante nessa análise que os demais grupos ao adotarem o idioma dos nagôs, talvez porque fosse mais acessível à interpretação com os outros grupos, de acordo com o historiador do século XIX, Varanagem, a língua que se falava era o nagô, língua geral dos escravos negros. Ressaltando que as entidades míticas foram incorporadas ao Candomblé, hoje faz parte da mítica brasileira, com diversas denominações: citaremos algumas mais corriqueiras e em seguida correlacionaremos com os dados já citados sobre sua religiosidade manifestada em seu canto.

**Olorun** - o deus supremo, reconhecido aqui no Brasil, no início do século XX;

**Obatalá** – variantes: orixalá, orixá, guinar, gunocô, hoje é considerado o mais importante dos orixás. É a personalidade do céu de forma andrógina, o seu fetiche é representado por conchas e limão verde dentro de um círculo de chumbo, é cultuados as sextas- feiras e a ele se sacrificam a cobra e o pombo. Na sua expressão sincrética com a religião com a religião cristã é identificado popularmente a nossa senhora do Bom fim.

**Odudua** – orixá nagô já modificado

**Ogun** – variante Ogun-de-lê, Ogun Mejê, é o orixás das guerras e das lutas é cultuado as terças- feiras , o seu fetiche é chamado “ferramente de Ogum (espada, lança) os animais que são sacrificados: galo, bode, a galinha d/angola e o carneiro, identificam em geral, a São Jorge e, outras vezes, a Santo Antonio.

Contudo, observa-se na leitura da enciclopédia volume IV, cuja cultura ioruba (nagô) exerceu realmente enorme influência sobre todos os grupos negros. Assim, quando Clementina de Jesus busca para o seu canto a memória de sua mãe, a senhora Amélia que cantarolava em iorubá, compreende que seus ancestrais de origem banta assimilaram-se ao idioma dos nagôs, talvez uma forma de fortalecer uns aos outros, através da comunicação, ali poderiam ser tiradas ações de fugas, e outras diretrizes de pertencimento. Posteriormente esses grupos migraram para outros Estados o que comprova a mãe da cantora apresentar familiaridade com o idioma iorubá. Dessa forma, de acordo com o naturalista do século XIX, Von Martius, deixaram visíveis expressividades. A visibilidade dos números dos grupos Bantus foi tanta que chegou a se pensar que só existia negros Batuns no Brasil. (VON MARTIUS et al . p. 1763).

Vamos voltar para o início da discussão a qual estou me propondo, identificar, que nas danças do Jongo, Caxambu e Corimas há a presença da religião afro-brasileira. Não há dúvida que embora demograficamente menor o grupo sudanês, os nagôs, sobretudo influi sobre a mítica banta dos escravos negros do Brasil, cuja religião sofre, consideravelmente, a aculturação com o idioma dos grupos nagô, talvez, pelo fato de quando chegaram aos portos de Salvador-Bahia, já chegaram com ideia de organização e resistência e, é demonstrada mediante aos outros grupos que aderiram à língua nagô, acredita-se como era o idioma que a maioria dos negros de outros grupos étnicos, inclusive os bantos aderiram, foi uma maneira de fortalecer a nação África, era a única opção que os mesmos tinham em terreno alheio, ou pelo fato do idioma possibilitar a comunicação? Bem é provável que desde a chegada desses povos a maneira mais acertada de manter as “suas religiões” tenha sido pela maneira sincrética.

Portanto, foram as mais diversas estratégias que os mesmos tentaram manter coesas as informações entre eles. Na contemporaneidade observamos esse sincretismo nas “macumbas e candomblés”, assim evidenciamos essa informação no termo Obatalá que tem sua variante, orixalá ou Oxalá, considerado o mais importante da divindade da religião afro-brasileira, bem como a relação com a religião cristã com nossa senhora do Bomfim, culto que é preservado com os seus elementos rituais. Outra evidência a ser considerada é a divindade, Ogum – variante Ogun-de-lê, Ogun Mejê, é o orixá das guerras e das lutas é identificado em geral, a São Jorge e, outras vezes, a Santo Antonio. O interessante que na década de sessenta quando a cantora passa a ter visibilidade, uma das corimas que ela canta se refere ao orixá Ogun-de-lê, Ogun Mejê.

Como vimos nas informações, à cantora, quando jovem circulou nas festas de cunho religioso cristão, uma ou outra vez cantava lembranças de seus ancestrais, mas é somente na década de sessenta em diante quando foi descoberta é que teve apoio do seu descobridor, o cantor e compositor Hermínio de Carvalho, que Clementina externaliza, através do canto o que se encontrava “preso” ao longo de sua vida.

Fazer uma abordagem a respeito da religiosidade da cantora Clementina de Jesus é um pouco passar pelas ciências da natureza, neste caso a filosofia enquanto ciência especulativa ou reflexiva, não importa a denominação, mas entende-se que ela é uma ciência que nos leva a compreender o ser humano e os elementos da própria natureza que os cercam, estando em sintonia com os fenômenos religiosos, sendo a religião condutora de um sentido, avança e toma proporções independentes, através da arte, sendo materializada

com ritos, mitos e símbolos. É nesse sentido que quando Manoel Moraes cita Hegel (1990) o autor apresenta uma concepção que a religião compõe uma aspiração do espírito, não se distanciando dos conhecimentos filosóficos, logo a filosofia só vem contribuir para um despertar de como os caminhos para uma compreensão religiosa se manifestam.

Portanto, a religião de uma maneira indireta expressa uma transcendência objetiva de si para um campo exterior, ou seja, o ser humano cria significações próprias ou inerentes a sua constituição enquanto ser e a externaliza como forma de símbolo, que atenda um mundo criado a partir de uma necessidade humana, que seja espiritual. (MORAES, 2017).

## REFERÊNCIAS

BÔAS, Rafael LitvinVillas. PEREIRA, Masieiro. (organização). **Cultura, arte e comunicação**. – 1.ed.- São Paulo: Outras Expressões, 2015.

BOURDIEU, PIERRE. **Os usos sociais da ciência – Por uma sociologia clínica do campo científico**. Conferencia e debate organizados pelo grupo Sciences em Questions, Paris, INRA, 11 de março de 1997. [Tradução: Denise Barbara Catani].

CARMO, Ione Maria do. **Dissertação intitulada: “O caxambu tem dendê”: Jongo e religiosidade na construção da Identidade Quilombola de São Jose da Serra**. 2012

CARNEIRO, Sueli. **Gênero e raça**. In: Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira. São Paulo: 2001.

CARVALHO, José Jorge. **Um Panorama da Música Afro-brasileira: Parte 1. Dos Genero Tradicionais aos Primórdios do Samba**. Série Antropologia, Departamento de antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2000.

CASTELLS, Manuel, 1942 – **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. – São Paulo: Paz e Terra, 1999. ISBN 85-219-0336-7.

CASTRO, Felipe. **Quelê, a voz da cor: biografia de Clementina de Jesus**. [et al.]. -1ª. ed. 364p.: II; 23cm.

COSTA, Renilda Aparecida. **Batuque: espaços e práticas de reconhecimento da identidade étnico-racial**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017. 186 p. ISBN 978-85-9509-008-8.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. Tradução Rogério Fernandes.- 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

A. KOOGAN. **ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE - EM 15 VOLUMES, VOLUME IV, 2ª edição** – revista e atualizada. Editora Delta S. A. Rio de Janeiro – Brasil.

FANTINATO, Marcelo. **Métodos de pesquisa**. PPGSI – EACH – USP 2015.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes/ o legado da “raça branca?”**. Volume 1/ prefácio de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. – 3ª ed. São Paulo> Global, 2008.

FILORAMO, Giovanni. **As ciências das religiões**. / Giovanni Filoramo e Carlo Prandi; [tradução Jose Maria de Almeida]. São Paulo: Paulus, 1999. – (Sociologia e religião).

FRIAS, Lena. CARVALHO, Hermínio Bello de. LOPES, Nei. ANDRADE, Paulo César de. **Rainha Quelé: Clementina de Jesus**. Trabalho concebido na gráfica da Editora Valença S.A. Av. Nilo Peçanha, 786 – Valença RJ no mês de outubro de 2001.

FUNDAÇÃO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Cultura. Valença, 05 de novembro de 2001.

GÉRARD, Durozoi; ROUSSEL, André. **Dicionário de filosofia**. 2ª edição, tradução Marina Appenzeiller. – Campinas, SP: Papirus, 1996.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**.- São Paulo: Editora 34, 2012. (2ª Edição). 240 p.

<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/descoberta-aos-60-anos-clementina-de-jesus-a-rainha-do-canto-negro-no-brasil-21590902#ixzz4oLhIYSVh>

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Gaucira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LOPES, Nei. SIMAS, Luiz Antonio. 1942- **Dicionário da história social do samba**. – 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 336 p.; 23 cm. ISBN 978-85-200-1258-1.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. 2.ed., 1º reimpressão. – São Paulo: contexto, 2012.

RAIMUNDO, Valdenice José. GEHLEN, Vitória. ALMEIDA, Daniely. **Mulher negra: inserção nos movimentos sociais feministas e negra**. s/d.

JENSEN, Tina Gudrun. **Revista de Estudos da Religião. Discurso sobre as religiões afro-brasileira: da desafricanização para a refracanação**. ISSN 1677- 12222. N° 1/2001/ pp. 1-22.

OCHOA, Daniela Amália. OLIVEIRA, Gabriella Mamede de. PRINCE, Profª Drª Ana Enedi. **A CULTURA DO VALE DO PARAÍBA**. Anais de Trabalhos Completos: INIC 2005 - IX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, 2005.

ROCHA, Helena. S. C. **Visibilizando o invisível**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA. Pró-Reitoria de Extensão – Proext. Diretoria de Relações Empresariais e Extensão Integradas – DIREI. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros – IFPA Campus Belém. Belém-PA. 2013.

SILVEIRA, Emerson Sena da. MORAES JUNIOR, Manoel Ribeiro de. **A Dimensão Teórica dos Estudos da Religião: Horizontes Histórico, Epistemológico e Metodológico nas Ciências da Religião**. Fonte Editorial. PPGCR- UEPA. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro: Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no Final do Século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse. LUCHMANN, Lígia H. H. **Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil**. Política & sociedade. N.5 – outubro de 2014.

SILVA, Camila Luiza Souza. **A Presença do Candomblé na obra de Clementina de Jesus: Um diálogo entre o samba e as religiões afro-brasileira.** 2 Simpósio Nordeste da ABHR (Associação Brasileira de História das Religiões).

SILVA, Lidiane Rodrigues Capêlo da. DAMACENO, Ana Daniela. MARTINS, Maria da Conceição Rodrigues. SOBRAL, Karine Martins. FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **PESQUISA DOCUMENTAL: ALTERNATIVA INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO DOCENTE.** IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 26 a 29 de Outubro de 2009 – PUCPR.

SILVA, Luciana Leonardo da. **Rosa de ouro: Luta e representação política na obra de Clementina de Jesus.** Material apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre. Niterói, 2011.

SILVA, Maria Nilza da. PACHECO, Jairo Queiroz. (Organizadores). **Dona Vilma: cultura negra como expressão de luta e vida.** – Londrina: UEL, 2014. 192p.: Il. Vários autores. ISBN 978-85-7846-275-8.

SIMAS, Luiz Antonio. **Coisas nossas.** 1. ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2017. 142 p. ISBN 978-85-03-01332-1.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Trad. De Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; rev. Téc de Gabriel Chn, 4º ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009 (reimpressão). 464p.

<http://culturabrasil.cmais.com.br/programas/veredas/arquivo/o-canto-dos-escravos>

[www.unb.br/ics/dan/Serie275empdf.pdf](http://www.unb.br/ics/dan/Serie275empdf.pdf)

[HTTPS://pt.wikipedia.org/wiki/Bantos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bantos). 17/08/2017

# CAPÍTULO 16

## O PAPEL E AS CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA URBANA EM PORTO FERREIRA-SP

Data de aceite: 01/08/2020

Data de submissão: 04/05/2020

### Alan da Silva Vinhaes

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente  
Presidente Prudente - SP  
<https://orcid.org/0000-0002-3072-2050>

### Tamires Regina Rocha

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente  
Presidente Prudente – SP  
<https://orcid.org/0000-0002-5358-1174>

**RESUMO:** A agricultura urbana (AU) está integrada ao ecossistema urbano, tem caráter multifuncional e propicia bons resultados ambientais, sociais e econômicos. Atualmente a AU está ganhando destaque no cenário mundial e brasileiro, sendo importante compreender as iniciativas e demandas existentes para que políticas públicas possam ser implementadas. O objetivo principal do texto é analisar o papel e o perfil da agricultura urbana no município de Porto Ferreira/SP e assim, a investigação será conduzida com base em levantamentos bibliográfico e documental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura urbana, políticas públicas, projeto.

### THE ROLE AND CHARACTERISTICS OF URBAN AGRICULTURE IN PORTO FERREIRA-SP

**ABSTRACT:** Urban agriculture (AU) is integrated with the urban ecosystem, has a multifunctional character and provides good environmental, social and economic results. Currently, AU is gaining prominence in the world and Brazilian scenario, and it is important to understand the existing initiatives and demands so that public policies can be implemented. The main objective of the text is to analyze the role and profile of urban agriculture in the municipality of Porto Ferreira / SP and thus, the investigation will be conducted based on bibliographic and documentary surveys.

**KEYWORDS:** Urban agriculture, public policy, project.

## 1 | INTRODUÇÃO

A agricultura urbana (AU) está integrada ao ecossistema urbano, tem caráter multifuncional e propicia bons resultados ambientais, sociais e econômicos. Atualmente a AU está ganhando destaque no cenário mundial e brasileiro, sendo importante compreender as iniciativas e demandas existentes para que políticas públicas possam ser implementadas.

O objetivo principal do texto é analisar o papel e o perfil da agricultura urbana no município de Porto Ferreira/SP e assim, a investigação será conduzida com base em

levantamentos bibliográfico e documental.

O processo de urbanização, acompanhado do forte crescimento demográfico, intensificou-se a partir da segunda metade do século XX, quando a industrialização se tornou mais expressiva, causando efeitos sobre a ocupação de mão-de-obra e a localização das populações (SANTOS, 2008).

A partir dos anos 1970 o processo de modernização da agricultura brasileira tornou-se mais expressivo, provocando o êxodo rural e a intensificação do processo de urbanização.

Porém a urbanização reduziu-se nos últimos anos, entretanto as suas consequências no espaço urbano continuam sendo sentidas, particularmente as repercussões da expulsão das populações do campo para a cidade sem perspectiva de melhores condições de vida, deparando-se com pobreza, marginalização e desigualdade socioespacial e econômica.

O homem do campo se distanciando de seu espaço de origem, não perdeu a relação com as atividades agropecuárias. É nesse contexto que vem à tona a discussão sobre Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), pois o cultivo de vegetais e a criação de animais em áreas urbanas passam fazer parte da dinâmica socioeconômica e ambiental urbana.

Assim, a agricultura urbana vem demonstrando a capacidade de desempenhar um importante papel na diversificação e fortalecimento de estratégias de planejamento e administração das cidades.

“A agricultura urbana apresenta-se como complementar às atividades agrícolas desenvolvidas no meio rural, com o diferencial de estar integrada aos sistemas econômicos e ecológicos urbanos” (COVARRUBIAS *et al* 2011, p. 63).

Nesse estudo são apresentados os resultados iniciais da pesquisa intitulada “O papel da agricultura urbana no município de Porto Ferreira-SP” que é uma cidade de pequeno porte do interior paulista. A investigação tem como objetivo, analisar a agricultura urbana no contexto das políticas públicas e das ações da administração municipal.

Por fim, o texto se encontra estruturado em duas seções, além da introdução, das considerações finais e das referências. Na primeira seção, há uma abordagem teórica sobre o processo de modernização da agricultura e o êxodo rural no Brasil; e contudo, segunda seção é apresentado as características e o papel da agricultura urbana nesse novo cenário agrícola brasileiro e os as investigações preliminares no município de Porto Ferreira-SP.

## **2 | A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O ÊXODO RURAL NO BRASIL**

Ao longo do processo de ocupação do território brasileiro a agricultura familiar, exerceu importante papel no abastecimento alimentar interno, mas o apoio governamental a esta categoria de produtores foi inexpressivo (MATTEI, 2014).

Com a intensificação do processo de modernização da agricultura brasileira a partir de meados dos anos de 1960, as políticas públicas para o meio rural privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das *commodities* voltadas ao mercado internacional e produzidas em larga escala.

(...) o resultado dessas políticas públicas foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços

mínimos e ao seguro da produção (MATTEI, 2014, p. 71).

Teixeira (2005, p. 23) *apud* Brum (1988) aponta que as principais razões da modernização da agricultura são:

- a) elevação da produtividade do trabalho visando o aumento do lucro; b) redução dos custos unitários de produção para vencer a concorrência; c) necessidade de superar os conflitos entre capital e o latifúndio, visto que a modernização levantou a questão da renda da terra; d) possibilitar a implantação do complexo agroindustrial no país.

Como aponta Teixeira (2005, p. 24), “a década de 1960 marcou o início de um novo modelo econômico brasileiro, substituindo o chamado modelo de substituição de importações pela modernização do setor agrário e formação do Complexo Agroindustrial”.

A modernização da agricultura se caracterizou pela mecanização e intenso uso de insumos químicos e defensivos agrícolas, causando erosão e contaminação do solo, diminuindo assim a cobertura vegetal e degradando os recursos hídricos (CATI, 2001).

Com novas técnicas e equipamentos modernos,

o produtor passa a depender cada vez menos da “generosidade” da natureza, adaptando-a mais facilmente de acordo com seus interesses. No entanto, por esse caminho a agricultura está cada vez mais subordinada à indústria, que dita as regras de produção (TEIXEIRA, 2005, p. 22-23).

Para Graziano Neto (1985, p. 27) “a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente”.

Outra consequência da modernização foi o êxodo rural e a concentração da propriedade da terra, na medida em que não atingiu todos os produtores rurais. Dessa forma, a busca por novos padrões de desenvolvimento se tornou uma constante (CATI, 2001).

No Brasil, segundo Bonnal, Delgado e Cazella (2011) havia um rural invisível, composto por uma grande parcela da população que não tinha e ainda não tem acesso às políticas públicas. Essas famílias residentes em espaços rurais compunham uma sociedade civil sem representação política, por não estarem organizadas em associações, sindicatos e/ou cooperativas.

No decorrer das décadas de 1960 e 1970 se intensifica o processo de modernização da agricultura brasileira, porém as políticas públicas para o meio rural privilegiaram apenas os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das commodities voltadas para o mercado internacional e produzidas em larga escala;

(...) o resultado dessas políticas públicas foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção. (MATTEI, 2014, p. 71).

Segundo Martine (1991), entre os anos de 1968 e 1973, diante do ‘milagre econômico’, quase 30 milhões de pessoas mudaram-se para as cidades, causando um

intenso êxodo rural. Os anos 1980 foram marcados, pela estagnação, retração da produção industrial, inflação, instabilidade de mercados e agravamento dos problemas sociais.

Neves Neto (2013, p. 62) ressalta que até o final da década de 1980,

As políticas públicas direcionadas aos espaços rurais eram estritamente setoriais, focadas no estímulo a produção agrícola e tendo como beneficiários os grandes e médios produtores, a exemplo disto o financiamento agrícola instituído pelos governos militares (1964-1985). Esta concessão de crédito rural subsidiado foi o principal mecanismo utilizado pelo Estado para promover as alterações da base técnica da agricultura brasileira.

Assim, o processo de urbanização, acompanhado do forte crescimento demográfico, intensificou-se a partir da segunda metade do século XX, quando a industrialização se tornou mais expressiva, causando efeitos sobre a ocupação de mão-de-obra e a localização das populações (SANTOS, 2008).

De acordo com Brito (2006, p. 222) “somente na década de 1960 a população urbana brasileira superou a rural. Portanto, o rápido processo de urbanização é um fenômeno estrutural relativamente recente, tendo o seu auge medido pela velocidade do crescimento da população urbana, entre os anos 1950 e 1970”.

Gonçalves Neto (1997) ressalta as principais transformações ocorridas nas relações sociais no campo a partir da segunda metade da década de 1960:

É interessante notar que as transformações que ocorrem no agro, a partir da segunda metade dos anos 1960, fortemente pressionada pela expansão do capital industrial, promovem uma reviravolta muito grande em toda a extensão da sociedade brasileira. Ao lado das violentas transferências de populações para o setor urbano, que é promovido por amplo conjunto de fatores, tais como mecanização, a substituição de culturas intensiva em mão-de obra pela pecuária, o fechamento da fronteira, a aplicação da legislação trabalhista no campo, ou simplesmente pelo uso da violência, etc., ocorre também uma reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos (GONÇALVES NETO, 1997, p. 109).

No ano 1960 a população urbana representava 46% do total de 71 milhões, passou no início de 2000 para 82% do total de 169 milhões e no de 2010 elevou-se para 84% de um total de 190,7 milhões (FRICKE; PARISI, 2004).

De acordo com Beltran (1995):

neste processo histórico, as famílias que migraram das zonas rurais perderam a relação com a natureza e sofreram um processo de erosão de seus saberes e de transformação de costumes alimentares. Paralelo a isto, inconvenientemente as cidades e os seus sistemas econômicos não conseguem torná-las economicamente ativas, assim, não dispendo das condições apropriadas para satisfazer as suas necessidades socioculturais e de qualidade de vida (BELTRAN, 1995, p. 32).

O rápido processo de urbanização, aliado à manutenção e aprofundamento das desigualdades, contribuiu para a intensificação dos conflitos sociais nopaís. Com o acentuado êxodo rural, aumentaram os problemas de moradia, desemprego, miséria e violência nas cidades.

Teixeira (2005) salienta que:

os trabalhadores que foram “expulsos” do campo formam uma imensa massa de sem-terra, que aos poucos, se movimentam para as áreas urbanas ou para outras regiões, principalmente para as áreas de expansão da fronteira agrícola. Os incentivos para a migração em direção a essas áreas ao norte do Brasil são imensos, constituindo a tão famosa “marcha para o oeste”. Parte dos trabalhadores sem-terras que permanece na cidade forma uma gama de trabalhadores volantes, os chamados “boias-frias”, que vendem suas forças de trabalho no campo, mas residem nas cidades (TEIXEIRA, 2005, p. 9).

Para Arruda (2006, p. 1), no entanto, “principalmente nos países em desenvolvimento, as raízes do homem com a terra não foram totalmente perdidas, sendo assim, vegetais e animais continuaram a ser produzidos ou criados nas áreas urbanas (UNDP, 1996), o que traz à tona a discussão da agricultura urbana”.

Covarrubias (2011, p. 24) expõe que o

crescimento das cidades levou a mudanças expressivas na ocupação desses espaços, com a formação das áreas de transição entre o rural e o urbano e a emergência de novas relações que organizam tais espaços, dentre elas se destacam as novas demandas de produção, consumo, serviços e aproveitamento do espaço a fim de suprir as necessidades básicas da população e garantir a sua reprodução social.

Machado, A. T. e Machado, C. T. T. (2002) acrescentam que:

A falta de planejamento no processo de urbanização apresenta-se como um dos principais problemas da atualidade trazendo consigo questões que buscam por soluções urgentes, como o fornecimento e acesso aos alimentos, a preservação ambiental e a oferta de empregos (MACHADO, A.T e MACHADO, C.T.T, 2002, p.6.

Assim, na próxima seção irá ser abordado a agricultura urbana no novo cenário agrícola brasileiro, agora empenhado cada vez mais no campo ao agronegócio.

### **31 A AGRICULTURA URBANA NESSE NOVO CENÁRIO AGRÍCOLA BRASILEIRO**

A agricultura urbana vem demonstrando a capacidade de desempenhar um importante papel na diversificação e fortalecimento de estratégias de planejamento e administração das cidades. Assim, a agricultura urbana é definida como:

(...) the production of agricultural goods by urban residents, according to the official definition of the urban space utilised by the surveys we work with. Our definition is eminently driven by the definition of rurality adopted by national governments and reflected in our dataset, and we do not deal with the conceptual definitional issues discussed for instance by (ZEZZA e TASCIOTTI,

Covarrubias *et al* (2011, p. 63) expõem que a agricultura urbana se apresenta como

complementar às atividades agrícolas desenvolvidas no meio rural, com o diferencial de estar integrada aos sistemas econômicos e ecológicos urbanos (MOUGEOT, 2001). Na literatura encontram-se diferentes definições do fenômeno da agricultura urbana, entretanto muitas destas apresentam elementos comuns, incluindo critérios de localização, tipos de área onde ela é praticada, categoria dos produtos, escalas e sistemas de produção, destinação dos produtos e tipos de atividades econômicas envolvidas.

Para o governo federal brasileiro, a agricultura urbana

(...) é um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação, a comercialização e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas [...] e pecuários [...] voltados ao autoconsumo ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais [...]. Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (BRASIL, 2007, p.6).

Assim, o principal aspecto no qual a agricultura urbana difere da rural, no entanto, é o ambiente, pois a

agricultura urbana pode ser realizada em qualquer ambiente urbano ou periurbano, podendo ser praticada diretamente no solo, em canteiros suspensos, em vasos, ou onde a criatividade sugerir. Qualquer área disponível pode ser aproveitada, desde um vaso dentro de um apartamento até extensas áreas de terra, sob luz natural ou artificial (ROESE, 2003, p. 1).

A agricultura urbana estimula a

produção orgânica de alimentos nos grandes centros urbanos, aproveitando as áreas ociosas para promover o plantio de hortaliças, ervas medicinais e aromáticas, plantas ornamentais, criação de pequenos animais e instalação de microagroindústrias. As *urban farms* (fazendas urbanas) podem ser definidas como hortas plantadas em vasos, em containers adaptados, em praças, varandas, sacadas ou telhados de edifícios e casas (COOK *et al.*, 2015 *apud* VALENT *et al*, 2017, p. 6).

De acordo com Corbould (2013) a agricultura urbana

(...) pode ser vista como uma estratégia política no combate à fome e uma forma de aumentar a segurança alimentar sem o uso de agrotóxicos e com a perspectiva de uma economia mais solidária. Assim, esse tipo de prática pode transformar-se em um modelo de negócio. O crescimento da agricultura urbana é o resultado de um aumento global da migração das zonas rurais para as áreas urbanas. Nestas áreas, as populações urbanas são mais vulneráveis à insegurança alimentar, uma vez que dependem de fontes externas para as suas necessidades alimentares e, assim, expostos a maiores riscos de abastecimento (CORBOULD, 2013, p. 18).

Assim, as definições mais usuais da agricultura urbana se baseiam nos seguintes determinantes: “tipos de atividade econômica; localização intra-urbana ou periurbana; tipos de áreas onde ela é praticada; sua escala e sistema de produção; as categorias e subcategorias de produtos (alimentícios e não alimentícios); e a destinação dos produtos, inclusive sua comercialização” (ARRUDA, 2006, p. 1).

Apesar de se realizar a mesma atividade agrícola, a agricultura urbana distingue-se da agricultura rural (Quadro 1), dentre os aspectos destacam-se a área disponível para cultivo, os conhecimentos técnicos por parte dos agentes envolvidos, o tempo de dedicação, entre outros.

De acordo com Zezza e Tasciotti *apud* Maxwell, 2003; Ellis and Sumberg, 1998, uma distinção que é frequente na literatura da agricultura urbana

refers to the extent to which urban households that engage in agriculture have some degree of market orientation or are purely producing agricultural goods for own-consumption. There seems to be a consensus, based on case study reviews, that the direct food security purpose prevails, but that a substantial number of urban farmers also sell their produce on the market, and more so in Latin America than in Africa (ZEZZA e TASCIOTTI, 2010, p. 266 *apud* MAXWELL, 2003; ELLIS and SUMBERG, 1998).

Pinto (2007) acrescenta que:

Dos produtos que se dirigem ao mercado global, onde a frequência é maior e muitas vezes excessiva, existe maior preponderância no uso de fertilizantes químicos, ao contrário do que se passa em meios urbanos. Admitindo que os solos urbanos se encontram com uma maior abundância em nutrientes, a necessidade em usar os químicos é muito menor (PINTO, 2007, p. 15).

Aspectos	Agricultura Rural	Agricultura Urbana
Área Disponível	Abrangen	Restrita
Conhecimentos Técnicos	Elevados	Reduzidos ou nenhum
Tempo de Dedicação	Inteiro	Parcial
Diversidade de Produtos	Pouca	Muita
Uso de Fertilizantes Químicos	Sim	Não
Destino dos Produtos	Venda	Autoconsumo

Quadro 1. Diferenças entre agricultura rural e agricultura urbana

Fonte: Adaptado de Pinto (2007) Org. Alan da Silva Vinhaes, 2019.

De acordo Moreira (2008) *apud* Valente *et al* (2017, p. 6) a prática de agricultura urbana se associa

a ideia de cidade inclusiva, produtiva e ecológica, podendo gerar mudanças na economia, pois modifica o consumo e a produção de alimentos em centros urbanos. O principal objetivo é o de cultivar alimentos no mesmo

local onde eles serão consumidos – o que ajuda na redução de gastos com transporte e no uso de agrotóxicos e conservantes. Desta forma oferece uma alimentação mais saudável, além de uma maior oferta de empregos, oportunidades e negócios para as famílias e empresas que se preocupam com a sustentabilidade ambiental e o bem-estar da população.

Valent *et al*, (2017, p. 7) destaca que na agricultura urbana também

está presente na economia solidária baseada nas relações de cooperação, trabalho associado e autogestão, tendo como valor central a solidariedade (FERREIRA *et al.*, 2014). Os setores populares organizam-se em cooperativas e associações para facilitar a inserção nos mercados e resistir às desigualdades geradas pelo mundo contemporâneo. Além da economia solidária, a agricultura urbana reúne um conjunto de vinculações, conforme se verifica na Figura 1.

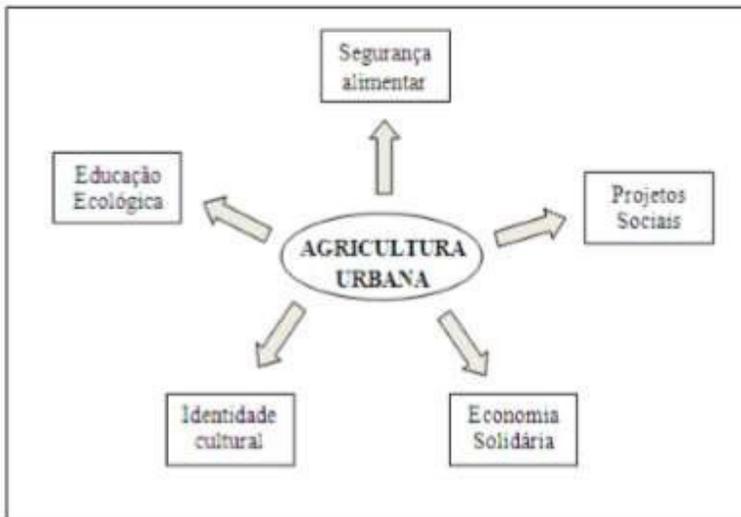


Figura 1. Atividades que circundam a agricultura urbana

Fonte: Valent *et al*, 2017, p. 7.

Sendo assim, de acordo com a análise do Quadro 1 realizada por Ferreira (2014) é possível perceber que:

em termos ambientais a agricultura urbana pode contribuir para a amenização de impactos ambientais e melhor gestão dos recursos naturais. Também propicia condições para a reciclagem de resíduos sólidos e águas residuais, formação de microclimas pelo enriquecimento do componente vegetal na paisagem e manutenção da biodiversidade, entre outras, apresentando características propícias para práticas produtivas de base ecológica. No âmbito econômico, esta atividade pode gerar oportunidades de emprego e renda alternativa, especialmente para a população mais pobre, e abastecimento

do mercado local. Já em termos sociais as repercussões também podem ser bastante positivas, pois promove a valorização das culturas locais e o empoderamento comunitário (FERREIRA, 2014, p. 72).

Covarrubias (2011, p. 65) expõem que

outras questões relevantes a serem consideradas quando se aborda a potencialização dos benefícios da agricultura urbana dizem respeito às características do sistema de produção e dos agricultores, o seu grau de inserção no sistema de gestão do espaço urbano, e às políticas públicas de fomento às atividades existentes.

Para Dubbeling e Mertzthal (2006, p. 38) “tornam-se fundamentais os esforços para a identificação do perfil das atividades de agricultura urbana em andamento, assim como o reconhecimento das demandas na comunidade para que as ações estratégicas de fomento sejam efetivas”.

Neste sentido a cidade não pode mais ser entendida de maneira estanque

como o local onde se desenvolvem atividades industriais e de serviços e o campo como o local onde se desenvolvem atividades agrícolas. Mais do que nunca as cidades brasileiras estão desafiadas a unir estas realidades (urbano e rural), ainda consideradas por alguns, incompatíveis, integrando as políticas de planejamento no território dos municípios como um todo (BOUKHARAEVA *et al.*, 2005 *apud* SATANA *et al* 2016, p. 319).

Através do levantamento bibliográfico e de investigações preliminares em Porto Ferreira, constatou-se que o município não conta com legislação que contemple a agricultura urbana, apesar da prática da agricultura ser recorrente nos bairros periféricos da cidade. No entanto, o município conta com a Lei 2.531, de 5 de dezembro de 2006, que instituiu o Programa de Hortas Comunitárias, a qual possui os seguintes objetivos:

I – Aproveitar mão de obra desempregada;

II – Proporcionar terapia ocupacional para pessoas com deficiências e homens e mulheres da terceira idade;

III – Aproveitar áreas devolutas;

IV – Manter terrenos baldios limpos e utilizados (Disponível em <http://camaraportoferreira.sinoinformatica.com.br/camver/LEIMUN/02531.html> Acesso em 11/09/2019).

Este resultado evidencia a importância da agricultura urbana na garantia do acesso ao alimento e, portanto, na segurança alimentar desta parcela da população, reconhecido como um dos principais benefícios da agricultura urbana em diversas pesquisas (MACHADO; MACHADO, 2002).

Além disso, existe no município de Porto Ferreira três viveiros (Paraíso plantas; Alternativa viveiros e Bela Flora/Agroflora), que produzem mudas para atender a agricultura convencional, hidropônica e orgânica (COVARRUBIAS, 2011, p. 177).

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse trabalho é o início de uma pesquisa sobre as características e o papel da agricultura urbana em Porto Ferreira, como resultado trouxemos o levantamento bibliográfico abordando toda a construção do processo de urbanização, êxodo rural, modernização da agricultura e a agricultura urbana.

No contexto do êxodo rural e da modernização da agricultura, Delgado (2012) destaca o incremento do cultivo de *commodities* para atender a demanda externa. Estas refletem, primeiramente a elevada concentração da propriedade da terra; em segundo lugar a sua localização e a qualidade intrínseca dos recursos naturais explorados e por fim, o acesso a fundo públicos subvencionados.

Esse processo trouxe graves consequências para o Brasil, como o rápido processo de urbanização que agravou os problemas socioambientais e socioespaciais nas cidades. Parte da população advinda do campo não possui qualificação suficiente para atender ao mercado, resultando na maioria das vezes a volta ao campo para trabalho temporário (“boias-frias”).

O processo de modernização da agricultura afetou também a questão do trabalho do homem no campo, as máquinas aos poucos substituíram a mão de obra humana, que novamente teve que se adaptar e começou a se utilizar de pequenos espaços vazios para o plantio nas cidades como alternativa alimentar e de complemento da renda.

Os estudos e abordagens a respeito da agricultura urbana se apresentam como um importante passo para a construção de uma nova forma de entender como a AU é resultante dos processos socioeconômicos e culturais.

Somente por meio da inserção da Agricultura Urbana no planejamento das cidades que esta prática passará a ser entendida e valorizada enquanto importante ferramenta para o enfrentamento da pobreza e para o aprimoramento da própria gestão dos espaços urbanos.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Juliana, Agricultura Urbana e Periurbana em Campinas/SP: **Análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola Campinas (2006).

BELTRAN, J. Hacia un imaginario de desarrollo sostenible. En: A la búsqueda de ciudades sostenibles. Seminario especializado. Memorias. II Encuentro Internacional Habitat-Colômbia. Pereira 20-24 de septiembre, 1994. **Editorial Guadalupe Ltda**. Bogotá. 369 p. 1995.

BONNAL, Philippe; DELGADO, Nelson Giordano; CAZELLA, Ademir. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. Brasília: IICA, Série **Desenvolvimento Rural Sustentável**, 2011, v. 14, p. 35-60.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Edital SESAN/MDS No. 01/2007: seleção de proponentes para apoio a projetos de agricultura urbana e periurbana. Brasília, 2007.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estud. av.** São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-236, 2006.

CORBOULD, C. **Feeding the Cities: Is Urban Agriculture the Future of Food Security? Strategic Analysis Paper**. 2013. Disponível em <http://www.futuredirections.org.au/publication/feeding-the-cities-is-urban-agriculture-the-future-of-food-security/> Acesso em: 23.set.2019.

COVARRUBIAS, J. R. D. **Agricultura Urbana em Porto Ferreira - SP: mapeamento, caracterização e tipificação**. Dissertação de mestrado apresentada na UFSCAR, 2011, p.299.

COVARRUBIAS, Juliana Duz Ricarte; FERRAZ, José Maria Gusman; BORGES, Janice Rodrigues Piaceres. Segurança alimentar através da agricultura urbana: um estudo de caso em duas comunidades de baixa renda em Porto Ferreira/SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 2011, p. 62-80.

DELGADO, G. C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FERREIRA, G. M. V. et al. Redes sociais e economia solidária: uma análise das redes de relacionamento dos pequenos produtores rurais participantes do Projeto Esperança/Cooesperança. RAMA. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v.7, n. 1, p.151-171, 2014.

FRICKE, G. T.; PARISI, R. S. B. **A Gestão Urbana e o Desenvolvimento Regional Sustentável: A Rota Tecnológica 459 e a Região Metropolitana de Campinas**. Disponível em:<[www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT11/glacir\\_fricke.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT11/glacir_fricke.pdf)>. Acesso em: 06.out.2019.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

MACHADO, A.T.; MACHADO, C.T.T. **Agricultura urbana. Planaltina**: Embrapa Cerrados, 2002.

MARTINE, George. **A questão populacional no Brasil: elementos para a agenda da Fundação MacArthur**. Documento de trabalho da Fundação MacArthur, 1991.

MATTEI, Lauro Francisco. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias A e A/C entre 2000 e 2010. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 58-69-69, 2014.

MOREIRA, C. Trajetórias contemporâneas da agricultura urbana. In: **Hissa**, Cássio Eduardo Viana (Org.). Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 243-281.

NEVES NETO, Carlos de Castro. **Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo**. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 312 f, 2013.

PINTO, R. **Hortas Urbanas: Espaço para o Desenvolvimento Sustentável de Braga**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Municipal, Universidade do Minho, 2007.

PORTO FERREIRA. Disponível em< <http://camaraportoferreira.sinoinformatica.com.br/camver/LEIMUN/02531.html>> Acesso em 20.set.2019).

ROESE, Alexandre Dinnys. **Agricultura urbana**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 4 p. 2003.

SANTOS, M.. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2008 [1993].

TEIXEIRA, J. C. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagos-MS, V 2 – n 2, p. 21-42, Setembro/ 2005.

VALENTE, F. L.. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. In. **Direito Humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

VALENT, Joice Zagna; OLIVEIRA, Leticia de; VALENT, Vinicius Dornelles. Agricultura urbana: o desenvolvimento de um projeto social. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 7, n. 2, p. 4-19, 29 out. 2017.

ZEZAA A., TASCIOTTI L. **Urban agriculture, poverty, and food security**: Empirical evidence from a sample of developing countries. Agricultural Development Economics Division, Food and Agriculture Organization (FAO), Rome, Italy, 2010.

# CAPÍTULO 17

## SOLIDARIEDADE COMO PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO PASTORAL E ECLESIAL

Data de aceite: 01/08/2020

### Matheus da Silva Bernardes

Mestre em Teologia Sistemática pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (atual Faculdade de Teologia da PUC-SP); atualmente doutorando em Teologia Sistemática pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) e professor do programa de Antropologia Teológica da PUC-Campinas.

**RESUMO:** O presente trabalho retoma a ideia de *solidariedade cristã* apresentada por J. Sobrino e verifica se ela não pode ser introduzida como categoria de organização pastoral e, até mesmo, eclesial. Os desafios da atualidade são imensos; parecera que o centro da atividade eclesial já não está no anúncio do Reino de Deus aos mais pobres (Lc 4,18), mas a manutenção das estruturas eclesiais. Para que a pastoral e a própria Igreja não percam sua relevância no século XXI é fundamental recolher aquilo que o Documento de Aparecida (365-372) já mencionou e que Francisco, em seu Pontificado (EG 15), tem insistido: não basta uma pastoral de manutenção; uma decidida pastoral missionária é urgente. Não seria a solidariedade um caminho possível que incentive a conversão pastoral e eclesial almejada? O trabalho foi apresentado no VII Colóquio de Teologia e Pastoral realizado pela FAJE, PUC-Minas e ISTA, em maio de 2019, na cidade de Belo Horizonte. Também se encontra publicado nos anais do evento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Solidariedade, J. Sobrino, Pastoral, Igrejas Particulares.

### SOLIDARITY AS PRINCIPLE OF PASTORAL ORGANIZATION AND ECCLESIAL ORGANIZATION

**ABSTRACT:** This paper recollects the idea of *Christian solidarity* presented by J. Sobrino and verifies if it cannot be introduced as category of pastoral, and even eclesial, organization. The challenges of the present days are huge; it seems the center of eclesial activity is not anymore, the preaching of God's Kingdom to the poor (Lk 4,18), but the maintenance of Church structures. It is fundamental to the Church to take over what is already meant on Aparecida's final document (365-372) and what Pope Francis stresses: a maintenance pastoral care is not enough (EG 15); a missionary pastoral care is urgent. Would not be solidarity a possible way to achieve the desired pastoral and eclesial conversion? This paper was presented at the 7<sup>th</sup> Colloquium of Theology and Pastoral organized by FAJE, PUC-Minas and ISTA, in Mai 2019, in Belo Horizonte. It was also published on its annals.

**KEYWORDS:** Solidarity, J. Sobrino, Pastoral Care, Churches.

### 1 | INTRODUÇÃO

No capítulo terceiro da Epístola aos Colossenses, lê-se: "Suportai-vos uns aos outros" (Cl 3,1). Inspirado pela ideia, J. Sobrino escreveu um artigo sobre a solidariedade cristã, publicado originalmente no periódico *Estudios Centroamericanos*, em 1982, e posteriormente recopilado no livro *El principio-misericordia: bajar de la cruz a los pueblos crucificados*, em 1992. A intenção original do autor era justificar o giro de compreensão da

própria Teologia já não só como *intellectus fidei*, mas como *intellectus amoris*. Nesse sentido, a solidariedade emerge no horizonte da reflexão teológica como categoria epistemológica fundamental para a promoção da mudança citada: a *Teo-logia* não é produto de um esforço teórico, mas fruto de uma práxis.

A solidariedade deve ser entendida a partir da realidade dos empobrecidos. Não se trata de qualquer realidade, mas da realidade histórica mais urgente do século passado. Por mais que se tenha tentado – e ainda se tenta – encobrir essa realidade, sua manifestação é a verdade mais real como apresenta o autor espanhol radicado em El Salvador. A realidade dos empobrecidos não seria também determinação para o entendimento teológico e cristão da solidariedade?

Quando se afirma que a *Teo-logia* é fruto de uma práxis, está se referindo a uma muito concreta: a práxis libertadora de Jesus de Nazaré que viveu em solidariedade com as mulheres e os homens de seu tempo, principalmente os empobrecidos e marginalizados. Precisamente a partir de Jesus, a solidariedade pode ser compreendida não só como um movimento social de inclusão, mas como um movimento *teo-logical*, isto é, o movimento de Deus que se aproxima da humanidade empobrecida.

Outra grande motivação tida pelo autor para escrever seu artigo foi a solidariedade experimentada pela Igreja de El Salvador nos anos 70, 80 e 90 do século passado. Ele até chega a formular essa experiência concreta como *forma fundamental* de as igrejas se relacionarem. O conhecimento da dura realidade vivida pelas cristãs e cristãos salvadorenhos, especialmente a perseguição, a tortura e a morte, motivou igrejas de diversas latitudes a realizar ações concretas em seu favor. Em todo esse esforço solidário foi possível identificar a catolicidade da Igreja, inclusive mais: foi possível verificar que a universalidade da Igreja se decide histórica e particularmente nas ações solidárias das diversas comunidades.

Mais um fato importante que o autor destacou foi a que a ajuda oferecida às cristãs e aos cristãos de El Salvador não foi um movimento unidirecional, isto é, somente dar. Tratou-se de um dar e receber mutuamente; aqueles que, em primeiro lugar davam, também recebiam nova força para perseverar na esperança no Deus de Jesus Cristo, que quer a vida e não a morte do ser humano.

## 2 | OS DESAFIOS DA ATUALIDADE

Seria uma pretensão muito grande querer compreender todos os desafios para a evangelização na atualidade em um breve apartado. Contudo, a intenção principal desta reflexão não é apresentar os inúmeros desafios, mas o que – segundo uma modesta opinião – está à base de todos eles. Trata-se, portanto, de um esforço mais bem sistemático para encontrar a origem daquilo que tem emperrado o processo da Pastoral e até da própria Igreja na atualidade.

Diante de uma ambição crescente de produzir subsídios que respondam às diversas necessidades das comunidades eclesiais, talvez se tenha esquecido do fundamental: a práxis. Tanto a Teologia como a Pastoral – portanto, a Igreja – devem cultivar conscientemente a castidade intelectual, isto é, o não saber é necessário para saber de Deus (SOBRINO, 1994, p. 232). Todas as vezes em que se pensa ter chegado à *panaceia* teológica, pastoral ou eclesial, no fundo que está se fazendo é não dar espaço para que Deus seja Deus e o

ser humano, humano. A práxis, não obstante, dá espaço para esse não saber que exige abertura à gratuidade e ao mistério.

Seria um equívoco pensar que a raiz dos desafios da realidade seja somente de ordem material; é também uma problemática formal. Não é tanto a pergunta pelo “quê”, mas pelo “como” os desafios podem ser captados e devidamente respondidos. A pergunta pela realidade, sobretudo tal como ela se manifesta, não pode ser deixada de lado.

É conhecida a influência do pensamento de X. Zubiri no pensamento teológico, especialmente no pensamento de teólogos latino-americanos. Vale destacar a tríade intelectual elaborada por I. Ellacuría a partir da filosofia zubiriana:

*Se conoce la realidad cuando además de hacerse cargo de ella (momento noético) y de cargar con ella (momento ético), uno se encarga de ella (momento práxico).* (SOBRINO, 1989, p. 292)<sup>1</sup>

Diante dessa exigência que a realidade impõe para a inteligência, logo para a reflexão teológica e pastoral, é essencial saber qual é o *fato maior* da atualidade que permitirá a organização da Pastoral e, também, da própria Igreja. Nesse sentido, vale a pena voltar ao pensamento de J. Sobrino e se perguntar se o *fato maior* da Teologia da Libertação por ele apresentado continua sendo o mesmo da atualidade.

O autor afirma que a irrupção massiva da pobreza na América Latina no século passado foi, sem sombra de dúvidas, o *fato maior* para a Teologia da Libertação. Todo o sofrimento das mulheres e homens empobrecidos, mas ao mesmo tempo toda a sua esperança se convertera em palavra de realidade que não pode ser silenciada, não pode ser ocultada (SOBRINO, 1994, p. 49).

Esse *fato maior* não se tornou somente o começo cronológico da Teologia da Libertação e dos movimentos libertários: é o começo lógico de todo esse processo, além de ser guia e inspiração que o orienta à sua finalidade (SOBRINO, 1994, p. 49). Foi um esforço que se converteu em círculo hermenêutico: *historizar* para *teologizar* e *teologizar* para *historizar* (SOBRINO, 1996, p. 101). A realidade histórica concreta se converte em mediação para a reflexão teológica e pastoral; não há caminho melhor para captar a realidade do Crucificado que se aproximando dos povos crucificados (SOBRINO, 1999, p. 418).

Pensar a partir da realidade dos empobrecidos, de seu sofrimento e sua esperança é a aceitação dessa realidade como sinal dos tempos, além de ser coerente com a Revelação e promove mais vida cristã (SOBRINO, 1999, p. 289). Este é o momento da conversão da *teo-logia* em *teo-práxis*; não é possível permanecer indiferente diante do sofrimento, é preciso fazer algo. Como não *re-agir* diante da privação de identidade de tantos, da negação da vida e, finalmente, da morte lenta e, não poucas vezes, violenta dos mais necessitados?

Poder-se-ia pensar que a reflexão acima estaria incorrendo no perigo de reduzir o ponto de partida da Teologia, da Pastoral e de toda atividade da Igreja em uma mera análise sociológica. De fato, não faltou essa acusação contra teólogos da Libertação. Contudo, a práxis não é iniciativa humana, em primeiro lugar; a práxis é iniciativa de Deus que se aproxima, definitivamente, da humanidade empobrecida e sofredora em Jesus de

1. Conhece-se a realidade quando além de acolhê-la (momento noético) e carregá-la (momento ético), também se encarrega – se faz responsável – por ela. Tradução do autor.

Nazaré. E a *práxis histórica* de Jesus de Nazaré se tornou mediação cognitiva que permite tanto Teologia, como Pastoral aprender a *ser como Deus* e a *fazer como Deus* (SOBRINO, 1999, p. 340).

Ampliando o horizonte da discussão, não seria essa *re-ação* de Deus em Jesus de Nazaré a *norma normans* da Teologia e da Pastoral? A solidariedade de Deus para com o que não era Deus, isto é para a *sárx* débil e frágil do ser humano, não é a linha mestra de toda ação eclesial? O fato de que Deus se aproxima daquilo que lhe é diferente, daquilo que é outro, não deve se converter no princípio fundamental de reflexão teológico-pastoral (SOBRINO, 1999, p. 362 e 372)?

### 3 | A SOLIDARIEDADE CRISTÃ

A situação vivida pela Igreja de El Salvador, no final da segunda metade do século passado, permitiu o surgimento de um novo fenômeno de solidariedade entre as igrejas – não só católicas, mas também igrejas cristãs de diversas denominações (SOBRINO, 1994, p. 214). O fenômeno foi estudado por J. Sobrino na análise teológica sobre a solidariedade cristã.

Não se tratou somente da descrição de um novo fenômeno, mas um verdadeiro estudo que permitiu o aprofundamento e o melhor entendimento da solidariedade e constatou que ela não se manifesta somente em ações delimitadas, mas é uma atitude verdadeira e autenticamente cristã (SOBRINO, 1994, p. 213).

A solidariedade cristã tem sua raiz em uma realidade objetiva histórica e eficaz: *“a realidade de miséria, opressão e injustiça em que vivem milhões de seres humanos”* (SOBRINO, 1994 p. 217). Exatamente, pelo *des-cobrimto* dessa realidade coberta, pelo *des-velamento* dessa verdade muitas vezes velada cristãs e cristãos, seja em El Salvador como em outras partes, se viram desafiados a uma resposta eficaz e urgente: não era possível que a realidade de milhões de seres humanos permanecesse invisível aos olhos das igrejas.

Pode-se dizer que esse novo fenômeno em torno da solidariedade cristã teve uma origem genética: a perseguição de cristãs e cristãos em El Salvador (SOBRINO, 1994, p. 217-219). Ao acolher o clamor da Segunda Conferência do Episcopado Latino-americano, realizada em Medellín em 1968, a Igreja de El Salvador se colocou ao lado dos mais pobres e se tornou solidária com eles (Pobreza da Igreja, n. 8). Inclusive, é possível dizer mais: não se tratou somente de um movimento na Igreja de El Salvador, mas em toda a Igreja da América Latina que encontrou a confirmação de sua opção na Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Puebla em 1979:

*Comprovamos, pois, como o mais devastador e humilhante flagelo a situação de pobreza desumana em que vivem milhões de latino-americanos e que se exprime, por exemplo, em mortalidade infantil, em falta de moradia adequada, em problemas de saúde, salários de fome, desemprego e subemprego, desnutrição, instabilidade no trabalho, migrações maciças, forçadas e sem proteção.* (Puebla, n. 89)

A aparição histórica da solidariedade cristã diante na situação vivida em El Salvador e em outros países da América Latina, no século passado, supera toda compreensão a

*priori* de solidariedade. Essa mediação cognitiva histórica e real mostra que a verdadeira solidariedade não está em formar uma aliança para defender interesses próprios, mas em se colocar completamente à disposição do outro e preservar o seu interesse, como é possível ler na belíssima passagem do Bom Samaritano no Evangelho segundo Lucas (Lc 10,25-37). Trata-se de uma noção *a posteriori* da solidariedade cristã apreendida a partir dessa situação.

O samaritano que passava pelo caminho e se deteve para cuidar daquele homem que caiu nas mãos dos assaltantes não tinha outra motivação que simplesmente seu bem. Não estava preocupado em cumprir nenhum preceito da lei, nem mesmo fazer *o que devia fazer*, ele o fez por pura misericórdia e bondade. Essa atitude do personagem da parábola permite aos leitores do Evangelho identificá-lo com o próprio Jesus que não *re-agia* diante das limitações alheias para cumprir a Lei, mas por puro amor (SOBRINO, 1994, p. 34).

### 3.1 A solidariedade cristã como princípio de organização pastoral

Novamente ampliando a reflexão, é preciso voltar o olhar para a realidade atual e se perguntar até que ponto a perseguição pode ser motivação, hoje, para a solidariedade entre cristãos e cristãs, entre comunidades e até mesmo entre igrejas particulares. Contudo, como já foi possível constatar, a solidariedade cristã não é só um movimento pontual e delimitado pela contingência de um devir histórico. Trata-se do movimento do próprio Deus, em Jesus de Nazaré, que se aproxima da humanidade pecadora e empobrecida.

Não há ato solidário maior que o fato de a Palavra (*logos*) ter se feito carne (*sárx*), ter se feito algo que, por essência, *lhe é alheio, lhe é outro* (SOBRINO, 1994, p. 222). Ao mesmo tempo, não há ato mais gratuito e bondoso que a participação total de Deus no destino humano, chegando até o extremo de uma morte violenta.

Na história de Jesus de Nazaré irrompeu, de forma inusitada e insuspeita, a grande solidariedade entre Deus e a humanidade empobrecida. Essa realidade pode ser conhecida pela sua vida, especialmente porque ele aprendeu a confiar em Deus que é Pai, mas que também *lhe é obediente* porque permanece um mistério (SOBRINO, 1996, p. 203-207 e 215-216).

Com isso, Jesus não revela somente quem é Deus, mas também quem é o ser humano e seu chamado para se relacionar com Deus. O ser humano, em Jesus de Nazaré, já não pode manipular mais a Deus, mas é convidado a se entregar (*fides qua*) à sua vontade e essa é uma só: que o ser humano viva, parafrazeando Irineu de Lyon (SOBRINO, 1999, p. 427). Portanto, todo projeto humano para que seja verdadeiramente humano deve incluir a preservação da vida mínima de toda mulher e homem ao longo da história (SOBRINO, 1996, p. 131-134).

Seria reducionista afirmar que a Igreja é um projeto meramente humano, afinal de contas ela só subsiste ao longo da história graças à ação do Espírito Santo. Entretanto, não se pode esquecer de que a Igreja prolonga em suas ações, especialmente na ação pastoral, a práxis de Jesus Cristo. Ele não apontou somente para o final da história (salvação escatológica), mas realizou milagres e expulsou demônios, o que não expressou outra coisa senão a realidade de que o Reino de Deus estava próximo (Mc 1,15); soube acolher e fazer refeição com os pecadores; colocou-se em defesa dos pobres e marginalizados, principalmente aqueles que eram marginalizados pela religião dos judeus (SOBRINO, 1996, 135-152); e se solidarizou com as vítimas deste mundo ao ser morto em uma cruz

(SOBRINO, 1996, p. 363-364). Jesus mostrou em sua vida que a salvação, sim, pode ser uma realidade imediata aos seres humanos (salvação histórica).

Logo, a solidariedade especialmente aquela revelada em Jesus de Nazaré é *norma normans*, como já mencionou, da ação pastoral da Igreja. Quais seriam as pistas para uma organização pastoral solidária?

Muitas vezes, existe a tentação de reduzir a solidariedade somente à ação das pastorais sociais emergenciais, como as pastorais que realizam um serviço assistencial – e necessário – a mulheres e homens que se encontram em situação de risco social: menores abandonados, moradores em situação de rua, doentes terminais, usuários de álcool e drogas, famílias desamparadas, entre outros.

Contudo, não se deve entender a solidariedade como movimento de direção única: não se trata somente de um dar, mas um dar e receber mutuamente. Logo, o olhar solidário verdadeiro para todos aqueles que vivem em uma situação de risco social – portanto, realmente empobrecidos – também desperta nos membros da Igreja um ardor e uma esperança renovados.

A organização de uma pastoral que tem a solidariedade como princípio não estima somente o resultado numérico de suas ações, uma grande tentação na atualidade. Foca, sobretudo, na conversão para o outro: em primeiro lugar, para o Outro divino que se revelou em Jesus Cristo e para o outro que é irmã e irmão, porém a irmã e o irmão que são empobrecidos (EG 48).

A irrupção dos pobres na vida da Igreja e a solidariedade para com eles não deve ser vista unicamente como imperativo ético, trata-se próprio do mandato missionário com o qual o próprio Jesus enviou seus discípulos e, portanto, sua Igreja (Mc 16,15). A solidariedade para com os demais, especialmente para com os mais necessitados e pobres expressa o ser missionário da Igreja (SOBRINO, 1994, p. 228-230). Assim, a Igreja se assemelha a seu Senhor que também foi enviado em missão ao mundo para anunciar a boa-nova aos pobres, a libertação aos cativos e o ano da graça do Senhor (Lc 4,18-19).

A permanência da solidariedade na Igreja não se dá somente pelo fato de que ainda há cristãs e cristãos perseguidos, mas pela própria missão da Igreja no meio do mundo. O mandato missionário, como já se mencionou, se vê na solidariedade de uns para com outros, se vê na verdadeira conversão para a alteridade independentemente do quão diferença ela seja.

Nesse sentido, a organização da pastoral da Igreja deve favorecer as estruturas missionárias e não somente as de manutenção, como insiste o Documento da Conferência de Aparecida (Aparecida, n. 370) e o Papa Francisco (EG 15). A conversão missionária da Igreja, anseio profundo de Francisco, não se expressará somente nas empresas missionárias *outré mer*, mas em todas as ações pastorais diárias das cristãs e cristãos, especialmente aquelas que permitam o profundo encontro com pobre.

### **3.2 A solidariedade cristã como princípio de organização eclesial**

Já foi apresentado acima, a origem genética da solidariedade na Igreja de El Salvador se deu quando igrejas católicas e cristãs de diversas denominações assumiram como próprios os desafios enfrentados pelas cristãs e cristãos desse país centro-americano (SOBRINO, 1994, p. 217-219).

Contudo, como remarca muito bem J. Sobrino, a solidariedade não deve ser

compreendida exclusivamente a partir dessa origem genética, mas a partir da própria revelação de Deus em Jesus de Nazaré: Deus se solidarizou com a humanidade empobrecida. A solidariedade, portanto, é um movimento *teo-logical* e, também, deveria ser um movimento *eclesial* (SOBRINO, 1994, 226-228).

Ao afirmar que a organização da Pastoral deve se orientar por essa solidariedade primigênia – a solidariedade de Deus para com as mulheres e os homens em Jesus de Nazaré – está se sublinhando que as estruturas pastorais da Igreja favoreçam o descentramento das cristãs e cristãos para que possam, nas palavras de Francisco, sair de si mesmo e se encontrar com o outro (EG 179). Trata-se, portanto, de uma pastoral missionária por excelência.

Entretanto, com essa afirmação também nasce a pergunta pela organização da própria Igreja. Essa organização favorece a missionaridade ou está mais bem focada na manutenção de si mesma? Como deveriam ser as estruturas eclesiais para que a missionaridade prevaleça?

Possivelmente, a resposta já seja intuída pelo recorrido até o momento: uma Igreja missionária, que se ocupa com a Evangelização e a realização do Reino (SOBRINO, 1994, p. 229), deve ser uma Igreja solidária. Contudo, essa solidariedade não pode se restringir somente à boa vontade; é preciso que as estruturas não só da Igreja Universal, mas das igrejas particulares se mostrem solidárias.

Não são poucos os exemplos das assim chamadas “igrejas-irmãs” – igrejas particulares que se manifestam solidárias para com outras enviando ajuda pessoal e material (Aparecida, 182). Há mais que boa vontade: há projetos concretos de envio de missionárias e missionários, planos de arrecadação de fundos e construção de templos, centros pastorais e dispensários. Nota-se que a via do dar é ampla e estimula muito as ações de diversas igrejas particulares mais abastadas.

Entretanto, vale a pergunta: será que o entusiasmo ao dar é o mesmo ao receber? Não se pode esquecer de que a solidariedade cristã é um caminho de mão dupla: dar e receber. O que, infelizmente, se vê – e não são poucos os casos – que igrejas particulares, que possuem abundância, têm se empenhado muito para enviar ajuda para igrejas particulares empobrecidas, mas não se verifica o mesmo empenho para acolher o que vem dessas comunidades – a via do receber.

Ao oferecer ajuda, uma igreja particular também deve estar aberta para acolher a Boa-nova daqueles que recebem essa ajuda. Ainda mais: ao acolher essa Boa-nova carregada de ardor e esperança, a igreja particular que envia a ajuda se renova e não se torna uma mera provedora de bens para uma comunidade menos favorecida.

Porém, essas iniciativas para fora de uma igreja particular também deveriam se converter em ações concretas dentro dessa mesma igreja. Não são poucos, os tristes casos em que dentro de uma mesma igreja particular há comunidades que vivem na abundância e outras que mal possuem o mínimo.

Quando se fala em solidariedade dentro das estruturas eclesiais, o desafio é grande. Em primeiro lugar, é preciso que a ajuda entre as igrejas aumente sempre mais. Em segundo lugar, não se deve pensar que uma igreja só dá; ela recebe – e muito – daquela que é destinatária do apoio solidário. Em terceiro lugar, não se pode pensar em solidariedade somente entre as igrejas particulares ou até mesmo entre as igrejas de territórios ou nações;

é preciso enxergar que dentro de uma igreja particular há comunidades que anseiam pela ajuda solidária de comunidades mais abastadas e, ao mesmo tempo, estão dispostas a partilhar daquilo que lhes é mais próprio: a alegria da fé e do seguimento de Jesus.

## 4 | CONCLUSÃO

“Suportai-vos uns aos outros”, se lê no primeiro versículo do capítulo terceira da Epístola aos Colossenses. Pensa-se com frequência que o significado do verbo “suportar” vai na linha de aturar, aguentar; porém, seu significado se direciona mais por dar suporte, dar ajuda, estender o braço.

Assim, deve se entender a solidariedade apresentada pelo Documento de Aparecida, ainda que em uma perspectiva mais social chegando inclusive a falar de uma “globalização da solidariedade” (Aparecida, 406). A solidariedade cristã estudada por J. Sobrino e por este breve trabalho se refere ao suporte mútuo das cristãs e cristãos, das comunidades e das igrejas particulares como princípio estruturante da Pastoral e da própria Igreja, como também é apresentada em Colossenses.

Dar suporte material e pessoal para receber suporte na fé e esperança, na alegria e entusiasmo do seguimento de Jesus Cristo. Nos dias de hoje, não são poucas as queixas dos ministros ordenados da Igreja que têm diante de si comunidades cansadas e envelhecidas, mesmo gozando de fartura material.

Não seria a hora de se voltar para comunidades mais pobres, mais jovens e, até mesmo, mais “inexperientes” para que se produza uma renovação? Não seria o momento de os Pastores se abrirem a realidades que lhe são alheias e acolher essas realidades em suas próprias igrejas particulares? Não seria oportuno não só oferecer ajuda, mas também acolher no seio das comunidades aqueles que recebem ajuda para que possam oferecer sua vida de fé?

Solidariedade cristã, portanto, não é um fenômeno que surgiu somente em uma situação de perseguição de cristãs e cristãos em El Salvador na segunda metade do século passado. Solidariedade cristã, ou nas palavras da Epístola aos Colossenses, suporte mútuo é o jeito mais próprio de agir da Pastoral e de ser da Igreja.

## AUTORIZAÇÃO/ RECONHECIMENTO

Ao submeter o trabalho, o autor torna-se responsável por todo o conteúdo da obra.

## REFERÊNCIAS

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Conclusões de Medellín*. 1ª edição. São Paulo: Paulinas, 1998.

\_\_\_\_\_. *Conclusões da Conferência de Puebla*. 1ª edição. São Paulo: Paulinas, 1979.

\_\_\_\_\_. *Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe*, 7ª edição, São Paulo: Paulus, 2008.

PAPA FRANCISCO, *Evangelii Gaudium*, 1. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2013.

SOBRINO, J. Como fazer Teologia. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v.21, n. 55, p. 285-303, set/dez 1989.

\_\_\_\_\_. *O princípio misericórdia – descer da cruz os povos crucificados*. 1ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. *Jesus, o Libertador: a história de Jesus de Nazaré*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *La fe en Jesucristo: ensayo desde las víctimas*. 1ª edición. San Salvador: UCA Editores, 1999.

# CAPÍTULO 18

## UMA RELAÇÃO DIVINA E CULTURAL ATRAVÉS DA PRÁTICA DO JONGO: MEMÓRIA DE UMA ANCESTRALIDADE DA CANTORA CLEMENTINA DE JESUS

*Data de aceite: 01/08/2020*

### **Terezinha do Socorro da Silva Lima**

Mestre do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará – UEPA. Especialista em Educação para as Relações Étnicorraciais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Servidora da Reitoria do IFPA.

### **Ana Maria Cavaleiro de Macedo Bragança**

Possui Licenciatura Plena em Ciências da Religião (2004), pela UEPA, e especialização em Gestão e Docência em Ensino Superior (2007), pela UNAMA. Atualmente é Mestre do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da UEPA. É Professora efetiva de Ensino Religioso na Prefeitura Municipal de Ananindeua.

**RESUMO:** O presente artigo é parte de um capítulo de minha dissertação, o principal objetivo deste é socializar a pesquisa de campo realizada na cidade de Valença - Rio de Janeiro. Nesse trabalho também abordaremos o conceito de símbolo da circunferência e a importância do mesmo para a Dança do Jongo. Dessa forma, utilizamos a metodologia etnográfica com a técnica da entrevista, posteriormente análise da documentação disponibilizada, juntamente com outras fontes históricas que retratam essa cultura. Utilizamos também da entrevista informal a formal através de um questionário pré-estabelecido e da observação, podemos dizer que nos valem da categoria de análises

etnográficas a partir das obras de Roberto Cardoso de Oliveira (1996), no que se refere às práticas da observação e da escuta das narrativas dos informantes. Outra técnica utilizada de forma indireta foi à bibliografia de material já produzido em torno da cantora. No primeiro momento ao chegarmos à cidade, buscamos fazer o levantamento de área, uma forma de conhecer melhor a cidade, pois era a primeira vez que visitávamos a mesma, procuramos a Secretaria de Cultura e fomos orientados a procurar à senhora Dilma Dantas Moreira Mazzêo, que a época era secretária, em seguida o contato com a senhora, quando fizemos a apresentação que pertencíamos ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará, e que estava ali para entender melhor a religiosidade do objeto de pesquisa, a referida senhora ficou muito surpresa e maravilhada por poder estar contribuindo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Religião, Clementina de Jesus, Jongo, Cultura.

**ABSTRACT:** The present article is part of a chapter of my dissertation, the main objective of this is to socialize the field research conducted in the city of Valença - Rio de Janeiro. In this work I will also address the concept of a circle symbol and the importance even for the Jongo Dance. Thus, we use the ethnographic methodology with the interview technique, later analysis of the documentation available, along with other historical sources that portray this culture. We also use the informal to formal interview through a pre-established questionnaire and the observation, we can also say that we also use the category of ethnographic analysis from the works of Roberto Cardoso de Oliveira

(1996), with regard to practices observation and listening to informants' narratives. Another technique used indirectly was the bibliography of material already produced around the singer. At the first moment when we arrived in the city, we sought to survey the area, a way to get to know the city better, because it was the first time we visited it, we went to the Department of Culture and we were directed to look for Mrs. Dilma Dantas Moreira Mazzêo, that the time was a secretary, then the contact with the lady, when we made the presentation that belonged to the Post-graduate Program in Religious Sciences of the State University of Pará, and that was there to better understand the religiosity of the research object, the said lady was very surprised and amazed to be contributing.

**KEYWORDS:** Religion, Clementina de Jesus, Jongo, Culture.

## 1 | CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA:

O presente texto faz parte de um tópico da pesquisa intitulada como, *Clementina de Jesus: Uma representação Simbólica e Empoderamento da Religião afrobrasileira*, tecemos uma breve biografia a respeito da cantora, uma forma de entendermos o contexto da mesma e a proposta a ser discutida nesse artigo.

Clementina de Jesus nascida em 25 de agosto de 1901, no bairro de Carambita na cidade Valença- RJ, que fica localizada na região do Vale do Paraíba, região considerada o tradicional reduto dos jongoeiros, filha de Amélia de Jesus dos Santos e Paulo Batista dos Santos, a cantora era descendente de escravos livres com a Lei do Ventre Livre, no ano de 1871, também conhecida como a Lei Rio Branco. Foi descoberta na década de sessenta, já residindo na capital do Rio de Janeiro pelo autor e compositor Hermínio Bello de Carvalho. Clementina de Jesus teve seu primeiro contato com a música quando ouvia a mãe cantar cânticos de origem africana num dialeto yorubá e posteriormente repetia as músicas como parte de seu cotidiano, o que marcariam sua vida com o Jongos, incelências e pontos de trabalhos.

Ainda criança estudou como semi interna no Orfanato Santo Antônio, onde tinha aula de canto, já na adolescência foi convidada por João Cartolina - liderança da comunidade, mestre festeiro, a participar como pastora do grupo de Folia de Reis, mais tarde foi diretora da escola de samba Unidos do Riachuelo, onde o diretor de harmonia era Aniceto que viria posteriormente ser o fundador do Império Serrano. A partir de então o canto passou a ser seu companheiro até ser descoberta por Hermínio Bello de Carvalho, a partir daí não deixou mais o canto.

A Cantora em seus depoimentos sempre afirmou que sua religiosidade era proveniente do catolicismo, negando a religião de matriz afro-brasileira e é nesse sentido que parto para uma discussão, de que a referida cantora mesmo se auto afirmando com a religião católica nunca deixou suas raízes culturais, especificamente sua religiosidade africana, levando em consideração que os amigos os quais contribuíram para sua visibilidade, mais tarde fizeram parte para essa afirmação musical e praticavam culto afro-religioso, encontrava-se entre os amigos presente Tia Ciata<sup>1</sup>. O autor Grande Ottelo, ressalta no documentário a verdadeira história do samba recorte de Janine Houard,

1. Tia Ciata tinha como nome oficial Hilária Batista de Almeida, considerada também como a matriarca do samba. Esta foi nascida liberta em Santo Amaro da Purificação (BA), em 10 de janeiro de 1854. Aos 22 anos mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se celebrizaria como figura emblemática para o surgimento e afirmação da música popular brasileira. (PROJETO DE LEI nº 6.859-A, de 2013 do Sr. Paulo Ferreira).

publicado por Gabriela Souza em 10/05/2014, que as músicas que o grupo da rapaziada batucava, posteriormente deram origem ao samba, onde o mesmo tem suas raízes culturais atreladas nas danças do Jongo, Caxambu, Lundu, Maxixe, cujo gênero musical é a legítima representação da cultura africana e que foi inventada no Rio de Janeiro.

Por volta de 1911, esses grupos já se encontravam com uma identidade construída, o ponto de referência localizava na cidade nova – Bairro Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, diz Ottelo, lá morava a tia Ciata, tia Carmem, eram tias baianas, eram visitadas pelos “vagabundos”, (denominação dada por policiais da época aos rapazes que se expressavam através da música, batucavam). Tia Carmem era chefe da casa e João Abala – pai de santo vindo da Bahia, a mãe Ciata na religião era mãe pequena da casa do referido sacerdote. Especialista na arte de curar através da religiosidade afro-brasileira, em sua casa era encontro dos amigos como Pixinguinha, Donga da Baiana, Clementina de Jesus, mestre Candeia, dentre outros. Os amigos se reuniam e tinham os grupos de capoeira que ficavam fora da casa, o grupo do Batuque se localizava atrás da casa e dentro ficava o grupo do chorinho, o qual Pixinguinha se encontrava, o interessante que o choro não era proibido. No entanto, quando a polícia chegava o grupo de capoeira se escondia, bem como o grupo do batuque, “Jongo”, ficando somente a rapaziada do choro, rapaziada a maneira como se cumprimentavam, pois esse grupo era permitido, levando em consideração que atendia a uma demanda de pessoas da classe média que gostavam desse estilo musical.

Dessa forma, evidenciamos na dança do Jongo uma parte dessa cultura que me proponho aqui discutir. Para tal abordagem me utilizei da pesquisa de campo, e na oportunidade estive no dia 26 de outubro de 2017, na cidade de Valença onde pude comprovar através de relatos e documentações disponibilizadas pela Secretária de Cultura, a Senhora Dilma Mazzêo, a mesma no ano de 2001, quando estive à frente da secretaria, promoveu uma Homenagem ao Centenário à Clementina de Jesus, na ocasião, também foi realizado o VI encontros de Jongueiros, o evento fazia parte da homenagem à cantora. As comunidades jongueiras que participaram do encontro eram: Valença, Campelo, Santo Antonio de Pádua, Miracema, Guaratinguetá, Pinheiral, Barra do Pirai, Serrinha e Angra dos Reis, bem como as comunidades em torno. Sendo assim, possibilitando a preservação de seus valores culturais. (Documento, Boletim Oficial nº 04, 16 de novembro de 2001).

A programação de acordo com o documento disponibilizado se constituiu da seguinte forma: No dia 23 de novembro às 20:00 h, no Teatro Rosinha de Valença, localizado na Rua Dr. Souza Nunes, nº 719, Centro, com a formação de uma Mesa Redonda Sobre O Jongo. No dia 24 de novembro pela manhã ao CIEP- Centro Integrado de Educação Pública, o Professor Luciano Gomes Ribeiro, situado na Rua Dom Rodolfo Pena 359/A Bairro de Fátima, as comunidades Jongueira que participaram foram: As comunidades jongueiras de Valença, Campelo, Santo Antonio de Pádua, Miracema, Guaratinguetá, Pinheiral, Barra do Pirai, Serrinha, e Angra dos Reis.

No mesmo dia às 11:00 h a apresentação seria na praça da bandeira, onde foi inaugurado o Busto em homenagem ao centenário de nascimento de Clementina, natural de Valença, sambista e patrimônio da música brasileira jongueira. As 18:00 h no largo da igreja catedral o encontro com os jongueiros com apresentações de roda com objetivo de referenciar a cantora.

A senhora Dilma Mazzêo Dantas, informou que quando pensou na homenagem

mobilizou a cidade e as pessoas que se encontravam vivas, como o descobridor de Clementina, relatou que quando fez uma ligação a Hermínio de Carvalho, identificou-se e informou qual era o objetivo da homenagem, disse que ao ouvir no primeiro momento ficou sem palavras, muito emocionado, pedindo para que deixasse o seu telefone que quando se restabelecesse entraria em contato, e assim o fez, deu todo o apoio articulou para que fosse uma grande homenagem, outras pessoas importantes por pesquisar a região foram também, tais quais: Marta Habreu, Heber Matos, historiadoras e pesquisadoras na temática do Jongo e também Marília Trindade Barbosa, Presidente da Fundação Museu da Imagem e do Som do Estado do Rio de Janeiro, que esteve á frente no pré lançamento do livro *“Rainha Quelé: Clementina de Jesus”*, com os autores presentes: Ney Lopes, Hermínio de Carvalho e Lena Frias, cederam seus direitos autorais por amor a “Quelé” (apelido dado a Clementina por João Cartolina, quando era jovem). O livro foi patrocinado pela FINEP – financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia. O professor Heron Yamagushi Coelho, de São Paulo também colaborou na montagem do livro, material que utilizarei em outro momento da pesquisa.

Algo interessante foi que dona Dilma me propôs foi entrar em contato com Hermínio de Carvalho, pois segundo ela ele ficaria muito feliz em saber que no Estado do Pará estavam pesquisando Clementina de Jesus, no primeiro instante achei prudente, mas por saber que o mesmo encontra-se acometido com uma patologia grave (CA), não achei viável invadir a privacidade do mesmo, pois tocar num assunto que poderia agravar mais o estado emocional dele, momento tão delicado, mesmo porque eu seria uma estranha, achei melhor não realizar o contato. Assim, a entrevista se constituiu em relatado em torno de três horas, evidenciando todo o processo de articulação que garantiu o evento. Finalizamos a entrevista com a seguinte reflexão *“Os estudos voltados a Clementina de Jesus, ratifica sua importância para a história não somente como cantora, mas como pessoa a qual teve sua relevância para a afirmação da religião afro-brasileira”*.

Na oportunidade tivemos visitando outros pontos os quais faz referência à cantora, como a casa em que residia quando criança, no Bairro do Carambita, e a Igreja local, mas será abordado em outro momento no primeiro capítulo da minha dissertação *“A memória de Valença Contada através da História”*. Portanto, para fundamentar essa abordagem busquei na leitura da pesquisa de Luciana Silva no ano 2008 que participou de um projeto intitulado Pontão de Cultura de Jongo/Caxambu em parceria com a Universidade Federal Fluminense e o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, quem esteve sob a coordenação, foi à professora Elaine Monteiro, o projeto proporcionou a oficina: *Memória, História e Patrimônio Cultural nas comunidades de jongueiros das regiões do sul fluminense, noroeste do estado do Rio de Janeiro e norte do Estado de São Paulo*.

A partir dessa oficina descobriu que a figura de Clementina de Jesus era importante para outro grupo social, sendo homenageada no VI Encontro de Jongueiro na cidade de Valença e citada em vários pontos de Jongo. Evidenciamos que a pesquisa da referida autora citada acima retrata o material coletado através de pesquisa de campo. A oficina ministrada resultou na sistematização de um livro intitulado: *“Pelos Caminhos do Jongo, Caxambu: História, Memória e Patrimônio”* e um artigo nomeado de: *“A Construção de Patrimônio: Memória e História Oral- Memória do Jongo”* (SILVA, 2011, p.17).

No ano de 2007, tive a oportunidade de ampliar meus conhecimentos sobre diversas manifestações populares de herança negra no projeto intitulado: *“Jongos, Calangos e Folias: música negra, memória e poesia”* (...) sobre a coordenação das professoras Hebe Matos e Martha Abreu. Neste projeto, que teve a participação de diversos jovens pesquisadores pude conhecer e entrar em contato com manifestações culturais que remetiam diretamente à memória da escravidão no sudeste (...) Vim a descobrir com a pesquisa de mestrado, que todas estavam presentes no repertório de Clementina de Jesus gravados entre os anos de 1965-1979. (SILVA, 2011, p. 9).

Clementina de Jesus nasceu nesses espaços que caracterizo aqui como terreiro, sendo o mesmo, lugar rico em apresentar a arte através do Jongo e as manifestações religiosas dessa comunidade. Assim, Clementina de Jesus que um dia foi considerada a voz de mais alto nível, raríssima de uma artista que já foi, comparada a cantora de blues americana Bessie Smith, a Mahalia Jackson, uma das principais cantoras gospel dos Estados Unidos, e a também americana Billie Holliday, considerada por muitos a maior voz feminina do jazz, também vivenciou esse momento compartilhando o Jongo com os amigos.

A autora Luciana Silva buscou analisar a discografia de Clementina de Jesus em dois lps individuais: Clementina de Jesus (Odeon- 1966) e Clementina Cadê você? (MIS- 1970) e obteve como resultados, gêneros musicais relacionados a uma herança da escravidão, críticos e memorialistas musicais que se debruçaram na discografia da cantora afirmam que as canções colaboraram de certa forma para o mito negro construído tanto nos livros de memorialistas, quanto nos artigos de jornais da década de 1960/1980. Dessa forma, podemos entender melhor na seguinte citação:

(...) Claramente regeneradora das poderosas raízes africanas de que era portadora. Esse africanismo jorrava caudaloso e inestancável nos terrenos onde o baticundum dos negros era morcegos esvoaçando a insônia dos feitores de Casas Grandes que não podiam trancafiar as vozes das senzalas. A tardia decretação da alforria artística de Clementina recebeu a chamada de uma jurisdição cultural. (CARVALHO, 2000, p. 36)

Sendo assim, o Jongo ou Corimas/Caxambu são sinônimos que expressam uma arte ao dançar, de origem africana e dançada ao som de tambores, bem como integrante de uma cultura afro-brasileira, conseqüentemente teve forte influência na formação da nossa cultura popular, evidenciamos essa influência através do nosso estilo cultural expresso no que nós temos de maior visibilidade dessa integração afro-brasileira e Clementina de Jesus a representa muito bem. Contudo, através de documento já citado observamos que desde o ano de 1996 as comunidades Jogueiras vêm se reunindo anualmente em encontros itinerante, sendo a cidade de Valença contemplada com o VI encontro, bem como homenageando uma das melhores vozes que o Brasil já pode ouvir com seu estilo próprio.

Jongo – cantado por Clementina de Jesus

*“Tava durumindo*

*cangoma me chamou*

*disse levanta povo[fogo]*

*(Discos Marcus Pereira – Coleção Centro Oeste/ Sudeste)*

A referida música cantada por Clementina de Jesus é caracterizada como um Jongo que quer dizer um tambor grande. Cangoma ou Angoma encontram-se associadas ao fim da escravidão. A escravidão não significava apenas o roubo dos adultos mais saudáveis e promissores de um reino ou grupo étnico africano, mas a separação das famílias, e é somente através das danças do tambor que os negros experimentam a espiritualidade dos mais velhos como os pretos velhos. Assim, cangoma é bastante utilizado em São Paulo na cidade de Franca, lá significa festa dos tambores ou “vamos festejar” fazendo uma comparação: Cangoma, as batidas do tambor com as batidas do sino da igreja convidando a comunidade a participar das ações religiosas importantes na comunidade, outra comparação associada às batidas do tambor que o mesmo no início da música soa uma batida como se o chicote fosse levado várias vezes ao lombo do negro, aquele movimento de chicotear ao negro, são várias as interpretações ao escutar a canção, mas fazer uma cangoma era festejar todos os horrores ultrapassados com a abolição no Brasil. Mas também se entende no trecho da canção “disse levanta povo [fogo]”, foram tantos anos de cativeiro era como se ainda continuássemos no mesmo, “levanta!”, acabou, vamos festejar.

Outro poeta que também veio contribuir para essa discussão foi, Ney Lopes, que viu na cantora uma grande partideira do mundo do samba, considerada a expressão viva de uma tradição artística e musical da comunidade negra. O interessante que a cantora sempre se afirmou em sua religiosidade como católica, mas só gravou uma música referente à religião cristã que foi o canto de pastorinhas em 1966, no disco “*Clementina de Jesus*” promovido pela Odeon, considerado o primeiro trabalho, disco que lhes garantiu a carreira solo, de acordo com Silva, a partir de então não há registro de música de cunho católico no repertório da cantora.

Esta ausência de músicas católicas pode ser explicada a partir do incomodo tanto dos biógrafos e estudiosos, quanto da mídia a definição religiosa da cantora, não era propício no momento, não se encaixava com o mito negro. Como um mito negro que carrega em sua trajetória diversos elementos ligados a herança africana pode ser católica? Clementina afirmou sua crença no catolicismo, sempre que perguntada sobre o assunto, afirmava ser católica. A presença de apenas um gênero ligado à temática católica, de certa maneira demonstra que a cantora deixou um traço de sua personalidade, que naquele momento não necessário destacar: ser católica (...) (SILVA, 2011. P. 05)

## **2 | A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DO CIRCULO NAS DANÇAS DE JONGO.**

No campo simbólico reside um emaranhado de significados complexos no campo de uma relação de interpretações estabelecidas pelos sujeitos, assim entre ele mesmo e o significado, cujo resultado compreendido para o mesmo é vivenciado através de um olhar “impar”, pois a dimensão de sentido só enxerga quem está predisposto a vê. Tomamos uma mandala como exemplo para melhor exemplificar tal compreensão, na mesma encontra-se

o círculo, assim como outros elementos fundamentais de interpretações, o fogo em uma mandala se localiza à beira externa, o fogo da concupiscentia, do desejo do qual provêm os tormentos do “inferno”, ou seja, toda mandala apresenta o círculo, tendo como entendimento o pressentimento de um centro da personalidade, cujo lugar central se encontra no interior da alma a qual tudo se volta de forma ordenada sobre as coisas, representado ao mesmo tempo por uma energia.

É nesse sentido que evidenciamos que as fogueiras e consecutivamente o fogo podem remeter a vários símbolos das religiões de matrizes africanas no Brasil, no culto a seus Deuses. Dessa forma, podemos citar que para o início de um “tambor” (denominação dada a um festejo ou ritual dentro de um terreiro) têm-se as doutrinas sendo entoadas pelos filhos de santo através de um círculo, e no mesmo há uma hierarquia de incorporação, pois vai dos mais velhos e com cargos na casa, até o recém-chegado.

Assim, na perspectiva central a energia manifesta-se na compulsão e ímpeto irresistíveis de se tornar o que é. Logo, assume a forma de si mesma, como pode ser representado por uma estrela (C.G.JUNG, 2000). Contudo, os círculos no âmbito dos costumes religiosos ou dentre outras interpretações, designam imagens circulares que dentre outros atributos que podem se manifestar em uma dança. É nesse sentido que de acordo com a dança do Jongo são encontrados a roda formada pelos participantes e dentro da roda há uma fogueira - o fogo que pode também representar uma estrela, por isso o mesmo no centro da roda adquirir uma representação de culto, como também a criação de um imaginário que busca na imagem um mundo de representação, ou seja, numa roda de dança entende-se que os participantes estão de igual para igual, uma vez que aquele povo buscava um sentido para tanto sofrimento.

O símbolo do fogo segundo Marcelo Bolshaw Gomes em seu artigo intitulado “*Gaston Bachelard: e a metapoética dos quatros elementos*”, vem refletir sobre as obras de Bachelard em relação a elementos da natureza inclusive sobre o fogo, em duas obras evidenciadas sobre o elemento denominadas como “Fragmento de uma poética do fogo (1999)” e a “*A chama de uma vela*” (1989), onde irá trabalhar com imagens- lembranças de sua própria vida e com as relações entre a imaginação poética e a memória. O “fogo se confunde com a vida, um combustível que move os corpos, os aquecem e traz recordações e insights sobre si mesmo” (Gomes, 2015, p.03).

A relação “do fogo da concupiscentia”, do desejo do qual provêm os momentos do inferno, ou seja, esses elementos encontram-se fazendo parte no ritual da dança de possibilidades de superação, dos caminhos a serem seguidos de forma iluminados para uma vida descecente sem a opressão da própria etnia daquele povo. (JUNG, 2000, p. 375 – 376)

Outra interpretação que cabe aqui evidenciar é o símbolo de uma fogueira no ritual do Jongo, pois a comunidade de São José da Serra ressignifica o dia 13 de maio à memória da libertação dos escravos pela princesa Isabel, mesmo tendo sido a data alterada pelos militantes do movimento negro para o dia 20 de novembro como o dia da consciência negra, mas para a referida comunidade o 13 de maio tem um significado em rememorar determinada tradição para que essa memória não caia no esquecimento. Portanto, em dias de festas na comunidade o grupo ao apresentar a dança do Jongo, tem o ritual da benção da fogueira, a qual objetiva comemorar o 13 de maio. Ao iniciar o rito a líder jongueira - a

época era a mãe Zeferina, benzia a fogueira, e posteriormente os visitantes da festa. No ano de 2003, após sua morte, o legado foi passado para sua filha a senhora Terezinha, atualmente é ela que realiza essa prática em dias de festa. Portanto, a inclusão desse ritual de abertura na roda do jongo apresenta a familiaridade dessa relação similar com a Umbanda, possibilitando, portanto um processo de reinvenção do jongo e a importância no resgate de uma memória para manutenção de uma identidade da comunidade. (CARMO, 2012, p.29).

Contudo, as representações da cultura afro-brasileira, de acordo com Antônio Carlos Simas, historiador, mestre em história social, (UFRJ), vêm sendo preservada na região, Carlos reafirma que as Folias de Reis são consideradas uma extensão do Jongo, o que contribuiu para um processo migratório, as pessoas que desciam acompanhando as romarias, vindo de Minas e geralmente vinham seguindo a estrada de trem. O mesmo exemplifica como se dá a dinâmica dos participantes na roda. Alguém pergunta a uma pessoa do grupo, na roda, “Jesus quando nasceu em Belém para onde foi”? Se o parceiro não soubesse responder quebrava-se a roda. Nesse sentido, quando falamos em terreiro ou espaço de socialização, entendemos que o mesmo está associado às rodas de conversas que os negros estabeleciam entre eles, os encontros eram frequentes.

A partir do documentário disponibilizado pela Secretaria de Cultura de Valença, bem como o documento extraído da internet foi possível me apropriar das literaturas e compreender a discussão para manutenção dessa cultura. A região do Vale do Paraíba é rica em apresentar mestres Jongueiros, com o objetivo de não deixar morrer uma cultura que se remete aos seus ancestrais, citaremos alguns nomes que contribuíram prestando informações a respeito dessa modalidade: Mestre Darcy Monteiro, já citado - pertencente à Região do Vale do Paraíba, diz o mestre “*São tantas histórias para contar, através do Jongo*”, também caracteriza o Jongo como uma dança que pertence às almas dos escravos, eles morreram mais suas almas ficaram para não deixar morrer sua cultura que carrega muitas histórias, umas tristes porque foram a maneira que encontraram para que parte de toda uma cultura fosse lembrada, outras alegres, pelo fato dos mesmos terem um espaço onde a troca de informações de seus ancestrais era um momento de acolhimento.

Ainda informa que o Jongo procedeu ao samba; Tia Maria, também conhecida na região como jongueira, relata que o Caxambu quando inicia com os presentes na roda, os mesmos estabelecem um diálogo cantado e passa para o amigo, o que recebe a mensagem tem que dar conta de responder para não correr o risco de o ritual ficar “quebrado”, outra informação seria que a resposta tem que ser transmitida na mesma frequência.

Portanto, os pontos além de estabelecerem um sentido de diversão, assumem aspectos de transcendência, os cânticos podem apresentar uma linguagem metaforizada, indicação de uma postura religiosa, devoção de um determinado santo católico, ou respeito aos pretos velhos, estes considerados entidades provenientes da Umbanda carioca. Assim, os pontos podem ser classificados da seguinte maneira: Abertura ou louvação, dessa forma, podemos, observar na citação a seguir:

(...) Corresponde ao primeiro cântico entoado na roda de jongo, as letras desses pontos cantados no início da roda podem apresentar elementos que sinalizam uma determinada religiosidade ao grupo, mas também o respeito dos jongueiros pelos ancestrais e o respeito dos mais novos pelos mais

velhos. Este aspecto pode ser identificado a partir de versos que expressam devoção a um santo ou orixá, o pedido de licença aos pretos velhos e outras vezes, a permissão dos jovens aos jongueiros mais antigos. Um dos pontos de abertura de São José da Serra de autoria da Mãe Zeferina. Faz menção a devoção à comunidade pelos santos católicos. (...) Saravá São Benetido, Nossa senhora do Rosário aê. (CARMO, 2012, p. 37/38).

De acordo com a citação evidenciamos que a religião afro-brasileira tem início desde a formação do Brasil, encontra-se acompanhada de procedência de uma história que se constituiu através da escravidão e após a abolição dos negros no Brasil, no século XIX as religiões afro-brasileiras foram consideradas como elementos importantes para a reconfiguração da identidade e vida dos libertos e seus remanescentes espaços de luta em busca de uma afirmação que levassem em consideração seus valores culturais. Portanto, à medida que os mesmo foram livres, mas não possuíam um espaço de acolhimento, terminavam ficando à deriva, daí a importância de associar os santos do catolicismo aos seus orixás, uma forma de poderem vivenciar sua religiosidade. Assim é nesse sentido que ao serem desprovidos de um espaço físico ou território se fez necessário uma maneira de encontrar uma memória simbólica manifestando o vínculo aos cultos através da dança do jongo.

É nesse sentido que no período da escravidão os negros desenvolveram seus cultos africanos, através da manutenção de uma cultura sincrética se apropriando de elementos do catolicismo, alternativa encontrada para legitimar uma cultura, como podemos evidenciar na Umbanda, o interessante que de acordo com Silva (2014) a Umbanda reunia elementos pertencentes ao catolicismo, ao candomblé e aos kardescistas (SILVA, CASALI, 2014. p.66 et al). Portanto, os pretos velhos são entidades da Umbanda que representam a linha africana dentro dos terreiros (espaço sagrado).

É nesse sentido que as exhibições dos grupos de Jongs apresentam alguns elementos em comuns entre as diferentes comunidades, as referências dos jongueiros aos tambores antes de iniciar o ritual na roda, o interessante que na modernidade o ritual de um festejo nos terreiros as ritualidades são semelhantes, por exemplo, quando fiz minha pesquisa de campo em complemento a minha especialização, a mesma foi voltada para as religiões de matrizes africanas, ao iniciar o culto as filhas de santo se posicionam em um formato de um circo, nesse primeiro momento há cânticos para as divindades que supõem que irá “descer”, terminado um canto, começa outro até o pai de santo, a figura hierarquicamente mais importante do culto, ser tomada pela entidade ou divindade, posteriormente os “encantados descem nas cabeças dos filhos”.

Mas, mesmos as comunidades que divergem o que se sobressai no rito é o momento da manifestação do sagrado através dos símbolos, como exemplo na roda, ao iniciar o ritual os presentes na mesma ou na roda e dentro há uma fogueira – temos então a presença do fogo também um elemento importante para a prática do jongo, portanto entendemos essa manifestação simbólica a partir de uma espiritualidade que se apresenta a cada indivíduo, seja através de seus ancestrais na figura da entidade dos pretos velhos, seja mediante a um orixá, o que se leva em conta é esse momento espiritual que faz parte de um eu subjetivo. Assim podemos associar as referências aos mais velhos na roda do jongo.

Portanto, partindo de um entendimento de Croatto no que se refere à manifestação simbólica “o símbolo é permanente, posto que as coisas tenham sempre a mesma

representação simbólica através dos tempos, sendo também universal, uma vez que podem aparecer ao mesmo tempo e em lugares diferentes ou em época diferentes” (CROATTO, 2001, p. 90).

Assim, a manifestação seja de uma Divindade ou Espiritual encontram-se associadas numa relação mito e símbolo e há de se considerar uma cooperação nessa esfera, pois ambas não se anulam, mas se preenchem uma vez que o símbolo torna-se um componente do mito e é através desse que realizamos nossas ações simbólicas. Todavia, quando os negros foram deixados à própria sorte, após a abolição, os espaços encontrados pelos mesmos adquiriram lugar para si que viesse preencher um sentido, ou seja, constroem-se um espaço imaginário e concreto, à medida que os espaços imaginários são atribuídos de significados que convergem de sentido no plano subjetivo, enquanto que o espaço concreto se constitui nos espaços de segregação, onde o concreto é a busca dos espaços imaginários que esse “mundo” não seja mais de sofrimento mais sim de conquistas e que venha atender uma expectativa enquanto ser humano.

Portanto, esse espaço concreto os quais os negros buscavam podemos evidenciar nas letras das doutrinas cantadas no século XIX, que são conhecidas como Vissungos e são manifestadas para algumas divindades como os pretos velhos e as pretas velhas. Vissungos são cantos de força. Foram originalmente cantados durante o trabalho de mineração nos rios de Minas gerais no início do século XVIII, apresentamos um Vissungo cantado por Clementina que retrata muito bem o “eu” segregado que se faz presente nesse momento.

*láuê ererê aio gumbê*

*Com licença do Curiandamba*

*Com licença do Curiacuca*

*Com licença do senhor moço*

(O CANTO DOS ESCRAVOS – Clementina de Jesus, Doca, Geraldo, Filme - Canto I)

**Podemos entender melhor na seguinte citação:**

Curiandamba é um ser sobrenatural que, como o exu e similares, indica o caminho e exige ser apaziguador para não causar problemas para os escravos negros que trabalham nas minas. Curiacuca é outro ser sobrenatural que também devia ter um poder ameaçador para o sujeito que canta e para os ouvintes que compartilham da comunidade de significado e experiência formulada pela canção. Ambos os seres sobrenaturais são provavelmente equivalentes míticos do papel representado por Exu, ou Bara, ou Legba, o deus trapaceiro nas religiões afro-brasileiras (...) (CARVALHO, 2000, p. s/n)

No trecho da música cantada por Clementina de Jesus o que se observa é que nesse Vissungo Curiandamba e Curiacuca, ambos são considerados seres sobrenaturais na religião afro-brasileira, como o Exu/Bara ou Legba. De acordo com o rito o trecho pede licença, encontram-se elementos que une os mundos seja sobrenatural ou natural, numa relação religiosa e sociocultural, por outro lado a referência às hierarquias superiores.

Observa-se no citado a grande presença da religiosidade no verso acima e o cuidado em estabelecer o respeito aos espíritos como se realiza nos rituais de origem africana, como é o caso do Candomblé e Umbanda. O canto apresenta seres sobrenaturais que indicam caminhos abertos a serem seguidos de forma que sejam apaziguados os possíveis conflitos que por ventura viessem surgir com os negros no trabalho nas minas.

Diante do citado foi possível entender o porquê que Clementina de Jesus negava sua religiosidade afro-brasileira, pois apesar de ter feito o seu santo na religião (termo dado ao ritual de iniciação, que veremos com mais detalhe no capítulo quarto IV) afirmava que sua religião seria a católica. É nesse sentido que para uma maior compreensão dessa prática sincrética buscamos um pouco da história, período de início da colonização Brasileira. Por volta de 1554, a companhia de Jesus chega até a América e a África (Congo), a companhia tinha como pretensão através das Cruzadas, catequizar os povos nativos na fé cristã, posteriormente outras ordens religiosas como a dos Capuchinhos que deu continuidade ao processo de catequização na África. Na Costa Africana os preceitos religiosos praticados eram do Candomblé que predominavam em sua maioria entre os africanos e consideravelmente teve forte influências nas áreas para onde eles foram trazidos, como Pernambuco e Bahia. Assim, muitos negros na condição de escravos que vieram para o Brasil da Costa Ocidental desceram na região do noroeste brasileiro, como os nagôs, que tinham como dialeto a língua yorubá, e tinham na religião afro-brasileira o predomínio do Candomblé, enquanto que os bantos em sua maioria tinha influência da religião católica proveniente do Congo e Clementina de Jesus era originária dessa etnia.

Outra reflexão que podemos aqui pontuar é na obra de (Carmo, 2012) que no século XX, foi bem intensa a questão do preconceito em relação aos negros, autores como Robert Slene, Nina Ribeiro e Gilberto Freire, vêm fazer uma abordagem em torno do negro e o contexto, assim eram associados o jongo com a macumba e por isso muitos negaram a cultura do jongo, levando em consideração que a sociedade da época via nas práticas religiosas africanas como magia negra e como o Jongo remetia bem essa cultura terminou que lhes foi estendido. Mas com a discussão da ampliação dos direitos sociais, especificamente a partir da década de 1980 no Brasil e com a promulgação da nova redação da Constituição de 1988 houve uma valorização dos elementos culturais desse segmento étnico. O interessante que essa negação com as danças que remetiam a essa ancestralidade, coincide a época que nasceu Clementina de Jesus, por isso acredita-se que foram fatores que influenciou toda a sua vida religiosa.

Manoel Moraes, Jongueiro respeitado, pertencente ao Quilombo do Bracuí no Vale do Paraíba, em sua fala faz a seguinte comparação ao Jongo: “*é como uma bala, bala da boca*”; de acordo com a comparação podemos fazer uma reflexão a respeito do termo “bala”, pois através da fala poderiam traçar diretrizes, de afirmação e quase sempre os senhores donos das fazendas de cafezais não acompanhavam o raciocínio dos jongueiros, podiam marcar fugas e outras estratégias, outro relato de Moraes é que os negros vindos para o Brasil tiveram como referência os seguintes pontos de chegadas: os vindos da costa leste, principalmente de Moçambique, já da parte central – Angola e da parte ocidental vieram os bantos. Assim Moraes faz um desabafo através de um ponto de jongo.

“A liberdade não ficou do nosso jeito, Deram nossa liberdade, não deram nosso direito, Por isso que o Brasil tá cheio de preconceito Aê, aê, aê, ea”

(Ponto de jongo de autoria do senhor Manoel Moraes – Griô e mestre jogueiro do Quilombo Santa Rita do Bracuí).

Outras contribuições consideradas vieram do jogueiro Geraldo Abel, pertencente à cidade de duas barras, vale do Paraíba; Manoel Seabra – do São José do Vale do Paraíba; João Batista – da comunidade da Serra; Marilda de Souza; Eva Lúcia, em seus relatos, apontaram algo interessante no que se refere aos negros, muitos deles, até como forma de estabelecer a comunicação entre eles se utilizavam de idiomas mais acessíveis que pudessem entre eles estabelecer um código. Ressaltam também que os negros mais antigos da região se reuniam para homenagear Santo Antônio e São João, santos padroeiros, relatam também que o Jongo são pontos de trabalho, que muitos pontos são tão forte que os envolvem na roda, socializa o conhecimento exemplificando que certo rapaz por ser novo no grupo e desconhecia o objetivo da dança, ao entrar na roda, quando quis sair tinha ficado preso.

Contudo, a pesquisa de campo realizada foi de grande relevância, pois nos deu visibilidade da importância dos mesmos continuarem a caminhada no sentido de um resgate dessa memória tão presente. E Clementina de Jesus contribuiu no período da década de sessenta (recorte da minha pesquisa) através do Álbum “Canto dos escravos” e na atualidade com o acesso na internet, as pessoas podem visualizar a riqueza dessa memória que contribuiu consideravelmente para o empoderamento da religião afro-brasileira, com novos elementos simbólicos a construção de uma nova identidade levando em consideração os grupos os quais a cantora circulou como: os blocos de samba que posteriormente deram a criação da Portela, Mangueira, além dos grupos de amigos considerados os grandes nomes que deixaram como legado um repertório de músicas de mais alto nível já construído no Brasil, que será abordado no capítulo III com o título “As ações Afirmativas: Um movimento Dialético Constante em Busca de Reconhecimento Social”.

### **3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho possibilitou através da pesquisa de campo um melhor esclarecimento dos elementos que por algum momento são comuns entre as diferentes comunidades da região como a reverência dos jogueiros aos tambores antes de iniciar um ritual na roda, conseqüentemente nas práticas associada aos praticantes do jongo com a espiritualidade, muito comum aos adeptos das religiões de matrizes africanas. Contribuição também para a possibilidade de identificar nos documentos disponibilizados os preconceitos estabelecidos na sociedade negra do século XX, cuja compreensão vem atender as diretrizes na minha dissertação em torno da religiosidade da Cantora Clementina de Jesus.

Contudo, os elementos que foram identificados nessa discussão não cessaram para tal. Proponho-me levantar novas abordagens como, por exemplo: Dialogar com (Carmo, 2012) no que se refere a esses sujeitos e a construção de novas identidades construídas entorno de revitalização de uma cultura que por um momento foi negada sem a possibilidade de socialização dos negros de participarem de ritual na roda dos jongs, ou afirmação a partir da década de 1990 de uma identidade quilombola, como forma de organização da

memória coletiva, legitimando um passado, atribuindo novos elementos identitários que, todavia vai entrar em resistência com as comunidades mais tradicionais na região.

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Daniela Pedreira. **Clementina de Jesus, o resgate do canto dos escravos. Anais do IV Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-brasileira e Africanas.** Universidade Estadual do Piauí – UESPI – Teresina – Piauí – Brasil. 18 a 20 de novembro de 2015.

CARMO, Ione Maria do. **Dissertação intitulada: “O caxambu tem dendê”: Jongo e religiosidade na construção da Identidade Quilombola de São Jose da Serra.** 2012.

CASTRO, Felipe. **Quelê, a voz da cor: biografia de Clementina de Jesus.** [et al.]. -1ª. ed. 364p.: II; 23cm.

CARVALHO, José Jorge. **Um Panorama da Música Afro-brasileira: Parte 1. Dos Gêneros Tradicionais aos Primórdios do Samba.** Série Antropologia, Departamento de antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2000.

CROATTO, Severino. **As linguagens da experiência religiosa. In Capítulo III: A Descrição do Símbolo.** São Paulo: Paulinas, 2001.

DOCUMENTO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA - RJ: DISPONIBILIZADO PELA SENHORA Dilma Mazzêo na Pesquisa de Campo, o referido documento oficializou o: **VI Encontro de Jongueiros que comemorou o Centenário da Cantora Clementina de Jesus.** Nº4 – 16 de novembro de 2001.

FUNDAÇÃO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Cultura. Valença, 05 de novembro de 2001.

GOMES. Macelo Bolshw. **Gaston Bachelard: e a matapoética dos quatros elementos.** São Paulo/ nº11 / . Ago- dez/. 2015/ISSN: 2177. 4273.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Gaucira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

JENSEN, Tina Gudrun. **Revista de Estudos da Religião. Discurso sobre as religiões afro-brasileira: da desafricanização para a refraicanização.** ISSN 1677- 12222. Nº 1/2001/ pp. 1-22.

JUNG, Carl Gustav.1875-1961.**Os arquétipos e o inconsciente coletivo / CG. Jung:** [tradução Maria Luíza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva]. – Petrópolis. RJ: Vozes, 2000.

PEREIRA, Almicar Araujo. **“O mundo negro”: constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil”** (1970-1995) [Tese da UFF] / Almicar Pereira Araujo. 2010. 268. Orientadora Hebe Maria Mattos. Tese (doutorado)- Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2010.

Programa TV Brasil, **De Lá Pra Cá, Clementina de Jesus.** Disponível em: <HTTP://tvbrasil.org.br/delapraça/videos2011/#videoYT>. Acesso em: Outubro de 2017.

PROJETO DE LEI Nº 6.859-a, DE 2013 (Do Sr. Paulo Ferreira). **Inscribe o nome de Hilária Batista de Almeida, conhecida como “Tia Ciata”, no Livro dos Heróis da Pátria;** tendo parecer da Comissão de Cultura, pela aprovação (relator: DEP, STEMPAN NECESSIAN).

SILVA, Camila Luiza Souza. **A Presença do Candomblé na obra de Clementina de Jesus: Um diálogo entre o samba e as religiões afro-brasileiras.** 2 Simpósio Nordeste da ABHR (Associação Brasileira de História das Religiões).

SILVA, Luciana Leonardo da. **Rosa de ouro: Luta e representação política na obra de Clementina de Jesus.** Material apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre. Niterói, 2011.

SILVA, L. H. O.; CASALI, R. **Caboclos, pretos velhos: experiências e memória da religiosidade afro-brasileira.** Revista Tempo, Espaço, Linguagem. V.5 nº1 Jan. Abril. 2014. Pp 64 a 81.

[www.unb.br/ics/dan/Serie275empdf.pdf](http://www.unb.br/ics/dan/Serie275empdf.pdf)

([HTTPS://pt.wikipedia.org/wiki/Bantos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bantos). 17/08/2017)

<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/descoberta-aos-60-anos-clementina-de-jesus-a-rainha-do-canto-negro-no-brasil-21590902#ixzz4oLhIYSVh>

## ANEXOS:

### 1.1



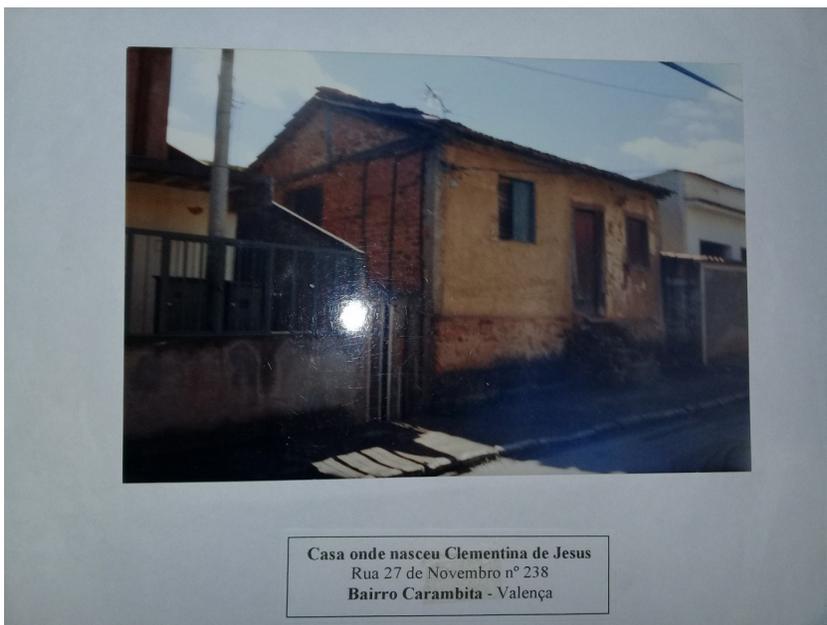
Pesquisa de Campo em Valença – RJ. A esquerda dona Dilma Mazzêo, e a direita Terezinha Lima. Foto de Roberto Dias Lima. 26 de Outubro de 2017.

## 1.2



Idem.

## 1.3



Casa onde nasceu Clementina de Jesus  
Rua 27 de Novembro nº 238  
Bairro Carambita - Valença

Foto disponibilizada pela senhora Dilma Mazzêo. 26 de Outubro de 2017.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**DENISE PEREIRA** - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (2010), Especialista em História, Arte e Cultura (2008), Bacharel em História (2006), pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento (2019), pela Censupeg. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

**JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO** - Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (2018), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2005), graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2001). Atualmente é professora assistente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

## ÍNDICE

### A

Acervo Histórico 1, 142  
Aerofotogrametria 1, 4, 7, 9, 10

### B

Bíblia 40, 42, 44, 46, 47, 48

### C

Capital Simbólico 52, 106  
Cartografia 1, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 15  
Cibercultura 49, 50, 51, 52, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 110  
Ciberespaço 49, 50, 99, 102, 105, 106, 110  
Cidades Sustentáveis 53, 56, 57, 60, 62, 63, 67, 70, 71, 72  
Circularidade 74, 75, 78, 80, 84  
Consumo 52, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 114, 116, 136, 137, 177, 179  
Criança Kaiowá 74, 84

### D

Daniel Faria 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48  
Desenvolvimento Local 63, 111, 113, 118, 120

### E

Economia Solidária 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 180, 183  
Educação 31, 39, 52, 59, 61, 66, 69, 84, 97, 98, 105, 115, 122, 150, 154, 171, 172, 194, 196, 209  
Educação Online 97, 98, 101, 104, 105  
Estado 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10, 11, 13, 15, 24, 29, 34, 61, 71, 74, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 95, 96, 100, 115, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 140, 142, 149, 154, 171, 176, 183, 194, 197, 206

### F

Fogo Doméstico 74, 75, 76, 77, 80, 81, 84

### G

Geoprocessamento 1, 7, 14

### I

Indústria Fonográfica 16, 18, 26  
Interatividade 49, 50, 51, 97, 98, 99, 102, 104

### J

João Pessoa 53, 54, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 111, 113, 115, 117, 121, 122

## L

Laranjeira Nãnderu 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 84

## M

Master Nerd 49, 51

Mídias Digitais 97, 98, 101, 106

Mística 40, 42

Mulher 20, 21, 23, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 111, 113, 116, 117, 118, 121, 166, 171, 189

Música Sertaneja 16, 17, 18, 25, 26, 27

## N

Nerd 49, 50, 51, 52

## O

Ods 53, 54, 56, 60, 62, 67, 68, 69, 70, 72

## P

Poesia 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 198

Política Indigenista 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 38, 39

Políticas Públicas 54, 73, 85, 86, 87, 90, 95, 96, 101, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 146, 148, 149, 150, 173, 174, 175, 176, 181, 182, 183

Produção de Sentidos 97

Produtores Culturais 106

Projeto 1, 4, 9, 31, 32, 36, 37, 38, 57, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 103, 115, 116, 141, 173, 183, 184, 189, 195, 197, 198, 206

Protagonismo Indígena 28, 29, 30, 31, 35, 36, 38

## R

Relações 4, 28, 29, 30, 40, 41, 49, 61, 69, 72, 74, 75, 78, 80, 82, 83, 98, 99, 102, 113, 115, 119, 120, 129, 133, 138, 140, 154, 160, 166, 171, 176, 177, 180, 194, 200

Representação 4, 5, 16, 18, 21, 26, 30, 50, 159, 172, 175, 195, 196, 199, 200, 203, 207

## S

Sensoriamento Remoto 1, 6, 8, 10, 14

Sustentabilidade 53, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 88, 113, 114, 116, 180

## T

Terra 5, 6, 7, 18, 25, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 38, 54, 55, 58, 59, 65, 68, 69, 72, 75, 83, 84, 101, 105, 126, 128, 141, 142, 151, 155, 161, 165, 170, 175, 177, 178, 182

Tião Carreiro e Pardinho 16, 17, 19, 24, 25, 26

## V

Valorização da Mulher 111

Vida Rural 16, 18

# SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

# 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

# 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 